



DIFUSÃO DA ARQUITETURA
MODERNA NA CIDADE DE
JOÃO PESSOA (1956 - 1974)

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

FÚLVIO TEIXEIRA DE BARROS PEREIRA

DIFUSÃO DA ARQUITETURA MODERNA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA (1956 - 1974)

Dissertação apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo

Orientador: Prof. Assoc. Renato Luiz Sobral Anelli

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Tratamento
da Informação do Serviço de Biblioteca – EESC/USP

P436d Pereira, Fúlvio Teixeira de Barros
 Difusão da arquitetura moderna na cidade de João
 Pessoa (1956-1974) / Fúlvio Teixeira de Barros Pereira ;
 orientador Renato Luiz Sobral Anelli. -- São Carlos,
 2008.

 Dissertação (Mestrado-Programa de Pós-Graduação em
 Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria
 e História da Arquitetura e do Urbanismo) -- Escola de
 Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo,
 2008.

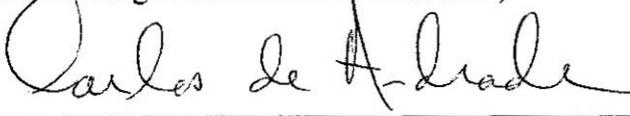
 1. Arquitetura moderna (Brasil). 2. João Pessoa.
 3. Difusão (Arquitetura). 4. História urbana. I. Título.

FOLHA DE JULGAMENTO

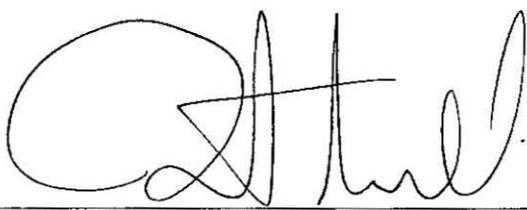
Candidato: Arquiteto e Urbanista **FÚLVIO TEIXEIRA DE BARROS PEREIRA**

Dissertação defendida e julgada em 08/04/2008 perante a Comissão Julgadora:


Prof. Associado **RENATO LUIZ SOBRAL ANELLI (Orientador)**
(Escola de Engenharia de São Carlos/USP) Aprovado


Prof. Dr. **CARLOS ROBERTO MONTEIRO DE ANDRADE**
(Escola de Engenharia de São Carlos/USP) Aprovado


Prof. Dr. **JOSÉ TAVARES CORREIA DE LIRA**
(Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP) Aprovado


Prof. Associado **RENATO LUIZ SOBRAL ANELLI**
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo


Prof. Associado **GERALDO ROBERTO MARTINS DA COSTA**
Presidente da Comissão da Pós-Graduação da EESC

AGRADECIMENTOS

Ao longo de exatos três anos de mestrado, a ajuda de uma série de pessoas foi fundamental, às quais devo sincera gratidão. A Renato Anelli, pelo período de orientação e pela confiança em mim devotada, afora a disposição em responsabilizar-se por um trabalho já em andamento. A Márcio Minto, pela inicial orientação, quando esta pesquisa pertencia à área de Tecnologia. A Carlos Andrade (“Mancha”) e José Lira, pela atenção voltada ao trabalho e pelas críticas na qualificação, que muito acrescentaram ao amadurecimento do tema. A Paulo Fujioka, além de Carlos Andrade, pelo aprendizado durante o estágio no Programa de Aperfeiçoamento ao Ensino (PAE).

À minha família, que, mesmo à distância, não poupou esforços para me ajudar. A Nelci Tinem, pelos constantes e variados auxílios, desde o período de seleção. A Marcus Vinícius, Sales Trajano e George Dantas, que, para além da amizade, direta e indiretamente muito contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa, afora as dicas de Fernando Atique, quando do primeiro ano de mestrado. A Ingrid Wanderley, Thaís Cruz, Juliano Cecílio, Maria Cecília, Wanessa Soares, Débora Foresti, Paula Francisca, Anne, Luciana Mascaró, Marcos dos Santos, Olívia, Albenise, Rodrigo Firmino, Mychele, Carolina Margarido, Rafael e Ana Cristina, pelo prazer do convívio em São Carlos.

A Andrey Alysson, Ernani Henrique, Rossana Honorato, Walter Grilo, Juliano Carvalho, Gilberto Guedes, Clóvis (Engenharia/UFPB), Cojesu, Mariana Bonates, Carolina Chaves, Kaline Abrantes, WylInna Vidal, Denise Dieb, Edgar (SEDURB) e Oliveira Júnior, pelas diferentes ajudas ou informações fornecidas, durante minhas estadas em João Pessoa. Aos funcionários dos arquivos, principalmente Seu Pedro, Aurora, Assis, Ana e aqueles da SUPLAN, por facilitarem o acesso às informações.

A Acácio Gil Borsoi, Carlos Carneiro da Cunha, Roberval Guimarães e Romildo Marques de Almeida, pelas entrevistas concedidas e pela disponibilidade em lembrar de tempos longínquos. E, em especial, a Mário Di Lascio, pelas inúmeras vezes que se dispôs a esse encargo.

A Anja Pratschke, Márcio Minto, Joubert Lancha, Miguel Buzzar, Manoel Alves, Marcelo Tramontano e Ângela Bortulucci, pelo aprendizado em suas disciplinas. A Marcelo Celestini, Geraldo, Fátima e Oswaldo, pelo empenho nas atividades realizadas e pela corriqueira solicitude no atendimento.

E ao CNPq, pela concessão de bolsa de mestrado, desde março de 2007, para a realização desta pesquisa.

RESUMO

PEREIRA, Fúlvio Teixeira de Barros. **Difusão da arquitetura moderna na cidade de João Pessoa (1956-1974)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

Aborda a difusão da arquitetura moderna no Brasil, ao tratar desse processo na cidade de João Pessoa entre 1956 e 1974, por se revelar aí um período de intensa produção moderna apesar de seu limitado quadro de arquitetos. Objetiva explicar, a partir do vínculo entre arquitetura e cidade, quais foram os agentes promotores dessa arquitetura, como ela se manifestou no espaço urbano e como era então representada. Para isso se baseia em entrevistas com os arquitetos então atuantes e análises de projetos, obras construídas, artigos e publicidades de periódicos da época, ao focar edifícios públicos e privados e intervenções urbanísticas. Constata a diversidade de linguagens manifestadas, apesar da constante atenção à simplicidade e à economia construtiva, e a centralização em valores não-locais, como também foi representada pela imprensa.

Palavras-chave: Arquitetura Moderna (Brasil). João Pessoa. Difusão (Arquitetura). História urbana.

ABSTRACT

PEREIRA, Fúlvio Teixeira de Barros. **Diffusion of modern architecture in João Pessoa city (1956-1974)**. 2008. Dissertation (Master's Architecture and Urbanism) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

Diffusion of modern architecture in Brazil is accosted while this process is dealing with João Pessoa city between 1956 and 1974, because a period of intense modern production was revealed there in spite of its limited local architect's group. To explain, based on relation between architecture and city, what were the agents which promoted this architecture, how it was demonstrated itself in the urban space and how it was represented then are intended. The study is based in interviews with architects who were in activity at that moment and analyses of projects, constructions, articles and publicities of magazines and newspapers from that time while public and private buildings and urbanistic interventions are approaching. The diversity of languages manifested in spite of constant attention to simplicity and economy of construction and the focus on no-locals values, like it was also represented by press, are perceived.

Keywords: Modern Architecture (Brazil). João Pessoa. Diffusion (Architecture). Urban history.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
<hr/>	
Capítulo 1	
OS ELEMENTOS DO CONTEXTO	25
As primeiras experiências modernas	25
A renovação do quadro de arquitetos	36
O aprendizado de arquitetura em Recife	45
Em torno da Escola de Engenharia	52
O moderno na imprensa local	57
<hr/>	
Capítulo 2	
A CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO	69
A expansão urbana de João Pessoa	69
A renovação das construções residenciais	82
Os incentivos à verticalização	96
A modernização dos clubes sociais	110
O planejamento do campus universitário	120
<hr/>	
Capítulo 3	
AS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO	139
A propagação das residências modernas	139
Um hotel condigno para a cidade	160
A ação dos incorporadores imobiliários	173
Soluções para a cidade que cresce	199
Arquitetura para a burocracia oficial	212
<hr/>	
Capítulo 4	
NOVAS PERSPECTIVAS LOCAIS	229
Permanências e transformações na cidade	229
A criação do curso de Arquitetura e Urbanismo	239
<hr/>	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	247
<hr/>	
REFERÊNCIAS	253
<hr/>	
ARQUIVOS E FONTES PESQUISADOS	267
Instituições	267
Entrevistas	267
Revistas	267
Jornais	268
<hr/>	
APÊNDICE	269
Lista de arquitetos atuantes em João Pessoa entre 1956 e 1974, por ordem alfabética, e seus respectivos projetos	269

INTRODUÇÃO

O termo difusão, datado de meados de 1813 e proveniente do latim *diffusione*, remete ao “ato de espalhar, de extravasação; expansão” (MACHADO, 1990, p. 338) e, no campo da antropologia, ao “processo pelo qual elementos ou características culturais são transmitidos a outras sociedades ou a outras regiões por meio de contato ou de migrações, produzindo semelhanças que não decorrem de invenção independente” (HOLANDA, 1999). Engloba, por conseguinte, tanto a expansão no campo físico, ao atingir outros territórios, quanto no social, ao ampliar e diversificar seu público.

Em sua ação estão envolvidos os agentes receptores, os promotores ou fontes e o conteúdo a ser transmitido. Assim se aproxima da comunicação, como exposto por Rogers (1962, p. 13, tradução nossa), segundo o qual “a essência do processo de difusão é a interação humana na qual uma pessoa comunica uma nova idéia a uma outra”.¹ E essa propagação de conhecimentos extrapola a ação restrita a indivíduos isolados, já que em geral envolve grupos ou sistema social, isto é, coletividades. Amplidão de alcance que é potencializada pelos sistemas de comunicações, como a imprensa, que acentua a reprodução da mesma série de símbolos, e, mais tardiamente, aqueles dirigidos às massas, como o rádio e a televisão, embora não venham minimizar a relevância dos contatos interpessoais.

¹ “The essence of the diffusion process is the human interaction in which one person communicates a new idea to another person” (ROGERS, 1962, p. 13).

E, se é comum a esse processo atingir grandes públicos, não lhe é a existência de interação ou de troca. Pois está associado a um fluxo único de informações, isto é, está ligado a uma fonte central ou, como defende Lepetit (2001, p. 38), à suposição de diferenças de potencial. Interpretação também compartilhada por Cazeneuve (1978, p. 11, tradução nossa), que considera:

[...] a difusão, caracterizada por um sistema de difusão centrífuga, é uma propagação em princípio unilateral e, de forma semelhante ao que acontece no caso da luz que, derramada por um foco, pode eventualmente ser refletida por um espelho, apenas secundária e acessoriamente (segundo o que os cibernéticos chamam *feed-back*) permite um retorno ao centro emissor.²

De toda forma, isso não significa um processo com a possibilidade de participação apenas passiva do receptor, porque o próprio fluxo de informações é, segundo Rogers (1962, p. 2), determinado pelas normas do sistema social e pelo status individual dos agentes dentro da estrutura social, a exemplo das normas tradicionais que podem desencorajar a adoção de novas idéias, contrariamente aos preceitos modernos, para os quais as mudanças e a assimilação de inovações são anseios constantes. Afora determinar a maior ou menor aceitação de inovações ou de influências externas, o próprio receptor age sobre o conteúdo assimilado, pois “toda transferência de conceitos, problemas ou métodos é acompanhada da transformação destes” (LEPETIT, 2001, p. 36). Por conseguinte a apropriação pode levar a distintos resultados e não apenas à mera reprodução dos conhecimentos propagados. Com efeito, para Smith ([1933?], p. 10, tradução nossa), “das idéias e informações submetidas a um indivíduo apenas partes são adotadas: a escolha é determinada pelos sentimentos pessoais e circunstâncias do receptor”.³ Pensamento sublinhado pelo mesmo autor (SMITH, [1933?], p. 10, tradução nossa), ao reconhecer que “semelhante seleção e transformação ocorre em toda difusão de cultura, não apenas de um indivíduo para outro, mas muito mais profundamente na passagem de uma comunidade para outra”.⁴

Logo, a difusão se aproxima do conceito de circulação dos modelos culturais exposto por Chartier (1990, p. 223): “[...] uma tensão sempre a ser reproduzida entre, por um lado, a constituição de uma distinção pela diferença e, por outro lado, a sua apropriação pela imitação social ou pela imposição aculturante”. E é justamente essa possibilidade de posturas e resultados distintos frente a uma fonte comum de influências que, segundo Hall, incita os estudos sobre o tema:

² “[...] la difusión, caracterizada por un sistema de difusión centrífuga, es una propagación en principio unilateral y, al igual que sucede en el caso de la luz que, esparcida por un foco, puede eventualmente ser reflejada por un espejo, sólo secundaria y accesoriamente (según lo que los cibernéticos llaman *feed-back*) permite un retorno hacia el centro emisor” (CAZENEUVE, 1978, p. 11).

³ “Of the ideas and information submitted to any individual only parts are adopted: the choice is determined by the personal feelings and circumstances of the receiver” (SMITH, [1933?], p. 10).

⁴ “Such selection and transformation occur in all diffusion of culture not only from one individual to another, but even more profoundly in the passage from one community to another” (SMITH, [1933?], p. 10).

[...] os seres humanos são também – especialmente os mais inteligentes e originais – quase infinitamente ardilosos, criativos e surpreendentes; portanto, o real interesse da história, além daquele que se autopatenteia de forma flagrante, está na complexidade e variabilidade da reação do ser humano. [...] o que faz a história digna de ser escrita e digna de parte dela ser lida é a compreensão de todos os multifários modos pelos quais o estímulo geral se relaciona com a resposta particular (HALL, 1995, p.6).

É, portanto, o conjunto de tais questões imbricadas entre si e trazidas ao campo da arquitetura que delinea a discussão desta pesquisa. Mais particularmente nos centramos na difusão da arquitetura moderna no Brasil, que em 1956 teve seu desenvolvimento acusado de irracional por Giedion (2000, p. 17), diante da agilidade de expansão e do grau de popularização atingidos e, segundo Lara (2001, p. 2), nem sempre revelados em outros países, apesar da presença de grandes precursores (Richardson, Louis Sullivan, Frank Lloyd Wright) em localidades como os Estados Unidos. Tema que, apesar de sua relevância, “[...] não se tem oferecido a ele resposta satisfatória” (MARTINS, 1999, p. 20, tradução nossa).

A origem da difusão da arquitetura moderna no Brasil se confunde com sua própria afirmação e legitimação no cenário nacional, que, por sua vez, é reportada pela historiografia a sua repercussão internacional em meados dos anos 1940. Reconhecimento estrangeiro que se deu através da exposição no Museu de Arte Moderna de Nova York (1943) e da publicação de *Brazil Builds*, no mesmo ano, além das posteriores referências em diversos periódicos internacionais (*L'architecture d'aujourd'hui*, *Architectural Fórum*, *Progressive Architecture*, entre outros) e trabalhos monográficos dedicados a temas brasileiros.⁵

Não podemos descartar, contudo, a importância de outros fatores igualmente relevantes. Tinem (2006, p. 16) acrescenta ao aval internacional “os interesses específicos do Estado na assunção desse desejo de modernidade” como forma de consolidar a aceitação dessa arquitetura e gerar “um volume de experimentos capaz de permitir um salto, não só quantitativo, mas também de qualidade, que garante a afirmação do movimento brasileiro”.

Como fruto dessa consolidação os arquitetos conquistaram, segundo Segawa (2002, p. 129), o “reconhecimento social”, de modo que os elementos formais dessa arquitetura foram repetidos como modismo, por “construtores populares” e engenheiros em cidades de todo o Brasil. Pilotis em “V”, rampas curvas na entrada das residências, brise-soleil, telhados invertidos, esbeltas colunas metálicas se multiplicavam pelo país (LARA, 2001; MARTINS, 1999, p. 20).

A difusão mantém, pois, um elo com a afirmação dessa arquitetura e, apesar da historiografia não distinguir o momento exato de seu desencadeamento, certamente ele precede a construção de Brasília. Idéia já defendida por Martins (1999, p. 20, tradução nossa): “não tem sido o intenso efeito-demonstração da exposição dos meios de comunicação da aventura de Brasília o detonador dessa adesão”.⁶

⁵ Sobre as publicações internacionais voltadas à arquitetura moderna brasileira, consultar: SEGAWA, 2002, p. 107-112; TINEM, 2006; CAPELLO, 2005.

⁶ “No há sido el intenso efecto-demostración de la exposición el los médios de comunicación de la aventura de Brasília el detonador de esa adhesión” (MARTINS, 1999, p. 20).

Por outro lado, mesmo que ela não marque o princípio desse processo, a construção de Brasília foi simultânea “ao relativo otimismo, relativa estabilidade política e econômica e principalmente à aceleração do modelo de desenvolvimento nacional, a partir da segunda metade dos anos 50” (LARA, 2005) e conquistou inegável repercussão nacional e internacional. Por isso guarda um interesse especial para esta pesquisa, não por suas qualidades intrínsecas ou por sê-la, eventualmente, acusada como a gênese do processo em questão, mas por demarcar um momento de novo impulso à propagação dos valores modernos dentro do país.

Brasília é reconhecida pela historiografia como um marco da arquitetura brasileira, por ser uma das maiores realizações no país a unir a um só tempo a arquitetura e o urbanismo modernos e por retratar o prestígio então atribuído à arquitetura nacional. Para Ficher; Acayaba (1982, p. 36), é emblemático da confiança então devotada aos arquitetos que no concurso para escolha do Plano Piloto foram priorizados soluções originais e critérios formais, em detrimento de estudos econômicos, geográficos ou sociológicos. Inclusive sua concretização, a cargo de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, já não reclamava mais o amparo de arquitetos estrangeiros, distintamente da sede do Ministério da Educação e Saúde (1937-1945), que foi assessorada pelo franco-suíço Le Corbusier. Enfim, sua concretização revelava a efetiva consolidação dos valores modernos no âmbito da arquitetura.

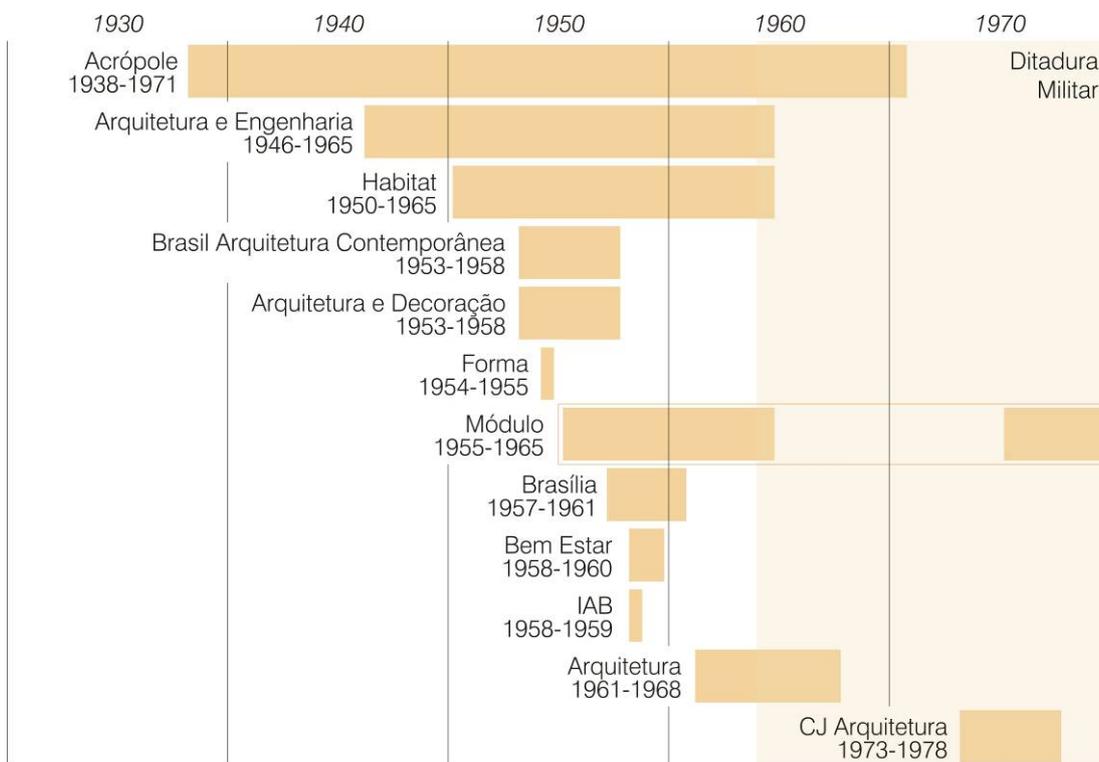


Figura 1. Quadro histórico das revistas brasileiras de arquitetura. Dados: REVISTAS..., 1963, p. 201-3; SEGAWA, 1982, p. 42, 47; SEGAWA, 2002, p. 130, 191.

ARQUITETURA
agora com os Prefeitos

Juiz de Fora — MG.



Parati — RJ.



Itapagé — CE.



Pilar — PB.



Cêrca de 2 mil municípios brasileiros já podem agora acompanhar o que se faz hoje no Brasil em matéria de arquitetura e planejamento. Êles recebem mensalmente

ARQUITETURA

Figura 2. Publicidade da Revista Arquitetura. Fonte: ARQUITETURA agora..., 1968, p. 1.

Estimulada pela repercussão no exterior, por volta dos anos 1950, havia no país uma privilegiada divulgação da produção arquitetônica nacional [Figura 1]. Nas palavras de Segawa (1982, p. 46): "Nunca o arquiteto brasileiro teve tantas publicações nacionais à disposição como na década dos anos 50 e início dos 60". Revistas como Habitat (1950-1965), Brasil Arquitetura Contemporânea (1953-1958), Arquitetura e Decoração (1953-1958), Forma (1954-1955), Módulo (1955-1965), Brasília (1957-1962), Bem Estar (1958-1960), IAB (1958-1959), Espaço (1959-?), Arquitetura⁷ (1961-1968) surgiram nesse momento e se uniram às publicações anteriores – como Acrópole (1938-1971) e Arquitetura e Engenharia (1946-1965).

⁷ A revista Arquitetura foi fundada, em maio de 1961, com o nome Guanabara e, em dezembro de 1962, recebeu seu nome definitivo.

ARQUITETURA (*) é a melhor revista
brasileira de seu gênero...

João Pessoa, 11 de maio de 1966

Prezados Senhores,

Seu estudante do 4º ano de Engenharia Civil da Universidade Federal da Paraíba. Ontem em nossa aula de Arquitetura o nosso professor, o arquiteto Sen. Nardo Stuehet Fallo, nos apresentou a revista Arquitetura como sendo a melhor no gênero em todo país. Logo após a aula tive a oportunidade de folheá-la melhor e fiquei admirado com a alta qualidade desta revista.

Gostaria imensamente de ficar recebendo esta revista, pois, ela não só me atualizaria com o que existe de mais moderno no gênero como também terei a possibilidade de ver projetos de arquitetos famosos.

Sem outro assunto a agradecer antecipadamente

Ant. Aug. Torres Camello.

Endereço:
Antonio Augusto Torres Camello.
Av. Camilo de Holanda 446
João Pessoa - Paraíba
Brasil.

...na opinião dos especialistas — arquitetos e construtores.

SE O SEU PROBLEMA É COMUNICAÇÃO COM ARQUITETOS
E CONSTRUTORES, **ARQUITETURA** É O SEU VEÍCULO.

(*) FILIADA AO 

Figura 3. Publicidade da Revista Arquitetura. Fonte: ARQUITETURA é a..., 1966, p. IX.

Soma-se a isso que tais divulgações não eram desprovidas do desejo de persuadir ou convencer seus leitores, fosse ao estabelecer modelos ou ao valorizar determinadas correntes em detrimento de outras. A revista Acrópole, editada em São Paulo, é apontada por Segawa (2002, p. 152), como um importante instrumento para divulgar nacionalmente o que lá se realizava. E, conforme Serran (1988), “a revista Arquitetura (1961-68), editada no Rio de Janeiro, era o principal veículo que homogeneizava o pensamento da categoria”.

As revistas também contribuíram para “a construção de uma discussão sobre a arquitetura que não se limitava aos arquitetos, interessando a toda a sociedade” (ANELLI, 2000, p. 2). O alcance atingido por essas publicações, a julgar pela distribuição gratuita da revista Arquitetura, editada pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), a diversas prefeituras do país, era amplo. Conforme publicidade veiculada nesse mesmo título (ARQUITETURA agora...,

1968, p. 1), eram cerca de duas mil as cidades que recebiam seus exemplares e “acompanhavam o que se faz hoje [1968] no Brasil em matéria de arquitetura e planejamento”. Ilustravam essa afirmação desde cidade de porte médio ou situada na região mais desenvolvida, como Juiz de Fora/MG⁸ e Parati/RJ, até pequenas cidades do interior do Nordeste, como Itapagé/CE e Pilar/PB [Figura 2]. Por sua vez, outra publicidade veiculava uma carta de estudante de João Pessoa, Antônio Augusto Torres Camello, que acusava o recebimento dessa mesma revista pela Escola de Engenharia da Paraíba [Figura 3].

Nas páginas desses periódicos especializados eram publicados desde projetos e obras construídas, que serviam de modelos, até debates teóricos e discussões técnicas. Ou seja, eram transmitidos os valores plásticos, as qualidades funcionais e construtivas dessa arquitetura. Debate que, por vezes, surgia no “sentido de esclarecer” soluções apropriadas esteticamente “em diversos prédios construídos nos últimos anos”, como a discussão voltada à correta utilização “sob o ponto de vista estático” dos pilares em “V” (SILVA JÚNIOR, 1959, p. 41) [Figura 4]. Solução amplamente reutilizada em diversas situações e desenvolvida por Niemeyer, em 1951, no Palácio da Agricultura do Parque do Ibirapuera (em São Paulo), após esboçar, no ano anterior, solução semelhante no Hotel Quitandinha, em Petrópolis (BRUAND, 2003, p. 152).

Mesmo a publicidade de materiais de construção, cujo alcance é mais difícil de ser captado, também fomentava o imaginário da arquitetura moderna. A propaganda das Telhas Eternit (COBERTURAS..., 1965, p. V) associava o caráter moderno de seu produto às qualidades econômicas e à possibilidade de “combinar com as portas de correr, com os janelões abrindo para o jardim” e identificava “um V de cabeça para baixo” como o “célebre formato dos telhados antigos” [Figura 5]. Tais formulações, provavelmente divulgadas em outros meios, não tocavam apenas profissionais dedicados à construção, mas inevitavelmente comerciantes e consumidores desses produtos.

Porém esse não foi o único meio de difusão. Como assinala Segawa (1988, p. 9), “[...] a presença de arquitetos conscientes de seu papel na prática direta no meio em que atuam pode também contribuir por transformações”. Dessa forma, o deslocamento de arquitetos por diferentes regiões foi fundamental para propagação da arquitetura moderna. Como até 1960 eram apenas sete os cursos de arquitetura existentes no Brasil, concentrados em grandes centros (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Porto Alegre), os profissionais daí egressos, irradiados por distintas regiões, ampliaram o alcance geográfico dessa arquitetura. E o trabalho dos arquitetos, não raro, se estendeu por cidades próximas de onde se instalaram, de modo a propagar ainda mais seus valores.

⁸ Conforme Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2002d), no ano de 1968, a cidade de Juiz de Fora/MG tinha 194.135 habitantes, Parati/RJ, 16.085, Itapagé/CE, 31.601 e Pilar/PB, 15.056, enquanto João Pessoa, na mesma época, possuía 189.096 habitantes.

SÔBRE OS PILARES EM V

JAYME F. DA SILVA JUNIOR
Professor Catedrático das Escolas de Arquitetura e Engenharia da U.M.G.

1. *Introdução* — Em lugar dos clássicos pilares de eixo retilíneo vertical, têm sido adotados, em diversos prédios construídos nestes últimos anos, os chamados pilares em V. Muito se tem discutido quanto às vantagens e desvantagens desse tipo de estrutura, quer sob o ponto de vista estético quer estático. Quase nada, porém, é de nosso conhecimento haja sido publicado sobre o assunto, no sentido de esclarecer a questão.

Com a finalidade de contribuir para o estudo do comportamento estático dessas estruturas é que se apresentam, a seguir, algumas considerações. Elas poderão, em diversos casos, fornecer indicações relativas às vantagens ou desvantagens que acarretariam o emprego dessas estruturas.

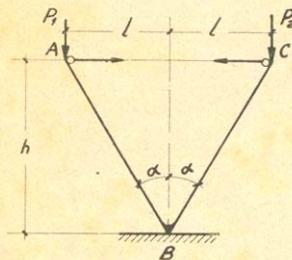


FIG. 1

2. *Hipóteses adotadas* — Considera-se, neste trabalho, pilar em V, ou simplesmente pilar, uma viga em balanço de dois ramos prismáticos iguais, igualmente inclinados em relação à vertical e armada com um tirante (ou escora, se submetido à compressão) retilíneo horizontal, como se indica esquematicamente na figura 1. Supõe-se que as cargas externas sejam verticais e aplicadas somente nas extremidades da viga; para maior simplicidade admitem-se, sempre, pilares simétricos e iguais.

Nessas condições consideram-se, também, estruturas de pilares associados, formados de n pilares iguais unidos entre si por tirantes (ou escoras) rígidos tal como se indica na figura 2 (aí se representa o caso particular de n = 3).

Observe-se que na associação de pilares é inteiramente arbitrária a fixação das distâncias (tais como a e b na fig. 2) entre pilares vizinhos não se exigindo, portanto, simetria para a estrutura resultante.

No caso geral obtém-se um sistema de grau de hiperestaticidade $g = 2n - 1$ que pode ser resolvido pelo método clássico de resolução de estruturas hiperestáticas. De acordo com as hipóteses admitidas, todavia, o problema se resolve com grande facilidade como a seguir se expõe.

3. *Esforços solicitantes* — Fácil é mostrar que numa associação de n pilares iguais os momentos nas fundações são, para todos os pilares (convenção Grinter):

$$M_B = \frac{l}{n} (P - I) \quad 3.1$$

onde:

$$P = P_1 + P_2 + P_3 + \dots \quad 3.2$$

$$I = P_1 + P_2 + P_3 + \dots \quad 3.3$$

desde que se numerem as cargas aplicadas em ordem crescente, a partir da esquerda, para a direita, tal como indicado na figura (e admitido que se carreguem todas as extremidades das vigas).

Além disso, para todos os pilares e de acordo com a mesma convenção de momentos aplicados:

$$M_{BA} = M_{BC} = 0,5 M_B = (P - I) / 2n \quad 3.4$$

Determinados esses momentos as equações da estática fornecem imediatamente as forças X, que atuam nos diversos tirantes e escoras e que, na prática, são as cargas que vão atuar na laje portventura construída ao ni-

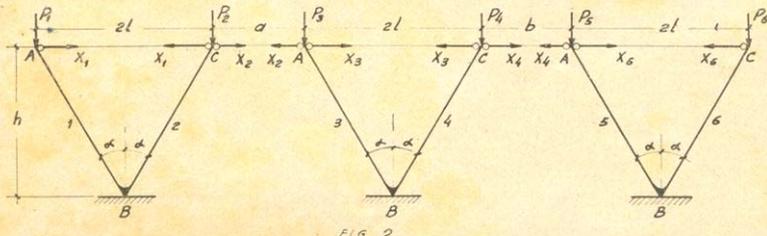


FIG. 2

Figura 4. Artigo da Revista Arquitetura e Engenharia. Fonte: SILVA JÚNIOR, 1959, p. 41.

Processo que se dava de forma mais simplificada com o retorno dos egressos desses cursos a suas terras natais, de forma a transmitirem esse conhecimento a um meio por eles já conhecido. Com efeito, esses centros de ensino polarizaram em distintas escalas a formação dos novos profissionais. O curso do Rio de Janeiro, considerado por Segawa (2002, p. 130), “a principal escola de formação de arquitetos do Brasil até 1945”, congregou estudantes de várias localidades do país, ao passo que o de Recife foi responsável, especialmente após sua renovação iniciada em final dos anos 1940, pela formação de vários profissionais da região Nordeste, em especial dos estados mais próximos.

Os deslocamentos não foram, entretanto, induzidos apenas por laços naturais. Acácio Gil Borsoi, formado e nascido no Rio de Janeiro, instalou-se em 1951 na cidade de Recife para lecionar na Escola de Belas-Artes de Pernambuco. Dedicção ao ensino que proporcionava



“responda depressa: por que esta casa é tão obviamente moderna?”

Porque o telhado não é “quadrado”. É feito com meios-tubos Eternit. Definitivamente moderno. Não tem aquele célebre formato dos telhados antigos, um V de cabeça para baixo.

Eternit combina com as portas de correr, com os janelões abrindo para o jardim. Combina com tudo o que é moderno. Mas ao pensar em Eternit não considere apenas suas vantagens decorativas.

Pois Eternit é econômico, além de tudo. Economiza no madeiramento, na colocação, no transporte. Eternit é bonito e bom. Especialmente se sua casa for de bom gosto.

meios-tubos

coberturas horizontais
Eternit
— mais de 60 anos de experiência na fabricação de produtos de cimento-amianto.

canaletes

Figura 5. Publicidade das Coberturas Horizontais Eternit.
Fonte: COBERTURAS..., 1965, p. V.

uma influência direta, através da transmissão de conhecimentos por meio acadêmico e da formação de futuras gerações. Se a ida desse arquiteto à capital pernambucana fizera dele “um dos portadores da mensagem moderna ao Nordeste”, a presença de paulistas no curso de arquitetura de Fortaleza certamente não fora isenta das referências anteriormente por eles assimiladas (SEGAWA, 2002, p. 131-133). Já outros profissionais tiveram no Estado a indução para o deslocamento. Do Rio de Janeiro “[...] o carioca Marcello Vivacqua (formado em 1951), os mineiros João Timotheo da Costa (formado em 1952) e Severiano Mário Porto (formado em 1954) seguiram para o Espírito Santo, Mato Grosso e para o Amazonas, respectivamente, para cuidarem de obras públicas” (SEGAWA, 1988, p. 9). Formado em São Paulo (1963), o arquiteto paulistano Oscar Arine se instalou em 1966 no Mato Grosso, sob o convite do então

governador Pedro Pedrossian, e aí “foi responsável pela introdução [...] da linguagem da arquitetura paulista dos anos 60” (SEGAWA, 1988, p. 10).

Para além disso, quando atuavam em meios distintos dos quais provinham, propiciavam também a “interação entre valores locais e não-locais”. Fato que se tornava evidente na instalação de arquitetos estrangeiros, a exemplo do português Delfim Amorim e do italiano Mario Russo em Recife, e que, embora em menor grau, também se revelou nos deslocamentos dos arquitetos brasileiros dentro do país. “O carioca Hélio Duarte (formado no Rio de Janeiro em 1930) levou uma informação moderna para a Bahia entre 1938-44 e trouxe para São Paulo o conhecimento acerca das ‘escolas-parques’ formuladas pelo baiano Anísio Teixeira” (SEGAWA, 1988, p. 9).

Por sua vez, essas relações nem sempre se constituíram como intercâmbios, a exemplo de projetos pontuais realizados por arquitetos consagrados, Oscar Niemeyer, Vital Brazil, Sérgio Bernardes, em dispersas localidades do país. De toda forma, as obras construídas constituem uma efetiva forma de propagação da arquitetura moderna. Como lembra Lara (2005), “o fato de que todo mundo pode ver essas fachadas que são tão públicas quanto qualquer outro objeto urbano multiplica a audiência ainda mais, atingindo populações inteiras que passam diariamente por essas casas”. Por conseguinte, “[...] foram e são os arquitetos ‘em trânsito’ que simbolizam essa troca e enriquecimento de valores que, como sementes ao vento, vão desenvolver outras paisagens em novas paragens” (SEGAWA, 1988, p. 13).

Também devemos reconhecer o Estado como um importante agente propagador da arquitetura moderna, cuja ação não se restringiu, conforme Trajano Filho (2003, p. 8), “[...] à realização de obras excepcionais, coisa ‘pra inglês ver’, como o Ministério da Educação e o Pavilhão Brasileiro da Feira de Nova York (1939)”, dada a variedade de programas sob essa mesma orientação por ele realizadas: escolas, hospitais, aeroportos, habitações. Por isso mais do que um cliente o Estado foi produtor dessa arquitetura (TRAJANO FILHO, 2003, p. 8). Relação que apesar das mudanças políticas, econômicas e culturais seria mantida dentro de uma “genérica, porém constante, perspectiva nacionalista” (MARTINS, 1987, p. 89).

Por outro lado, o período “após Brasília” foi marcado também por mudanças tanto no campo arquitetônico quanto no político e econômico. Niemeyer em 1958 reavaliava sua obra, em resposta à “banalização” das soluções arquitetônicas modernas (SEGAWA, 2002, P. 143), e os arquitetos paulistas, a exemplo de Vilanova Artigas (1915-1985), ampliavam sua participação no debate, que se deslocava para a questão tecnológica. Em 1964, se deu a tomada de poder pelos militares. E, após os primeiros anos de dificuldades econômicas, o autoritarismo então vigente e a perda da liberdade política se mesclaram ao otimismo do “milagre brasileiro”,⁹ vivenciado pela economia nacional, entre 1969 e 1973, quando houvera um intenso desenvolvimento do país.

⁹ Durante o período de “milagre econômico” (1969-1973), o Brasil combinava taxas altas de crescimento econômico e inflação baixa, teve suas exportações diversificadas e ampliou a indústria automobilística e a arrecadação de tributos (FAUSTO, 2001, p. 485-8).

A tomada de poder pelos militares também mudou o panorama que se esboçava nos anos imediatamente posteriores a Brasília, pois houve nesse período uma redução da discussão arquitetônica, fruto do desaparecimento de algumas revistas especializadas (Arquitetura e Engenharia, Habitat, Módulo), por efeito do regime militar. E mesmo aquelas que foram mantidas, Arquitetura, até 1968, e Acrópole, até 1971, tiveram curta duração [Figura 1]. Apenas em 1973 foi lançada a revista CJ Arquitetura e em 1975 a revista Módulo voltou a ser editada (SEGAWA, 2002, p. 191). Também ocorreu nessa época, o desaparecimento de expoentes da arquitetura brasileira: Marcelo Roberto faleceu em 1964; Affonso Eduardo Reidy, no mesmo ano; Rino Levi, em 1965.

Em contrapartida, era intensa a produção de construção civil. “É provável que [durante o regime militar] nunca se tenha planejado e projetado tanto no país em tão pouco tempo; nunca se construiu tanto, também” (SEGAWA, 2002, p. 191). Segundo Daher (1982, p. 93), dava-se preferência aos grandes escritórios e empresas de construção e planejamento, de forma a tolher a participação de arquitetos autônomos, e priorizava-se a ocupação intensiva de mão-de-obra, a refrear as pesquisas dirigidas à pré-fabricação ou à industrialização das construções.

Esse conjunto de fatores torna compreensível que Benévolo (1989, p. 720) reconheça o regime militar como marco de uma crise, ao afirmar que “o ciclo da arquitetura brasileira [...] hoje [1976] pode ser deixado de lado como um capítulo encerrado, resultado interrompido por uma situação política e social superada em todo o continente”. Crise reconhecida também por outros autores, como Bastos (2004), Lemos (1983), Segawa (2002), a divergirem apenas quanto à época e à causa desse declínio. Não raro, Brasília será tida também como marco dessa inflexão, quer dizer, como encerramento do “excepcional ciclo *entente* arquitetura/Estado na construção do Brasil moderno” (GORELIK, 2005, p. 153-154, grifo do autor). E, por isso, ela deva ser entendida, conforme Gorelik (2005, p. 153), “como uma encruzilhada particularíssima, como ponto de chegada – em alguns casos de consumação, em outros de quebra – de uma multidão de histórias diferentes”.

Dentro desse contexto entremeado por mudanças de rumo e pela emergência de novos valores, a arquitetura moderna continuava a se expandir pelo país. Se o número de publicações especializadas diminuía, o deslocamento de profissionais continuava a se efetuar, sobretudo graças aos novos cursos criados. E o amplo conjunto moderno já edificado nas cidades brasileiras incitava realizações a sua semelhança. De fato, a repetição exaustiva de soluções similares em meados dos anos 1970, não obstante o programa ou a escala do projeto (SEGAWA, 2002, p. 157), já apontava por si mesma a contínua propagação desses modelos.

Portanto, o estudo da difusão da arquitetura moderna no período após Brasília, longe de focar quando se dera a deflagração desse processo, nos permite analisar seu vigor e continuidade, visto que esse período compreende situações extremas: desde a forte repercussão nacional e internacional conquistada por essa arquitetura durante um contexto político-econômico favorável até a posterior experiência controvertida durante o regime militar.

No entanto, como afirma Veyne (1998, p. 41), “é preciso haver uma escolha em história, para evitar dispersão de singularidades e uma indiferença em que tudo tenha o mesmo valor”. Diante disso, nossa pesquisa se detém não na escala nacional, cuja complexidade e amplidão de agentes envolvidos resultariam em inerentes simplificações, mas numa escala mais reduzida, a dimensão urbana, que nos conduz a uma visão mais próxima desse processo e de seus resultados. Como foco, elegemos a cidade de João Pessoa, por sê-la, nessa época, palco de intensa disseminação da arquitetura moderna em seu espaço urbano, mesmo sem ter um ambiente de debate arquitetônico formalmente constituído. Seu curso de arquitetura só foi fundado em 1974 e entrou em funcionamento no ano seguinte. Seu quadro de profissionais se renovava, embora fosse reduzido, de forma que era freqüente a atuação de não-arquitetos ou de profissionais de fora. Aspectos igualmente representativos de tantas outras cidades brasileiras e que, por isso, não a transformam num caso excêntrico.

Objetivamos, com isso, analisar a difusão da arquitetura moderna através do vínculo entre a produção arquitetônica e o espaço urbano, ao tratar desse processo na cidade de João Pessoa entre 1956 e 1974. Período que compreende, no plano local, ao intervalo entre a renovação do quadro de profissionais, em meados de 1956, e a criação do curso de arquitetura, em 1974. Estudo que subdividimos em três eixos de investigação: identificar os agentes promotores dessa arquitetura; reconhecer suas formas de manifestação no espaço urbano através de sua dispersão pela cidade e por diversos programas; evidenciar como era então representada ou recepcionada essa arquitetura no meio local.

Delimitamos a produção arquitetônica por nós analisada com base em pesquisa ao Arquivo Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa, que diante de suas limitações, dado que alguns documentos foram perdidos ou não se encontram mais arquivados, acrescentamos obras identificadas pela imprensa da época, por estudos acadêmicos ou pelos próprios profissionais então atuantes, quando obras de suas autorias. E como pretendíamos caracterizar a produção do período como um todo, abrangemos obras públicas e privadas, além de intervenções urbanísticas, embora tenhamos desconsiderado de nosso universo os conjuntos habitacionais, por requererem consulta a arquivos específicos (tarefa que excederia o tempo disponível para esta pesquisa). Sempre que possível, devido às freqüentes modificações aos imóveis, recorreremos aos projetos originais ou, quando de suas inexistências e da importância da obra para nosso estudo, tentamos recompô-los com base em levantamentos confrontados com fotografias antigas e depoimentos de seus autores ou dos proprietários iniciais.

Por sua vez, como foram recorrentes os projetos parcialmente construídos ou simplesmente não construídos, estendemos nossas análises tanto às obras edificadas quanto aos projetos, com o fim de captar a integridade do pensamento do arquiteto, sem com isso nos abstermos das dificuldades por eles enfrentadas para a concretização, que também nos indicam possíveis limitações locais, dos pontos de vista técnico, construtivo, financeiro ou mesmo cultural.

Quanto à identificação das datas dessas produções, optamos por nos remeter a sua aprovação na prefeitura, procedimento também adotado por M. Silva (1991, p. 39) em sua pesquisa sobre a arquitetura de Alagoas, “Arquitetura Moderna: a atitude alagoana” (1991). Escolha que nos parece mais acertada por marcar uma provável transição entre o final da etapa de projeto e o início da construção, além de oferecer um critério único que nos permite enquadrar os projetos de quaisquer autores e com isso facilitar nossa sistematização. Porém, pelo fato de alguns projetos não estarem mais arquivados e, por isso, utilizarmos outras fontes de documentação, procuramos nesses casos nos referir a data final dos projetos e/ou início da construção. E, quando percebemos um intervalo significativo entre ambos os momentos, evidenciamos a distinção entre eles.

Como foram praticamente inexistentes depoimentos, entrevistas, memoriais descritivos ou publicações sobre essas obras ou seus agentes em revistas especializadas, recorreremos a jornais e revistas locais em circulação naquela época que, embora não nos ofereçam uma leitura erudita, captavam constantemente essas realizações. Esses documentos sinalizaram as obras, suas representações e agentes envolvidos, além das próprias transformações que se processaram no espaço urbano. Leitura favorecida essencialmente pelos jornais, que oferecem uma apreensão diária da cidade, e que nos permitem, por sua vez, captar a hipótese da história cultural urbana assinalada por Gorelik (2005, p. 154), “de que a cidade e suas representações se produzem mutuamente”.

Esses documentos foram ainda acrescidos das entrevistas por nós realizadas com os principais promotores dessa arquitetura, a fim de caracterizar suas produções e seus perfis profissionais. Processo, no entanto, sujeito a memória ou visão atual do entrevistado e, por isso, confrontado com as demais fontes de informações.

Tal encadeamento e sistematização de dados resultaram nos quatro capítulos desta dissertação, estruturados conforme uma ordem cronológica, mas sem o rigor da subdivisão em fases estanques e definidas por datas precisas. No Capítulo 1, tratamos da caracterização do contexto, em relação às experiências modernas já existentes na cidade, a conformação de um novo quadro de profissionais e a identificação de possíveis meios de debate local. No Capítulo 2, identificamos os agentes envolvidos na consolidação da arquitetura moderna, com base nas principais transformações da paisagem urbana então captadas pela imprensa. No Capítulo 3, abordamos a propagação e manifestação dessa arquitetura no espaço urbano, ao analisarmos as ações dos principais agentes identificados. No Capítulo 4, tratamos dos ecos dessas realizações sobre a paisagem de João Pessoa e sobre as discussões arquitetônicas e urbanísticas locais.

OS ELEMENTOS DO CONTEXTO

As primeiras experiências modernas

Segundo Trigueiro (1989, p. 134), a construção do serviço de abastecimento de água, inaugurado em 1912, a instalação de luz elétrica e a substituição de bondes puxados por burros por modelos elétricos, inaugurado em 1914, marcaram o início do processo de modernização da capital paraibana, ainda no governo estadual de João Machado (1908-1912). Nessa época também foi aberta a avenida com o nome desse governador, que substituiu “as vielas e matas de nenhum asseio” por um traçado regular. Representativo do início desse processo no campo urbanístico foi o plano de saneamento de João Pessoa elaborado em 1913 pelo engenheiro Saturnino de Brito, que abrangeu os serviços de esgotamento sanitário, alargamento e abertura de ruas para construção de galerias de esgotos e o saneamento da lagoa dos Irerês (atual Parque Solon de Lucena), mas cuja construção só se deu na década seguinte.

Essa modernização era estimulada pelo prestígio político conquistado por personalidades locais e pelo desenvolvimento econômico da Paraíba, cuja prosperidade iniciada entre 1910 e 1924 teve como fatores determinantes a elevação do preço do algodão, base de sua economia, a renovação de seu quadro político e a indicação do paraibano Eptácio Pessoa à Presidência da República (1919-1922), que conduziu consideráveis recursos financeiros ao estado (TRIGUEIRO, 1989, p. 135).

Nesse tempo vários arquitetos se instalaram em João Pessoa. Os italianos Pascoal Fiorilo, formado na Itália, e Hermenegildo Di Lascio (1884-1957), formado na Argentina (onde era então radicado), chegaram em 1916, ambos contratados para atuar nas reformas urbanísticas empreendidas pelo governador Camilo de Holanda (1916-1920) na capital paraibana.¹⁰ Hermenegildo, que se tornou um dos arquitetos com produção mais extensa na cidade, atuou tanto na iniciativa pública quanto privada e se dedicou ainda à construção, através da firma Cunha & Di Lascio, em sociedade com o paraibano Avelino Cunha.¹¹ Nesse mesmo governo, se instalou mais um italiano: G. Gioia¹² (m. [198-]), formado em seu país de origem, que permaneceu em João Pessoa provavelmente até meados dos anos 1940, quando, segundo José Mello (2006, p. 120-122), se radicou em Campina Grande, onde permaneceu até seu falecimento. Em meados de 1922, chegou o capixaba Clodoaldo Augusto de Souza Gouvêa (1887-1948),^{13*} formado no Rio de Janeiro (em meados dos anos 1910) (TRAJANO FILHO, 1999, p. 54). Inicialmente esse arquiteto realizou projetos particulares em paralelo ao trabalho na seção de projetos da prefeitura municipal e, nos anos 1930, passou a atuar, por indicação de Ítalo Joffily, na Seção Técnica da Diretoria de Viação e Obras Públicas (DVOP), vinculada ao governo estadual, na qual permaneceu até o fim de sua carreira. Também nos anos 1920, se instalou o paraibano Otávio Freire, formado em Paris, sobre o qual, no entanto, temos poucas informações. É importante apontarmos que esses dois últimos arquitetos tinham relações diretas com a Paraíba: Otávio Freire aí nascera e, por sua vez, Clodoaldo Gouvêa, conforme Trajano Filho (1999, p. 53), pertencia à tradicional família paraibana, que ocupava “cargos importantes na administração pública de vários estados do Nordeste, especialmente Paraíba, Pernambuco e Alagoas”. Dessa forma, não se tratava, em seus casos, de uma vinda ocasional, embora certamente estimulada pela situação econômica e pelas obras então realizadas na cidade.

Foi esse conjunto de arquitetos que, direta ou indiretamente, impulsionou o processo de modernização arquitetônica de João Pessoa. Conforme Celso Mariz (1978, p. 91), em vez do casario “ainda de [...] estilo antigo” dos anos anteriores, no qual estavam presentes “o corredor sem fim e o quarto escuro”, eles “construíram casas alegres, arejaram, fizeram os primeiros bangalôs, movimentaram os tetos”, embora, segundo o mesmo autor, “não [...] criassem uma era de arte e beleza”. Traziam, pois, uma reconhecida contribuição às condições higiênicas das edificações, sem adentrarmos, por enquanto, em seus aspectos plásticos e técnicos. Revisão que também contou com o envolvimento dos construtores Mariano Falcão e José Coelho, também chegados à cidade nesse período.

¹⁰ Conforme José Mello (2006, p.107), a intermediação para a vinda de Hermenegildo se deu através de um parente distante: Pascoal Florentino, radicado em Recife.

¹¹ Hermenegildo, quando de sua estada em Buenos Aires, foi sócio da construtora Di Lascio & Fava.

¹² Como há divergências quanto ao nome desse arquiteto, Trajano Filho (1999) o denomina Giovanni Gioia e José Mello (2006), Giuseppe Gioia, optamos pelo uso da abreviação G. Gioia.

¹³ Extraímos essa grafia do nome de Clodoaldo Gouvêa de documento encontrado no Arquivo Público Municipal de Campina Grande: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. Solicitação de licença para o exercício da profissão de engenheiro-arquiteto na cidade. Campina Grande, 01 jan. 1945.



Figura 6. Publicidade do “arquiteto-construtor” Alcides Cordeiro de Lima, em 1935. Fonte: ALCIDES..., 1935 (arquivo pessoal de Marcus Vinícius).

Segundo Mariz (1978, p. 92), foram “inúmeras as casas particulares de plantas e construções desses arquitetos, aos quais se juntam os esforços de bons mestres de obra que depois se tornaram construtores de certa reputação, como Gama, Carmelo Rufo e alguns mais”. Produção privada que também contou com a participação de outros profissionais, além desses por nós já identificados, como foi o caso do arquiteto-construtor Alcides Cordeiro de Lima e cuja produção igualmente sinalizava a modernização das residências locais. Podemos supor isso através de sua publicidade veiculada em 1935, que expunha um bangalô¹⁴ e uma residência de formas abstratas e ausente de adornos, a revelar, apesar da diversidade de linguagem, uma maior atenção à funcionalidade, em especial ao conforto climático, além do distanciamento a uma composição historicista [Figura 6].

Certamente essas residências não estavam desvinculadas da modernização empreendida às obras oficiais. Como defende L. Cavalcanti (2000, p. 12), “a conquista de um mercado estatal era absolutamente fundamental em um país no qual as elites privadas apenas adotam um estilo depois que tivesse sido experimentado e aprovado em obras públicas”. A influência

¹⁴ Com base no significado de bangalô exposto por Corona e Lemos (1972, p. 69): “[...] pequena residência provida de varanda, pretensamente alpendrada, pretensamente pitoresca e geralmente levantada nos bairros das cidades”.

estabelecida pelas obras oficiais, de forma a disseminar suas soluções, já fora inclusive apontada pelo paraibano Celso Mariz (1978, p. 87), em seus escritos sobre a Paraíba:

Os governos, quando contam com recursos maiores, dão feição mais rica e melhor a suas construções. Dessa forma, influem no gosto e expressão das edificações particulares. Um prédio novo, com disposições, fachada, pavimentação, material diferente, é um estímulo, uma lição viva numa cidade. Quando é um sinal de progresso econômico, segue-se-lhe a imitação dos que estão ao nível desse progresso.

Com efeito, as obras oficiais tiveram em João Pessoa papel fundamental para impulsionar a modernização arquitetônica, fosse ao promover a chegada de novos profissionais, fosse ao efetuar obras construídas, que transformavam o espaço urbano, através do saneamento e do traçado de vias e especialmente por meio da própria arquitetura. Novos bairros foram realizados; a lagoa situada em região central da cidade, após ser saneada e urbanizada, foi transformada em parque (1924); novos edifícios públicos foram construídos, Escola Normal (Otávio Freire – 1926), Imprensa Oficial, agência dos Correios e Telégrafos (Hermenegildo Di Lascio – 1926), Parahyba Palace Hotel; novas praças foram realizadas ou reformadas, como Venâncio Neiva¹⁵ (Pascoal Fiorilo – 1917), da Independência (1922), Vidal de Negreiros (1924); foi aberta uma via de ligação entre o centro e a praia (1918), cujo traçado deu origem à Avenida Epitácio Pessoa (1933); o serviço de saneamento da capital foi iniciado (1922), apesar de só ter sido inaugurado em 1928; o Parque Arruda Câmara foi criado.

E foi durante o governo Getúlio Vargas (1930-1945) que os investimentos para a modernização da cidade ganharam um novo impulso. Vivia-se no Brasil um desejo, não restrito à política, de transformar o país, a fim de estabelecer bases para seu crescimento e “permitir-lhe desempenhar importante papel no futuro” (BRUAND, 2003, p. 72). A Paraíba assumiu uma posição privilegiada nesse ambiente, em virtude da adesão do político paraibano João Pessoa à vice-presidência na candidatura de Vargas e dos acontecimentos decorrentes de seu assassinato. Diante disso, a nomeação do paraibano José Américo de Almeida para o Ministério de Viação e Obras Públicas veio selar esse apoio e favorecer, por sua vez, a condução de novos investimentos federais para o estado. Foi fruto desse momento o Plano de Remodelação e Extensão da cidade (1933) [Figura 90], de autoria do urbanista Nestor de Figueiredo, que propunha “a ampliação das comunicações entre a Cidade Alta e o Varadouro [Cidade Baixa] e a criação de um bairro comercial separado em comércio grossista e varejista e de um setor para equipamentos industriais, todos nas proximidades do ancoradouro do Varadouro”, além de delimitar o Parque Solon de Lucena como “centro de irradiação” da “cidade futura” (TRAJANO FILHO, 2003, p. 76-78). Também se deu nesse período a construção do Palácio da Secretaria da Fazenda (1933), projetado por Clodoaldo Gouvêa através da DVOP, que veio a ser um dos primeiros edifícios de arquitetura moderna da capital paraibana.

¹⁵ A autoria do Pavilhão do Chá, presente nessa mesma praça, é de G. Gioia.

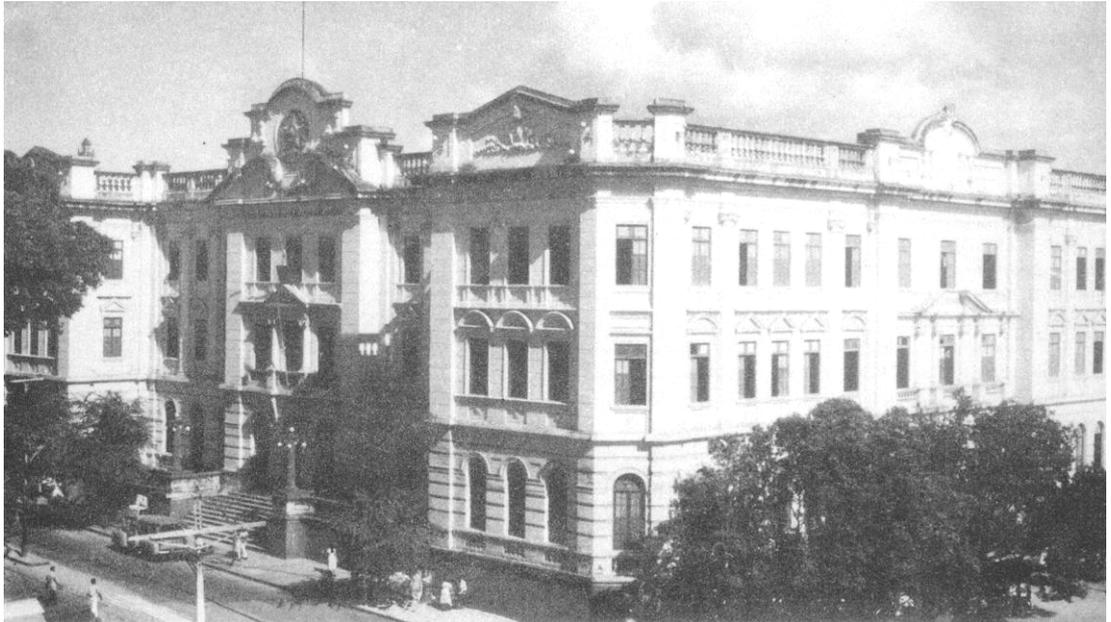


Figura 7. Sede dos Correios e Telégrafos (1926), Hermenegildo Di Lascio. Fonte: BORGES, 1960, p. 283.

Portanto, o Estado, como defende Trajano Filho (2003, p. 8-9), teve papel ativo na “constituição de uma cultura arquitetônica moderna”. Postura que se tornava nítida, dentre outros fatores, pelos investimentos concentrados nessas obras, “que permite lançar mão de materiais e técnicas construtivas que de resto têm uso apenas esporádico e excepcional nesse momento”, e pelas publicidades a elas dirigidas (TRAJANO FILHO, 2003, p. 9). As novas edificações construídas pelo Estado buscavam expressar uma “imagem moderna de administração”, espelhar “os ideais de progresso e modernidade desejados pelos governantes” (TRAJANO FILHO, 1999, p. 35). E não raro estavam unidas a intervenções no espaço urbano. O Edifício Central do Instituto de Educação (DVOP/Clodoaldo Gouvêa – 1936), por exemplo, deu-se em paralelo à construção da moderna avenida arborizada com cinquenta metros de largura a sua frente, Avenida Getúlio Vargas, procedente da *parkway* da Lagoa sugerida no plano de Nestor de Figueiredo, que se constituía, segundo Trajano Filho (2003, p. 5), “como um eixo do desenvolvimento futuro da capital”.

Se, como já afirmamos, as novas construções denotavam inicialmente uma maior atenção funcional, ao ampliar os cuidados com ventilação e iluminação, elas também ecoavam, embora nem sempre no mesmo ritmo, as transformações técnicas e plásticas pelas quais passava a arquitetura brasileira.

A “reutilização mais ou menos livre do vocabulário formal de estilos passados” (SILVA, G., 1987, p. 180) marcou num primeiro momento, nas décadas de 1910 e 1920, os edifícios então construídos em João Pessoa, como ilustravam o Grupo Escolar Thomas Mindello (Pascoal Fiorilo – 1916), a Escola Normal (Otávio Freire – 1926) e a Sede dos Correios e Telégrafos (Hermenegildo Di Lascio – 1926) [Figura 7]. Nessa mesma época semelhantes realizações também se revelavam em Recife, onde eram identificadas como símbolos de modernidade,

por se diferenciarem dos antigos sobrados, e não eram ainda, conforme G. SILVA (1987, p. 190), reconhecidas nos jornais e na literatura pelo termo “Eclético”, como vieram a ser posteriormente denominadas.

Orientação que, a partir da década de 1930, foi em João Pessoa gradualmente direcionada a uma arquitetura mais racional, particularizada “pela limpeza formal na composição e pelo uso de uma discreta ornamentação com motivos geométricos e estilizados” (TRAJANO FILHO, 1999, p. 37). Isto é, uma produção que passava a seguir os padrões de simplificação, geometrização e racionalização das composições formais conforme exposto na *Exposition Internationale des Arts Décoratifs et Industriels Modernes*, realizada em 1925 em Paris, e que foram reconhecidos como o estilo *Art Déco*, disseminado, segundo Segawa (2002, p. 72), “entre os profissionais de várias regiões do Brasil”, na segunda metade dos anos de 1930, o que foi favorecido pelas revistas especializadas, como “Arquitetura e Urbanismo” e Acrópole, que publicavam, ao lado de soluções tradicionalistas e neocoloniais, obras modernizantes.

Essas adesões ao *Art Déco* se mesclaram em João Pessoa ao aparecimento das primeiras obras alinhadas à arquitetura moderna das vanguardas européias, a exemplo, como já



Figura 8. Palácio da Secretaria da Fazenda (1933), DVOP/Clodoaldo Gouvêa. Fonte: TRAJANO FILHO, 2002, p. 94.

expusemos, do Palácio da Secretaria da Fazenda (1933) [Figura 8], projetado por Clodoaldo Gouvêa através da DVOP, que foi uma das primeiras manifestações locais. Seu projeto era condicionado pela flexibilidade do espaço interno, a fim de se adequar à diversidade de usos e à possibilidade de futuras modificações, que, por sua vez, determinava o espaço externo. Dessa forma, as circulações verticais e equipamentos de apoio situavam-se na parte posterior do edifício. E as amplas aberturas horizontais favoreciam a funcionalidade, fosse ao assegurar a iluminação e a ventilação naturais, fosse ao ampliar as possibilidades de aproveitamento do interior. Sem desprezar os aspectos funcionais, o apelo técnico e plástico era ostentado pelas aberturas angulares e pela volumetria movimentada e escalonada. Elementos verticais e horizontais se uniam e ressaltavam “de imediato a elegância de implantação urbana, numa tematização da velocidade e do movimento que é pouco freqüente na arquitetura brasileira”, como observado por Martins (1988, p. 88). A racionalidade e a estética moderna se contrapunham, no entanto, às limitações técnicas locais, de forma que a avançada técnica do concreto armado, que possibilitou os dois únicos pilares internos, e a estrutura metálica da coberta se associavam ao uso da tradicional alvenaria estrutural na periferia do edifício. Solução que não deixava de sinalizar também o domínio de diferentes técnicas construtivas e a assimilação de tecnologias mais recentes, mesmo que sujeitas às possibilidades locais.

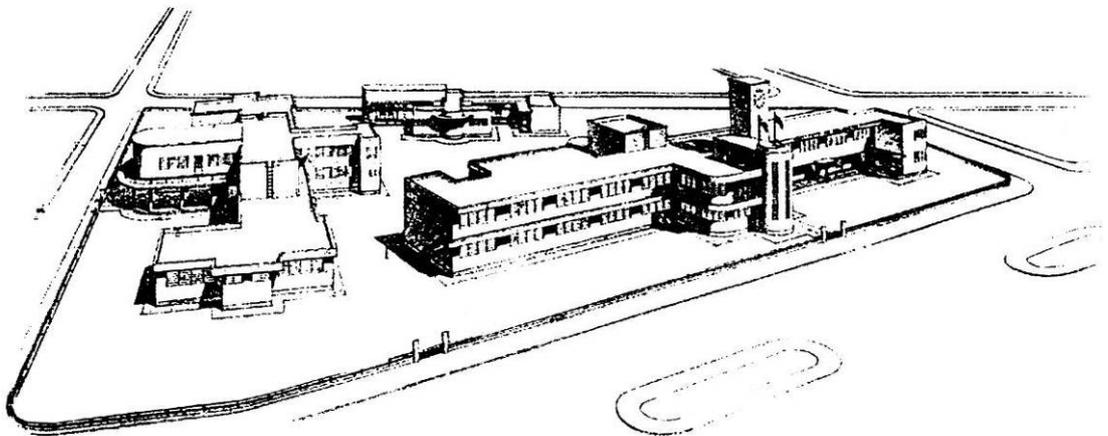


Figura 9. Perspectiva do Instituto de Educação (1936), DVOP/Clodoaldo Gouvêa: Edifício Central (à direita), Escola de Aplicação (à esquerda) e Jardim de Infância (ao fundo). Fonte: TRAJANO FILHO, 2002, p. 71.

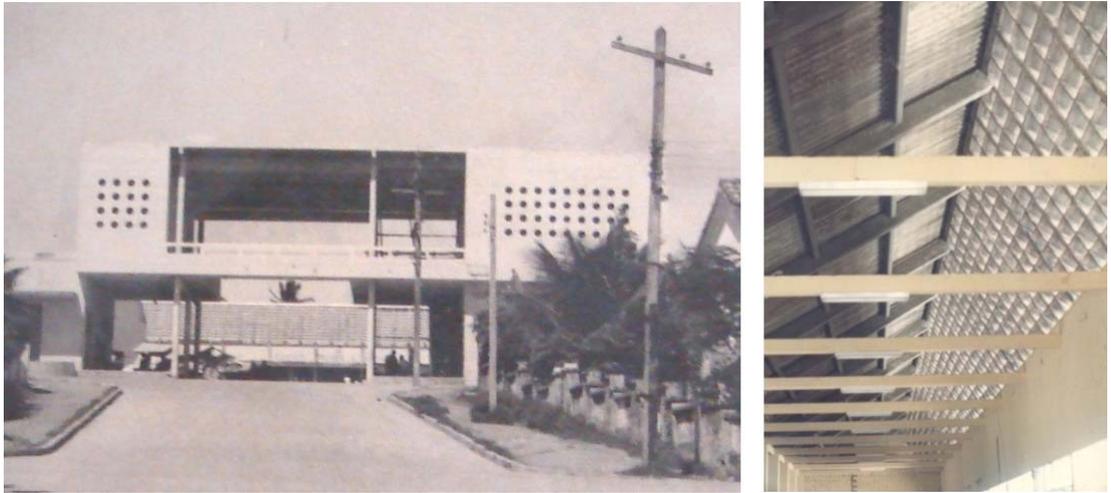
Outra obra igualmente representativa desse período foi o Edifício Central do Instituto de Educação (1936) [Figura 9], também projetado por Clodoaldo Gouvêa através da DVOP, o qual constituiu uma “pedra angular da ampla modernização do sistema educacional da Paraíba” e suscitou ampla publicidade, desde o anúncio de sua construção (TRAJANO FILHO, 2003, p. 5-6). Nele foram concretizadas as pesquisas técnicas empreendidas por esse órgão em colaboração com a Diretoria de Ensino de São Paulo voltadas à construção de novos

edifícios escolares. Estudos que almejavam a eficiência e a economia de recursos e eram realizados por equipes multidisciplinares formadas por engenheiros, arquitetos, pedagogos, médicos, entre outros (TRAJANO FILHO, 2003, p. 120). Dessa forma, abordava aspectos funcionais, construtivos e programáticos, que iam “desde a melhor solução da implantação até a altura dos peitoris de cada janela, justificando cada decisão com argumentos puramente técnicos” (TRAJANO FILHO, 1999, p. 106). Como resultado, o Edifício Central do Instituto de Educação tinha a disposição das salas de aula, concentradas num único lado, conforme preceitos de conforto climático, para viabilizar a ventilação cruzada nesses ambientes. Janelas angulares e a construção de um teto-jardim em sua cobertura revelavam seu alinhamento às soluções formais das vanguardas européias, além de sinalizar avanços técnicos. E novamente voltava a conciliar estrutura de concreto armado, como utilizada nas circulações em balanço, e alvenaria estrutural, de forma que, assim como no projeto anterior, ainda conservava resquícios da solidez plástica comum às construções tradicionais.

Mais tardiamente, na década de 1940, as edificações realizadas por esse órgão confirmavam não apenas a assimilação da arquitetura moderna, mas também o aperfeiçoamento técnico. Obras que passavam a ser marcadas pela leveza plástica. Projetado pelo engenheiro-arquiteto João Correia Lima (1908-[19--?]), ex-integrante da equipe de Luís Nunes em Recife e então responsável pela seção de arquitetura da Secretaria de Viação e Obras Públicas de Pernambuco, o Cassino de Verão (1939), no Parque Solon de Lucena, era composto por uma laje plana de concreto armado suportada por conjunto de pilares regularmente dispostos do mesmo material. Solução em que plástica e técnica eram conciliadas dentro dos preceitos modernos [Figura 10]. Essa obra marcava ainda uma maior flexibilidade na realização dos serviços pela DVOP, quando da saída em 1939 de Ítalo Joffily de sua direção, momento em



Figura 10. Cassino de Verão (1939), DVOP/João Correia Lima. Fonte: IHGP.



Figuras 11, 12. Mercado Público Municipal (1943-1948), Antônio Bezerra Baltar. Fonte: IHGP; ROCHA, 1987, p. 46.

que a elaboração dos projetos não estava mais restrita ao corpo técnico desse órgão (TRAJANO FILHO, 2003, p. 48).

Nessa mesma década e também nas proximidades do Parque Solon de Lucena, então área de expansão urbana e próxima a núcleos residenciais, foi construído o Mercado Público Municipal, inaugurado em 1948 e empreendido pelo prefeito Francisco Cícero de Melo Filho (1940-1945) (COUTINHO, Marco Antônio; VIDAL, 2007) [Figuras 11, 12]. Obra que, além do desenvolvimento técnico, como demonstrava as grandes aberturas zenitais (sheds) e o uso de estrutura independente de concreto armado, sinalizava mais uma vez a ação de um profissional da capital vizinha: o engenheiro e urbanista pernambucano Antônio Bezerra Baltar (1915-2003), que, assim como João Correia Lima, atuou no Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DAU, liderado por Luís Nunes.

No entanto, o direto envolvimento de Clodoaldo Gouvêa com a DVOP torna muitas vezes difusa a distinção entre a contribuição individual desse arquiteto e a contribuição institucional desse órgão, dirigido, entre 1932 e 1939, pelo engenheiro pernambucano Ítalo Joffily Pereira da Costa (1904-1987), formado no Rio de Janeiro (em meados de 1928). Somam-se a isso, como reconhecido por Trajano Filho (2003, p. 44-45), “os escassos registros acerca da autoria das obras” e o “intento de Joffily em conferir uma dimensão coletiva às realizações da diretoria”. Por conseguinte, obras realizadas pela DVOP são, por vezes, atribuídas a Clodoaldo Gouvêa, como o Cassino de Verão (1939) e o Mercado Público Municipal (1943-1948), embora não tenham sido por ele concebidas. Com efeito, conceitos próprios ao racionalismo, como economia, funcionalidade e eficiência estavam presentes nas realizações da DVOP, firmemente aplicados às obras públicas da década de 1930, e não apenas às obras daquele arquiteto. Esses princípios se faziam notar principalmente no discurso fundamentado em critérios funcionalistas do diretor desse órgão, o engenheiro Ítalo Joffily, que promoveu a introdução de “referenciais modernos na rotina de projeto das Obras Públicas” (TRAJANO

FILHO, 2003, p. 46). Inclusive, tão logo lançada na Itália a obra *Gli Elementi dell'Architettura Funzionale* (1932), de Alberto Sartoris, que objetivamente fixava a imagem da “nova arquitetura” e seus princípios gerais, ela estava disponível na DVOP (TRAJANO FILHO, 2003, p. 11). Portanto, embora não se possa (nem se deva) minimizar a importância de Clodoaldo Gouvêa, as realizações oficiais e o empenho desse órgão em promover a arquitetura moderna suplantavam a simples ação isolada de um único profissional.

Afora isso, tais transformações da arquitetura local não estavam desvinculadas da própria modernização da arquitetura brasileira e que teve em Recife uma experiência significativa através da atuação de Luís Nunes (1908-1937) na Diretoria de Arquitetura e Urbanismo, entre 1934 e 1937. Interação entre as instituições recifense e pessoense que, embora não tenham sido encontrados indícios, não pode ser, segundo Trajano Filho (2003, p. 47), desprezada.

Porém, a modernização da arquitetura de João Pessoa não se deu uniformemente. As obras inicialmente ecléticas de Hermenegildo Di Lascio e G. Gioia se converteram, ao longo do tempo, em *Art Déco*. Esse último profissional, segundo Trajano Filho (1999, p. 47), desenvolveu uma trajetória mais linear, por caminhar progressivamente em direção àquele estilo sem aparentes retornos ao Ecletismo praticado no início de sua carreira. São exemplos de sua fase mais madura: a reforma do Quartel de Polícia Militar (1932), o Cine-Teatro Rio-Branco (1932) e residência na Rua das Trincheiras [Figura 13]. Nesse último projeto, no qual era acentuado seu distanciamento aos estilos historicistas, ainda persistiram discretas decorações acima das aberturas e a simetria axial, que nos impedem sua caracterização como um exemplar efetivamente moderno. Hermenegildo Di Lascio também percorreu trajetória semelhante. Se por volta de 1925 projetou a Loja Maçônica Branca Dias, de notória filiação eclética, em torno de 1939 realizou a Capitania dos Portos [Figura 14], em que a limpeza formal e a metáfora náutica, influenciadas pela arquitetura moderna, se justapunham à simetria e à decoração geométrica, mais próprias ao *Art Déco*.

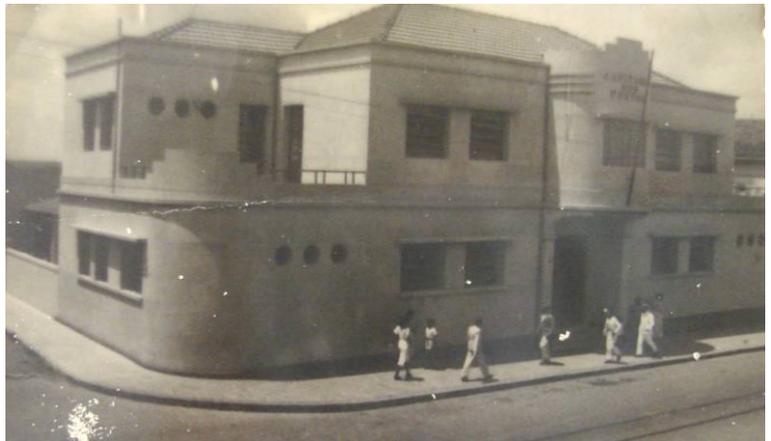
Dessa forma, o esforço empreendido por ambos os arquitetos com vistas à modernização da arquitetura, foram ao encontro do *Art Déco*, que incitava o abandono ou geometrização dos adornos e a limpeza formal das edificações, embora fosse, no entanto, um distanciamento tardio da composição historicista ligada ao Ecletismo, dada a então emergência da arquitetura moderna no país. Quanto a Pascoal Fiorilo e Otávio Freire, não podemos aferir com precisão o encaminhamento por eles seguido em favor de uma maior racionalidade arquitetônica, porque suas produções são ainda pouco conhecidas, em especial a desse último, de modo a inibir uma análise precisa.

Clodoaldo Gouvêa, por sua vez, se manteve inicialmente, durante os anos 1920, preso aos ensinamentos acadêmicos da Escola Nacional de Belas-Artes, ao realizar uma produção caracterizada pela simetria axial e pela decoração geométrica. Foi na década posterior que esse arquiteto começou a se aproximar dos princípios modernos, influenciado pelas vanguardas européias, quando se distinguiu pelo rigor de sua concepção técnico-construtiva, durante sua atuação na DVOP.

Figura 13. Residência na Rua das Trincheiras, G. Gioia.
Fonte: ROCHA, 1987, p. 42.



Figura 14. Capitania dos Portos da Paraíba ([1939?]),
Hermenegildo Di Lascio.
Fonte: IHGP.



Enfim, a arquitetura de João Pessoa passava por um momento de transição rumo à arquitetura moderna, o que era visível tanto no conjunto da produção pública ou privada, quanto na trajetória individual dos arquitetos. E se diferentes estilos coexistiam nesse tempo, não residia nisso uma contradição, visto que a história, como nos lembra Kauffmann (1974, p. 96-7), ocorre de forma lenta e constante, com determinadas correntes a ocorrerem em paralelo ou a se entrecruzarem, de forma que a construção de linhas fronteiriças abruptas é, pois, uma construção historiográfica.

Essa transformação também se revertia nos aspectos técnicos e construtivos desses edifícios, o que se tornava claro naqueles realizados nos anos 1940. Fenômeno que, por sua vez, tinha o impulso direto do Estado, através das construções oficiais, e era favorecido ainda pelo desenvolvimento econômico da Paraíba. Como observado, por Celso Mariz (1978, p. 87): “Nossa capital tem [em final dos anos 1930]¹⁶ acompanhado, em seu aspecto e grandeza, o desenvolvimento econômico do Estado”. E, como já assinalamos, essa transformação não ficou relegada às obras oficiais. Afinal, como acrescentava o mesmo autor: “[...] tivemos mais sobrados particulares e mais edifícios públicos de tamanho” (MARIZ, 197, p. 87).

¹⁶ Data que se refere à primeira edição de seu livro *Evolução Econômica na Paraíba*: em torno de 1939.

A renovação do quadro de arquitetos

Entre o final dos anos 1940 e meados dos anos 1950, o quadro de arquitetos atuantes em João Pessoa se alterava. Clodoaldo Gouvêa faleceu em 1948. G. Gioia, por volta dessa época, provavelmente se transferiu para Campina Grande/PB (MELLO, José, 2006, p. 122). Hermenegildo Di Lascio faleceu em 1957. Quanto a Pascoal Fiorilo e Otávio Freire, não encontramos registros de suas atuações nas décadas posteriores, mesmo em depoimentos dos arquitetos por nós entrevistados. É possível que dentre os arquitetos chegados nos anos 1920, como esses dois, alguns tenham permanecido pouco tempo, diante da afirmação de Celso Mariz (1978, p. 92), ao se referir, em final dos anos 1930, àquele grupo: “os que aqui ficaram, prosseguiram trabalhando, comunicando uma influência enorme na edificação dos últimos tempos”. Por sua vez, Alcides Cordeiro de Lima, cuja atuação é por nós conhecida apenas por publicidades em jornais locais, ainda estava em 1958 presente em João Pessoa, ao ter em vista sua então manifestação na imprensa (DESAPROPRIAÇÃO..., 1958, p. 3), embora não tenhamos encontrado referências a projetos por ele realizados entre 1956 e 1974.

Em contrapartida, se dava, por volta dessa mesma época, a atuação de novos profissionais em João Pessoa, os quais se instalavam na cidade ou apenas aí passavam a atuar [Figura 15].

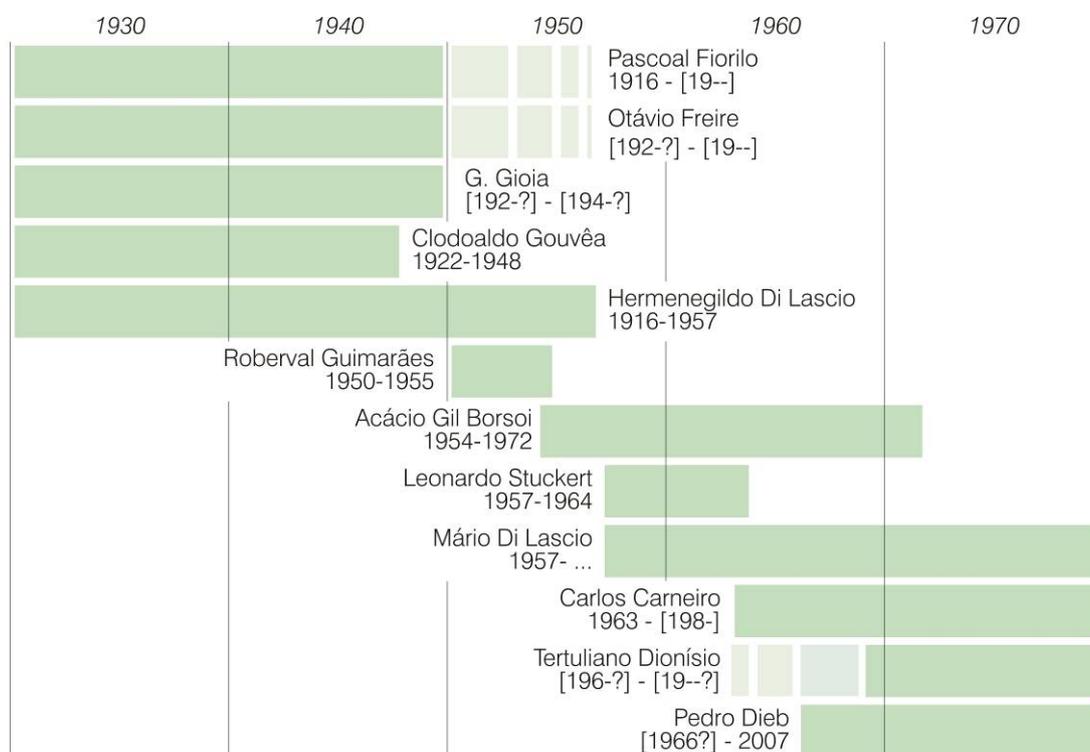


Figura 15. Quadro histórico dos arquitetos atuantes em João Pessoa, conforme o período de atuação na cidade. Dados: BORSOI, 2007; CUNHA, 2007; DIEB, 1981, 1994; STUCKERT, 2006; GUIMARÃES, 2007b; LASCIO, 2006a; MELLO, José, 2006; NASLAVSKY, 2004; TRAJANO FILHO, 1999.

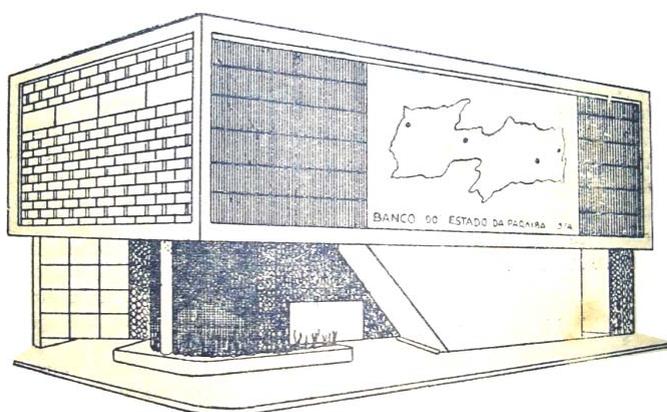
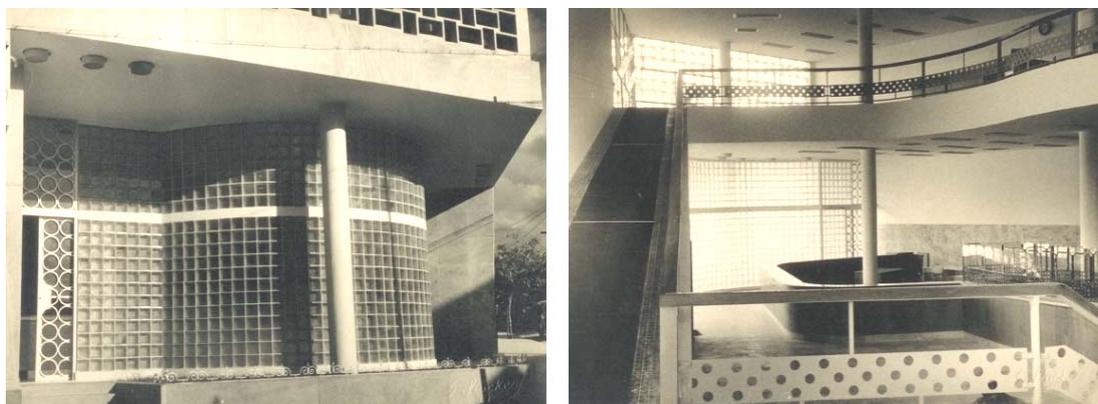
Figura 16. Roberval Guimarães (em primeiro plano), durante visita à construção do edifício de apartamentos em Botafogo (1947), irmãos Roberto. Fonte: arquivo pessoal do arquiteto Roberval Guimarães.



Em 1950 o arquiteto paraibano Carlos Roberval da Cunha Guimarães (n. em 1925) iniciava seu exercício profissional em João Pessoa, ao voltar de seus estudos no Rio de Janeiro, onde se diplomou em 1949 na Faculdade Nacional de Arquitetura, simultaneamente a Acácio Gil Borsoi (n. em 1924) e Gian Carlo Gasperini. Na então capital federal também acompanhou durante cinco anos, como fiscal de obras do IPASE, a construção do edifício de apartamentos em Botafogo (1947) [Figura 16] projetado pelos irmãos Roberto e trabalhou como desenhista desses arquitetos em modificações ao Aeroporto Santos Dumont (1937-1945) (GUIMARÃES, 2007a). Instalado em João Pessoa, inicialmente realizou projetos particulares de residências e fundou em janeiro de 1951 a empresa de construção CRC Guimarães, através da qual realizou a pavimentação da Avenida Eptácio Pessoa (1952). No entanto, permaneceu na cidade apenas até 1955, quando de sua instalação no Rio de Janeiro, e logo passou a ter a construção como sua principal atividade. Como se define: “eu era mais um homem de obra, um comerciante” (GUIMARÃES, 2007a). Através dessa atividade voltaria a manter contato com a capital paraibana, por meio da edificação de edifícios públicos, Reitoria da UFPB (1963-1966) e sede do DER (1961-1967), além da incorporação e construção de empreendimentos próprios: conjuntos residenciais Jardim das Acácias (1967) e Verde Mar (1967). A atuação de sua empresa também se estendeu a Brasília, São Luís, Natal, Maceió, Aracaju, Salvador, Vitória e cidades do interior da Paraíba: Areia e Bananeiras.

Em meados de 1954 também iniciava sua atividade na capital paraibana o arquiteto carioca Acácio Gil Borsoi, logo após instalar-se em Recife (1951) para lecionar na Escola de Belas-Artes de Pernambuco. Formado em 1949 no Rio de Janeiro, freqüentou o escritório de Sérgio Bernardes (1919-2002) e Oscar Niemeyer (n. em 1907), estagiou com Affonso Eduardo Reidy (1909-1964), foi desenhista do Conjunto Residencial do Pedregulho (1950-1952), trabalhou, quando recém-formado, no Patrimônio Histórico, no qual teve contato com Lúcio Costa (1902-1998) e Alcides da Rocha Miranda (1909-2001), além de ter trabalhado como desenhista no escritório de marcenaria de seu pai (NASLAVSKY, 2004, p. 83). Iniciou suas atividades na

Paraíba através de planejamento para as Usinas São João (em Santa Rita/PB) e Santa Helena (em Sapé/PB),¹⁷ pertencentes à família Ribeiro Coutinho, cujo contato se deu por laços de amizade do próprio Borsoi (BORSOI, 2007), afora intermediação de seu amigo de estudos no Rio de Janeiro, Roberval Guimarães (GUIMARÃES, 2007a). Com esse arquiteto projetou a Agência Central do Banco do Estado da Paraíba ([1954?]) [Figuras 17, 18, 19], que veio a ser um dos primeiros projetos de Borsoi na cidade, sem grande atraso em relação a sua primeira obra em Recife: Residência Lisanel de Melo Mota, em 1953. Assim, seu contato com João Pessoa principiou antes mesmo de estar consagrado e reconhecido como um dos grandes arquitetos da região, embora sua ascensão deu-se de forma rápida: em 1961, já realizara, afora em Recife, residências particulares em João Pessoa, Natal, Patos/PB e Fortaleza (BRITTO, 1961, p. 15). Na capital paraibana, se dedicou principalmente a edifícios privados, residências e sedes de clube sociais e desportivos, embora tenha participado em 1958 do concurso para a sede do DER (vencido por Leonardo Stuckert) e projetado a sede da Biblioteca Central da UFPB (1968), atual reitoria (localizada no campus universitário), também através de concurso. Sua participação nessa cidade foi mais intensa nos anos 1950, ao passo que na década seguinte fizera trabalhos esporádicos, o que coincidiu com a expansão de sua atividade profissional, estendida por diversos estados da região.



Figuras 17, 18, 19. Agência Central do Banco do Estado da Paraíba ([1954?]), Acácio Gil Borsoi, Roberval Guimarães. Fonte: arquivo pessoal de Ernani Henrique; 71 ANOS..., 1963, p. 27.

¹⁷ Borsoi provavelmente realizou planejamento semelhante, por volta da mesma época, no Rio Grande do Norte: Usina Ilha Bela (BRITTO, 1961, p. 15).

Posteriormente, em 1957, começou a atuar em João Pessoa o arquiteto paraibano Mário Glauco Di Lascio (n. em 1929), filho do também arquiteto Hermenegildo Di Lascio, que faleceu nesse ano. Iniciou seus estudos em 1950 no Mackenzie, que foram dois anos depois interrompidos, por problemas de saúde de seu pai, e reiniciados em Recife, onde se formou em 1957 na Escola de Belas-Artes de Pernambuco. Salvo sua curta estada em São Paulo, permaneceu radicado em João Pessoa, onde, à semelhança de Hermenegildo, teve extensa e diversificada produção arquitetônica, que abrangeu obras públicas e privadas, edifícios residenciais, institucionais, recreativos, comerciais, além de projetos urbanísticos, como loteamentos, praças e reurbanizações. E, mais do que isso, fora então um dos poucos arquitetos aí efetivamente instalados. Ensinou na Escola de Engenharia, em João Pessoa, e na Escola Politécnica, em Campina Grande, onde também realizou projetos, e, mais tardiamente, no curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, do qual foi, em 1974, um dos fundadores, além de ter atuado no Serviço de Engenharia da mesma universidade e de ter participado da abertura em 1973, de uma delegacia local do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB). Ainda quando estudante, passou a trabalhar no Departamento de Engenharia e Planejamento da Prefeitura Municipal de João Pessoa, atividade que se estendeu por sucessivos governos. Por sua vez, Mário Di Lascio, diferentemente dos outros arquitetos que lhe foram contemporâneos, não realizou período de estágio ou colaboração com profissional mais experiente. Seu aprendizado prático se deu através do contato direto com as atividades construtiva e projetiva de seu pai ou por meio do acompanhamento das obras realizadas por Borsoi em João Pessoa,¹⁸ as quais estavam em construção, quando de seu estudo em Recife. Experiências que favoreceram, em especial, o conhecimento construtivo, que assumiu um peso importante na obra de Mário Di Lascio, por sê-lo em geral responsável pelas construções das residências particulares que projetava.

Também em 1957, se instalou em João Pessoa o arquiteto baiano, embora tenha vivido essencialmente no Rio de Janeiro, Leonardo Stuckert Fialho (n. em 1931), após formar-se, no início do mesmo ano, na Faculdade Nacional de Arquitetura (STUCKERT, 2006). Em João Pessoa, participou dos concursos para a sede do DER em 1958 [Figura 20], por ele vencido, e para a Biblioteca Central da UFPB, vencido por Borsoi. Porém sua atuação nessa cidade se deu principalmente através da universidade local: participou do Serviço de Engenharia, projetou a Reitoria (1963) e os edifícios da Escola de Engenharia (1963), em cujo curso também lecionou, além de ter provavelmente elaborado o Plano Piloto do campus universitário. Apesar de sua procedência “externa” e de sua curta permanência, até 1964,¹⁹ quando voltou para o Rio de Janeiro, esse arquiteto mantinha laços familiares com a Paraíba: família Stuckert, aí instalada no início do século XX e dedicada tradicionalmente à fotografia, a exemplo de Gilberto Stuckert que, entre os anos 1940 e 1960, realizou inúmeras registros

¹⁸ Mário Di Lascio acompanhou a construção da Residência Pompeu Maroja ([1954?]), Residência Cassiano Ribeiro Coutinho (1955), Esporte Clube Cabo Branco (1955), Residência Joaquim Augusto da Silva (1957) (LASCIO, 2006a).

¹⁹ Apesar de ser afirmado que Leonardo Stuckert permaneceu em João Pessoa até 1964 (STUCKERT, 2006), uma carta escrita por estudante local à revista *Arquitetura* [Figura 3] faz crer que esse arquiteto em maio de 1966 ainda dava aulas no curso de engenharia da Universidade Federal da Paraíba (ARQUITETURA é a..., 1966, p. IX).

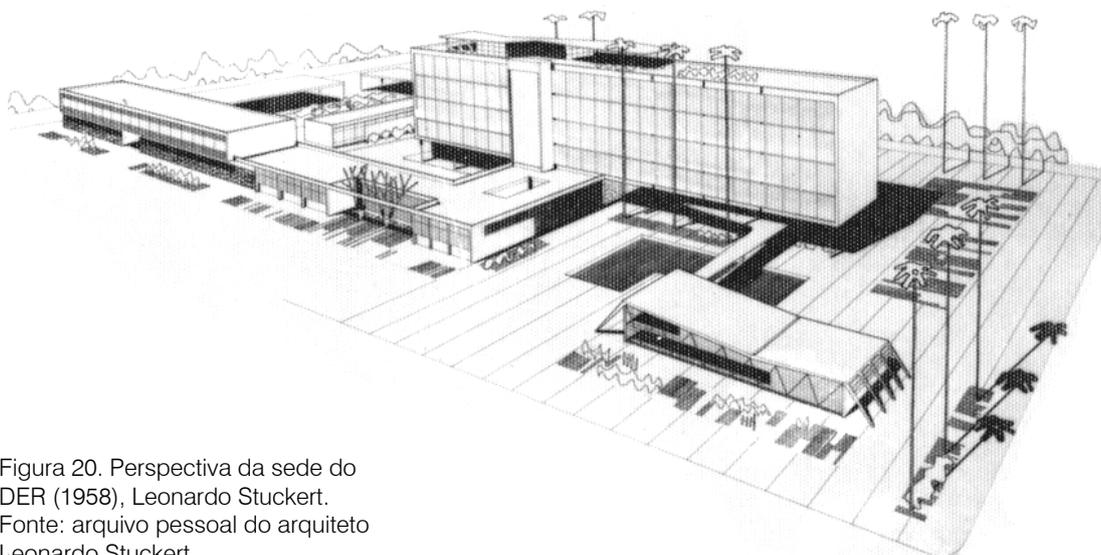


Figura 20. Perspectiva da sede do DER (1958), Leonardo Stuckert.
Fonte: arquivo pessoal do arquiteto Leonardo Stuckert.

fotográficos da cidade de João Pessoa. Não por acaso, em março de 1957, a imprensa local dedicou uma reportagem a estada de Leonardo Stuckert em João Pessoa para “simples contacto com a terra e seus familiares”, em cujo texto era exaltado o êxito dele, ainda quando aluno e em colaboração com José Ricardo Abreu e Carlos Pinto Valente, no concurso para a Capela de Nossa Senhora das Vitórias no Rio de Janeiro [Figura 21], pertencente ao Clube Vasco da Gama (NESTA..., 1957, p. 3).

Em 1963, iniciava sua atuação em João Pessoa o arquiteto paraibano Carlos Alberto Carneiro da Cunha (n. em 1932), que era radicado em Recife, onde se instalou para a realização de seus estudos na Escola de Belas-Artes de Pernambuco, concluídos em 1958. Entre 1954 e 1961, estagiou com Heitor Maia Neto, ao qual atribui papel fundamental em sua formação: “quem me ensinou arquitetura foi ele” (CUNHA, 2007). Logo após sua formação trabalhou, durante um ano, no Patrimônio Histórico, sob o convite de Ayrton da Costa Carvalho, que também o indicou em 1960 para lecionar a disciplina Sombra, Perspectiva-Estereotomia na

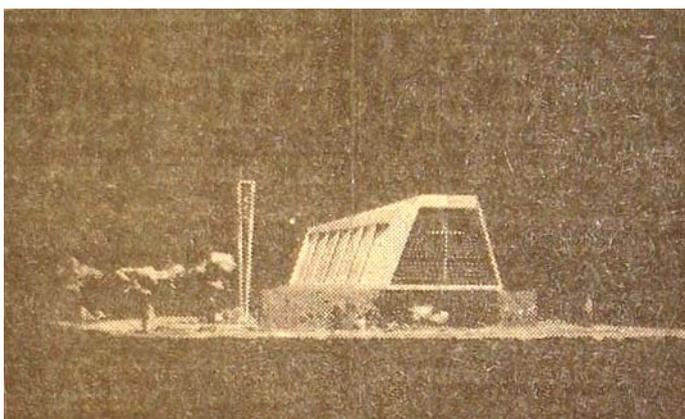


Figura 21. Capela de Nossa Senhora das Vitórias (anos 1950), no Rio de Janeiro, Leonardo Stuckert, José Ricardo, Carlos Valente. Fonte: NESTA..., 1957, p. 3.

Faculdade de Arquitetura do Recife, além de ter sido sócio dos arquitetos Wandenkolk Tinoco e Armindo Leal. Suas primeiras obras na capital paraibana estavam relacionadas tanto com laços familiares, o Conjunto “13 de Maio” (1963) era incorporado por seu irmão, Fernando Carneiro da Cunha, quanto com laços de amizade, a Residência Adrião Pires ([1963?]) se deu em parceria com Mário Di Lascio, com quem estudou no curso de arquitetura. Trabalho em conjunto que se estendeu, no mesmo ano, à reforma do Clube Astréa, da qual também participou Wandenkolk Tinoco. Porém nos trabalhos seguintes passou a atuar individualmente, quando tivera extensa e contínua produção na cidade, em especial de residências particulares.

Nos anos 1960, embora sejam escassas e imprecisas as informações sobre ele, também se dava o início da atividade do arquiteto paraibano Tertuliano Dionísio da Silva, formado em 1962 na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Recife. Se ele teve, como aponta Freire (2007, p. 61), significativa produção de residências particulares em Campina Grande, cidade onde nasceu e era radicado, em João Pessoa não conseguimos captar semelhante atividade sua, que aí se concentrou principalmente na realização de obras públicas para o governo estadual e essas concentradas no período de aumento de fluxo de capitais na Paraíba, em decorrência de uma maior “integração com as políticas econômicas de desenvolvimento nacional” (AMORIM, Laura, 1999b, p. 66). Mesmo assim não havia, conforme Lascio (2007), um vínculo fixo de Tertuliano Dionísio com a Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado (SUPLAN), responsável pela execução e a fiscalização de todas as obras do estado. Tratavam-se, pois, de contratações isoladas, que também se estenderam a outros arquitetos, como Carlos Carneiro, Gráfica do Estado (1971), e Mário Di Lascio, Divisão de Instalações Prediais da SANECAP (1969), sede do IPEP (1973).

Em torno de 1966, outro arquiteto a se instalar em João Pessoa foi o potiguar Pedro Abraão Dieb (1930-2007), diplomado em 1963 na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Recife, em cuja instituição fora estagiário, em 1960, do Centro de Estudos e Planejamento Urbano e Regional. Ainda em Pernambuco, colaborou com o arquiteto Everaldo da Rocha Gadelha, em 1963, no projeto de uma comunidade rural para 10 mil habitantes (Jiquí – Cidade Campestre), localizada em Natal, e colaborou com colegas de formatura: Mário Gouveia Borba, Maria Lúcia Barbosa, Newton Viana Lyra, César Augusto Campos da Silva (DIEB, 1981, 1994). Na Paraíba, sua atuação abrangeu tanto a capital como cidades do interior: Santa Rita, Bayeux, Cuité, Patos, Sumé, Cajazeiras, Sousa, Pombal. Próximo a 1966, passou a atuar no Serviço de Engenharia da UFPB, quando realizou projetos de edifícios para o campus. Nessa mesma instituição, lecionou na Escola de Engenharia e, posteriormente, no curso de arquitetura e urbanismo, do qual foi, em 1974, um dos fundadores. Também participou, em 1973, da criação da delegacia local do IAB. E em 1971 foi vencedor do concurso, promovido pela Capitania dos Portos da Paraíba, para o Farol do Cabo Branco [Figura 22], inaugurado no ano seguinte.²⁰

²⁰ A equipe vencedora foi formada também pelo engenheiro civil Francisco Nóbrega, além do desenhista Genival Santiago e do aluno de engenharia Walter José Ramos (PROJETO B..., 1971, p. 1).

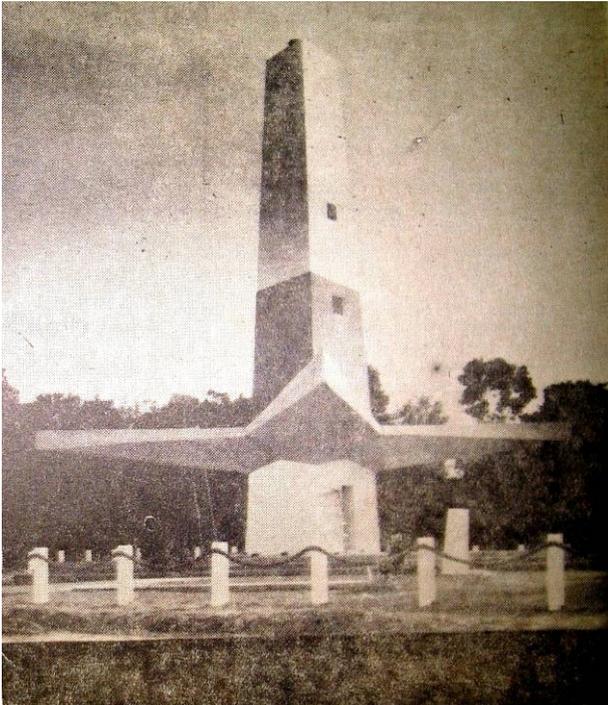


Figura 22. Farol do Cabo Branco (1971), Pedro Dieb. Fonte: TUDO..., 1972, p. 1.

Diante da caracterização do novo grupo de arquitetos que passava a atuar, a partir dos anos 1950, em João Pessoa, se tornavam claras as distinções em relação àquele chegado em meados dos anos 1920 e que nesse momento, como afirmamos inicialmente, desaparecia.

Em primeiro lugar, o início da atuação do novo grupo não tinha relação direta com o Estado ou com obras oficiais, ao contrário de seus antecessores que foram convidados pelo próprio governo ou nele tiveram um inicial promotor da arquitetura, a exemplo das intervenções urbanísticas ou dos edifícios oficiais naquela época construídos. Fato que refletia também a crise econômica por que passava, entre as décadas de 1940 e 1960, a Paraíba, da qual trataremos [na seção “A expansão urbana de João Pessoa”, Capítulo 2]. Momento em que o número de grandes realizações públicas certamente se reduziu. Com efeito, a produção dos novos arquitetos foi, em geral, principiada através de projetos privados e nessa esfera se manteve a maior parte de suas produções. Mesmo Tertuliano Dionísio, que teve grande produção pública em João Pessoa, inicialmente realizou projetos privados, fosse nessa cidade, fosse em Campina Grande. Evidentemente que durante o desenvolvimento de suas carreiras foram contemplados projetos em ambas as esferas, como aconteceu, em caminho inverso, com a geração anterior.

Em segundo lugar, os novos arquitetos eram essencialmente nascidos e formados no Brasil e, em geral, possuíam vínculos familiares com a Paraíba (Leonardo Stuckert) ou eram daí procedentes (Roberval Guimarães, Mário Di Lascio, Carlos Carneiro, Tertuliano Dionísio). O único estrangeiro por nós identificado, provavelmente de origem latino-americana, foi o

arquiteto Hugo Miguel Jimenez Salinas²¹ (n. em 1935), formado em 1963 na Faculdade de Arquitetura em Recife, onde mantinha escritório próprio, apesar de em 1967 ser chefe do Serviço de Engenharia do Montepio do Estado da Paraíba²² (DEPUTADO..., 1967, p. 8). Situação distinta da geração anterior, na qual eram vários os arquitetos italianos (Pascoal Fiorilo, Hermenegildo Di Lascio, G. Gioia) e, por sua vez, era comum a formação no exterior, Itália (Pascoal Fiorilo, G. Gioia), França (Otávio Freire), Argentina (Hermenegildo Di Lascio), o que se deveu, afora a própria origem de alguns deles, ao fato de que, por volta dos anos 1920, eram poucos os cursos de arquitetura disponíveis no país. Até 1917, tinham sido fundados a Academia de Belas-Artes (em 1826), que daria origem a Escola Nacional de Belas-Artes (no Rio de Janeiro), a Escola Politécnica em São Paulo (em 1894), o Mackenzie College (em 1917), em São Paulo, e a Escola de Belas-Artes da Bahia (em 1896).

Prevaleciam agora os estudos em Recife (Mário Di Lascio, Carlos Carneiro, Tertuliano Dionísio, Pedro Dieb, Hugo Salinas) e, em menor quantidade, no Rio de Janeiro (Borsoi, Roberval Guimarães, Leonardo Stuckert), embora entre esses últimos apenas Borsoi teve uma produção mais prolongada em João Pessoa. Mesmo o acaso se encarregou de efetivar o direcionamento a ambos os centros. Os estudos de Mário Di Lascio iniciados no Mackenzie, como já expusemos, foram interrompidos e reiniciados em Recife. Conseqüentemente, esses novos profissionais tinham a possibilidade de estreitar o contato com as manifestações arquitetônicas nacionais, desde o período de formação profissional.

Em terceiro lugar, o novo grupo realizou seus estudos e o início de suas atividades profissionais, num tempo em que a arquitetura moderna estava consolidada no país, as realizações brasileiras tinham amplo reconhecimento no exterior e era significativo o número de publicações especializadas em circulação. Como supõe G. Silva (1988, p. 24), “a década de 1950 [...] foi provavelmente a mais fértil para a nascente arquitetura brasileira”. Soma-se a isso que “na década de 1940, concomitante ao crescimento do prestígio da arquitetura como atividade (devido à repercussão internacional), o ensino da arquitetura vai ganhando nitidez e autonomia das estruturas das escolas de Belas-Artes e engenharia” (SEGAWA, 2002, p. 130). No Rio de Janeiro, se deu em 1945 a criação da Faculdade Nacional de Arquitetura, que assinalava a independência de seu ensino. E, em Recife, embora a criação de semelhante faculdade só ocorreu em 1959, o curso passava por uma renovação iniciada com a chegada em 1949 do arquiteto italiano Mario Russo e que se estendeu à contratação de outros profissionais, como Borsoi (em 1951) e Delfim Amorim (em 1953), conforme abordaremos [na seção “O aprendizado de arquitetura em Recife”, Capítulo 1]. Dessa forma, os arquitetos formados no Rio de Janeiro ou em Recife que então atuavam em João Pessoa realizaram seus estudos após essas reformulações. Realidade distinta da vivenciada em princípios do século XX pela geração anterior, cujos estudos certamente se deram sob influências acadêmicas. Portanto, afora a origem do ensino, que não é menos importante, visto que desvela prováveis

²¹ Conforme reportagem em jornal local (DEPUTADO..., 1967, p. 8), Hugo Salinas havia se naturalizado brasileiro, embora não seja revelada sua nacionalidade.

²² Em 28 de outubro de 1970, o Montepio foi transformado em Instituto de Previdência do Estado da Paraíba (IPEP).

filiações, a própria época em que se dera a formação era outro fator a diferenciar ambas as gerações.

E por último, mas sem menor grau de importância, a maioria dos novos profissionais não possuiu vínculos constantes com a cidade, isto é, não era aí radicada. Roberval Guimarães e Leonardo Stuckert, que em João Pessoa se instalaram, permaneceram pouco tempo, de forma que Mário Di Lascio e, mais tardiamente, Pedro Dieb foram os poucos que se mantiveram na cidade. Eram, pois, comuns a esse grupo os arquitetos radicados em Recife, Borsoi e Carlos Carneiro, entre os mais atuantes, afora os que tiveram participação menos sistemática: Delfim Fernandes Amorim, Heitor Maia Neto, Florismundo Lins (n. 1924), Waldecy Fernandes Pinto (n. 1931), Renato Gonçalves Torres, Antônio Pedro Pina Didier. Esses três últimos, que então compunham o Escritório Técnico de Arquitetura e Urbanismo (ETAU), concentraram suas atividades em edifícios para o campus universitário da UFPB, o que certamente aproveitava o conhecimento adquirido durante o estágio de Waldecy Pinto e Renato Torres, quando estudantes, no Escritório Técnico da Cidade Universitária de Recife então dirigido por Mario Russo. Setor ao qual Waldecy se manteve vinculado mesmo depois de sua formatura, quando pertencera ao quadro permanente de arquitetos dessa universidade.

A participação dos arquitetos da capital vizinha não era, no entanto, um fato novo, diante, por exemplo, do projeto do Cassino de Verão (1939), elaborado por João Correia Lima, ou do Mercado Público Municipal (1943-1948), projetado por Antônio Baltar. Aparentemente o que mudava em relação ao grupo anterior era a intensidade desse contato, que passava a se tornar mais freqüente, o que era um reflexo do fortalecimento da arquitetura moderna na capital pernambucana, ocorrida tanto na prática profissional quanto no ensino, do enfraquecimento do quadro de arquitetos instalados em João Pessoa e também, como já esboçamos, de vínculos pessoais ou familiares com a cidade, vista a precoce participação de alguns desses profissionais. Carlos Carneiro, com efeito, possuía laços familiares e de amizade com a Paraíba, onde nascera. E Borsoi iniciou suas atividades na Paraíba, ainda no início de sua carreira, antes de conquistar amplo reconhecimento profissional, quando, segundo G. Silva (1988, p. 34, grifo do autor), “o *toque* de Borsoi se constituía numa mais-valia que passava a contar nas oportunidades de comercialização dos imóveis” e tivera projetado na região Nordeste “as residências mais originais e requintadas quanto à plástica e a excelência dos materiais de construção utilizados”. De toda forma, essa foi uma relação que fluiu numa só direção, a tornar inoportuna caracterizá-la como intercâmbio, pois os arquitetos instalados em João Pessoa não atuaram em Pernambuco, apesar de realizarem projetos em outras cidades da Paraíba.

Em contrapartida, como os novos arquitetos não constituíram um grupo com a possibilidade de gerar um contínuo debate arquitetônico na cidade, já que em sua maioria não eram aí instalados e mantinham uma relação descontínua com o meio local, ocasionava limitações àqueles radicados em João Pessoa, já que o trabalho solitário, seja ele artístico ou intelectual,

dificulta o “desenvolvimento das idéias”, diante da ausência de interação com os pares (PEREIRA, 1997, p. 45).

Enfim, eram duas gerações claramente distintas entre si, quanto ao meio em que atuavam, à procedência individual dos arquitetos, ao aprendizado arquitetônico e à interação que mantinham com a cidade, de forma que a chegada ou atuação dos novos profissionais constituiu, de fato, um processo de mudança. E, mais do que isso, constituiu uma renovação, diante da maior aproximação deles à arquitetura moderna. Não queremos com isso afirmar que o novo grupo foi responsável pela gênese dessa arquitetura em João Pessoa, papel que coube, como vimos [na seção “As primeiras experiências modernas”, Capítulo 1], à geração anterior, e sim que ele teve papel fundamental na consolidação e difusão dessa arquitetura na cidade.

O aprendizado de arquitetura em Recife

Foi na Escola de Belas-Artes de Pernambuco (EBAP) onde se formou grande parcela dos arquitetos que passaram a atuar em meados dos anos 1950 em João Pessoa, como vimos [na seção “A renovação do quadro de arquitetos”, Capítulo 1]. Lá se graduaram: Mário Di Lascio (1957), Carlos Carneiro (1958), Hugo Salinas (1962), Tertuliano Dionísio (1962), Pedro Dieb (1963), além de outros que tiveram atuação mais pontual na cidade, como Heitor Maia Neto (1952), Waldecy Pinto (1954), Renato Torres (1954), Wandenkolk Tinoco (1958).

O corpo docente que encontraram em Recife era resultante da renovação iniciada em finais dos anos 1940, motivada pelo afastamento de professores, em especial daqueles ligados às disciplinas de Composição de Arquitetura. O engenheiro-arquiteto João Correia Lima, diplomado na Escola Nacional de Belas-Artes, ensinou até meados de 1943; Georges Munier, arquiteto diplomado pelo governo francês, permaneceu provavelmente até 1945 (NASLAVSKY, 2004, p. 67-8). Heitor Maia Filho (1901-1947), arquiteto licenciado, sem formação superior, simpatizante das idéias modernas e que foi “quase responsável, durante a década de [19]30, por todas as disciplinas de Projeto” (MARQUES, 1983, p. 186), faleceu em 1947. Mais tardiamente, em 1951, se deu também o falecimento de José Estelita de Barros e Silva (1890-1951), engenheiro civil, que nos anos 1940 ensinou Urbanismo e atuou na divulgação e discussão desse campo de conhecimento (LEME, 1999b, p. 475-6).

Mais que uma simples reposição de profissionais, foi iniciada a partir de então uma renovação do quadro de professores, focada na ampliação do número de docentes efetivamente formados em arquitetura e no reforço da orientação moderna do curso. Anteriormente, apesar da suposta abertura a essa influência, conviviam grupos de formação tradicional, composto por pintores e escultores, ao lado de “intelectuais comprometidos com idéias modernas”, como Pelópidas Silveira, Antônio Bezerra Baltar (1915-2003)²³ e Ayrton da Costa Carvalho, esses dois últimos ligados às realizações de Luís Nunes (NASLAVSKY, 2004, p. 68). E havia

²³ Antônio Bezerra Baltar (1915-2003) nasceu em Recife, formou-se na Escola de Engenharia de Pernambuco em 1938. Dedicou-se ao urbanismo. Quando estudante trabalhou no Departamento de Arquitetura e Urbanismo – DAU, dirigido por Luís Nunes.

principalmente uma “falta crônica de professores arquitetos” sofrida desde a fundação da EBAP (MARQUES, 1983, p. 178-9). Dessa forma, seu corpo docente era composto por: engenheiros, religiosos, profissionais de direito, projetistas sem formação superior, pintores e escultores de formação tradicional e uma minoria de arquitetos.

Essa insatisfação e tentativa de reformulação foram contemporâneas, ao crescimento do prestígio profissional do arquiteto, que resultou, como afirmamos [na seção “A renovação do quadro de arquitetos”, Capítulo 1], na maior nitidez e autonomia do ensino de arquitetura. Em Recife, o reconhecimento pelo governo federal do curso de arquitetura se deu em 1945 e sua oficialização em 1949. Por sua vez, a autonomia só se efetivou em 1958, com a criação da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Recife.

Diante das dificuldades sofridas pela EBAP, era comum arquitetos locais realizarem seus estudos em centros mais distantes. Roberval Guimarães, que nos anos 1940 morava em João Pessoa, se deslocou para o Rio de Janeiro, em virtude da maior conceituação da Escola Nacional de Belas-Artes (GUIMARÃES, 2007b). Postura parecida à de Fernando de Queiroz Menezes, que, radicado em Recife, iniciou seus estudos nessa cidade e os concluiu também no Rio de Janeiro, juntamente com Borsoi e Roberval Guimarães, em 1949.

Nesse momento era também comum em Recife “obras de projetistas sem formação acadêmica ou de engenheiros-arquitetos que não [...] estavam comprometidos com a vanguarda arquitetônica”, apesar da ocorrência de pontuais iniciativas modernas (NASLAVSKY, 2004, p. 47-8). Portanto, como forma de modernizar o curso local, a busca por novos docentes privilegiou a contratação de profissionais de fora do estado, a fim de “trazer algum conhecedor de idéias mais modernas” ao contrário de reintegrar um professor afastado (MARQUES, 1983, p. 188). Decisão que foi favorecida pela interrupção do período de dificuldades financeiras e materiais dessa escola, graças à fundação da Universidade do Recife, à qual a EBAP se incorporou em 1946.

A chegada de novos professores se iniciou com a contratação, em 1949, do italiano Mario Russo, seguida, em 1951, pelo italiano Filippo Mellia²⁴ e pelo carioca Acácio Gil Borsoi. Em 1952, Heitor da Silva Maia Neto, Maurício do Passo Castro e Everaldo da Rocha Gadelha foram contratados como assistentes de ensino,²⁵ em paralelo a suas formaturas na própria EBAP. E em 1953 o português Delfim Fernandes Amorim (1917-1972), instalado desde 1951 na cidade, passou a também ensinar nessa escola. Possivelmente nessa mesma época foi ainda contratado Fernando de Queiroz Menezes, que em 1957 lecionava Sombra, Perspectiva-Estereometria. Não por acaso, todos esses docentes tinham em comum a formação em arquitetura.

²⁴ Como encontramos diferentes grafias de seu nome, optamos por esta utilizada na Revista de Escola de Belas-Artes de Pernambuco (REVISTA, 1957, p. 50). Filippo Mellia foi professor de Russo na Itália; veio ao Brasil por indicação de seu ex-aluno; participou do Escritório Técnico da Cidade Universitária e, em 1957, lecionava, na EBAP, Composição Decorativa.

²⁵ Em 1957, Heitor Maia Neto era assistente de Grandes Composições de Arquitetura; Maurício do Passo Castro, assistente de Composição Decorativa e Everaldo da Rocha Gadelha, assistente de Urbanismo-Arquitetura Paisagística.

Tais nomes se juntaram ao professores mais antigos, como Antônio Bezerra Baltar, Ayrton da Costa Carvalho, comprometidos com idéias modernas, e aos remanescentes da fundação da EBAP. Dessa forma, em 1957, entre os 31 professores, 12 assistentes de ensino e 09 instrutores em atividade, constavam nove fundadores da instituição.²⁶ Esses então se dedicavam, em sua maioria, às disciplinas de cunho artístico, como Escultura, Desenho, Pintura, Anatomia e Fisiologia Artísticas (REVISTA, 1957, p. 49-51), enquanto os novos arquitetos vindos de fora se concentraram nas disciplinas de Composição de Arquitetura.

Apesar do contato com antigos e novos docentes, os arquitetos por nós pesquisados sempre se referem em seus depoimentos a esses últimos, em especial a Borsoi e a Delfim Amorim. Fato que poderia ser justificado pela maior afinidade com as disciplinas voltadas ao projeto, para as quais, como vimos, foram dirigidos os novos nomes.

Por sua vez, esses depoimentos também nos confirmam, como destaca Naslavsky (2004, p. 134), que a influência direta de Mario Russo se concentrou nos concluintes entre 1951 e 1955 [Figura 23]. Isto é, os profissionais mais atuantes em João Pessoa, formados a partir de 1957, a exemplo de Mário Di Lascio e Carlos Carneiro, não tiveram contato direto com os ensinamentos essencialmente racionalistas de Russo, centrados, conforme Cabral (2003, p. 21-23), no “equacionamento do projeto como um problema a ser resolvido”, no qual o método de projeto se aproximava de um procedimento científico e exigia a síntese de diversos elementos: programa, condições climáticas, solução estrutural e construtiva do edifício. Esse desencontro se deveu à curta permanência de Mario Russo na cidade, entre 1949 e 1955, e a sua constante transferência entre disciplinas, de forma que algumas gerações não tiveram contato com ele, ao passo que a turma formada em 1952 fora sua aluna por quatro anos seguidos. Em sua estada em Recife, ensinou Pequenas Composições de Arquitetura I e II (1949-1950), Perspectiva, Sombras-Estereometria (1950) e Grandes Composições de Arquitetura (1951-1955) (CABRAL, 2003, p. 18). Portanto seus ensinamentos só poderiam ser repassados para as gerações formadas a partir de 1957 de forma indireta, visto que mesmo sua atuação no Escritório Técnico da Cidade Universitária não resultou em estagiários entre os arquitetos mais atuantes em João Pessoa.

Com efeito, a influência de Russo ecoou sobretudo na turma formada em 1952, composta por Heitor Maia Neto, Maurício de Castro, Everaldo Gadelha e Severino Vieira Leão, que além dos seguidos anos de estudo com esse arquiteto, foi sua estagiária no Escritório Técnico da Cidade Universitária. Maia Neto (2001 apud CABRAL, 2003, p. 21) reconhece que “eu, inclusive, quando professor [1952-1982], até a metodologia de ensinar [de Mário Russo] eu segui”.

Porém a possível transmissão dos ensinamentos de Russo por meio de Heitor Maia Neto, que lecionou entre 1952 e 1982, se sujeitaria às próprias inclinações pessoais desse arquiteto. E,

²⁶ Antão Bibiano Silva (Escultura), Baltazar José Estevão Dornelas da Câmara (Pintura de Modelo Vivo), Fédora Monteiro Fernandes (Desenho Artístico), João Alfredo Gonçalves da Costa Lima (Anatomia e Fisiologia Artísticas), Joel Francisco Jayme Galvão (Higiene da Habitação e Saneamento das Cidades), José Maria Carneiro de Albuquerque e Melo (História da Arte), Mário Luna de Castro Nunes (Paisagem), Vicente Murillo La Greca (Desenho de Modelo Vivo), José Jayme Oliveira da Silva (Desenho Técnico).

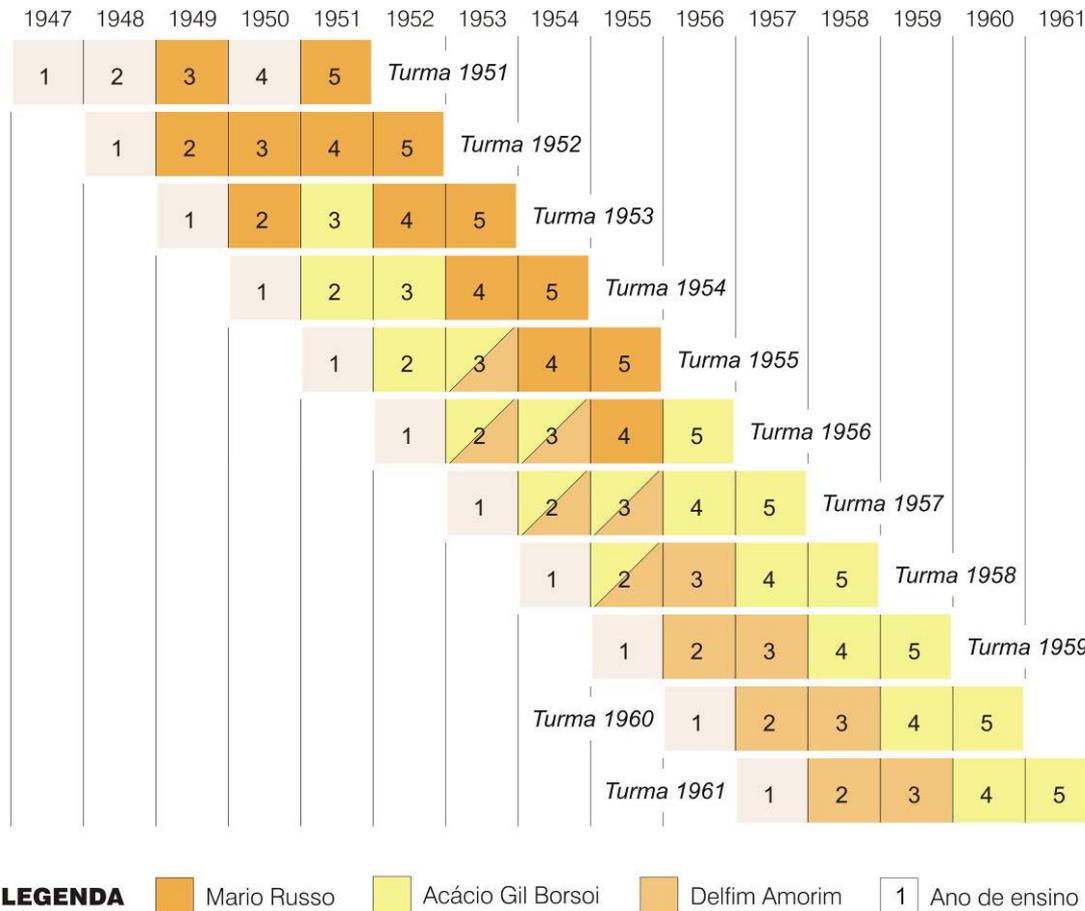


Figura 23. Quadro histórico estimado da atuação dos docentes de Pequenas Composições e de Grandes Composições da EBAP, conforme as turmas de concluintes por eles lecionadas. Dados: BRITO, 1961, p.15; CABRAL, 2003, p. 18, 24; GONDIM et al., 1991, p. 16; NASLAVSKY, 2004, p. 84, 113, 134; REVISTA..., 1957, p. 49-51; SILVA, G., 1994/5, p. 72-3; WOLF, 1999, p. 36.

como nos mostra sua produção inicial, caracterizada pela busca por uma linguagem contemporânea, com base na arquitetura moderna brasileira, e pela adequação climática através de soluções modernas (AMORIM, Luiz, 2002, p. 80), ele não se restringiu ao estrito racionalismo do arquiteto italiano, por vezes acusado de extemporâneo. Nesse sentido, embora Heitor Maia Neto pudesse ter utilizado os mesmos métodos do italiano, se mostrava receptivo a fontes de influências mais próprias a arquitetura moderna brasileira, como demonstra a Residência Torquato de Castro (1955) [Figura 24]. Certamente tais inclinações pessoais também se refletiram em seu ensino, a buscar uma síntese entre elas.

Por conseguinte, os arquitetos formados a partir de 1957 tiveram em Borsoi e Delfim Amorim suas principais fontes de influência no ensino, como corroborado pelos depoimentos daqueles por nós entrevistados.

Borsoi, cuja contratação foi indicada pela Faculdade Nacional de Arquitetura e apoiada por Antônio Bezerra Baltar, lecionou entre 1951 e 1974, inicialmente dedicado à disciplina Pequena Composições de Arquitetura e, em seguida, a Grandes Composições de Arquitetura.



Figura 24. Residência Torquato de Castro (1955), em Araçá (arredores de Recife), Heitor Maia Neto. Fonte: NASLAVSKY, 2004, p. 138.

Sua forma de ensino baseava-se na intervenção às “soluções apresentadas pelos alunos em seus trabalhos” (NASLAVSKY, 2004, p. 23), de modo a valorizar a liberdade criativa, sem seguir regras ou métodos precisos, de modo a aparentemente estimular um talento latente.

Suas aulas, por vezes, extrapolavam os limites do atelier, através de visitas a edifícios por ele projetados, nas quais se dava o contato com o canteiro de obras, com o conhecimento prático, com os novos materiais e técnicas construtivas. Edileusa Rocha e Neide Motta (2003 apud NASLAVSKY, 2004, p. 134), formadas em 1957, confirmam que “as visitas práticas às suas obras [de Borsoi] contribuíram para a formação dos estudantes”. Atividade igualmente lembrada por Mário Di Lascio, também formado em 1957, e Carlos Carneiro, graduado em 1958. O primeiro acompanhou a construção de obras de Borsoi em João Pessoa, ao passo que o segundo participou de uma viagem didática em que conheceu a construção da Residência Cassiano Ribeiro Coutinho (Borsoi - 1955), na capital paraibana (CUNHA, 2007).

Assim, o aparente privilégio aos aspectos formais dentro do atelier se uniu a transmissão de conhecimentos práticos nas visitas às obras, junção que constituiu o principal legado do ensino de Borsoi. Procedimento que lembrava o aprendizado prático que ele mesmo tivera com seu pai, Antônio Borsoi, arquiteto-desenhista e decorador formado no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. E, por outro lado, ia ao encontro da ligação entre o ensino teórico, artístico e de atelier à prática da construção, defendida em 1958, no 1º. Encontro de Estudantes e Arquitetos, realizado em São Paulo, num momento em que se lutava por “uma regulamentação mais precisa de suas atribuições profissionais” (ANDRADE, C., 1986, p. 55).

Essas visitas também possibilitavam estabelecer padrões precisos a serem seguidos pelos alunos: a arquitetura moderna. E, como afirma Baltar (1957, p. 16), “um simples edifício construído segundo moldes mais racionais e adequados vale mais que centenas de livros e de monografias justificando ou expondo as razões dessa arquitetura mais racional e adequada”. Não é surpreendente, portanto, que a atuação prática de Borsoi por vezes se

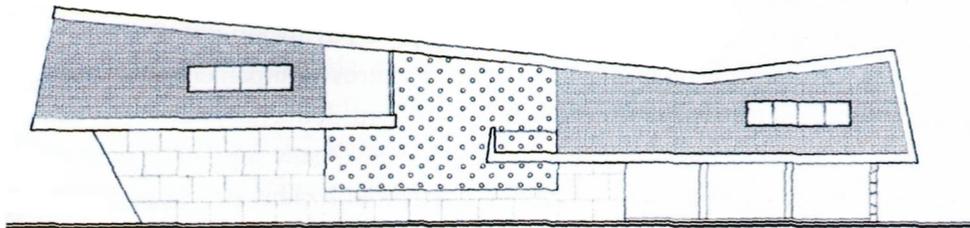
confunda ou mesmo transponha sua atividade acadêmica, como percebemos em depoimentos de seus ex-alunos.

Não é, pois, surpreendente a forte influência gerada por Borsoi nos alunos formados a partir de 1954. A produção inicial de Mário Di Lascio, em especial as residências isoladas, que abordaremos [na seção “A propagação das residências modernas”, Capítulo 3], é um exemplo dessa assimilação. Conforme Naslavsky (2004, p. 134), mesmo ex-alunos de Russo, como Waldecy Pinto e Maurício Castro, evidenciam a “supremacia da obra de Borsoi frente à do italiano”.

Também se dedicou ao ensino de projeto o arquiteto português Delfim Amorim, descrito por Naslavsky (2004, p. 23), como “extremamente prescritivo e normativo” em suas atividades de docente, que se prolongaram até seu falecimento, em 1972. Ele definia “o que era certo e o que era errado, o que era bom e o que era mau”. Iniciou como assistente de Borsoi na disciplina Pequenas Composições de Arquitetura (1953-1955) e, a partir de 1956, se tornou o professor titular, enquanto o outro arquiteto dedicou-se a Grandes Composições de Arquitetura. Por ter ensinado aos segundos e terceiros anos do curso, sua influência se tornou mais presente nas turmas formadas a partir de 1956 [Figura 23].

Conforme G. Silva (1994/5, p. 74), “ensinando como se faz arquitetura e não como ele fazia arquitetura, Amorim sempre precedia o enunciado de um tema com a sua conceituação teórica”. Recorria ao passado para instrumentar melhor a percepção do “fenômeno da produção de espaços arquitetônicos” (GONDIM et al., 1991, p. 17). Mesmo assim, nos é pouco provável que suas convicções teóricas se distanciassem ou contradissem sua produção prática, a qual se mantinha no início de sua atividade docente, que, por sua vez, correspondeu à passagem na EBAP dos arquitetos por nós pesquisados, influenciada pelas realizações nacionais. Telhados em “asa de borboleta”, empenas trapezoidais, exploração plástica das estruturas aparentes em concreto armado eram elementos recorrentes nesses projetos, como na Residência Miguel Vita (1959) [Figuras 25, 26]. Numa época em que chegara a dividir escritório de arquitetura com Borsoi, do qual também era assistente na EBAP, suas aulas reforçavam a orientação já seguida pelo arquiteto carioca. Isto é, apesar dos dois arquitetos apresentarem procedimentos de ensino diferentes, Amorim se valia de seus conhecimentos cultural e teórico, revelados inclusive em artigos publicados em jornais locais, enquanto Borsoi se voltava à prática construtiva, ambos se mantinham, nos anos 1950, ligados às realizações da arquitetura moderna brasileira, o que certamente repercutia no aprendizado de seus alunos.

Com efeito, foi por volta de 1959 e 1961, que os dois arquitetos tomaram rumos distintos em suas produções: Borsoi a se guiar por referências internacionais, como obras tardias de Le Corbusier, James Stirling, Louis Kahn e Paul Rudolph (NASLAVSKY, 2004, p. 162, 193), e Amorim centrado no desenvolvimento de uma arquitetura adaptada às condições físicas e culturais locais, em que recorria à reutilização de elementos tradicionais (telha canal, paredes estruturais, telhado aparente, uso de azulejos, janelas de madeira).



Figuras 25, 26. Residência Miguel Vita (1959), em Recife, Delfim Amorim, Armindo Leal. Fonte: SILVA, G., 1995, p. 74; NASLAVSKY, 2004, p. 125.

Portanto entre os três docentes mais influentes de Composição de Arquitetura, Mario Russo, Borsoi e Delfim Amorim, apenas os dois últimos tiveram participação na formação acadêmica dos arquitetos mais atuantes em João Pessoa, formados a partir de 1957. Soma-se a isso que, nos anos 1950, esses dois professores mantinham-se focados numa mesma fonte de influência, a arquitetura moderna brasileira, postura a qual também se alinhava Heitor Maia Neto. Certamente o ensino mais polarizado entre influências locais e internacionais se deu nas turmas formadas a partir dos anos 1960, as quais vivenciaram as mudanças de rumo nas obras de Amorim e Borsoi.

Quanto ao campo urbanístico, desde meados de 1953, Antônio Bezerra Baltar lecionava Urbanismo-Arquitetura Paisagística, após se dedicar, desde 1941, a disciplinas de perspectiva, urbanismo e teoria da arquitetura (LEME, 1999b, p. 523). Profissional que tivera importante atuação urbanística em Recife, participara da equipe de Luís Nunes e se mantinha em contato direto com as discussões contemporâneas desse campo de conhecimento, a exemplo de sua ligação com a equipe do padre Leuret, do Movimento Economia e Humanismo. Inclusive sua tese, desenvolvida em 1951, sobre o planejamento regional para Recife, na qual propunha uma estruturação por meio de cidades satélites em torno de um

núcleo central, se tornou “um referencial básico para o planejamento urbano na cidade do Recife” (LEME, 1999b, p. 522-3).

Assim, a contribuição desse, como de outros docentes, foi além do âmbito acadêmico, de forma que as duas frentes, ensino e prática profissional, caminhavam juntas e, por conseguinte, a renovação do ensino da EBAP também esteve associada à própria renovação da arquitetura local. Com efeito, Mario Russo, Borsoi e Delfim Amorim foram responsáveis pela consolidação da arquitetura moderna em Recife, após a interrupção das experiências pioneiras de Luís Nunes, realizadas entre 1934 e 1937.

Ao contrário, no Rio de Janeiro as personalidades de destaque da arquitetura moderna, Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy, Lúcio Costa, não faziam parte do corpo docente da Faculdade Nacional de Arquitetura. Esse último lá tivera apenas uma curta passagem (pouco mais de sete meses, no ano de 1931). Ausências que seriam mantidas mesmo depois do curso em 1945 se desvincular da Escola Nacional de Belas-Artes e de implementar um novo currículo, que ampliou a carga horária das disciplinas técnicas e fortaleceu o ensino de projeto (BITTAR, 2001, p. 15). Por conseguinte, a proximidade às obras referenciais e a colaboração direta aos expoentes da arquitetura moderna foram fundamentais para consolidar a influência daqueles mestres sobre os egressos do ensino do Rio de Janeiro.

Em torno da Escola de Engenharia

Em contrapartida ao limitado quadro de arquitetos locais se dava a expansão e o fortalecimento do quadro de engenheiros. Fenômeno que direta ou indiretamente envolveu a produção e a discussão arquitetônicas.

Em 6 de maio de 1950, uma palestra sobre os problemas fundamentais da urbanização em João Pessoa foi proferida pelo engenheiro militar José de Oliveira Leite (1897-[198-?])²⁷ (LEITE, 1950a, p. 5; LEITE, 1950b, p. 5). Evento organizado pelo Rotary Clube, que em junho do mesmo ano promoveu em Recife uma palestra sobre o aspecto urbanístico da cidade universitária de Recife proferida por Mario Russo (CABRAL, 2003, p. 41). Segundo Oliveira Leite, essa era uma oportunidade de evitar o isolamento profissional, uma vez que “[...] não seria admissível no mundo atual um indivíduo ‘isolado’ na sua profissão, mas, que saiba dela se servir como arma reformadora, reunindo, saneando e educando”. Seu discurso perpassou por diversas referências do urbanismo moderno, a demonstrar sua provável familiaridade com essa temática. Fez referência direta a Robert Ezra Park (1864-1944), principal teórico da Ecologia Humana da Escola de Chicago e defensor da cidade como um produto da natureza do homem e não apenas “um mecanismo físico e uma construção artificial” (PARK, 1967, p. 29-31). Referências que também abrangeram a concepção de cidade linear, por José Leite

²⁷ José de Oliveira Leite (1897-[198-?]), nascido em Brejo da Madre de Deus, Pernambuco, diplomou-se engenheiro militar na Escola Técnica do Exército no Rio de Janeiro, atual Instituto Militar de Engenharia (IME), em 1936 (LEITE, 1979, p. 1-2), e atuou, nos anos 1940, no Grupo de Astronomia do Destacamento Especial do Nordeste, sediado em João Pessoa. Em 1950, ocupava a patente de Coronel, ao passo que recebeu o título de General de Brigada, quando de sua transferência para a reserva.

considerada a mais interessante para resolução do problema do tráfego de automóveis, embora admitisse ser inadequada à realidade de João Pessoa, por possuir “fisionomia topográfica tão interessante”. Cidade que, segundo ele, reclamava três principais exigências: “calçamento das ruas preferenciais de tráfego coletivo”, construção de “parques recreativos para as crianças de rua” e “nomeação de uma Comissão de Estética”, composta por engenheiros arquitetônicos e paisagistas, a fim de cooperar com o poder público para renovar a cidade.

Independentemente de suas proposições terem sido postas em prática ou terem repercutido no planejamento urbano, importa-nos ressaltar a ocorrência, mesmo que isoladamente, de discussão sobre urbanismo em João Pessoa, que era, por sua vez, realizada por engenheiro. Profissão que, todavia, não era distanciada dessa temática. Como aponta Leme (1999b, p. 443-541), a primeira geração de urbanistas brasileiros, composta por engenheiros civis e engenheiros militares, foi sucedida por uma segunda, formada por engenheiros civis e engenheiros arquitetos, a qual deu lugar à terceira geração, onde se reuniram arquitetos, engenheiros-arquitetos, engenheiros civis, sociólogos, geógrafos. Portanto, em sucessivas fases, esses profissionais sempre estiveram presentes, embora essas gerações também nos revelem a progressiva participação dos arquitetos.

É possível que o debate de João Pessoa fosse contagiado pela intensa discussão urbanística ocorrida, em torno dos anos 1940, em Recife, da qual teve participação essencial “uma vanguarda de engenheiros” sintonizados “com as propostas e formulações teóricas que estavam ocorrendo na Europa e EUA”, afora a participação decisiva do Clube de Engenharia de Pernambuco na política local (MOREIRA, F., 1999, p. 155). Nessa década e início da seguinte, o Boletim da Secretaria de Viação e Obras Públicas, aí publicado, converteu-se num dos principais meios de divulgação e discussão sobre urbanismo (LEME, 1999b, p. 476).

Contexto que parecia ressoar em João Pessoa através da fundação em 1946 do Clube de Engenharia da Paraíba, destinado à defesa dos direitos da classe e à colaboração com o poder público através de planos e sugestões (CLUBE..., 1966, p. 3), além de ter também se voltado à fundação de uma escola superior de Engenharia na Paraíba. Entidade da qual José Leite foi um dos fundadores e ainda seu presidente.

Em 1949, também o engenheiro industrial João Batista Toni²⁸ se envolveu em discussões urbanísticas, ao propor uma reforma para o Ponto de Cem Réis, onde pretendia realizar uma praça subterrânea, como veremos [na seção “Soluções para a cidade que cresce”, Capítulo 3]. Discussão que fora por ele retomada em 1969, quando estimou como deveriam ser as vias de automóveis do futuro.

E, em 21 de julho de 1961, mais uma palestra sobre urbanismo foi realizada em João Pessoa e novamente proferida por engenheiro: José Walter Baltar Vinagre (1934-2001) (PALESTRA...,

²⁸ João Batista Toni, a quem José Mello (2006, p. 124) denomina de Giovanni Baptista Toni, era natural de São Paulo, proveniente de família italiana e se formara engenheiro industrial na Universidade de Pisa (MELLO, José, 2006, p. 124). Utilizamos a grafia de seu nome em português por ser a predominante nos documentos por nós pesquisados.

1961, p. 3). Não sabemos ao certo o conteúdo por ele focado nem quem promovera esse evento, embora a imprensa destacasse a atualidade do tema, graças a recente construção de Brasília, e afirmasse ter o evento atraído um “grande número de ouvintes” (PALESTRA..., 1961, p. 3).

É certo também que a palestra apresentada por José Leite, mesmo centrada em questões urbanísticas, também servia para legitimar ou incitar a criação de um curso local de engenharia, interesse, como já expomos, almejado pelo Clube de Engenharia. Dessa forma, a Comissão de Estética, por ele proposta deveria ser composta por profissões bem definidas: engenheiros arquitetonômicos e paisagistas. E, como afirmava o palestrante, “o mundo moderno é da técnica”, assim como os problemas urbanos que afligiam as cidades, a exemplo de João Pessoa, deveriam se sujeitar ao conhecimento técnico do urbanismo.

Pensamento que ia ao encontro do crescimento quantitativo da classe média e de sua importância política que revelava uma tendência local de se investir não apenas em campos profissionais ligados às tradicionais carreiras de médico, advogado e sacerdote (MONTENEGRO, 2006, p. 43). Foi precisamente na década de 1950 que foram autorizados vários cursos de engenharia no Nordeste:²⁹ Alagoas (1955), Ceará (1955), Recife (1955),³⁰ Rio Grande do Norte (1959).

Nesse caminho, em 12 de dezembro de 1952, foi fundada a Escola de Engenharia da Paraíba, sediada em João Pessoa, embora seu funcionamento só foi autorizado pelo Governo Federal, em 23 de maio de 1956. Conforme argumentado pelo engenheiro Estevam Marinho,³¹ essa instituição vinha suprir “a deficiência de técnicos nos diversos empreendimentos do Estado” (FUNDAÇÃO..., 1968). E, mais do que isso, esse não foi um desejo exclusivo a João Pessoa, visto que em 06 de outubro de 1952, foi também fundada a Escola Politécnica da Paraíba, em Campina Grande, no interior do estado, que logo teve seu funcionamento rapidamente aprovado, em 14 de julho de 1953.

Afora a participação de José Leite também fizeram parte do quadro de docentes da Escola de Engenharia, quando de sua fundação: Armando Montenegro Abath, Kleber Cruz Marques, Serafim Rodriguez Martinez (1916-2002), José Hesketh Lavareda, Hélio Ferreira Guimarães, Vinícius Londres da Nóbrega, Gesíde Luna Freire, Oswaldo Miranda Pereira, José Rolderick da Rocha Leão (1925-2002), José Franciscano do Amaral, Estevam Marinho, Targino Pereira da Costa, Humberto Nóbrega (1912-1988), Jorge Spielberg, Abelardo de Oliveira Lobo, Manoel Martins de Athayde, Rozendo de Souza, Luiz Augusto de Almeida, Ivanildo Marinho Campos, Luciano Carneiro da Cunha Marinho, Otacílio Nóbrega de Queiroz, Paulo Amaro Maia

²⁹ Já funcionavam nessa região os cursos de Engenharia Civil da Escola de Engenharia de Recife e da Escola Politécnica da Bahia, em Salvador, ambos criados em 1898.

³⁰ Esse foi o segundo curso criado nessa cidade e se vinculou à Universidade de Pernambuco (UPE), instituição estadual.

³¹ Estevam Marinho era então chefe do 2º. Distrito do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e foi indicado como o primeiro diretor da Escola de Engenharia da Paraíba, durante a cerimônia de fundação (FUNDAÇÃO..., 1968). Contudo, devido a seu falecimento poucos meses depois, José de Oliveira Leite, vice-diretor da instituição, assumiu o cargo em 1953, no qual permaneceu até 1961, quando de sua transferência para o Rio de Janeiro.

Cassundé, Carlos Roberval da Cunha Guimarães, Ítalo Joffily Pereira da Costa, Speridião Gabínio de Carvalho, Heretiano Zenaide, José Carlos Dias de Freitas, Oswaldo Nobre Fontes (n. 1910), Mário Toscano de Brito.

Como houve um intervalo entre a criação e o início das atividades do curso e são escassas as informações encontradas sobre seus primeiros anos de funcionamento, não podemos afirmar se esse corpo docente foi mantido. É certo, entretanto, que o arquiteto Roberval Guimarães, não chegou a lecionar a disciplina “Arquitetura”, para a qual foi convidado, visto ter se transferido para o Rio de Janeiro, antes mesmo do funcionamento do curso ser aprovado (GUIMARÃES, 2007b). Por sua vez, o médico paraibano Humberto Nóbrega lecionou para a primeira turma de Engenharia a disciplina “Higiene Geral, Higiene Industrial e dos Edifícios” (NÓBREGA, 1979, p. 18), após ter realizado curso de Saúde Pública no Rio de Janeiro. Entre os demais nomes do quadro de docentes, se destaca a presença do engenheiro Ítalo Joffily, que como vimos [na seção “As primeiras experiências modernas”, Capítulo 1], fora diretor da DVOP, e deveria então lecionar a disciplina “Saneamento e Traçado das Cidades”, a confirmar a afinidade dos engenheiros locais com as questões urbanísticas, embora seja imprecisa sua efetiva participação no curso. O engenheiro industrial João Batista Toni também foi professor dessa instituição (MELLO, José, 2006, p. 124), que contou ainda com a participação de arquitetos. Nos primeiros anos da Escola de Engenharia ensinaram Leonardo Stuckert Fialho e Mário Di Lascio, logo após suas formaturas. Aquele permaneceu até meados de 1964, enquanto esse só se desligou para se dedicar ao curso de Arquitetura e Urbanismo, em meados de 1975. Mais tardiamente, aí também lecionou o arquiteto Pedro Dieb. Esses profissionais se voltaram a disciplinas como Desenho Técnico e Noções de Arquitetura e estiveram envolvidos com as discussões do corpo docente, fossem as prováveis questões urbanísticas, dada a presença de José Leite, Batista Toni e, possivelmente, Ítalo Joffily, fosse o conhecimento técnico próprio à engenharia.

Certamente, a formação de um corpo docente especializado, possível de atender a disciplinas como “Pontes, Grandes Estruturas Metálicas e em Concreto Armado”, lecionada pelo engenheiro Speridião Gabínio de Carvalho, repercutia na produção arquitetônica local, principalmente ao termos em vista o contato direto dos arquitetos instalados em João Pessoa com o meio acadêmico. Se, como vimos [na seção “As primeiras experiências modernas”, Capítulo 1], houvera uma evolução técnica na arquitetura local, essa poderia agora se consolidar com a ampliação e fortalecimento do corpo de engenheiros ligados a Escola de Engenharia. Com efeito, nos anos posteriores, as possibilidades de contribuição entre meio acadêmico e prática profissional foram ampliadas. Em 1972, essa instituição contava com uma oficina mecânica e laboratórios dedicados a Hidráulica, Eletrotécnica, Concreto, Mecânica dos Solos e Mecânica Aplicada, entre os quais o laboratório de Concreto e o laboratório de Mecânica dos Solos prestaram serviços à comunidade por meio de convênios com órgãos públicos e empresas privadas (NÓBREGA, 1973, p. 49). Aquele primeiro atendeu a empresas e órgãos como Impala, Grupamento de Engenharia, DNER, CAGEPA. Mesmo assim, no campo da arquitetura, obras de grande porte ou que requeressem soluções técnico-

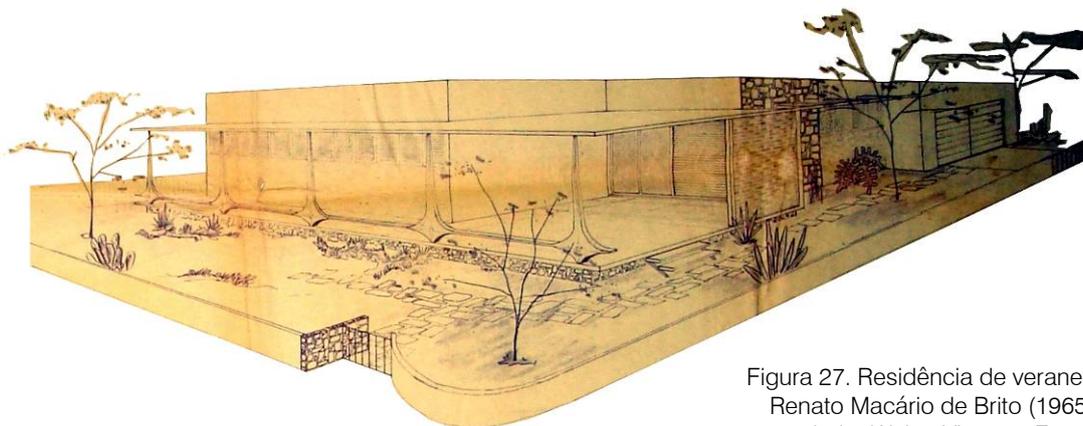


Figura 27. Residência de veraneio Renato Macário de Brito (1965), engenheiro Walter Vinagre. Fonte: Arquivo Central/PMJP.

construtivas complexas foram então incomuns na cidade, de forma que foram pouco evidentes as repercussões técnicas na arquitetura local.

Em paralelo, também se dava uma maior regulamentação e fiscalização das atividades profissionais de engenheiros, arquitetos e agrônomos. Em 29 de julho de 1961, a delegacia do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) em João Pessoa foi reestruturada, a qual ainda se mantinha vinculada ao conselho regional sediado em Recife (2ª. Região), que representava os estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. O delegado local era o engenheiro Walter Vinagre, então diretor do Departamento de Obras Públicas. Por sua vez, em 1967, sob influência da Lei nº 5.194 (24 de dezembro de 1966), que mais uma vez regulamentava as profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo, ao lado do progressivo fortalecimento e ampliação do quadro de engenheiros locais, foi discutida a instalação de um conselho regional do CREA em João Pessoa, desvinculado de Pernambuco e a representar a Paraíba e o Rio Grande do Norte. Anseio efetivado, em 29 de agosto de 1968 (BRASIL, 1968), com a instalação da 16ª. Região do CREA em João Pessoa, cujo presidente foi o engenheiro civil Manoel Paiva Martins, enquanto Mário Glauco Di Lascio e Geraldo Gomes da Silva³² foram selecionados respectivamente para representantes efetivo e suplente do corpo de arquitetos.

Se isso poderia significar uma menor participação de “não-diplomados” na atividade de projeto, o diminuto quadro de arquitetos estimulava, em sentido inverso, a atuação de profissionais de outras áreas. Fato também garantido pela própria legislação. Na Lei nº 5.194 (24 de dezembro de 1966), ainda persistiu a indeterminação entre os exercícios profissionais de engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos. A realização de edificações “nos seus aspectos técnicos e artísticos” era garantida a quaisquer deles. Somava-se a isso a acelerada ampliação do número de engenheiros no estado, graças aos dois cursos aí instalados. Em 1968, já eram 128 os alunos formados pela Escola de Engenharia da Paraíba, além dos 183 formados pela Escola Politécnica da Paraíba (ARAÚJO, J., 1970, p. 30, 53). Ritmo não

³² Geraldo Gomes da Silva formou-se em 1965 na Escola de Belas-Artes de Pernambuco.

acompanhado pela arquitetura, cujo único curso do estado, localizado em João Pessoa, só foi criado em 1974.

Com efeito, como constatamos na pesquisa ao Arquivo Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa, era grande a participação de engenheiros a projetarem moradias de pequeno e médio porte. Dedicavam-se a essa atividade desde engenheiro eletricista, Raymundo Nonato de Moura, até a predominância dos civis, que tinham entre os mais atuantes José Cordeiro Fragoso, José Barbosa da Costa, Sérgio de Tarso Vieira, Severino Soares de Oliveira, Maria do Livramento Pinto Ribeiro, Zenóbio Toscano de Oliveira. Embora esse fenômeno não tenha sido por nós quantificado, a ação dos engenheiros superava a dos arquitetos tanto em número de trabalhos, quanto de profissionais. Como indício, podemos indicar que, entre 162 autores de projetos aprovados em 1974 na cidade de João Pessoa e cuja formação profissional foi por nós identificada, 135 eram engenheiros e 27, arquitetos. Suas obras, que, por vezes, assimilavam elementos formais da arquitetura moderna, como na Residência Renato Macário de Brito (Walter Vinagre – 1965) [Figura 27], também se estenderam às realizações voltadas ao mercado imobiliário, em especial edifícios de apartamentos.

Situação que nos remete à descrita por M. Silva (1991, p. 39) em Maceió, ao analisar os projetos arquivados também na prefeitura, entre 1950 e 1964: “os arquitetos nunca se incubem de mais de 12% dos projetos que foram submetidos à Prefeitura”.

Logo, se o fortalecimento e ampliação do quadro de engenheiros incitavam discussões urbanísticas e a ampliação do conhecimento técnico, por outro lado resultavam na sobreposição de funções, de modo que o projeto arquitetônico era uma atividade corriqueira também a engenheiros.

O moderno na imprensa local

Entre os periódicos de circulação nacional publicados entre 1956 e 1974 consultados nesta pesquisa (Acrópole, Arquitetura, Módulo, Arquitetura e Engenharia, Habitat, Brasil – Arquitetura Contemporânea),³³ poucas foram as referências por nós encontradas sobre a arquitetura de João Pessoa. Entre elas estava o projeto não realizado do Edifício de apartamentos Caricé, de autoria do arquiteto radicado em Recife Florismundo Lins (EDIFÍCIO de apartamentos, 1959, p. 110-111), numa matéria que não fazia qualquer registro da localização da obra ao longo do texto, mas apenas nos próprios desenhos. Na década seguinte foi publicada a residência Otacílio Campos (ARQUITETURA no Nordeste, 1967, p. 36-41), projetada por Borsoi. Em 1970, foi veiculada a agência do Banco do Nordeste (AGÊNCIA..., 1970, p. 34-35), de autoria dos arquitetos radicados em Fortaleza José Liberal de Castro e Gerhard Ernest Bormann [Figura 28].

³³ Os períodos e exemplares consultados de cada periódico estão discriminados na seção “Arquivos e fontes pesquisados”.

Como vemos, as reportagens eram esparsas e pouco representativas da produção local. Postura próxima à adotada pelos estudos panorâmicos sobre a arquitetura moderna brasileira, que igualmente pouco contemplam essa produção e se limitam a apontar obras isoladas de João Pessoa: no livro de Mindlin (2000, p. 36),³⁴ o projeto não concretizado da Praça da Independência (Burle Marx - 1952) [Figura 29]; no estudo de Lemos (1979, p. 157), o Hotel Tambaú (Sérgio Bernardes - 1968); na pesquisa de Ficher; Acayaba (1982, p. 102), novamente a agência do Banco do Nordeste (Liberal de Castro; Gerhard Bormann - 1970); na publicação de Segawa (2002, p. 132),³⁵ a Residência Cassiano Ribeiro Coutinho (Borsoi - 1955). Enfoque que se volta a profissionais consagrados, que tinham em comum a formação na Faculdade



Figura 28. Agência do Banco do Nordeste (1970), José Liberal de Castro, Gerhard Ernest Bormann, publicada na revista Acrópole. Fonte: AGÊNCIA..., 1970, p. 34.

³⁴ A primeira edição desta obra data de 1956.

³⁵ A primeira edição desta obra data de 1998.

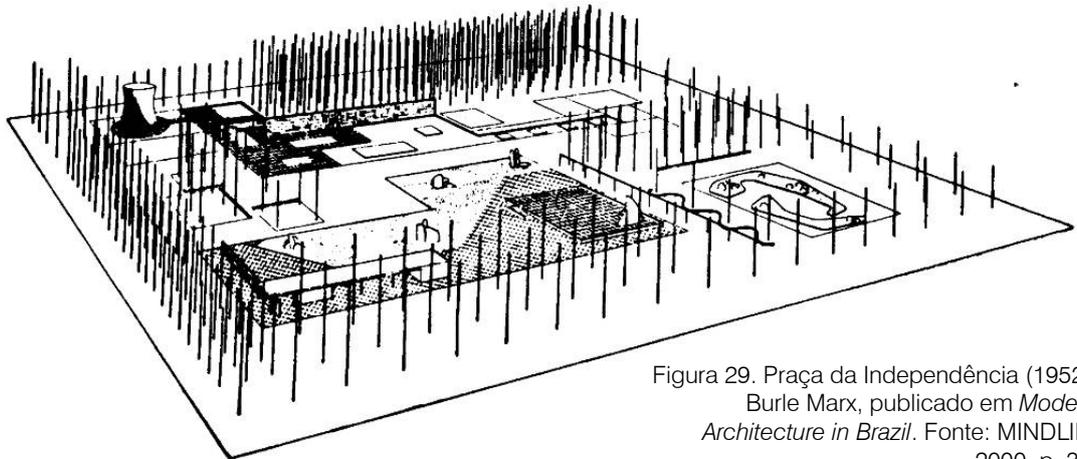


Figura 29. Praça da Independência (1952), Burle Marx, publicado em *Modern Architecture in Brazil*. Fonte: MINDLIN, 2000, p. 36.

Nacional de Arquitetura, ou seja, a atenção recai mais no talento individual desses arquitetos do que propriamente na produção da cidade e reforça uma leitura da difusão da arquitetura moderna irradiada a partir do Rio de Janeiro ou dos profissionais lá formados.

Em contrapartida era significativa a recepção local a essas publicações. Nos exemplares da revista *Arquitetura* por nós consultados, encontramos correspondências que manifestavam o recebimento desse título por estudantes (Antônio Augusto Torres Camello, Ivanise de Oliveira Leitão) e por profissionais (Vitoriano Gonzalez y Gonzalez, vice-diretor em exercício da Escola de Engenharia; Marcelo de F. Lopes, diretor-secretário da ENPLA – Engenharia e Planejamento; Geraldino Pereira Duda, Diretor do Departamento de Planejamento e Urbanismo da Prefeitura Municipal de Campina Grande/PB).

Essa receptividade à arquitetura moderna, fruto da repercussão nacional e internacional das realizações brasileiras, se dava em paralelo à expansão da imprensa paraibana. Ao jornal oficial *A União*, fundado em 1893, se juntaram os jornais *O Norte*, reaberto em 1950, que tivera sido fechado em 1939, e *Correio da Paraíba*, inaugurado em 1954. Nessa mesma época, também foram criadas ou voltaram a ser editadas revistas de circulação local. Em novembro de 1957, foi lançada a revista mensal sobre cultura paraibana *Trópico*,³⁶ dedicada a letras, artes e ciências, que editada pela gráfica do estado, *A União*, pretendia realizar o levantamento e difusão do momento cultural da Paraíba (LANÇAMENTO..., 1957, p. 3). Em julho de 1959, voltou a circular a revista, fundada em 1921, *Era Nova*, com o pretenso objetivo de “realçar os [...] legítimos valores” da Paraíba (ERA..., 1960, p. 8), sob a direção do jornalista e escritor Waldemar Duarte (1923-2004). Mas por causa de falta de apoio publicitário não manteve regularidade de circulação. Seu segundo exemplar, dedicado à cidade de Campina Grande, só saiu em janeiro de 1960. Em 1961 foi anunciada que voltaria a circular a revista mensal *Ilustração*, direcionada à arte e fundada, pelo jornalista José Wills Leal, por volta dos anos 1930 (*A CIDADE terá...*, 1961, p. 8). A nova fase tinha como responsável Wilson

³⁶ A revista *Trópico* era dirigida por Joaquim Ferreira Filho, Adalberto A. Barreto, Elcir Dias, Celso Otávio de Novais e Luís Gonzaga Rodrigues.

Madrugá, que fora, nos anos 1940, diretor da revista mensal Manaíra. Essa, fundada em 1939 e dedicada a “arte, cultura e divulgação”, continuava em 1965 em circulação.³⁷ E, em abril de 1966, também foi fundada a revista mensal Tambaú,³⁸ com o intuito de ser a divulgadora da “expansão econômica, social, cultural e artística” da Paraíba e de criar um intercâmbio entre esse e os demais estados nordestinos.

Apesar de essas revistas aspirarem por uma diversidade de temas, voltaram pouca atenção à arquitetura e ao urbanismo, conforme constatamos nos exemplares por nós consultados. O Palácio da Alvorada chegara inclusive a ilustrar a capa de Era Nova, em janeiro de 1961, embora tal imagem não remetesse a nenhum tema afim em suas páginas internas. Política, economia, sociedade, educação, cultura e literatura eram os assuntos predominantes. E esse último, em particular, como dava mostra o reaparecimento, em 1956, do suplemento literário Correio das Artes, editado pelo jornal A União e fundado em 1949, parecia centralizar as discussões artísticas, ao passo que a arquitetura e o urbanismo não tiveram na cidade uma publicação especializada. Logo, essas revistas não trouxeram contribuições fundamentais para o debate arquitetônico ou urbanístico na cidade.

Certamente, dentre os periódicos que então circulavam em João Pessoa, foi nos jornais em que tais discussões estiveram mais presentes. Fato que não era incomum ou localizado, pois como aponta L. Cavalcanti (2000, p. 12):

A partir da repercussão e respeito que obteve o novo estilo nas revistas especializadas estrangeiras e nacionais, o modernismo passou a ocupar o noticiário das revistas e jornais de maior circulação. O público antes desconfiado e irônico, aprende a gostar de novas formas e incorpora-las a seu repertório cotidiano.

Em Recife os jornais também se voltaram a esse tema, mas lá possuíam a participação ativa dos arquitetos. Foram veiculados pelo departamento do IAB daquela cidade, entre 1955 e 1959, dois semanários: “Arquitetura” ou “Página de Arquitetura”, na Folha da Manhã, e “Movimento Arquitetônico”, no Jornal do Comércio (NASLAVSKY, 2004, p. 127). Em suas páginas foram publicadas, além das “principais idéias e teses que circulavam no período”, obras das principais cidades nordestinas: Campina Grande/PB, João Pessoa, Petrolina/PE, Natal (NASLAVSKY, 2004, p. 132). Por sua vez, na capital paraibana as matérias dedicadas à arquitetura e ao urbanismo não possuíam espaço próprio e, por isso, eram publicadas em conjunto com os demais noticiários e informações. Da mesma forma, não mantinham uma regularidade de veiculação nem estavam sob a responsabilidade de um órgão de classe. Logo seus conteúdos eram focados ao grande público e não resultaram na formação de um corpo editorial especializado, dada a habitual reprodução de matérias vindas de fora.

Entretanto essas limitações não invalidaram seu papel de divulgar a arquitetura moderna na cidade, fossem as realizações locais, fossem as nacionais e as internacionais. Em suas páginas, como constatamos em nossa consulta a exemplares publicados entre 1956 e 1974

³⁷ Nessa fase a revista Manaíra era dirigida por Judith Marques de Almeida Lima.

³⁸ A revista Tambaú era dirigida por Agrimar Santa Cruz Montenegro.

do jornal A União, além de números avulsos dos jornais Correio da Paraíba e O Norte, estiveram presentes representações e críticas da arquitetura vigente, além do noticiário de obras isoladas. Apreensões que nos dão mostras das formas de assimilação dessas manifestações e que nos permitem aferir a contemporaneidade de tais discussões.

As matérias voltadas à arquitetura e ao urbanismo nesses periódicos acompanhavam, inicialmente, entre 1956 e 1961, o debate nacional da época, centrado na realização de Brasília, nas experiências da arquitetura carioca e no reconhecimento profissional do arquiteto. O planejamento da nova capital federal e sua construção, a exemplo da agilidade de montagem dos edifícios dos ministérios (BRUCE, 1958, p. 5), abarcavam a maior parte das atenções. Foram publicadas sobre essa realização desde noticiários até análises críticas. Após visita a Brasília, Moholy-Nagy censurou a proteção climática deficiente das edificações lá construídas, além da utilização de referências superadas de Le Corbusier, “cidade de três milhões de habitantes” (1922), para disposição das sedes dos ministérios, e questionou a comunicação existente entre os edifícios governamentais mediante praça de “tais dimensões” (CRÍTICO..., 1960, p. 5). Crítica originalmente exposta na revista *Progressive Architecture* e que foi reproduzida no jornal A União, com base em fonte do Rio de Janeiro.

Afora o interesse pela nova capital federal, esses meios também relataram a necessidade de um maior número de arquitetos no país (FALTAM..., 1958, p. 2) e a premiação internacional recebida por brasileiros na Bienal de Arquitetura de São Paulo (MINEIROS..., 1961, p. 7). Enfoques que confirmavam a afirmação da arquitetura brasileira e o reconhecimento dessa profissão, temas comuns aos anos 1950. Contemporaneidade das discussões também confirmada pelo destaque dado à arquitetura e aos arquitetos cariocas em suas páginas, a exemplo da atenção a Niemeyer ou a obras como o Pavilhão de São Cristóvão (Sérgio Bernardes - 1957) (EXPOSIÇÃO Internacional..., 1959, p. 2, 7).

Em 1956, foi transcrito no jornal A União, identificado como “recente palestra”, o texto de Niemeyer “O problema social na arquitetura”, originalmente publicado em AD – Arquitetura e Decoração (1955), no qual esse arquiteto censurava a perda de qualidade da arquitetura brasileira em decorrência da repetição inadequada de soluções modernas:

A grande maioria das nossas construções apresentam um baixo nível arquitetônico, atingindo mesmo aspectos grotescos, e até ridículos [...] Este fato, apesar de grave, é fácil de ser explicado: realmente o sucesso da arquitetura moderna no Brasil foi de tal ordem, que em pouco tempo tornou-se ela a nossa arquitetura corrente e popular. [...] É natural e compreensível que esta massa enorme de construções, estendendo-se por todo o país, não poderia manter o mesmo nível técnico, principalmente considerando-se o sucesso que as boas obras alcançavam e o seu sentido novo e criador, que todos pudessem ou não, [sic] desejavam acompanhar. (ARQUITETURA e urbanismo, 1956, p. 5)

Afirmção que, embora contemporânea à publicação de *Modern Architecture in Brazil* (Henrique Mindlin), expunha uma visão distinta do prefácio redigido por Giedion (2000, p. 17), que julgava ter se alcançado no Brasil “[...] um certo nível de realização que vem sendo mantido”. Divergência que certamente se devia ao enfoque adotado por Niemeyer, centrado

na “maioria de nossas construções”, as quais nem sempre são projetos de arquitetos, ao invés de focar o “nível médio da produção arquitetônica”, como fizera o outro autor. Com esse artifício, ele aparentemente estava a defender o campo de atuação dos arquitetos e, com isso, se voltava à afirmação dessa categoria profissional, postura igualmente revelada, nesse mesmo texto, por sua oposição à “ação do comércio imobiliário” sobre as cidades, “apelando para planos diretores responsáveis, lógicos e pertinentes” para reduzir esse problema.

As referências à arquitetura moderna não se limitaram, entretanto, a recepções à distância ou transcrições de matérias de outros centros. Em 1960, por exemplo, em artigo do próprio jornal *A União*, tratava-se da modernização da arquitetura brasileira (ARQUITETURA social, 1960, p. 3), enfocada através da funcionalidade dos edifícios (“o sentido utilitário de cada linha”) e da melhoria de conforto dos ambientes dos empregados, que passavam, conforme afirmado, a ser beneficiários dos “[...] usufrutos dos modernos conjuntos arquitetônicos”. Tais características eram creditadas pelo artigo ao “[...] estilo arquitetônico que Oscar Niemeyer inaugurou no Brasil e espalhou pelo mundo”. Afirmação que indicava a pouca familiaridade dos autores com o tema, ao ignorarem os precedentes internacionais e superestimar a contribuição individual desse arquiteto brasileiro. Representação que também se revelou em matéria dedicada a Leonardo Stuckert Fialho, o qual era assim descrito: “Da nova geração de arquitetos, iniciado nos ensinamentos de Oscar Niemayer [sic], compreende-se porque o Brasil tornou-se similar e pioneiro na arquitetura, no mundo” (ARQUITETURA e arte..., 1959, p. 3).

Nos anos posteriores, 1962 a 1974, o enfoque dos jornais locais se manteve sobre as realizações da arquitetura carioca, apesar do centro da discussão arquitetônica nacional se deslocar para São Paulo. Nessa época foram ressaltados em suas páginas: a resenha do livro escrito por Niemeyer, “Quase memórias: viagens” (GAMA E MELO, 1968, p. 4); o projeto de Lúcio Costa em 1969 para a orla de Copacabana, que compreendia o alargamento da

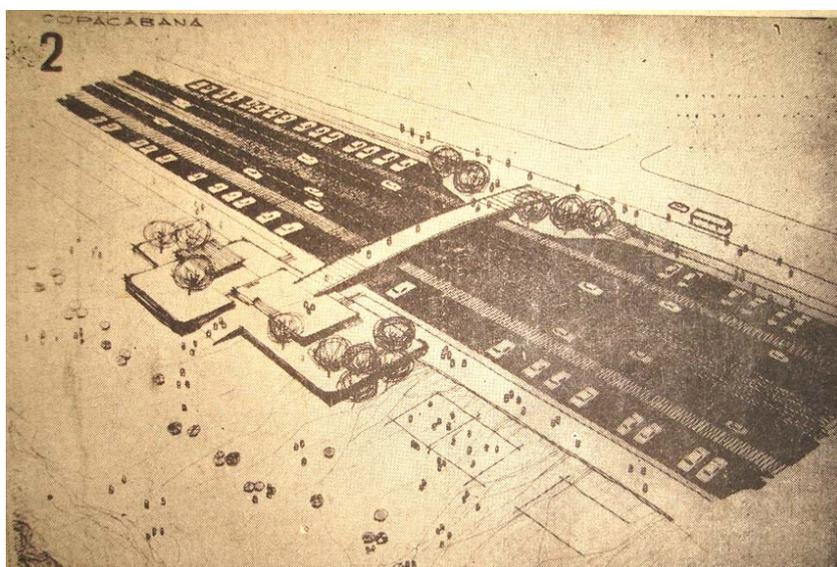


Figura 30. Projeto de Lúcio Costa para a orla de Copacabana, publicado em jornal local (*A União*). Fonte: [COPACABANA], 1969, p. 1.

Avenida Atlântica e a construção de passarelas, jardins, *playgrounds*, estacionamentos, relógios, parques esportivos, postos de salvamento e bares ([COPACABANA], 1969, p. 1) [Figura 30]. Por sua vez, as obras de São Paulo, como o MASP (Lina Bo Bardi – 1957-1968), e seus principais arquitetos, como Vilanova Artigas, estiveram ausentes dessas páginas.

Esse fato não impedia que a industrialização da construção, tema próprio ao pensamento desenvolvimentista da época e às formulações de arquitetos paulistas, fosse enfocada por esses jornais. Tema que era abordado através das experiências internacionais de pré-fabricação, fossem elas inglesas, como os painéis industrializados de plástico (PLÁSTICO..., 1966, p. 4), o sistema de armações leves de aço com dimensões padronizadas (SISTEMA..., 1968, p. 5), as grandes paredes pré-fabricados de concreto armado (INGLESES..., 1969, p. 2), fossem elas suecas, como os ambientes inteiramente pré-fabricados de concreto (QUARTOS..., 1961, p. 6), os blocos de cimento celular que dispensavam argamassa ou cola (CASAS..., 1961, p. 4). Em contrapartida, as discussões dos anos 1960 e 1970 da arquitetura brasileira, como o apelo à expressividade do concreto armado seguido pela “linha paulista”, estiveram, de fato, ausentes dessas publicações.

A forte presença da arquitetura internacional nas páginas dos jornais locais era um fenômeno recente, visto que nos anos anteriores, entre 1956 e 1961, recebeu pouca atenção, restrita, de uma forma geral, às publicações sobre Seagran Building (Mies van der Rohe – 1954-8),³⁹ salientado na imprensa por seu revestimento de bronze (sobrepuesto à estrutura de aço) [Figura 31], e à divulgação do V Congresso Internacional de Arquitetura em Moscou (CONGRESSISTAS..., 1958, p. 2). Por sua vez, entre 1962 e 1974, o número de reportagens sobre as realizações estrangeiras superava o dirigido à arquitetura nacional. Nessa segunda fase, ilustraram as páginas dos jornais edifícios europeus e norte-americanos destinados a igreja, museu, escola, universidade, laboratório e, em maior número, arranha-céus, como o Lake Tower Building ([O IMPONENTE...], 1971, p. 1), Empire State Building (Minoru Yamasaki - 1968-71) ([APÓS...], 1971, p. 8). Matérias que sempre exaltavam o caráter moderno das obras, a reforçar a difusão dessa arquitetura em distintos usos e localidades. Quando da publicação do edifício evangélico projetado por Heinz Fall, afirmou-se que “igrejas modernas representam o novo estilo arquitetônico mesmo em locais medievais de Esslingen, no sudoeste da República Federal da Alemanha” ([IGREJAS...], 1964, p. 1) [Figura 32]. Idéia semelhante a também exposta na mesma época: “escola dos Estados Unidos têm [sic] arquitetura nova” (ESCOLA..., 1965, p. 4) [Figura 33].

Era uma constante a referência aos Estados Unidos nessas matérias. Foram evidenciados pelos jornais tanto os arquitetos naturais de lá, Frank Lloyd Wright (1867-1959), Buckminster Fuller (1895-1983), Edward Durrell Stone (1902-1978), Edward Larrabee Barnes (1915-2004), como os grandes mestres europeus lá instalados, Mies van der Rohe (1886-1969), Marcel Breuer (1902-1981). Isso era um reflexo da transferência das discussões arquitetônicas e

³⁹ Foram publicadas três matérias sobre o Seagran Building: Nova York (1956, p. 6); Um arranha-céu... (1956, p. 6); Arranha-céu... (1956, p. 3).

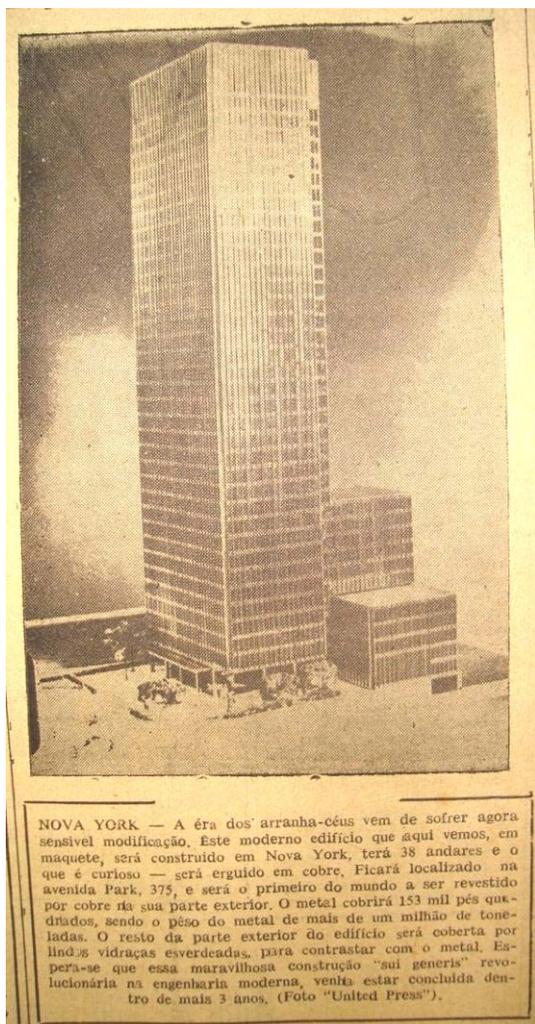


Figura 31. Seagram Building (1954-8), Mies van der Rohe, publicado em jornal local (A União). Fonte: NOVA York, 1956, p. 6.

culturais para esse país, acentuada pela emigração de artistas e intelectuais europeus, após a segunda guerra mundial. Em menor grau, a arquitetura europeia também foi contemplada, a exemplo da matéria dedicada às atividades de arquitetos atuantes na França (ATIVIDADE..., 1963, p. 6), Bernard Louis Zehrfuss (1911-1996) e Le Corbusier (1887-1965), ou sobre torres residenciais em Hamburgo, na Alemanha (TORRES, 1966, p. 8) [Figura 34].

Não obstante a receptividade às realizações estrangeiras, as correntes internacionais de revisão da arquitetura moderna, que ganhavam força nos anos 1960 e que buscavam se afastar de sua ortodoxia inicial, não foram captadas por essas publicações. Da mesma forma, os arquitetos das denominadas por Montaner (2001a, p. 36) "terceira" e "quarta geração",⁴⁰ que buscavam uma conciliação entre a continuidade do Movimento Moderno e o impulso por renovação, como Affonso Eduardo Reidy (1909-1964), Robert Venturi (n. 1925), Aldo Rossi

⁴⁰ Conforme considerado por Montaner (2001a, p. 36), a "terceira geração" era formada por arquitetos nascidos entre 1907 e 1923 e que começaram uma "atividade arquitetônica destacável" por volta de 1945-1950, enquanto a "quarta geração", nascida em seguida, começou a se destacar nos anos 1960.

Figura 32. Igreja de Cristo, em Esslingen (sudoeste da Alemanha), Heinz Fall, publicada no jornal A União. Fonte: [IGREJAS...], 1964, p. 1.

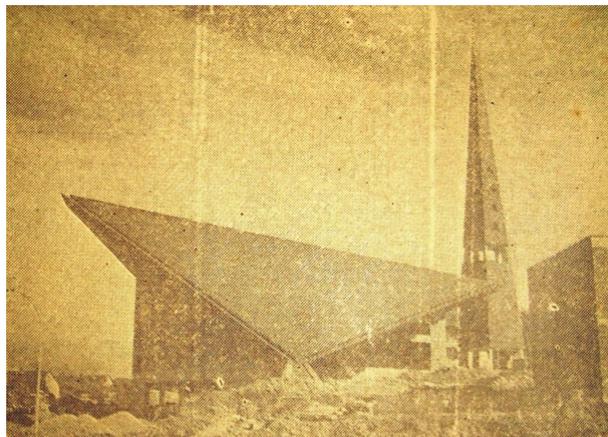
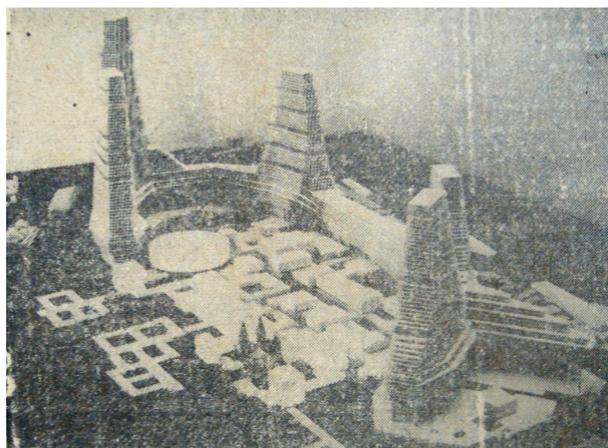


Figura 33. Sherwood School, em Greeley (Colorado, EUA), publicada no jornal Correio da Paraíba. Fonte: ESCOLA..., 1965, p. 4.



Figura 34. Torres residenciais em Hamburgo (Alemanha), publicadas no jornal A União. Fonte: TORRES, 1966, p. 8.



(1931-1997), também estiveram ausentes. Apenas uma breve reprodução em 1974 das críticas do arquiteto alemão Peter Blake (1920-2006) insinuava uma reavaliação do debate internacional. Nessa matéria eram expostas as grandes “falácias do urbanismo moderno” (ARQUITETURA, 1974, p. 2): “grandes fachadas de vidro não são uma solução racional nem moderna”; “torres no meio de parques ou sobre pilotis não são uma solução respeitável”; “os problemas de construção urbana não resolvem os problemas habitacionais”; “o melhor veículo do homem são as suas pernas” e não os transportes sofisticados; “a arquitetura moderna não

melhora, em absoluto, a vida das pessoas”; “as cidades não são essenciais à civilização humana”.

Por sua vez, a relevância que então assumiram a cidade e o planejamento urbano na arquitetura nacional e internacional também repercutiu nos jornais locais. Frente à crescente urbanização do país nos anos 1960, a discussão dos arquitetos brasileiros se voltava para a industrialização da construção e para o planejamento urbano (KOURY, 2005, p. 73). Em 1961 se noticiava a expansão planejada de Estocolmo, com a construção de sua segunda cidade-satélite: Farsta, intitulada pelo próprio jornal de “paraíso dos arquitetos modernos”, na qual “as áreas residenciais, idealizadas para uma população de 35 mil pessoas, estão entremeadas com zonas verdejantes, de natureza ainda virgem, parques e campos para jogos infantis”, ao passo que os edifícios verticais se concentravam no centro (FARSTA..., 1961, p. 6). Proposta que, segundo Hall (1995, p. 364), integrou um “clássico projeto metropolitano da época: o Plano Geral de Sven Markelius [1889-1972] de 1945-1952 para Estocolmo”,⁴¹ na qual se minimizava a dependência do automóvel particular com o uso de sistema de metrô subterrâneo, uma solução nova que iria “substituir amplamente o sistema de bondes da época”. Em 1966, era noticiada a oferta de curso de Planejamento Urbano e Regional no Peru (BOLSA..., 1966, p. 8). Em 1968, eram divulgadas a criação de cursos de paisagismo na Inglaterra (CURSO..., 1968, p. 7) e a realização de Seminário sobre urbanismo em Edimburgo (URBANISTAS..., 1968, p. 2), quando se proclamava a segurança do tráfego da cidade planejada de Cumbernauld (Hugh Wilson – 1956) na Inglaterra. No ano seguinte era dedicada uma página inteira aos projetos urbanísticos para Paris, que buscavam conciliar o desenvolvimento urbano e o patrimônio histórico (FRANCESES..., 1969, p. 4). Em 1973, foram discutidos os problemas resultantes do crescimento das cidades (PROBLEMAS..., 1973, p. 2).

Essas mudanças de enfoque ao longo do tempo foram perpassadas pela corriqueira atenção à arquitetura de Recife, como a realização de curso sobre arquitetura hospitalar (PROJETO e organização..., 1956, p. 3), a fundação do Núcleo de Arquitetura e Urbanismo, que tinha a finalidade da “integração da arquitetura na realidade econômica e social do país” (FUNDADO..., 1959, p. 3), a construção da cidade universitária (UNIVERSIDADE do Recife..., 1962, p. 6), a renovação do código de obras dessa cidade, do qual foram discutidas a obrigatoriedade de instalação de pára-raios em edifícios com mais de sete pavimentos (NÓVO código..., 1963, p. 2) e as condições a serem cumpridas por edifícios destinados a cinemas (CÓDIGO..., 1963, p. 4). Entretanto essas matérias não apreenderam de forma mais ampla as obras ou mesmo os debates arquitetônicos ou urbanísticos da capital pernambucana.

Enfim, eram mantidas em ambas as fases por nós identificadas a afirmação da continuidade do movimento moderno e a manutenção de sua unidade. As mudanças de rumo então ocorridas, as revisões internacionais e a emergência dos arquitetos paulistas no cenário nacional, não foram captadas pela imprensa local. Nesse sentido os arquitetos cariocas, como Niemeyer e Lúcio Costa, representavam uma espécie de síntese da produção nacional e

⁴¹ Foram construídas, de acordo com Hall (1995, p. 364), quatro cidades-satélites: Vällingby (1950-1954), Farsta (1953-1961), Skärholmen (1961-1968), Tensta-Rinkeby (1964-1970).

as atenções se convergiam para os expoentes das primeiras gerações da arquitetura moderna.

De toda forma, os jornais locais eram receptivos à arquitetura moderna e contribuíram para ampliar o alcance dessas realizações para o grande público. Temas como urbanismo e industrialização da construção, além das imagens de obras contemporâneas, insinuavam a produção da época, numa cidade que não tinha publicações especializadas nessa área. Contudo as matérias veiculadas nem sempre refletiram a qualidade da produção nacional e internacional, captadas por uma recepção à distância, na qual “o autor do texto obteve as informações reveladas através de imagens e textos que alimentam uma informação geral” (CAPELLO, 2005, p. 73).

E por sua vez, como a arquitetura de João Pessoa não era contemplada pelas revistas especializadas, as representações e as divulgações de suas obras foram estabelecidas através desses mesmos jornais, embora nesses casos se tratassem, em geral, de recepções locais, diante da inerente proximidade entre o autor do texto e o ambiente construído.

A CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO

A expansão urbana de João Pessoa

Em 24 de dezembro de 1952, era inaugurada a pavimentação da Avenida Eptácio Pessoa, eixo de ligação entre o centro e a praia. E aproximadamente a meio caminho de seus seis quilômetros foi então construído o Jardim Miramar [Figuras 35, 36], que estabeleceu um representativo encurtamento da distância entre aquelas duas regiões (TRAJANO FILHO, 2006, p. 41), através do loteamento do anterior campo de aviação da Imbiribeira. Empreendimento que tinha a participação ativa do Estado, com o objetivo de gerar renda para o programa de pavimentação realizado pelo governo estadual. Como então justificado pelo próprio governador José Américo de Almeida (1952, p. 3):

A Avenida Eptácio Pessoa estava estrangulada. O campo de aviação de Imbiribeira, já condenado por sua impropriedade técnica, interferia nesta artéria, cortando-a, meio a meio, sacrificando sua configuração. Mas a área intrusa que criava, assim, um problema poderia resolver muitos problemas. Poderia deixar de constituir um obstáculo para se converter numa fonte de onímodas soluções. Bastaria loteá-la e vendê-la – um processo tão simples, desde que o mundo é mundo, como o ovo de Colombo.

No planejamento do Jardim Miramar, realizado pelo engenheiro Lauro Pedrosa (do escritório Planos de Urbanismo Planurba) e empreendido pela Caixa Econômica Federal, já estavam previstos: praças, jardins e parques infantis, comércio próprio, mercado, cinema, casa de

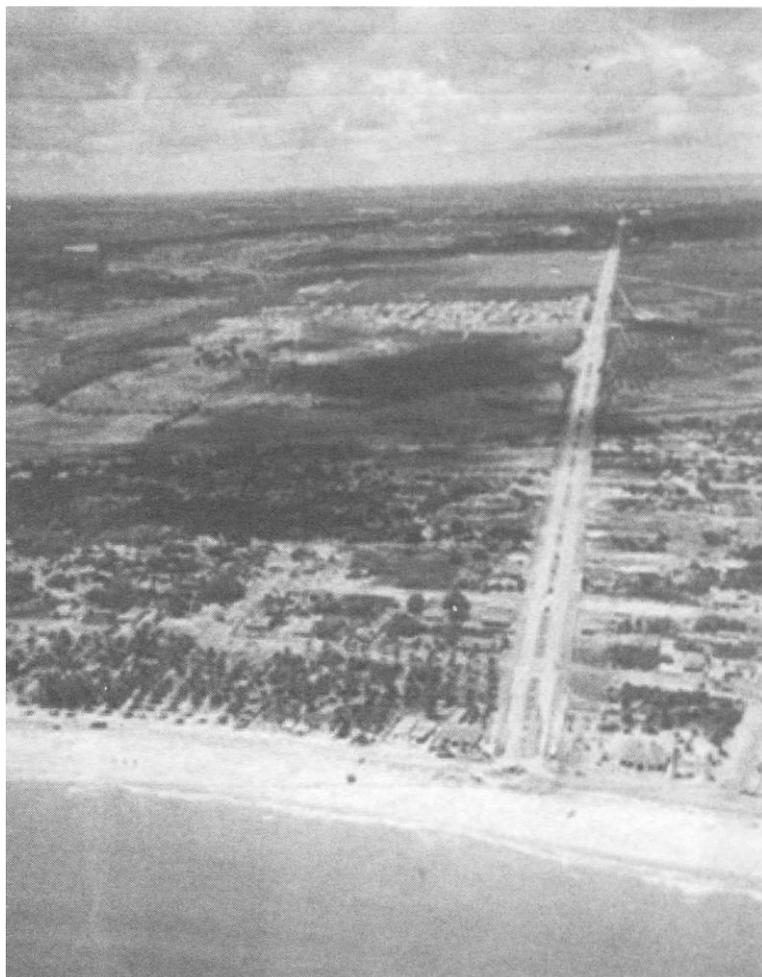
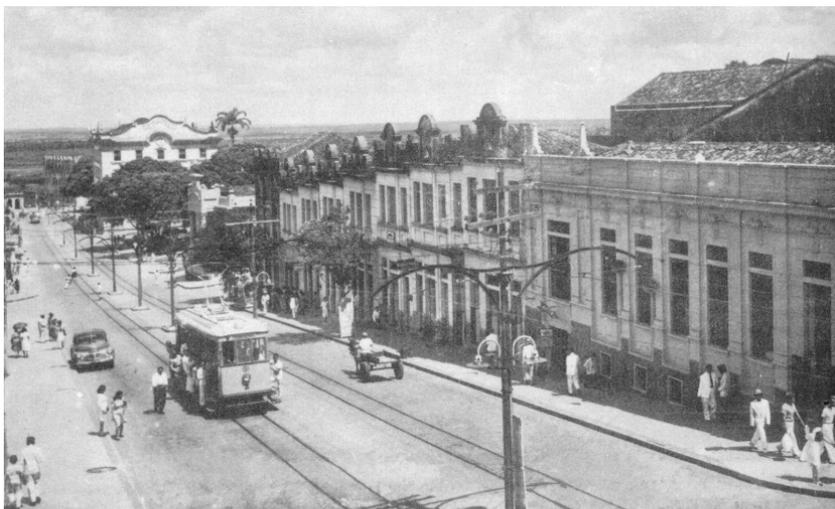


Figura 35. Avenida Epitácio Pessoa, no final dos anos 1950: ao centro, Jardim Miramar. Fonte: TRAJANO FILHO, 2006, p. 42 (Arquivo Humberto Nóbrega).

saúde, farmácia, postos médicos e policiais, colégios, centro de puericultura, agências postais e telegráficas, telefone, praças de automóveis, “transporte fácil e confortável” e inclusive a construção de um clube social e desportivo (JARDIM Miramar, 1950, p. 4), que veio a ser o Esporte Clube Cabo Branco (Borsoi – 1955), do qual trataremos [na seção “A modernização dos clubes sociais”, Capítulo 2]. E, apesar de seu prenome “Jardim”, não havia nesse bairro as ruas sinuosas ou a proposição de jardins de uso coletivo no interior das quadras, que o aproximassem dos loteamentos-jardins realizados, em meados de 1919, por Barry Parker (1867-1941) em São Paulo: Jardim América e City Lapa. Dessa forma, sua denominação era mais uma tentativa de estabelecer “uma entonação nobre” derivada dessas realizações, o que também ocorreu em loteamentos implantados em cidade como São Paulo e Recife.

Esse conjunto de ações teve um significado especial para João Pessoa, que em 1950, era a região urbana mais populosa do estado⁴² (89.517 habitantes) e a décima sétima do país (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2002a). Pois, essa cidade

⁴² Em 1950 a região urbana de Campina Grande, no interior, era menos populosa (72.464 habitantes) que a capital (89.517 habitantes), embora seu município, soma das áreas rural e urbana, fosse o mais populoso do estado (173.206 habitantes) seguido por João Pessoa (119.326 habitantes) (IBGE, 2002a).



Figuras 37, 38.
Avenida Guedes
Pereira, no final dos
anos 1950, e bonde
elétrico em circulação.
Fonte: BORGES, 1960,
p. 292, 294

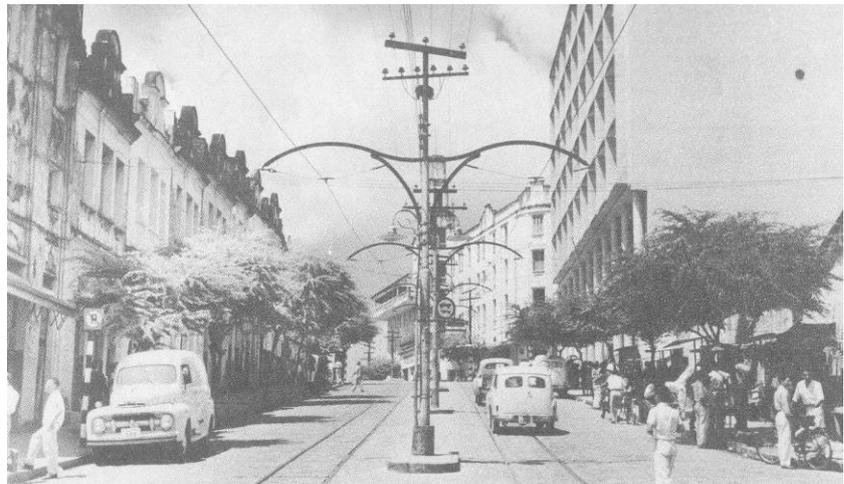
se mantivera por cerca de trezentos anos presa às proximidades do Rio Sanhauá, onde foi fundada em 1585. As primeiras ocupações em direção ao litoral e ao sul só ocorreram depois de 1855 e, ainda assim, de forma dispersa, na qual casas se misturavam a extensas áreas de sítios e chácaras localizadas dentro da zona urbana (LAVIERI, J.; LAVIERI, M., 1999, p. 39). A incorporação das faixas litorâneas, Cabo Branco e Tambaú, se deu apenas na década de 1940 graças à abertura da Avenida Eptácio Pessoa (1933), embora essa região permanecesse "ainda uma verdadeira colônia de pescadores e local de veraneio, em casas, não raro construídas de palha" (LAVIERI, J.; LAVIERI, M., 1999, p. 40). Dessa forma, a pavimentação veio ampliar a acessibilidade à área que se tornava o principal lazer da população nos finais de semana, ao permitir a instalação de bondes e marinetes, substituídos, posteriormente, por ônibus e lotações (LAVIERI, J.; LAVIERI, M., 1999, p. 40). O discurso do governador José Américo de Almeida, quando das festividades de inauguração do novo pavimento, sinalizava a importância então atribuída a essa obra:

Escutastes, até ontem, as queixas dos passageiros que vinham procurar no mar o refrigério do corpo e da alma e voltavam, de mau humor, cobertos de

poeira ou salpicados de lama. Que iam, aos solavancos, no mais penoso dos percursos, maldizendo, talvez, os vossos carros que eram, enfim, os mais sacrificados (ALMEIDA, 1952, p. 2).

Seu depoimento deixava entrever também a crescente importância que assumiam os automóveis no espaço urbano: “A civilização moderna vem criando novos problemas e um dos mais instantes é o problema da distância. É abreviar os contactos. É o vôo das aeronaves e o deslizar dos pneus” (ALMEIDA, 1952, p. 2).

Figura 39. Avenida Guedes Pereira, no final dos anos 1950: contraste entre a sede do IPASE (à direita) e construções antigas. Fonte: IBGE, 1960, p. 231.



É certo, no entanto, que o número desses veículos era ainda limitado. Em 1956, totalizavam 1.643 unidades,⁴³ dos quais 905⁴⁴ se destinavam ao transporte de passageiros. Portanto, acima de firmar o uso da praia para o lazer, favorecido também pelo próprio clima, “em geral quente e seco, com variações entre 18° C e 36° C” (BORGES, 1960, p. 287), ou simplesmente ampliar a acessibilidade de veículos, essa obra passava a constituir um vetor do crescimento urbano. Processo que estava diretamente relacionado com a expansão na região central da cidade [Figuras 37, 38, 39], em direção ao Parque Solon de Lucena e ao bairro de Tambiá (LAVIERI, J.; LAVIERI, M., 1999, p. 41), do comércio de mercadorias, que constituía uma das principais atividades econômicas de João Pessoa. Esse processo promoveu o deslocamento das moradias lá localizadas para novas regiões e a valorização de áreas outrora desprezadas. A Rua Tenente Retumba, por exemplo, anteriormente considerada um “antro de prostituição”, teve sua população expulsa para ser ocupada por novas construções (NORONHA, 1957, p. 2). Substituição das edificações antigas ou precárias que passava a dar à região central uma nova fisionomia. No lugar onde a imprensa afirmava ter sido mantido até pouco tempo “um pardieiro”, era noticiada em 1957 a construção de “um suntuoso edifício de vários andares”

⁴³ É importante assinalarmos que, além dos veículos de passeio, constam nesse quantitativo: jipes, ônibus, microônibus, ambulâncias, motocicletas, caminhões, camionetes e veículos de socorro.

⁴⁴ Esse quantitativo obedecia a seguinte subdivisão: veículos de passeio (671), jipes (43), ônibus e microônibus (79), camionetes (56), ambulâncias (6), motocicletas (48), outros (2). Por sua vez, os veículos de carga (738) eram subdivididos em: caminhões (411), camionetes (248), veículos fechados (60), jipes (9), veículos de socorro (1), outros (9).



Figuras 40, 41. Acima, Avenida Getúlio Vargas e Parque Solon de Lucena, por volta de 1957, com o Instituto de Educação, à esquerda. Abaixo, Avenida Epitácio Pessoa, no final dos anos 1950, com a praia de Tambaú, ao fundo. Fonte: IBGE, 1960, p. 236; Arquivo Público do Estado da Paraíba/FUNESC.

(UM NOVO..., 1957, p. 3): edifício de escritórios Nações Unidas, no Ponto de Cem Réis. E como já reconhecido nesse momento: “O comércio é quem mais está contribuindo para essa mudança de aspecto, e o faz com apurado bom gosto, como se depreende de um exame nas lojas últimamente instaladas e nas que estão por inaugurar-se” (PROGRESSO da cidade..., 1956, p. 3). Com efeito, eram comuns aos jornais locais reportagens sobre a demolição de prédios antigos na área central em decorrência da expansão do comércio: “Os estabelecimentos comerciais invadem a Duque de Caxias” (URBANIZAÇÃO..., 1956, p. 2), “Está sendo demolido o ‘Salão Império’” (CUSTOU..., 1956, p. 2).

Diante disso, se nos anos 1940, as “mansões da época” eram, segundo Aguiar (2002, p. 270), sobrados ecléticos situados no centro da cidade, em especial na Avenida Getúlio Vargas [Figura 40], nas décadas seguintes novas áreas passavam a ser apreciadas para esse fim,

para onde se transferiram os moradores. O bairro da Torre, que já fora considerado “pouco propício à moradia”, porque estava fora do “perímetro urbano”, era descrito em 1957 pela imprensa como um dos “locais preferidos para as novas e melhores construções”, assim como também o eram Tambaú, Tambauzinho e Miramar, bairros situados nas proximidades da Avenida Eptácio Pessoa (CRESCIMENTO urbano, 1957, p. 3) [Figura 41]. Também atestavam o movimento realizado pelas famílias mais abastadas a se afastarem da área central as residências projetadas nos anos 1950 por Borsoi: Cassiano Ribeiro Coutinho (1955), Joaquim Augusto da Silva (1957), Renato Ribeiro Coutinho (1958), que tiveram nessa via de ligação à praia seu local de implantação.

Contudo, a “aproximação ao mar”, segundo Trajano Filho (2006, p. 41), não foi um movimento uniforme e contínuo desde o centro até atingir a periferia. Como observado em 1960 na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, editada pelo IBGE (1960, p. 236): “De construção recente e contando ainda com poucas residências essa Avenida [Eptácio Pessoa] contribui bastante para o desenvolvimento da cidade em direção ao litoral”. Com efeito, ao tempo que suas margens eram ocupadas, novos loteamentos também surgiam em plena praia, sem relações de continuidade entre si. Em 1957, era construído em Tambaú o conjunto habitacional Jardim Manaíra (Borsoi – 1957) (CRESCIMENTO urbano, 1957, p. 3), que se beneficiava das melhorias na orla marítima: a ampliação da rede de abastecimento de água, a extensão do passeio público e o prolongamento da pavimentação (EM TAMBAÚ..., 1957, p. 3). E na mesma praia estava a ser comercializado o loteamento Jardim Panamérica, que ressaltava em sua publicidade [Figura 42] os melhoramentos públicos lá realizados, água encanada, “condução à porta” e luz elétrica, além da “encantadora” paisagem de Tambaú e da presença de vizinhança (JARDIM Panamérica, 1958, p. 5), essa como forma de minimizar uma possível impressão de isolamento em relação ao resto da cidade.

Como reflexo desse movimento, a imprensa local noticiava em 1960 o aumento do número de residências permanentes na orla marítima, o que era atribuído, afora às melhorias de acessibilidade e de infra-estrutura, à oferta de financiamento através da Caixa Econômica Federal (CRESCIMENTO de Tambaú, 1960, p. 3), fator que ganhou mais força nos anos posteriores, durante a ação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Dessa forma, embora o crescimento não tivesse na Avenida Eptácio Pessoa sua única causa, a tinha como símbolo do progresso, como outrora fora igualmente representativa a Avenida Getúlio Vargas, com suas vias largas e arborizadas ladeadas pelo Instituto de Educação (DVOP/Clodoaldo Gouvêa - 1936). Representação que era, por sua vez, reiterada pelo governador José Américo de Almeida (1989, p. 165), ao afirmar que “João Pessoa tornou-se, com a pavimentação da Avenida Eptácio Pessoa, cidade marítima”.

Nesse tempo, também teve importância para o desenvolvimento da cidade: a criação, em 2 de dezembro de 1955, da Universidade da Paraíba (Universidade Federal da Paraíba – UFPB, a partir de dezembro de 1960). João Pessoa, que, durante longo tempo, teve o predomínio da função administrativa, passava então a exercer a função universitária, a qual provocou, segundo M. Andrade (1975, p. 17), “o desenvolvimento do comércio, dos serviços culturais,

No progresso da Paraíba... uma nova Bandeira

JARDIM PANAMÉRICA

o espetacular loteamento da
COMPANHIA IMOBILIÁRIA JAGUARIBE



Na faixa balnearia



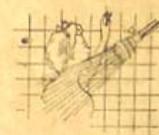
Condição a partir



Uma residência



Luz elétrica



Água encanada



valorização

na famosa e encantadora praia de **TAMBAÚ***

tem junalho, também mem-
bra do JARDIM MANAI-
RA, da Caixa Econômica
Federal, com mais de 300
residências construídas.

E QUE CONDIÇÕES
apenas 5% de entrada!
Pagamento em 100 prestações!
Sem Juros!
Lotes a partir de
Cr\$ 60.000,00

JARDIM PANAMÉRICA
é mesmo
para você
morar!

LOTES VENDIDOS:

ATE' 28.9.58	19 lotes
SEMANA DE 28.9.58 a 4.10.58		
- Sr. Antonio Gomes da Silva	1 lote
- Adolfo Ribeiro Wanderley	1 "
- Renato Guedes Barreto	1 "
- Josepha Pereira da Costa Filho	1 "
- Laurinda Evangelista dos Santos	1 "
- Fausto Falcão de Souza	1 "
- Genivaldo de Farias Leite	1 "
- Sr. Alencar Gomes Assis	1 "
- Elton Guedes Romão	1 "
- Lúcio Cristiano Campos Pass	1 "
TOTAL	20 lotes

CLAUSULA DE GARANTIA
Em caso de morte do comprador, sua herdeiros receberão o lote indenizado do preço sem qualquer despesa.

Informações e vendas:

COMPANHIA IMOBILIÁRIA JAGUARIBE

Campina Grande: Edifício Assu. 1º andar, sala 109 - Praça da Bandeira
João Pessoa: Edifício Duarte da Silveira, sala 102 - Ponto Cem Reis
Recife: Edifício Antonio Barbosa, salas 606/615 - Av. Dantas Barreto

Figura 42. Publicidade do Jardim Panamérica, localizado na praia de Tambaú. Fonte: JARDIM Panamérica, 1958, p. 5 (arquivo pessoal de Marcus Vinícius).

de lazer, de saúde, etc. possibilitando uma aceleração do crescimento da cidade”. E, para além das contribuições culturais ou mesmo econômicas, como a qualificação de profissionais, essa instituição teve implicações diretas no espaço físico da cidade, graças à implantação de seu campus, iniciado em dezembro de 1965, que atuou como um vetor de expansão urbana.

Em contrapartida, esse crescimento se deu em meio a um período, entre os anos 1940 e 1960, de dificuldade econômica da Paraíba. O algodão, seu principal produto econômico,

perdeu gradativamente “fatia essencial do mercado interno” para São Paulo, que se tornava o maior produtor brasileiro, além de sua comercialização com a Alemanha ter sido, por causa da Segunda Guerra Mundial, encerrada (AMORIM, Laura, 1999a, p. 50). E, por sua vez, o crescimento da articulação comercial com o Sudeste, que teve seu período mais intenso nas décadas de 1940 e 1950, “acarretou uma competição desigual entre as matérias primas paraibanas [cujos preços sofriam rebaixamento] e os produtos industrializados dessa região” (AMORIM, Laura, 1999a, p. 51, 55). Em consequência, como defende Laura Amorim (1999a, p. 59), “a década de 1950 como um todo representou o momento mais agudo da crise geral – social, econômica, política – enfrentada, até então, pela Paraíba”. Acirravam-se os conflitos sociais no campo, motivados pelo “aumento das áreas de cultivo da lavoura comercial como forma compensatória dos prejuízos”, que resultaram, por sua vez, em disputas por posse de terra e em expulsões do campo (AMORIM, Laura, 1999a, p. 55). Contudo, alguns grupos não foram na mesma intensidade atingidos. O redirecionamento dos investimentos agroindustriais para a cana-de-açúcar favoreceu os usineiros, que lograram construir luxuosas residências na capital paraibana. Da mesma forma, os comerciantes, com o crescimento progressivo da população urbana, afirmavam o comércio como principal atividade econômica do município. Ascensão também conquistada, pelo menos no campo político, por agrônomos, químicos e engenheiros, cujas profissões estruturadas em lei lhes permitiram participar da composição do poder e, por conseguinte, agir, quando nomeados pelo governo federal, na mediação política ou “muitas vezes se contrapor aos chefes políticos locais, possibilitando novas composições políticas” (ARAÚJO, M., 1999, p. 102). Nesse sentido foram aparentemente os pequenos agricultores e a tradicional elite agro-exportadora os principais atingidos.

Conforme F. Moreira (1999, p. 157), as dificuldades de desenvolvimento do Nordeste nos anos 1950 “conduziram à conclusão que para solucionar os problemas urbanos era preciso reformar toda a base econômica da região, prepará-la para a industrialização, procurando reverter seus possíveis efeitos perversos e gerar o desenvolvimento harmônico”, por conseguinte as propostas abandonaram o centro como objeto de intervenção, e agiram sobre a desconcentração e expansão da cidade. Também na Paraíba, como solução para superar a crise, “os apelos da política desenvolvimentista e industrialista” foram, no início dos anos 1950, atendidos pelas “classes no poder [quando] esquecem-se das antigas querelas oligárquicas”, com o fim de concretizar a organização e consolidação dos interesses econômicos burgueses (ARAÚJO, M., 1999, p. 101). E foi justamente a partir de 1956 que houve “uma maior intervenção do governo na economia, objetivando uma ação planejada, que se concretizou com a ação da SUDENE” (ARAÚJO, M., 1999, p. 103). Com efeito, esse período até meados de 1970 se caracterizou pela transição entre uma economia essencialmente agro-exportadora em direção a uma maior participação da atividade industrial.

Dentro dessa perspectiva desenvolvimentista, investimentos federais procuraram, em torno de 1960, reestruturar o espaço urbano de João Pessoa. Foram realizadas pelo menos três importantes intervenções. Foi instalado um anel viário, cujo planejamento já estava presente no Plano Rodoviário Nacional para 1956-1960 e sua iminente construção foi noticiada em 1958 pela imprensa local (CONSTRUÇÃO da estrada..., 1958, p. 5). Projeto que visava conformar

um sistema rodoviário que articulasse diversas localidades do país, como parte do programa de “Integração Nacional”, além de deslocar o fluxo cada vez mais intenso em direção às cidades do interior do estado e às capitais da região, de forma que ele não penetrasse na área urbana de João Pessoa, e, com isso, também constituía uma alternativa ao escoamento das mercadorias do Porto de Cabedelo (LAVIERI, J.; LAVIERI, M., 1992, p. 10). Cabe ressaltarmos que uma estrada de contorno, com semelhante fim de desviar o tráfego de veículos da área central da cidade, já estivera presente no Plano de Remodelação e Extensão Urbana proposto em 1933 por Nestor de Figueiredo. Foi também criado, com apoio da SUDENE, o Distrito Industrial (implantado por volta de 1963), que, localizado às margens da ligação com Recife, reforçava a especialização funcional do espaço urbano e se beneficiava da ligação rodoviária com o Porto de Cabedelo, propiciada pelo anel viário. E foi implantado, com incentivos do MEC, o campus universitário da UFPB, iniciado em dezembro de 1965, mas cuja escolha da localização data de 1958, como veremos [na seção “O planejamento do campus universitário”, Capítulo 2], para onde foram gradativamente transferidas as atividades dessa instituição, ocorridas anteriormente no centro. Essas intervenções, além de promoverem a setorização funcional, estabeleceram um novo vetor de crescimento para a cidade: a porção sudeste de seu território.

É possível que o planejamento dessas ações estivesse relacionado com desdobramentos do Código Municipal de João Pessoa,⁴⁵ aprovado em 1955, que expôs em seu próprio texto, elaborado pelo técnico em administração municipal Antônio Delorenzo Neto (1956, p. 21, 265), responsável pelos códigos de Recife, Vitória, Belém/PA, Florianópolis, Curitiba e cidades do interior de São Paulo (NASLAVSKY, 2004, p. 57), a necessidade de aliar o Plano Diretor à elaboração de um Plano de Urbanismo e sugeriu inclusive a utilização dos “serviços técnicos do Centro Sociológico de ‘Economia e Humanismo’ Paris-São Paulo-Recife”. Cuidado que se tornava uma evolução, quando comparado ao documento anterior (aprovado em 21 de setembro de 1938), que não contemplava semelhante preocupação. O novo documento previu inclusive recursos e prazo (“período de cinco anos, a partir do exercício de 1955”) para a futura elaboração do Plano de Urbanismo. E, quanto à noção de *zoning* presente no documento anterior, essa não só era mantida como também desenvolvida: foi excluída a delimitação de zona central e mantidas as divisões em zonas rural, suburbana e urbana, enquanto essa última passou a ser subdividida em áreas de uso específico (comercial principal, comercial secundário, industrial, residencial principal, residencial secundário). Porém, essas eram divisões apenas sistematizadas, já que não foram localizadas no espaço urbano, tarefa postergada para o futuro Plano de Urbanismo. De toda forma, esse documento dava mostras que o zoneamento e planejamento urbanos foram questões postas em evidência imediatamente antes daquelas intervenções, embora não tenhamos constatado que essas discussões tiveram efetivamente originado planos urbanísticos.

Porém, o progresso não se processava numa unidade de ritmos. Havia deficiência de bons hotéis, cinemas, restaurantes, casas de diversões e comércios, serviços necessários ao

⁴⁵ O Código Municipal de João Pessoa deu origem a Lei Municipal nº 109, de 18 de novembro de 1955.

desenvolvimento da cidade (POBREZA..., 1960, p. 3). Reclamava-se da qualidade dos serviços oferecidos: “quantas e quantas famílias daqui não se largam, diariamente, para o Recife, viajando em confortáveis ônibus, para lá comprar o sapato, o vestido, o colar e até mesmo fazer o cabelo com os cabeleireiros de lá que são melhores do que os nossos” (JOÃO Pessoa terá..., 1960, p. 3). Situação semelhante aconteceu também com os cinemas, cujas instalações estavam ultrapassadas, por não terem acompanhado a evolução dos equipamentos cinematográficos de então: tela panorâmica, som estereofônico (PLAZA..., 1962, p. 6). “A população crescia, a cidade tomava outros ares e não tínhamos um cinema de primeira classe, capaz de nos recomendar” (O NOVO “Plaza”, 1963, p. 6). Em resposta a essa situação, o Cine-Teatro Plaza, projetado por Hermenegildo Di Lascio, foi reformado (Mário Di Lascio - 1963), quando passou a ter ar-condicionado e capacidade para 800 espectadores, e foi construído o Cine-Teatro Municipal (1964) [Figura 43], com capacidade para 1.200 espectadores e servido de ar-condicionado.

Essas deficiências se tornavam mais evidentes nos bairros recentes. Em Tambaú, por exemplo, reclamava-se, em 1960, da falta de abastecimento de água e da ausência de mercado público (TAMBAÚ sem..., 1960, p. 3). Seus moradores, representados em associação, lutavam, em 1962, por “transportes coletivos, escolas bem aparelhadas, ambulatório médico, feira, mercado, telefone, hotel, restaurantes”, sem os quais não haveria, conforme eles, progresso nessa área (DEFESA..., 1962, p. 3).

E, por sua vez, a própria expansão urbana demandava a ampliação da rede de infra-estrutura de João Pessoa. Em 1950, 80% de seus logradouros não eram pavimentados, 40% deles não tinham iluminação pública, 68% não recebiam abastecimento de água, 69% não estavam ligados à rede de esgoto sanitário (IBGE, 2002b). No ano de 1956, o abastecimento elétrico, anteriormente proveniente da Usina de Cruz do Peixe, passou a ser recebido da Companhia Hidroelétrica de São Francisco (CHESF). O abastecimento de água foi ampliado, durante o governo José Américo (1950-1955), com a implantação da adutora de Marés, mesmo assim, em decorrência do acelerado crescimento urbano, a deficiência desse serviço era então uma das principais reclamações (UM PROBLEMA..., 1961, p. 4). Segundo reportagem dessa época (ÁGUA..., 1962, p. 3), João Pessoa necessitava, em 1962, de uma média diária de 30 mil metros cúbicos de água, mas a capacidade dos mananciais não superava 17 mil metros cúbicos, a resultar no racionamento de água e na redução da instalação de novos ramais e chafarizes. Em 1962, a Sociedade de Amigos de Tambaú chegou a consultar uma empresa pernambucana sobre a construção de uma rede de saneamento no local, que seria financiada com recursos dos próprios moradores (SANEAMENTO..., 1962, p. 3.), contudo a contratação não se efetivou.

Por outro lado, essas dificuldades, atribuídas pela imprensa local à expansão urbana, ajudavam a fomentar a imagem de progresso da cidade: “João Pessoa está tomando foros de cidade grande, com muita rapidez, de forma que os problemas que afligem as metrópoles começam a atormentar nosso povo” (CIDADE grande, 1966, p. 3).

**PROGRESSO PARA
SUA TERRA E LUCRO
PARA SEU CAPITAL**

O CINE-TEATRO MUNICIPAL LANÇA AS BASES DO MAIS NOTÁVEL EMPREENDIMENTO EM
TODDO O NORDESTE



Contribuindo para o progresso e desenvolvimento da Paraíba CINEMAS DO NORDESTE LTDA. lança a mais moderna e luxuosa casa de espetáculos do Nordeste, a poucos metros do "Ponto Com Ruas" e dotada de todos os requisitos de bom gosto e perfeição técnica para o seu conforto e comodidade. Num ambiente incomparável, com ar condicionado, instalações amplas e 1.200 poltronas estofadas, o CINE-TEATRO MUNICIPAL—lançado em João Pessoa (e logo após em Campina Grande), representa uma excelente oportunidade para um emprego de capital, através das quotas de participação, no valor de 20 e 50 mil cruzeiros, que lhe darão também direito aos dividendos dos lucros deste empreendimento.

CINE-TEATRO MUNICIPAL
Empreendimento de Luciano Leal Wanderley e Aljo D' Ambrósio - Idealização do T. J. Orúba

**NESTA POLTRONA
NINGUÉM SENTA**



Ela está à sua espera, sócio participante do Cine-Teatro Municipal, para todos os lançamentos cinematográficos semanais do seu cinema, em sessões exclusivas para sua comodidade e conforto.

Sua carteira de sócio participante lhe dá direito a frequentar todos os cinemas da empresa.

CINEMAS DO NORDESTE LTDA.
Rua Barão do Triunfo, 461 - 1º andar - Tel. 1304 - João Pessoa

Figura 43. Publicidade do Cine-Teatro Municipal. Fonte: PROGRESSO para..., 1961, p. 6.

É verdade que em início dos anos 1960 a cidade esboçava seu crescimento em direção a praia e, mais tardiamente, com o início da construção em 1965 do campus universitário, também em direção ao sudeste de seu território. Porém foi sob a ação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), através do Banco Nacional de Habitação (BNH), que a expansão urbana ganhou um efetivo impulso, com os investimentos em habitação. “Em João Pessoa os conjuntos habitacionais passaram a se constituir num elemento chave para a reordenação de sua estrutura urbana” (LAVIERI, J.; LAVIERI, M., 1999, p. 44-45). E foi nesse período também que houve uma ampliação dos serviços de infra-estrutura básica, especialmente água e

energia, influenciada em grande parte também pelo SFH, fosse diretamente através de financiamentos na área de desenvolvimento urbano, fosse indiretamente, ao estender tais serviços aos novos conjuntos habitacionais por ele financiados (LAVIERI, J.; LAVIERI, M., 1999, p. 44-45).

Inicialmente a ação desse órgão se voltou ao adensamento das áreas ao longo da Avenida Epitácio Pessoa, através de conjuntos habitacionais destinados à população de renda média baixa: Jardim Treze de Maio (1968), no Bairro Treze de Maio, Conjunto Boa Vista (1968), no Bairro dos Ipês, e Conjunto Pedro Gondim (1968), no Bairro Pedro Gondim (LAVIERI, J.; LAVIERI, M., 1999, p. 43).

Logo em seguida, os incentivos se voltaram à ocupação do setor sudeste da cidade, com a construção do Conjunto Castelo Branco (1968), o maior até então construído, com 630 unidades e que, à semelhança do campus universitário, superava os limites do anel rodoviário, o que era significativo para um empreendimento resultante da política oficial de remoção de favelas, em cujo local desocupado deveria ser construída uma nova via de ligação à praia: Avenida Beira-Rio. Também foram contempladas por esse sistema financeiro as famílias de renda mais elevada, através do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), principalmente na primeira metade dos anos 1970, quando decresceram os investimentos em conjuntos habitacionais⁴⁶ e foram financiadas unidades habitacionais isoladas, implantadas nas vias de ligação à praia ou na própria praia, Cabo Branco e Tambaú (LAVIERI, J.; LAVIERI, M., 1999, p. 44).

Enfim, a cidade passava a superar seus tradicionais limites físicos e a consolidar dois vetores de crescimento: a ligação à praia e a porção sudeste. Com isso estabelecia também a reestruturação de sua paisagem, através da ocupação de novas regiões e da renovação daquelas já construídas. Porém esse processo não se deu sem as contradições, deficiências e diferenças de ritmo resultantes das dificuldades econômicas pelas quais passava a Paraíba. É ilustrativo disso a retomada, em final dos anos 1950, do uso de bondes, após serem “recondicionados”, a fim de “oferecer transportes a preços acessíveis à população, principalmente aquela que habita os subúrbios mais longínquos”, embora fosse também reconhecido, nessa mesma oportunidade, que não era esse “o transporte ideal, sobretudo em virtude de sua natural lentidão” (TRANSPORTES..., 1959, p. 3).

E, para além das mudanças físicas na cidade, foi também a partir dos anos 1950 que os padrões de produção e de consumo próprios aos países desenvolvidos foram cada vez mais incorporados ao cotidiano dos brasileiros (MELLO, João; NOVAIS, 1998, p. 604). Eletrodomésticos mais avançados eram então disponibilizados: ferro elétrico, fogão com botijão a gás, geladeira, televisão, liquidificador, batedeira de bolo, secador de cabelos, aspirador de pó, enceradeira, ar-condicionado. Os hábitos alimentares mudavam com a popularização dos alimentos industrializados e o consumo de refrigerantes. Novas formas de comercialização surgiam: os supermercados, que aos poucos passavam a tomar o lugar das

⁴⁶ Entre 1970 e 1974 foram construídos os conjuntos: Castelo Branco II (1970), Costa e Silva (1971), Castelo Branco III (1974), João Agripino (1974) (LAVIERI, J.; LAVIERI, M., 1999, p. 46).

antigas vendas ou quitandas, e o *shopping center*. O vestuário sofria transformações: os tecidos sintéticos e as roupas feitas em massa barateavam os produtos, o uso do terno e da gravata pelos homens passava a ser mais restrito, surgia a calça jeans (MELLO, João; NOVAIS, 1998, p. 563-564).

Embora nos ressaltamos de estudos sobre tais impactos em João Pessoa, o depoimento do historiador José Mello (1989, p. 260) nos fornece alguns vestígios: a venda de roupas prontas se difundia por volta de 1953; os padrões estrangeiros eram copiados pela população, o que se verificava pelas marcas dos cigarros comercializados (*Palmall, Luck Strick, Cammel*), pela bebida (uísque), pela calça jeans, pelos eletrodomésticos (liquidificador, fogão a gás), pelas revistas em quadrinhos, pelos chicletes. Porém, sabemos de fato que em 1960 se noticiava a construção do primeiro supermercado em João Pessoa, que, como então observado, vinha “trazer ao pessoense um sistema de autosserviço [sic] muito difundido nos Estados Unidos e na Inglaterra” (JOÃO Pessoa terá..., 1960, p. 8); a televisão, embora presente, era ainda restrita a uma minoria: em 1960, apenas 0,26% dos domicílios do Nordeste tinham esse aparelho e em 1970 esse número atingiu 6,0% (ainda muito aquém da média de 22,8% do país) (HAMBURGER, 1998, p. 453). E, se até maio de 1954, quando se instalou em João Pessoa uma agência da Radional,⁴⁷ “a Paraíba, em termos de telefonia, era um ilha, isolada do resto do Brasil, e do Mundo” (TELEFONIA..., 1975, p. 31), a partir desse momento tinha uma maior possibilidade de comunicação nacional e internacional. Em final dos anos 1950, havia 1.178 aparelhos instalados na cidade pela Empresa Paraibana de Telefones (BORGES, 1960, p. 299), os quais a partir de 1956 tiveram ligação direta com Recife e não mais intermediada por Campina Grande, como outrora. Nesse mesmo ano, foram inauguradas a ligação direta através de telegrama entre João Pessoa e Rio de Janeiro, então capital federal, em lugar de ser intermediada por Recife ou Salvador (UM MODERNO..., 1956, p. 4), e também a ligação internacional, dentro do plano de expansão desse serviço no território nacional.

A renovação das construções residenciais

Em paralelo às descrições realizadas pela imprensa sobre o crescimento urbano de João Pessoa, tais documentos reconheceram também a modernidade das novas construções, em especial das residências. Na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, editada pelo IBGE, H. Silva (1960, p. 15), numa recepção provavelmente à distância, identificou as “magníficas e modernas construções residenciais [da praia de Tambaú], as quais rivalizam com as das estações climáticas e dos centros de turismo do País”. Ainda nessa mesma publicação, o jornalista paraibano Haroldo Escorel Borges, no intuito de caracterizar a cidade em seus diferentes aspectos (históricos, climáticos, geográficos, naturais, populacionais, econômicos, urbanos), igualmente assinalou, através de uma recepção local, isto é, de sua proximidade ao contexto descrito, a modernização da arquitetura local:

⁴⁷ A Radional era uma empresa de telefonia multinacional e subsidiária da ITT. Atuou no Brasil até princípios dos anos 1970 (TELEFONIA..., 1975, p. 31).

Atualmente, João Pessoa experimenta apreciável modernização em seu aspecto arquitetônico, graças à introdução do estilo moderno funcional. Devido aos financiamentos de instituições como a Caixa Econômica, o Montepio do Estado, os Institutos de Aposentadoria, etc., vários conjuntos residenciais têm surgido, nos subúrbios da cidade, como os Jardins Miramar e Manaíra, as vilas Popular, dos Motoristas, dos Comerciantes, etc., que, dia a dia [sic], melhoram a paisagem citadina (BORGES, 1960, p. 304).

Conforme essas apreensões, a modernização arquitetônica ia além de empreendimentos isolados e estava diretamente associada à ocupação dos novos bairros. De fato, havia uma grande demanda na cidade por novas habitações em resposta ao crescimento demográfico. Conjuntos habitacionais, segundo constantemente reclamado pela imprensa, precisavam ser construídos para a população de renda mais baixa. Por outro lado, os financiamentos públicos, como os provenientes da Caixa Econômica Federal, também contemplavam outros níveis de renda, de modo que os novos loteamentos refletiam o ritmo de crescimento então vivenciado, a exemplo do relato sobre a construção do Jardim Manaíra: “Alinham-se as ruas, alicerçam-se e sobem as casas [...] Casas isoladas, bonitas, modernas, térreas, sobre pilotes [sic] ou super-postas [sic] em andares que se elevam conforme o gabarito de cada vida” (MANAÍRA..., 1956, p. 2).

Com efeito, o setor habitacional tinha um peso significativo na transformação da paisagem urbana da cidade, não só do ponto de vista quantitativo como também qualitativo. A modernização da arquitetura era diretamente remetida às novas residências que então surgiam. Em um de seus artigos, o jornal A União, ao abordar em 1957 o crescimento urbano, extrapolava a descrição estritamente numérica e afirmava:

Observa-se, a propósito, um tom marcante de bom gosto nas novas construções, algumas delas de estilo [sic] funcional, em linhas moderníssimas, que colocam a nossa cidade entre as mais adiantadas do país nêsse campo arquitetônico. Devemos destacar a propósito, [sic] que o jovem engenheiro Roberval Guimarães teria sido o pioneiro dessa inovação para melhor, sendo êle o autor das primeiras unidades residenciais que apareceram em João Pessoa com estilo funcional. Atualmente faz-se notar a atuação e o bom gosto de Acácio Gil Borsoi, autor de outras residências moderníssimas de João Pessoa, inclusive do anteprojeto para a localização de Manaíra, o novo conjunto residencial em construção pela Caixa Econômica [Federal] (CRESCIMENTO urbano, 1957, p. 3).

Reportagem que, em seguida, também assinalava a localização das “novas e melhores construções” nos bairros anteriormente considerados “fora do perímetro urbano”. Portanto, vinha, assim como as apreensões expostas na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, corroborar a modernização arquitetônica de João Pessoa. Porém ambos os documentos não estabeleciam uma noção clara do “estilo funcional” ou das “modernas construções” então realizadas, já que não retratavam essas obras e se limitavam a compará-las às dos grandes centros. Exceção restrita ao vestígio propiciado pela menção aos arquitetos Roberval Guimarães e Borsoi. De toda forma, era comum o reconhecimento de tais realizações como sinais de renovação.

No entanto, obras modernas já despontavam anteriormente na cidade, como as concretizadas pela Diretoria de Viação e Obras Públicas (DVOP), nas décadas de 1930 e 1940, além da progressiva modernização das residências locais, conforme vimos [na seção “As primeiras experiências modernas”, Capítulo 1].

Com efeito, segundo Carvalho; Tinem (2006, p. 54-55), foram, nos anos 1940, comuns às ruas centrais⁴⁸ de João Pessoa casas que esboçavam soluções formais modernas, como a maior integração com o exterior (rebaixamento do piso de entrada da casa), a utilização de aberturas angulares e a limpeza plástica (utilização de linhas retas e de decorações geométricas), embora elas ainda conservassem o uso de técnica construtiva tradicional e demonstrassem resquícios de composição acadêmica. Essas deram lugar às casas que ampliavam a exploração técnica do concreto armado, a fim de propiciar maiores vãos às varandas, e que intensificavam o atendimento aos aspectos funcionais, a exemplo do conforto climático, além de seguirem preceitos de simplicidade e economia (CARVALHO; TINEM, 2006, p. 55-56). Porém, segundo os mesmos autores:

Como se processou uma absorção somente formal dos elementos modernos, os combogós e basculantes são geralmente inadequados, assim como inexistente costuma ser a função de aeração dos desníveis de telhado e dos os [sic] orifícios presentes nas fachadas. Compunham esses exemplares, ainda, os azulejos decorativos e as platibandas retas com decorações geométricas (CARVALHO; TINEM, 2006, p. 56).

Nesse sentido, a passagem entre os anos 1940 e 1950 ainda assistia à transição em direção à arquitetura moderna, de forma que as realizações de Roberval Guimarães e Borsoi, diretamente alinhadas aos modelos consagrados da arquitetura brasileira, representavam uma “visível” renovação das residências locais, não obstante os esforços na mesma direção já esboçados em João Pessoa.

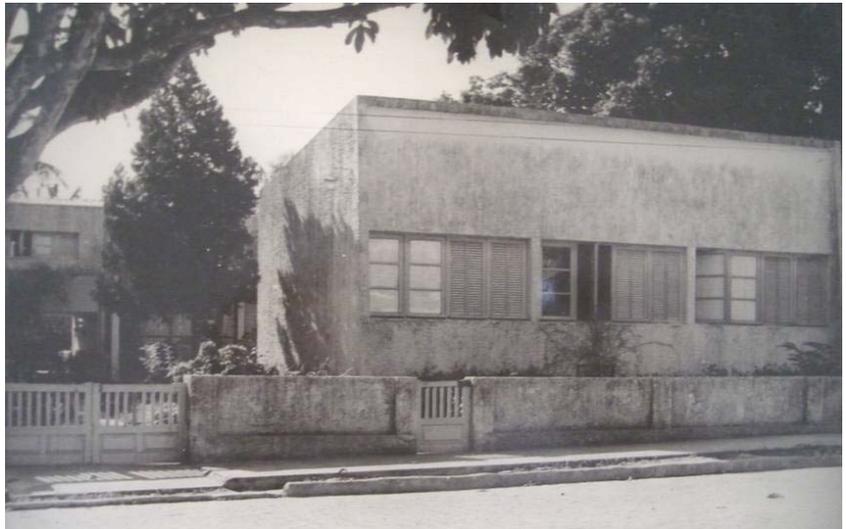
Na residência que Roberval Guimarães projetou para si ([1951?]), no centro da cidade, a transparência (fachada definida por muxarabis de madeira e por grandes aberturas), a simplicidade (a cobertura plana apoiada em perfis industriais de aço, sem dissimular o emprego dos materiais) e a funcionalidade (a cozinha voltada para a rua, conforme a articulação funcional mais favorável dos ambientes) eram sinais, mesmo ao olhar público, da orientação moderna adotada [Figura 44]. Conjunto que, igualmente, remetia às realizações da arquitetura brasileira, em especial através da união entre elementos modernos e tradicionais, exemplificada pelas colunas de aço unidas aos muxarabis, afora a leveza plástica também explorada. De forma equivalente, na Residência Alberto Diniz ([1951?]), o programa foi decomposto em volumes prismáticos, independentes entre si, recortados por amplas janelas de madeira e implantados conforme a orientação climática mais favorável, de modo que, dessa vez, eram os dormitórios que se situavam na parte frontal do lote [Figura 45].

⁴⁸ Rua Nova (atual Avenida General Osório), Rua Direita (atual Rua Duque de Caxias), Rua da Areia, Rua do Comércio (atual Rua Maciel Pinheiro), Avenida Tambiá (atuais Avenida Deputado Odon Bezerra e Avenida Monsenhor Walfredo Leal) e Rua das Trincheiras.

Figura 44. Residência Carlos Roberval da Cunha Guimarães ([1951?]), Roberval Guimarães. Fonte: arquivo pessoal do arquiteto Roberval Guimarães.



Figura 45. Residência Alberto Diniz ([1951?]), Roberval Guimarães. Fonte: arquivo pessoal do arquiteto Roberval Guimarães.



Essas duas obras, que certamente estavam entre aquelas que incitaram as exaltações da imprensa, se deram, entretanto, em paralelo à Residência “viúva Bila” ([1951?]), realizada pelo mesmo autor, na qual o predomínio de elementos tradicionais (construção maciça, decorações geométricas nas fachadas, pouca integração com o exterior, coberta aparente com telhas coloniais) não respondia a exigências puramente funcionais [Figura 46]. Conforme depoimento do próprio arquiteto (GUIMARÃES, 2007a), a solução formal adotada se devia à solicitação da proprietária. Fato que nos revela a dependência da arquitetura em relação ao cliente. Conflito comum a esse ofício e já apontado, por volta de 1789, por Boullée (BOULLEÉ, 2002, p. 6): “Oh! Quanto é preferível a sorte dos pintores e literatos! Sem nenhuma espécie de dependência, eles podem escolher todos seus temas e seguir o impulso de seu gênio. É apenas deles que sua reputação depende”. Por conseguinte, não era apenas a atuação solitária do profissional, fruto de suas orientações ou convicções pessoais, suficiente para determinar a materialização da arquitetura moderna. A relação entre clientes e arquitetos



Figura 46. Residência “viúva Bila” ([1951?]), Roberval Guimarães. Fonte: arquivo pessoal do arquiteto Roberval Guimarães.

também era um fator igualmente determinante. Logo, quando investigamos a propagação dessa arquitetura, estamos a tratar também de sua recepção pelos contratantes.

Por isso, foi também fundamental para a difusão da arquitetura moderna, segundo M. Silva (1991, p. 33), sua afirmação no país e a conotação ideológica de associá-la à “condição de superação do ‘nosso atraso’ e à consolidação de um ‘Brasil novo’”, pois criaram “[...] condição plena de que as elites nordestinas assimilem e até mesmo reinvidiquem [sic] transformações na forma de concepção do espaço de moradia e da cidade”. A intensificação da articulação comercial da economia paraibana com o Sudeste, que teve seu momento mais intenso nos anos 1940 e 1950 (AMORIM, Laura, 1999a, p. 51), certamente contribuiu para isso, ao reforçar o intercâmbio com a região que concentrava significativas realizações da arquitetura moderna e expoentes dessa produção.

Em decorrência de sua dedicação à atividade construtiva, a produção de Roberval Guimarães não se prolongou pelos anos subseqüentes. Por conseguinte as residências por ele projetadas, conforme seu próprio depoimento (GUIMARÃES, 2007b), não foram muito além daquelas por nós expostas, desenvolvidas ainda no início da década de 1950 e localizadas no centro da cidade.

Sua atuação foi sucedida pela de Borsoi, que teve como primeiro projeto habitacional na cidade a Residência Pompeu Maroja Pedrosa (Borsoi – [1954?]), cujo proprietário era um prestador de serviços para as usinas de açúcar da família Ribeiro Coutinho, uma consequência do trabalho inicial do arquiteto para esses mesmos estabelecimentos. Temas tão próprios à arquitetura moderna como o solo livre e a *promenade architecturale* se revelavam nesse projeto através da ampliação das áreas livres e da diversidade de perspectivas internas [Figuras 47, 48]. Preocupações que se somavam à solução plástica do edifício condicionada por aspectos funcionais. Os quartos, delimitados num volume autônomo, se orientavam para os ventos predominantes (vindos do sudeste). As áreas sociais, com equivalentes requerimentos de conforto, possuíam um maior contato com o exterior, graças às varandas e a disposição das aberturas em distintas orientações, que, por sua vez, sinalizavam a



Figura 47. Residência Pompeu Maroja Pedrosa ([1954?]), Acácio Gil Borsoi. Fonte: Lia Tavares.

dissociação entre fechamentos e estrutura. As áreas de serviço, voltadas para o interior do lote, eram agrupadas em torno de um pátio com acesso independente ao exterior, o que assegurava sua autonomia funcional. A orientação moderna também era seguida através do dimensionamento econômico dos ambientes, conforme o conceito de *Existenzminimum*, e da tentativa de não dissimular o caráter dos elementos construtivos, como o esforço para assinalar a função não-estrutural das paredes com o posicionamento de aberturas no ponto de maior tensão estática: junto às arestas do volume [Figura 47].

Se tais características seguiam preceitos universais e, por isso, não reclamavam uma aproximação exclusiva a exemplares da arquitetura moderna brasileira, a retomada do tradicional painel de azulejos na fachada norte e o uso da coberta com caimento único, em lugar dos tetos jardins, apontavam a assimilação de referências mais vinculadas à produção nacional.

Posteriormente, diretrizes semelhantes também foram utilizadas na Residência Cassiano Ribeiro Coutinho (Borsoi – 1955). Nessa ocasião, além de um programa mais extenso, a maior disponibilidade de espaço (lote largo e acessível pelas duas extremidades, localizado em área de expansão da cidade) e de recursos financeiros (o proprietário pertencia a uma família tradicionalmente ligada a usinas de cana-de-açúcar e à política)⁴⁹ conduziram a uma solução mais complexa [Figuras 49, 50, 51].

A suave declividade natural do terreno e os critérios de conforto guiaram a distribuição dos ambientes, resolvida em quatro níveis intermediários [Figura 52]: o mais baixo, voltado para oeste, se destinava às áreas de serviços; o segundo, integrado ao terraço de lazer e dirigido aos ventos predominantes, se destinava aos ambientes sociais; o terceiro abrigava usos

⁴⁹ Cassiano Ribeiro Coutinho era sócio das usinas São João e Santa Helena e foi, em 1955 e 1962, eleito prefeito de Sapé/PB.

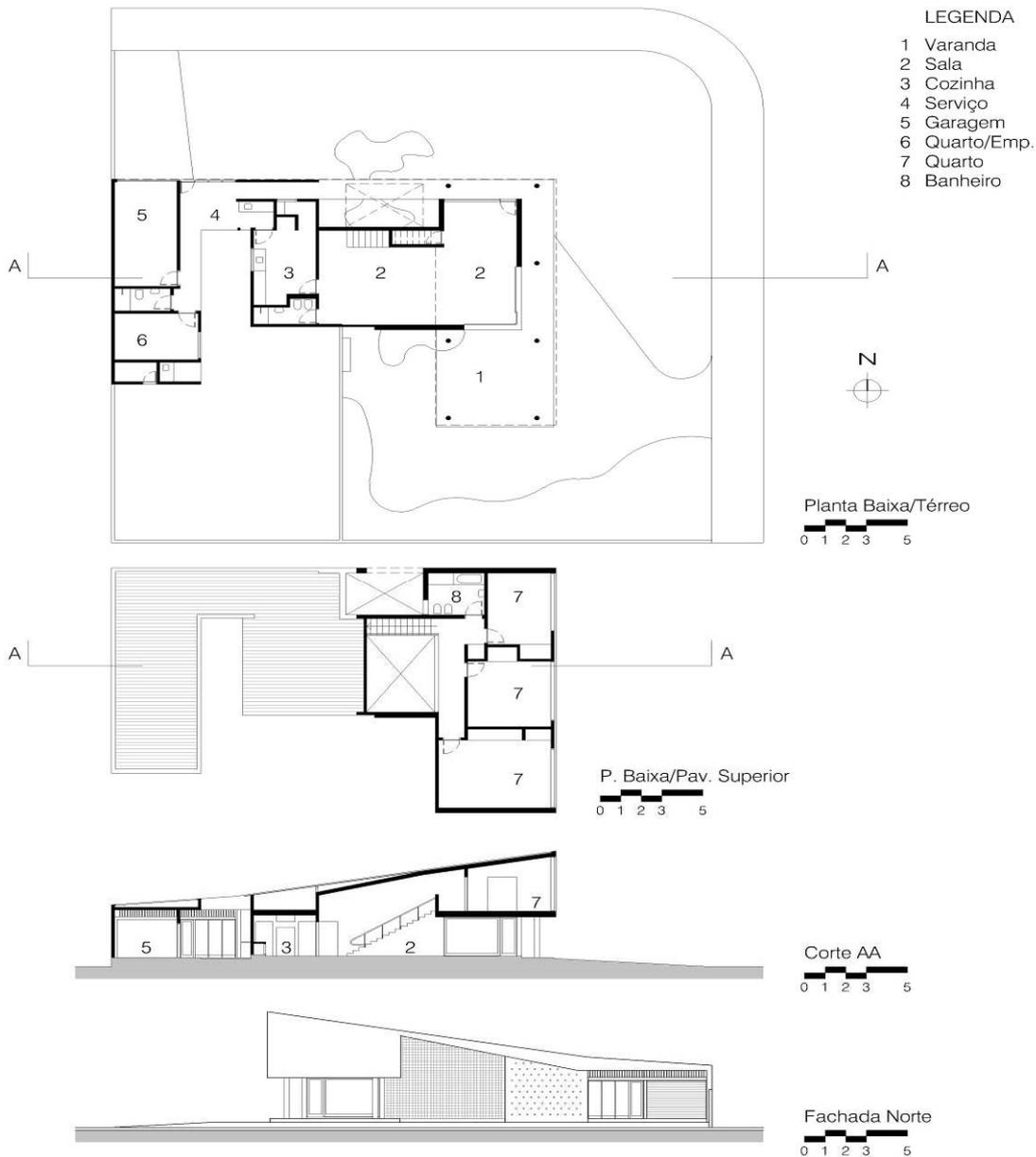


Figura 48. Residência Pompeu Maroja Pedrosa ([1954?]), Acácio Gil Borsoi. Fonte: desenho e levantamento de Mário Lyra (editado por nós).

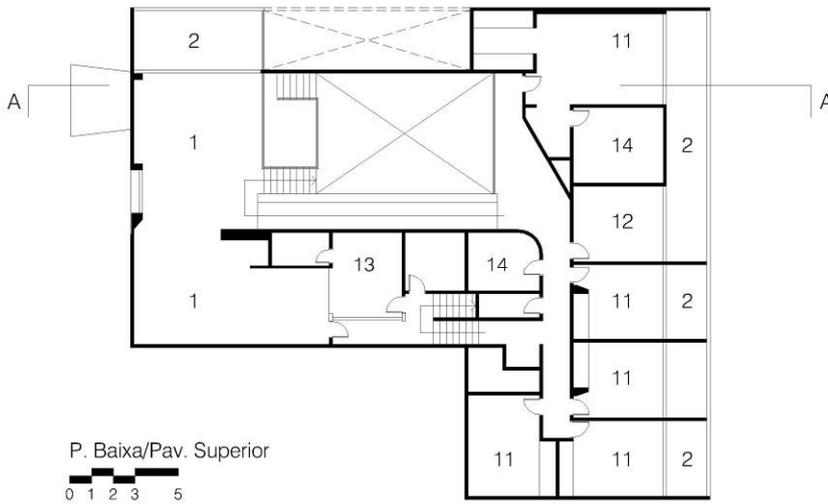
sociais e, muito provavelmente, uma parcela dos serviços, como a cozinha; o nível mais elevado, dirigidos aos ventos predominantes (sudeste), continha os quartos. Funcionalidade também revelada na proposição de duas circulações verticais independentes entre si e na definição de um pátio de serviço, que nesse projeto era integrado ao próprio corpo da edificação e, com isso, reclamava para a totalidade da residência o mesmo grau de importância, isto é, “negava qualquer separação entre fachadas e plantas, entre ruas e pátios, entre a parte da frente e a parte de trás”, como defendido por Bruno Taut (1929 apud BENÉVOLO, 1989, p. 467).



Figuras 49, 50, 51. Residência Cassiano Ribeiro Coutinho (1955), Acácio Gil Borsoi. Fonte: WOLF, 1999, p. 37; SEGAWA, 2002, p. 132.

Mas era certamente a ausência de uma distinção rígida entre interior e exterior, conceito comum ao movimento moderno, que marcava esse projeto. Integração reforçada pela continuidade espacial interna, por meio da cobertura com inclinação única e da utilização de níveis intermediários entre si, que preservavam o contato visual entre os pavimentos [Figura 50]. Era, portanto, uma contraposição ao espaço tradicional, fechado e delimitado por paredes, e uma aproximação ao espaço livre, fluido e contínuo desejado pelas vanguardas.

Por sua vez, a transparência determinava uma relação mais franca com o exterior, de forma que a qualificação da área externa, através de agenciamentos integrados ao edifício e da conformação de pátios foi também almejada, como se tornou comum à obra de Borsoi. Em particular, na Residência Cassiano Ribeiro Coutinho essa relação era também estabelecida pelo paisagismo de Burle Marx, que buscava integrar os jardins por ele projetados à arquitetura [Figuras 53, 54]. Convergência de intenções que dificulta distinguir a contribuição de ambos os profissionais. Os dois pavimentos superiores totalmente erguidos sobre pilotis ampliavam as áreas livres, cujos desenhos sinuosos dos jardins e mesmo da piscina se



LEGENDA

- 1 Sala
- 2 Varanda
- 3 Jardim
- 4 Terraço
- 5 Piscina
- 6 Acesso/Sauna
- 7 [Serviço?]
- 8 Pátio de serviço
- 9 Garagem
- 10 Varanda
- 11 Quarto
- 12 [Gabinete?]
- 13 [Cozinha?]
- 14 [Banheiro?]

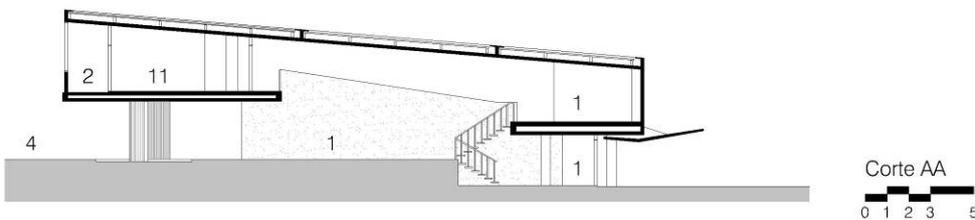


Figura 52. Residência Cassiano Ribeiro Coutinho (1955), Acácio Gil Borsoi. Fonte: desenho nosso, levantamento nosso e de Andrey Alysson.



Figuras 53, 54.
Residência Cassiano
Ribeiro Coutinho
(1955), Acácio Gil
Borsoi. Fonte: ROCHA,
1987, p. 52.

mesclavam aos elementos construídos. No paisagismo circundante, a definir o restante do lote, os elementos construídos e a paisagem natural voltavam a se integrar. Foi edificado um lago artificial [Figura 54], voltado para a Avenida Epiácio Pessoa, com desenho em forma de ameba, ao passo que bancos de concreto definiam pequenas áreas de convívio, sombreadas pela vegetação. O próprio edifício por ora parecia se sujeitar ao paisagismo, ao se aproximar mais do traçado orgânico dos jardins do que da ortogonalidade do resto da residência, a exemplo dos ambientes de apoio à piscina, localizados sob o terraço de lazer [Figura 51], e da parede curva na extremidade da sala, afora os muros vazados. Esses últimos inclusive sinalizavam diante da precisão de execução, não obstante suas formas curvas realizadas pela sucessão de elementos isolados (tijolos maciços de cerâmica), o trabalho artesanal também despendido nessa obra.

O equilíbrio entre funcionalidade e plástica estava associado ainda a uma rigorosa solução construtiva, definida pela estrutura independente de concreto armado, regularmente disposta e com grandes vãos. Autonomia que permitiu, conforme os requisitos de cada ambiente, as

diferenças de recuo em relação ao pavimento superior, a fim de possibilitar níveis distintos de proteção contra a insolação e a chuva, o que era também explorado pelos diferentes tipos de fechamentos: esquadrias de vidro, muxarabis de madeira, elementos vazados coloridos (cerâmica esmaltada azul). Com efeito, as varandas dos quartos, voltadas para o interior do lote, não tinham o mesmo tratamento formal que a varanda da fachada norte, que se voltava para a via pública. Diferenças de tratamento entre as superfícies que incitavam a visão em movimento do edifício e não mais a tradicional visão estática. Assim para diferentes solicitações foram elaboradas distintas soluções, de modo que a própria composição plástica do edifício expressava suas diferenças funcionais. Clareza que também não dissimulava o emprego dos materiais: as paredes externas de tijolo não se mesclavam à estrutura de concreto, ambos os elementos permaneciam aparentes e revelavam suas funções construtivas. Conjunto de soluções diretamente filiadas à produção de Reidy, como nos revelam também a elaboração de blocos nitidamente diferenciados e hierarquizados entre si e o pretensu equilíbrio entre plástica e funcionalidade.



Figuras 55, 56, 57. Residência Joaquim Augusto da Silva (1957), Acácio Gil Borsoi. Fonte: ROCHA, 1987, p . 54; Lia Tavares.



Figura 58. Residência Joaquim Augusto da Silva (1957), Acácio Gil Borsoi. Fonte: arquivo pessoal de Andrey Alysson.

Na Residência Joaquim Augusto da Silva (Borsoi – 1957), também localizada na Avenida Epitácio Pessoa, eixo de expansão da cidade, foram retomadas soluções formais da arquitetura moderna brasileira, como a cobertura em “asa de borboleta”, e expressas diretamente no edifício as diferenças funcionais [Figuras 55, 56, 57, 58]. Os quartos, voltados para a praia, se elevavam em relação aos demais ambientes [Figura 59], cujo desnível do piso era compensado com a inclinação da cobertura, que tinha menor altura nos ambientes de serviço. A diferenciação entre estrutura e fechamento se fazia notar pela dissociação entre eles ou pela distinção de materiais, como os finos pilares de aço (três polegadas de diâmetro) que apoiavam o pavimento superior. O equilíbrio entre plástica e funcionalidade parecia nessa obra atingir seu limite, em favor daquela, a exemplo da ausência de proteção contra a insolação ou a chuva nas aberturas dos quartos superiores, reflexo da solução formal adotada [Figura 58].

Se nesses projetos era predominante a influência de Reidy e, sobretudo nesse último, de Niemeyer, a Residência Renato Ribeiro Coutinho⁵⁰ (Borsoi – 1958), cujo proprietário era político e usineiro, se aproximava mais das formulações de Lúcio Costa, dada a retomada de elementos da arquitetura tradicional: os cheios prevaleciam sobre os vazios, a cobertura com telhas coloniais era solucionada de forma aparente e retomava a tradicional solução do telhado em quatro águas [Figura 60]. Entretanto, apesar da unidade do edifício, sua decomposição em blocos independentes continuava a indicar as diferenças funcionais, ao

⁵⁰ Renato Ribeiro Coutinho (1913-1982), irmão de Cassiano Ribeiro Coutinho, era engenheiro agrônomo e empresário (diretor-presidente da Companhia Usina São João e Santa Helena), além de ter sido prefeito de Cruz do Espírito Santo /PB, deputado estadual (1950) e deputado federal (1966).



Figura 59. Residência Joaquim Augusto da Silva (1957), Acácio Gil Borsoi. Fonte: desenho nosso, levantamento nosso e de Andrey Alysson.

passo que as varandas compensavam a menor continuidade com o exterior, além de resguardar as aberturas contra a insolação e as chuvas. E essa não foi, no entanto, uma obra isolada ou desconexa em sua produção, que pudesse ser justificada exclusivamente com base nas solicitações do cliente. Entre 1956 e 1961, Borsoi “[...] parte para relações mais estreitas com o legado de Lúcio Costa e com a arquitetura rural do período colonial”, nas quais “[...] não há reminiscências historicistas, os programas e plantas são modernos” (NASLAVSKY, 2004, p.151). Ou seja, não se tratava de uma mudança dos princípios por ele seguidos, mas uma diversificação de seu repertório formal, ao dar uso contemporâneo a elementos do passado. Dessa forma a produção realizada por Borsoi em João Pessoa acompanhava diretamente as transformações ocorridas em sua obra.

Os projetos desse arquiteto e de Roberval Guimarães representaram certamente uma transformação em relação às vigentes residências locais, embora essas já esboçassem a



Figura 60. Residência Renato Ribeiro Coutinho (1958), Acácio Gil Borsoi. Fonte: foto nossa (19 maio 2008).

progressiva assimilação de soluções modernas. Logo, não ocorria nesse momento o princípio da modernização desses edifícios, como sugeriu a imprensa local, e sim a renovação das soluções adotadas, em favor de uma maior funcionalidade e aproximação aos exemplares da arquitetura moderna brasileira. E foi a atuação de Borsoi determinante para a consolidação desse processo em João Pessoa, em decorrência da clareza de princípios adotados, da extensão e do reconhecimento conquistados por suas obras e da influência que ela gerou na produção posterior, como veremos [na seção “A propagação das residências modernas”, Capítulo 3].

Essa transformação era praticamente contemporânea àquelas de Recife e Maceió, cidades nas quais também se iniciava a atuação de novos arquitetos: Mário Russo, Borsoi e Delfim Amorim, na primeira, Lygia Fernandes (n. 1919)⁵¹ e Israel Barros Correia (1922-1978),⁵² na segunda. Também Natal passava por semelhante renovação, através de arquitetos egressos de Recife (José Maria dos Santos Fonseca, Manoel Coelho, Raymundo Costa Gomes) e do Rio de Janeiro (Moacyr Gomes da Costa), afora engenheiros e desenhistas (MELO, A., 2004, p. 45).

Por outro lado, essas obras também indicavam o crescimento da cidade em direção a leste, como se tornava nítido nas residências projetadas por Borsoi, localizadas predominantemente

⁵¹ Lygia Fernandes nasceu em São Luís, no ano de 1919. Formou-se, em 1945, na Faculdade Nacional de Arquitetura, no Rio de Janeiro, onde se manteve radicada. Durante seus estudos, trabalhara para Jorge Moreira e Henrique Mindlin, além de ter acompanhado obras de Reidy. Optou, contudo, por trabalhar definitivamente no serviço público. No início dos anos 1950, iniciou sua atuação em Maceió, onde mantinha vínculos familiares (SILVA, M., 1991, p 84-93).

⁵² Israel Barros Correia nasceu em Viçosa (AL), no ano de 1922. Formou-se, em 1946, na Faculdade Nacional de Arquitetura. Em 1950 integrou-se ao Serviço Especial de Saúde Pública, quando realizou projetos em diversos estados, entre os quais a Paraíba, e, em 1954 e 1955, atuou como arquiteto colaborador do Ministério da Saúde, na Divisão de Obras. No início da década de 1950, começou a atuar em sua cidade natal e, em seguida, em Maceió (SILVA, M., 1991, p 96-106). Faleceu em 1978.

na Avenida Epitácio Pessoa, afora a Residência Austregésilo de Freitas (Borsoi – 1958), em plena praia do Cabo Branco. Com isso, passavam a ocupar regiões com maior disponibilidade de espaço (facilidade que não era igualmente encontrada nos bairros centrais) e que não possuíam as restrições de um entorno densamente construído, pois esse deslocamento era ainda inicial. Esse contexto, por sua vez, propiciava aos arquitetos uma maior liberdade na disposição do edifício, embora também os obrigasse a estimar a relação com um entorno ainda não efetivamente consolidado. Conseqüentemente tais residências simbolizavam tanto a assimilação de novas soluções arquitetônicas quanto a escolha de novas localidades para morar.

Os incentivos à verticalização

Centros como São Paulo e Rio de Janeiro se verticalizaram a partir dos anos 1920, o que também ocorreu em Recife, desde meados dos anos 1930. Por sua vez, João Pessoa, em início da década de 1950, não revelava equivalente fenômeno. Em sua paisagem predominavam construções “pouco elevadas (nunca excediam de três andares)” (CRESCER..., 1963, p. 3), as quais podiam dispensar a instalação de elevadores, exigidos, conforme o Código de Obras então vigente (aprovado em 1938) (DELORENZO NETO, 1956, p. 328), apenas para prédios com quatro ou mais andares (Artigo 81). Por conseguinte, os sete pavimentos (afora o subsolo e o apartamento do zelador na cobertura) da sede do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE) ([1949?]), no Ponto de Cem Réis, apenas esboçavam a iminência desse processo, já que a conclusão deles em 1951 não se deu em paralelo a equivalentes construções [Figura 61]. Mesmo o Edifício Duarte da Silveira, com seis pavimentos e cuja construção foi aprovada em 1951, em finais dos anos 1950 ainda estava a ser erguido na mesma praça [Figura 193].

Com a aprovação, em 1955, do novo Código Municipal de João Pessoa, a necessidade de

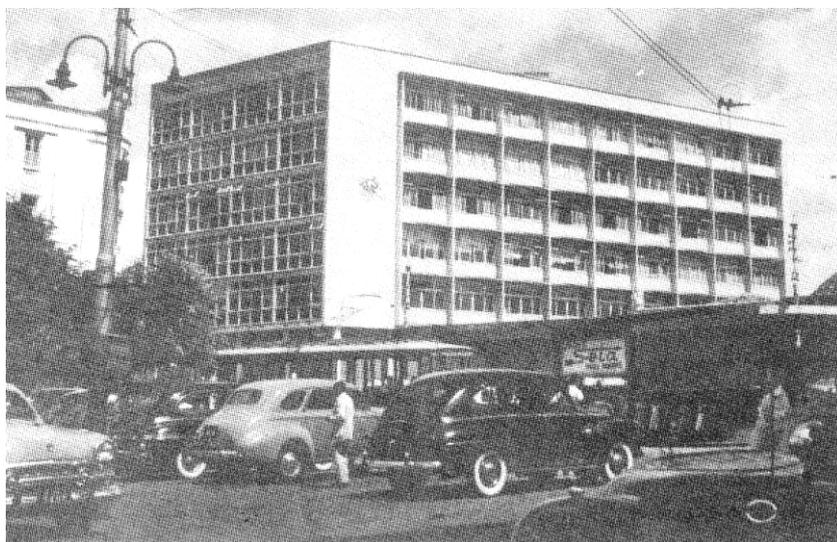


Figura 61. Sede do IPASE ([1949?]), no final dos anos 1950. Fonte: BORGES, 1960, p. 289.

planejamento urbano guiado por critérios técnicos e racionais foi posta em evidência, como vimos [na seção “A expansão urbana de João Pessoa”, Capítulo 2]. Época em que também emergiram medidas em torno da verticalização. Nesse próprio documento, a exigência para instalação de elevadores, um elemento, segundo Somekh (1997, p. 20), central nesse processo, passou a ser mais regulada: eliminou-se sua necessidade em edifícios com quatro pavimentos (Artigo 375) e ampliou-se o número requerido em edifícios com mais de oito pavimentos (Artigo 376), que agora deveriam ter no mínimo duas unidades. Aquela primeira medida, portanto, permitia superar a freqüente altura máxima das construções locais, três pavimentos, com menores requerimentos financeiros que outrora, embora entrasse em contradição com o Artigo 133 do mesmo Código Municipal, que estabelecia: “É obrigatória a instalação de elevadores em todo prédio que tiver mais de três pavimentos”. Diante dessa divergência o edifício de escritórios Mattéo Zaccara, no centro da cidade, empreendido pelo médico Giácomo Zaccara e inaugurado em 25 de novembro de 1957, onde anteriormente havia uma casa térrea, teve seus quatro pavimentos interligados por elevador. Por outro lado, era certo que edifícios superiores a oito pavimentos se tornavam mais onerosos. Ou seja, essas alterações constituíram mais regulações do que propriamente incentivos aos edifícios altos.

De natureza diversa foi a aprovação da Lei Municipal nº 299,⁵³ em 20 de julho de 1956, que estabeleceu:

Art. 1º. – Fica concedida isenção do imposto predial, por 5 (cinco) anos, aos imóveis a serem construídos no perímetro urbano da cidade, com mais de 3 (três) pavimentos, desde que seus proprietários iniciem a construção dos mesmos, no prazo de 2 (dois) anos, a partir da publicação da presente lei (JOÃO PESSOA, 1956).

Decisão que, sem dúvida, constituiu um incentivo às construções mais altas e, por sua vez, dialogava com o novo Código Municipal, ao estabelecer como referência o número mínimo de quatro pavimentos, que, como vimos, supostamente dispensava a instalação de elevadores. E, dessa forma, parecia corroborar a constituição de um novo e rentável gabarito para a cidade, visto que a tentativa do vereador Luiz Bernardo da Silva (SILVA, L., 1956), durante a aprovação dessa lei, de elevar, de três para cinco e sem inclusão do térreo, a altura mínima não obteve sucesso. Ou seja, o debate se centrou no estabelecimento de um gabarito aos edifícios, a sinalizar o papel do Estado como agente desse processo. Incentivo, que por outro lado, tinha um caráter temporário e imediato: “2 (dois) anos, a partir da publicação”.

Se nessas decisões não se determinava onde deveriam se localizar os edifícios elevados, indefinição que se opunha à idéia de zoneamento presente na própria codificação municipal, essa discussão logo veio à tona. Em 30 de agosto de 1956, o vereador Luiz Bernardo da Silva apresentou o Projeto de Lei nº 181, que estabelecia uma altura mínima aos edifícios localizados na região central da cidade. Proposta que, após redução do número de

⁵³ A Lei Municipal nº 299 foi originada pelo Projeto de Lei nº 135, apresentado, em 3 de julho de 1956, pelo vereador João Cabral Batista, que então ocupava o cargo de 2º. Secretário da Mesa Diretora da Câmara Municipal.



LEGENDA

- | | |
|---|-----------------------------|
| 1 Rua Barão do Triunfo | A Praça Aristide Lobo |
| 2 Avenida Guedes Pereira | B Praça Pedro Américo |
| 3 Rua Duque de Caxias | C Praça Venâncio Neiva |
| 4 Rua Visconde de Pelotas | D Avenida General Osório |
| 5 Praça Vidal de Negreiros
("Ponto de Cem Réis") | E Avenida Beurepaire-Rohan |
| 6 Praça 1817 | F Avenida Miguel Couto |
| 7 Praça João Pessoa | G Rua Cardoso Vieira |
| | H Rua Gama e Melo |
| | I Rua Peregrino de Carvalho |



Figura 62. Planta das áreas delimitadas em João Pessoa para estabelecimento de altura mínima dos edifícios: em vermelho, logradouros estabelecidos pela Lei Municipal nº 440 (25 de janeiro de 1957); em amarelo, áreas eliminadas da proposta original (Projeto de Lei nº 181 – 30 de agosto de 1956). Fonte: desenho nosso.

logradouros delimitados,⁵⁴ deu origem à Lei Municipal nº 440, aprovada em 25 de janeiro de 1957, que determinou: “Fica proibida a construção de prédios inferiores a três andares nas Avenidas Guedes Pereira, Barão do Triunfo, Praças 1817, Vidal de Negreiros e João Pessoa, ruas Duque de Caxias e Visconde de Pelotas” [Figura 62]. Medida que, embora voltasse a estabelecer como parâmetro mínimo o habitual número de três pavimentos, passou a determinar a verticalização (e não apenas incentivá-la) e se dirigiu a uma região determinada, o que a tornava semelhante a outras já adotadas no país, como a Lei Municipal nº 2.332, de 1920, que, segundo Somekh (1997, p. 81), “previa alturas mínimas de quatro andares na área central” de São Paulo.

A região definida situava-se na Cidade Alta, região central e valorizada de João Pessoa anteriormente ocupada por residências e que passava, desde a década de 1940, a ser

⁵⁴ Foram eliminadas da proposta original: Praças Aristide Lobo, Pedro Américo e Venâncio Neiva; Avenidas General Osório, Beurepaire-Rohan, Miguel Couto; Ruas Cardoso Vieira, Gama e Melo, Peregrino de Carvalho.

tomada pelo comércio. Modificação que continuava nos anos 1950, quando foi noticiado: “[...] uma após outra, surgem as construções modernas sôbre a ruína das vivendas antigas. E assim grande trêcho da Rua Duque de Caxias [situada na Cidade Alta] é, hoje, um próspero empório comercial” (URBANIZAÇÃO..., 1956, p. 2). Motivada por esse processo, a imprensa local sugeriu, antes mesmo da proposição da Lei nº 440, proibir “[...] a construção de novos prédios abaixo de condições mínimas compatíveis com o desenvolvimento urbanístico daquela artéria”, com o fim de “[...] prestigiar o bom gosto dos que vêm dando à Rua Duque de Caxias um progresso de, pelo menos, meio século”.

Formulação não muito distante dos pareceres emitidos na Câmara Municipal, durante o processo de aprovação de Lei nº 440. O vereador Abdias dos Santos Passos, membro da Comissão de Obras Públicas, argumentou, em 19 de outubro de 1956:

Muito embora reconheçamos nós que o presente Projeto Lei⁵⁵ [...] prima com zêlo [sic] e altivês [sic] pelo embelezamento de nossa capital, deixamos entretanto, de emitir parecer favorável ao mesmo em virtude de ter S. Excia. [sic] separado [...] uma área territorial de tamanho tão extenso que representa quase toda estrutura do centro urbano de nossa cidade. [...] pois tudo indica que, dado o ínfimo número de capitalistas que tem o nosso Município [sic] e a impossibilidade econômica e financeira de nosso pôvo, sómente [sic] depois de decorrido um período de cem anos é que talvez, pudéssemos ter tamanha e extensiva área ocupada por prédios do feito exigido pelo projeto em alusão, o que certo traria, no curso de elevado espaço de tempo, grandes prejuízos aos cofres do nosso município, uma vez que ficaria preterida grande parte de nossa cidade à construção de prédios de menor altura, inclusive os de 1º. e 2º. andar (PASSOS, 1956).

Parecer que, embora reconhecesse os valores simbólicos dos edifícios altos e seus benefícios à paisagem urbana, se opunha à proposta, ao ter em vista as limitações econômicas locais, que o levava a estimar a dificuldade de concretização e os conseqüentes efeitos negativos que poderia trazer à cidade. Pensamento certamente influenciado pela grave crise econômica que, nos anos 1950, passava o estado da Paraíba.

Por sua vez o vereador Severino de Oliveira, apesar de reconhecer a necessidade de eliminar alguns logradouros da proposta, o que de fato aconteceu, exaltou, em 26 de outubro de 1956, o “[...] alto alcance [d]a presente propositura que determina zonas da nossa cidade para a construção de prédios mais sérios e adequados” (OLIVEIRA, 1956).

Portanto, ambos os debatedores não contestavam ou discordavam da altura mínima de três pavimentos e do simbolismo de progresso propiciado pelos edifícios elevados. O embelezamento da paisagem era, pois, uma constante nesses discursos, o que se refletiu na utilização de praças (1817, Vidal de Negreiros e João Pessoa) para aplicação dessa lei. Somase a isso que tais incentivos à verticalização poderiam também ter o intuito de promover a modernização desse local, isto é, corresponder “[...] à necessidade constante do capitalismo de buscar aumento de produtividade, por meio de avanços tecnológicos e organizacionais” (SOMEKH, 1997, p. 33). Preocupação que não era evidenciada nesses depoimentos, embora

⁵⁵ JOÃO PESSOA. Projeto de Lei nº 181, de 30 de agosto de 1956. Proíbe construção de prédio e dá outras providências. **Câmara Municipal de João Pessoa**, João Pessoa. Mimeografado.



Figura 63. Edifício de escritórios Nações Unidas (1957). Fonte: JOÃO Pessoa: a cidade..., 1991, p. 91.

a principal discordância sobre essa lei, definir o lugar adequado para a verticalização, estava permeada pelo interesse de modernizar a estrutura urbana. Os logradouros presentes na proposta inicial e preteridos na aprovação localizavam-se exatamente na Cidade Baixa, parte antiga da cidade, ao passo que foram priorizados aqueles localizados na Cidade Alta, região valorizada e onde se concentrava a principal atividade econômica local, o comércio. Nesse sentido, se o embelezamento era a intenção imediata, o incentivo à verticalização não estava desvinculado de interesses econômicos, como o “aumento de produtividade”.

Além disso, como aponta Rolnik (1997, p. 13), as leis funcionam como “referente cultural fortíssimo na cidade, mesmo quando não é capaz de determinar sua forma final”, pois confere significados e noções de civilidade e cidadania correspondentes aos grupos que as formularam. Por isso, nos convém analisar também como essas medidas repercutiram na paisagem urbana.

Em 1957, a empresa Tecidos Cardoso, sediada provavelmente em Recife, incorporava o edifício de escritórios Nações Unidas [Figura 63], no Ponto de Cem Réis, em terreno onde, segundo então noticiado: “[...] manteve-se até nossos dias um antigo pardieiro” (UM NOVO..., 1957, p. 3). Seus cinco pavimentos o enquadravam na nova altura estabelecida para o local e o permitiam usufruir de isenção fiscal. Afora as exigências legais, eram os princípios modernos que guiavam o projeto. A regular retícula de concreto que definia sua volumetria era uma consequência direta de seu interior e da própria solução estrutural. A repetição e a simplicidade transpareceram na uniformidade de tratamento das aberturas e no traçado racional da marquise de concreto, que protegia a loja, localizada no térreo, contra a insolação e a chuva, e estabelecia uma diferenciação formal às diferentes funções (comércio, no andar inferior, e escritórios, nos demais pavimentos) abrigadas no prédio. Logo, não era apenas a verticalização que se expunha nessa obra, mas também a própria modernização da arquitetura local, embora fosse aquele o aspecto mais assinalado pela imprensa. Como então

Figura 64. Anteprojeto do edifício de apartamentos Presidente João Pessoa (1957), Ulisses Burlamaqui. Fonte: CARTEIRA..., 1957, p. 1.

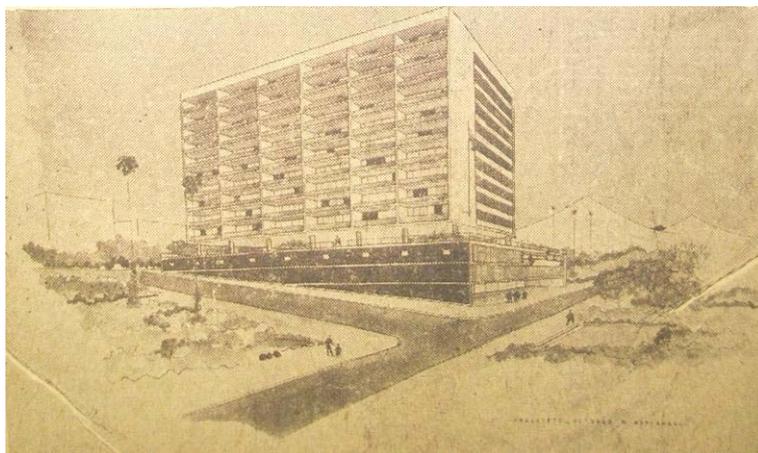
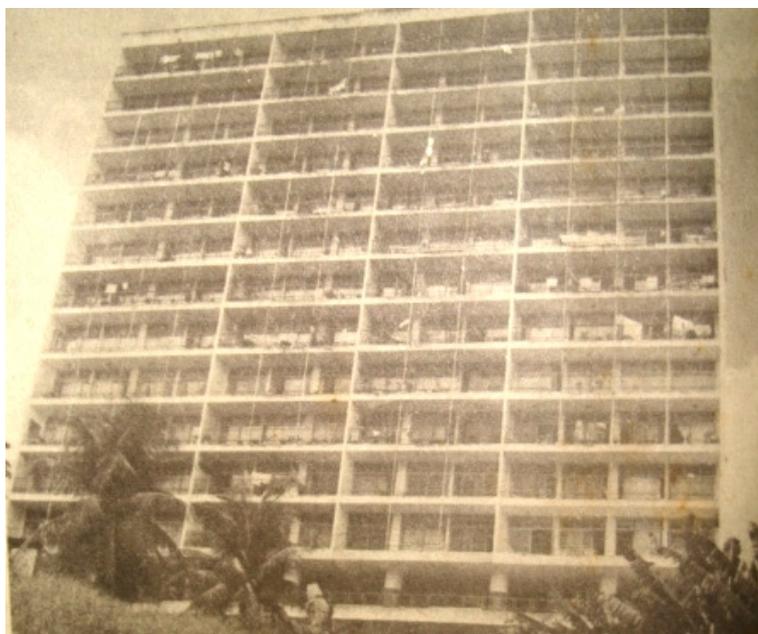
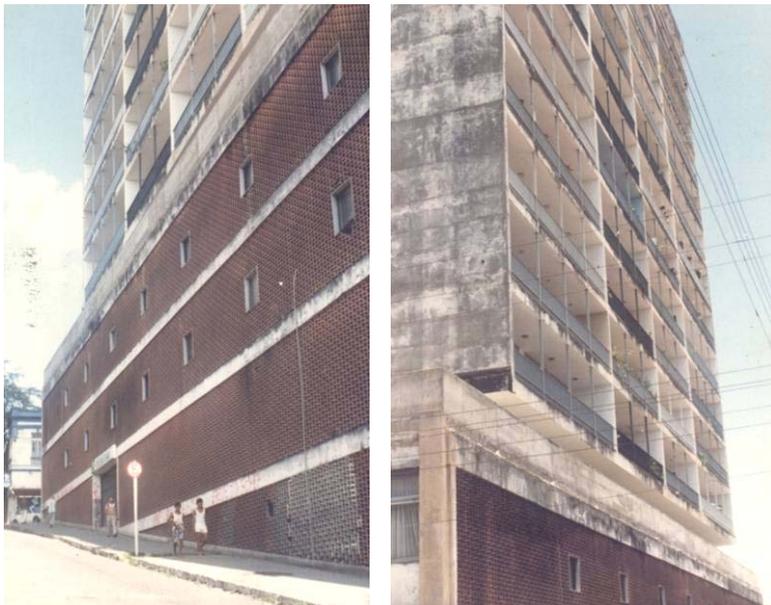


Figura 65. Edifício de apartamentos João Pessoa (1957), Ulisses Burlamaqui. Fonte: QUINTAIS..., 1975, p. 1.

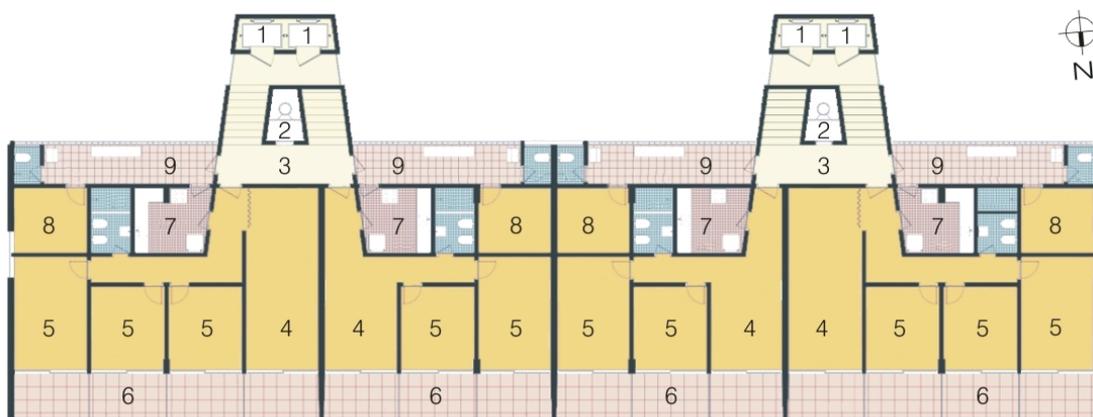


descrito sobre essa obra: “[...] ergue-se agora um suntuoso edifício de vários andares. Com o novo prédio, a fisionomia urbana da cidade ganha um novo aspecto, modificando a ‘face’ de atraso que dava uma nota desagradável ao progresso arquitetônico da cidade” (UM NOVO..., 1957, p. 3).

Na mesma época, era anunciada a futura construção do edifício de apartamentos Presidente João Pessoa, a ser empreendido pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB) [Figura 64]. Esse não seria apenas o edifício mais alto da cidade, com seus dezoito pavimentos, mais também o que então teria, segundo a imprensa (A FUTURA..., 1958, p. 5), a maior área construída (8.500m²). Seu terreno, doado em 1957 pelo governador Flávio Ribeiro Coutinho (1956-1957) e então ocupado pela Escola de Música Antenor Navarro, situava-se no centro, embora em logradouro, Avenida General Osório, não sujeito ao gabarito mínimo anteriormente estabelecido. Assim, esse empreendimento ajudou a verticalizar a paisagem central sem necessariamente estar na área prevista em lei. Por outro lado, sua construção,



Figuras 66, 67, 68. Edifício de apartamentos Presidente João Pessoa (1957), Ulisses Burlamaqui: fotos e planta baixa do pavimento tipo. Fonte: ROCHA, 1987, p. 67; desenho de Carolina Chaves (editado por nós).



LEGENDA

1 Elevador	3 Hall	5 Quarto	7 Cozinha	9 Serviço
2 Lixo	4 Sala	6 Varanda	8 Quarto/Emp.	

iniciada nos primeiros meses de 1958, ainda se mantinha dentro do prazo exigido para isenção de impostos prediais, ao passo que sua inauguração tardaria a acontecer: apenas em 31 de março de 1965.

Em seus pavimentos deveriam ser abrigadas as residências para os associados e a sede do próprio instituto (com serviços administrativos, sociais e ambulatoriais), além da escola de música desalojada. O encarregado desse projeto foi Ulisses Burlamaqui, radicado no Rio de Janeiro, professor da Faculdade Nacional de Arquitetura e arquiteto do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI).⁵⁶ Por meio de dois volumes com

⁵⁶ Estima-se que Ulisses Burlamaqui, até 1964, tivera projetado os edifícios sede do IAPI em Juiz de Fora, João Pessoa e Curitiba; edifício sede do IAPB, em João Pessoa; conjuntos habitacionais do IAPI, em Vila Izabel/RJ, Juiz de Fora e Curitiba; conjunto habitacional do IAPB, em João Pessoa; pavilhão do IAPI, na Feira do Café em Curitiba (PRÊMIO..., 1964, p. 6). Dessa forma, é possível que o conjunto habitacional

tratamentos distintos, as diferentes atividades tinham autonomia entre si, graças aos acessos independentes, propiciados pelo lote com três laterais livres e pela declividade natural do terreno, que possibilitava diferentes níveis de piso em contato direto com a via pública. Num bloco horizontal com quatro pavimentos, submetido à acentuada inclinação do terreno [Figura 66], foram localizados os serviços: a Delegacia do IAPB, no nível inferior; a sede do sindicato, no segundo pavimento; o ambulatório, no terceiro pavimento; o conservatório, no piso mais elevado. Por sua vez, as moradias (vinte e quatro apartamentos de dois quartos e vinte e quatro de três quartos) foram agrupadas em volume vertical, com doze pavimentos, que se elevava do restante da construção por meio de pilotis [Figuras 65, 67].

Sua implantação, a privilegiar uma orientação climática favorável, além de visar o maior aproveitamento do terreno, já era um mostra da preponderância da funcionalidade. Orientação moderna que também foi seguida na proposição de duas circulações verticais independentes entre si para acesso aos apartamentos, o que reduziu as áreas coletivas e ampliou a possibilidade de iluminação e ventilação diretas dos ambientes [Figura 68]. A racionalidade também se estendeu à integração do elevador aos patamares da escada, que o tornava simultaneamente acessível a dois andares, com o fim de reduzir o número de paradas. Por sua vez, as grandes aberturas dos quartos, protegidas contra as intempéries por varandas, seguiam a concepção desenvolvida pelas vanguardas de espaços abertos, transparentes e integrados ao exterior.

Mesmo a relação estabelecida com o lugar era reveladora dos princípios adotados. Como expõe Montaner (2001b, p. 31-35), “na arquitetura moderna [...] a sensibilidade pelo lugar é irrelevante: todo objeto arquitetônico surge sobre uma indiscutível autonomia”, o que levaria, frente à insuficiência da linguagem e da tecnologia adotadas, a se assentar nos anos 1940, uma postura de respeito, com a corrente do *New Empirism* nórdico. Mudança de postura que, no entanto, não ressoava no Edifício João Pessoa, o qual, mesmo localizado numa das mais antigas ruas da cidade, se mostrava indiferente aos valores históricos ou simbólicos do entorno, onde se situavam marcos como o Mosteiro de São Bento e a Catedral de Nossa Senhora das Neves. A própria perspectiva que ilustra o projeto [Figura 64] substituíria por áreas livres ou massas de vegetação o ambiente construído preexistente. E principalmente sua altura, “que rompe com a escala dos edifícios em torno”, o constituiu como um efetivo arranha-céu, elemento próprio, segundo Somekh (1997, p. 98), ao processo de verticalização.

A imprensa local, quando da construção desse edifício, queixava-se que: “O contraste entre arranha-céus e pequenos sobrados não produz efeito urbanístico favorável. Fornece mais a impressão de uma rua ‘banguela’, com uma arcada dentária desfalcada de dentes” (NOVOS edifícios, 1958, p. 3). Crítica que, no entanto, não se dirigiu contra a verticalização e sim contra a permanência dos edifícios de menor porte na paisagem, pois esse mesmo texto propunha “uma lei municipal proibindo, taxativamente, a construção de qualquer edifício com menos de 8 andares, no Ponto de Cem Réis e suas adjacências” como forma de resolver esse problema

(80 residências) concluído em 1954 e realizado pelo IAPB no bairro dos Expedicionários (João Pessoa) fosse de sua autoria.

Em **TAMBAU** — a mais bela praia do Brasil
 No Posto 3 da Zona Sul, de frente para o Mar,
 está sendo construído o

EDIFÍCIO ALVORADA

Incorporação
Clodomar Gomes Guimarães

Um edifício de 10 pavimentos, térreo em pilotis, servido por 2 elevadores sociais e 1 de serviço e banheiros, e escadas.

O pavimento térreo se dispõe primordialmente de uma parte abrigada onde se situam o "hall" de entrada, um mercadinho e lavatório para banho de mar.

No mesmo plano segue-se a parte descoberta com jardim, parque e piscina destinados às crianças.

Na parte superior do edifício, área coberta com toldo, para reuniões sociais e outra área descoberta para banhos de sol, onde se pode dispor de várias mesas com guarda-sol.

As peças são amplas e arejadas com acabamento de luxo: armários embutidos e blindagem em aço.



**Pagamento em 8 anos,
 preço fixo
 sem reajustamento
 Construção em apenas 30 meses**

Só falta mesmo **Você** decidir ser um dos **Donos!**
 ESTAMOS A' SUA ESPERA

Tope aqui uma boa parada, comprando, AGORA, o seu apartamento com grandes facilidades de pagamento

VALDEZ SILVA
 Rua Gama e Melo, 87 - 1o. andar
 Fone 1889 João Pessoa - Paraíba

Informações e Vendas:

Figura 69. Publicidade do edifício de apartamentos Alvorada (1958), Leonardo Stuckert. Fonte: EM TAMBAU – a mais..., 1958, p. 3.

(NOVOS edifícios, 1958, p. 3). Com esse mesmo pensamento, reclamava que o “preço pedido pelos atuais proprietários de imóveis” no Ponto de Cem Réis dificultava a construção de novos prédios. Porém, nessa mesma época, em 1960, era anunciada “a possibilidade da capital ganhar alguns prédios de grande vulto”, os quais deveriam se localizar no centro da cidade, a exemplo da agência do Banco da Lavoura de Minas Gerais (Vital Brazil – 1963), com seis pavimentos, em terreno contíguo à sede do IPASE (CONSTRUÇÕES..., 1960, p. 2).

Em paralelo, por volta de novembro de 1958, quando já não vigorava mais a isenção fiscal estabelecida pela Lei nº 299, era comercializado o edifício de apartamentos Alvorada (Leonardo Stuckert – 1958) [Figura 69].⁵⁷ Como se localizava fora da área sujeita a uma altura mínima, na praia do Cabo Branco, seus onze pavimentos, servidos por dois elevadores sociais

⁵⁷ O Edifício Alvorada foi incorporado pelo comerciante Clodomar Gomes Guimarães.

e um de serviço, incitava a verticalização de uma nova área, essencialmente ocupada por residências de um ou dois pavimentos. Assim as estratégias de valorização do capital imobiliário, expostas por Somekh (1997, p. 114), concentração (reprodução de áreas já valorizadas e verticalizadas) e expansão (busca de novas frentes de valorização), passavam a também se esboçar em João Pessoa e, com isso, assinalar uma maior ação dos incorporadores imobiliários.

Por outro lado, era patente nessa obra o emprego dos padrões da “nova arquitetura” sistematizados por Le Corbusier: a fachada livre, graças ao recuo da estrutura, resultava em diferentes tratamentos das fachadas, conforme a orientação climática; o esqueleto independente dissociava os elementos construtivos e era evidenciado no próprio edifício; o pano de vidro, variação das janelas corridas, se voltava para o norte e ampliava as possibilidades de visão e de iluminação; o pilotis resultava em áreas livres para jardins, parque e piscina sob a construção, que aí possuía pé direito elevado como no Ministério de Educação e Saúde (1936); o teto-jardim definia áreas “para reuniões sociais e [...] para banhos de sol”, em espaço tradicionalmente ocupado por telhado; o “interior livre da acumulação de móveis” repercutia na proposição de armários embutidos. Inclusive a presença de mercadinho no interior do próprio edifício, um serviço que complementava a vida familiar, assinalava a influência do conceito de *unité d'habitation*. Enfim, mesmo que nos baseemos numa análise restrita e elementar da arquitetura moderna, fundamentada apenas em padrões estabelecidos pelo arquiteto franco-suíço, podemos afirmar que assim como os edifícios anteriores esse também se guiava por princípios modernos.

Contudo, apesar de ser “próprio para residência definitiva ou para fins de semana” e localizado “a 700 metros da Av. Epitácio Pessoa” ou “a duas horas de Campina Grande, Guarabira [PB], Areia [PB] ou Recife”, qualidades exaltadas por publicidade da época (EDIFÍCIO Alvorada, 1959, p. 70), esse projeto não foi edificado.

Coube, portanto, ao edifício de apartamentos Santo Antônio (Mário Di Lascio – 1960), construído pela Ausonia (que também o incorporou, através de seu diretor Aldo D’Ambrósio), ser a primeira obra desse gênero situada no litoral de João Pessoa, na praia de Tambaú [Figura 70].⁵⁸ Após onze meses de construção, sua inauguração se deu em 27 de novembro de 1960. Conforme então exaltado pela imprensa: “outros projetos de igual importância para a nossa mais aprazível praia serão, em tempo oportuno, levados a efeito, numa contribuição de enorme significação para toda a Paraíba” (AUSONIA inaugura..., 1960, p. 1).

Empreendimento possivelmente voltado ao veraneio, visto que “um zelador [...] se encarregará do serviço de limpeza do prédio, e cuidará dos apartamentos vazios, durante a estação chuvosa” (AUSONIA oferece..., 1960, p. 3). Com esse fim, o projeto foi guiado, sobretudo, pela economia e pela simplicidade construtiva, princípios comuns à arquitetura moderna e, por sua vez, oportunos a um empreendimento imobiliário. Por conseguinte, o número de pavimentos

⁵⁸ Era considerado também, segundo publicidade da Pibigás, o primeiro edifício da América do Sul a possuir sistema de instalações centralizadas de gás com medidores individuais.



Figuras 70, 71. Edifício de apartamentos Santo Antônio (1960), Mário Di Lascio. Fonte: Arquivo do Hotel Tambaú ; MARCO..., 1960, p. 1.

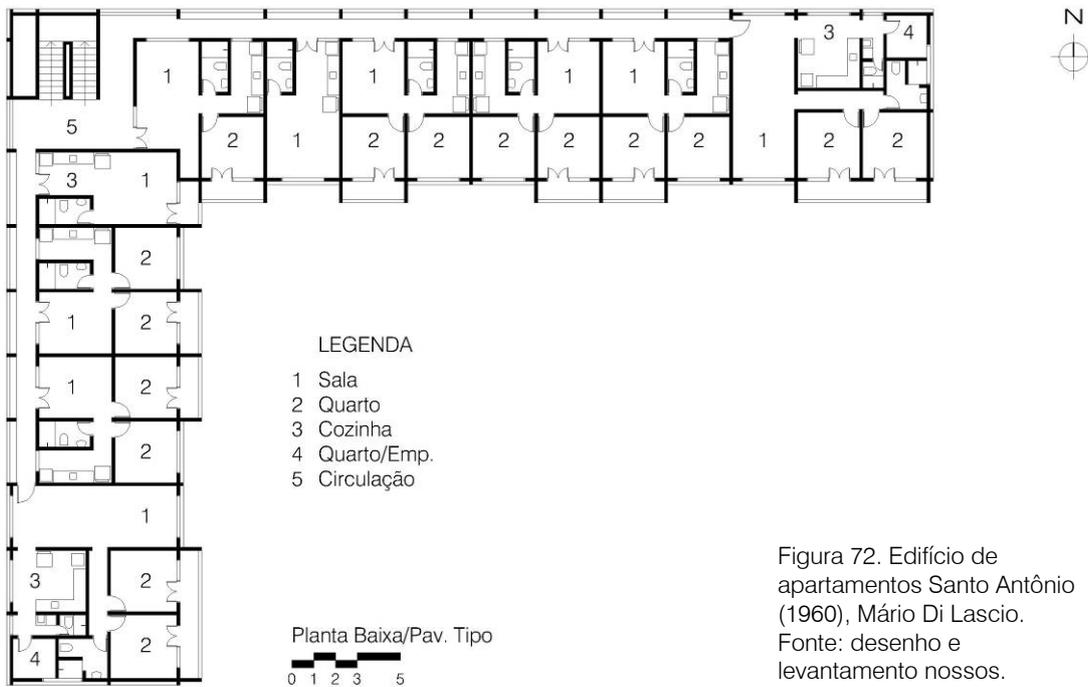


Figura 72. Edifício de apartamentos Santo Antônio (1960), Mário Di Lascio. Fonte: desenho e levantamento nossos.

proposto, três, dispensou a instalação de elevadores; o uso da escada foi reduzido, já que não havia pilotis, de forma que foi a implantação do próprio edifício, junto aos limites do lote, que conformou áreas livres [Figuras 70, 71]; os apartamentos (vinte e nove unidades divididas em três tipos diferentes) seguiram um dimensionamento mínimo [Figura 72], a exemplo da lavanderia coletiva sobre o edifício, que substituiu a necessidade de áreas de serviço individuais; as circulações coletivas também foram minimizadas, pois os apartamentos do térreo eram acessíveis diretamente do exterior.

No ano seguinte, 1961, foi iniciada a construção pela Ausonia do edifício de apartamentos Manaíra (incorporado por Aldo D'Ambrósio, diretor da Ausonia, e Cláudio de Paiva Leite), localizado na praia de mesmo nome [Figura 73]. Projeto que seguiu o mesmo princípio de economia do anterior, como aponta seus quatro pavimentos sem pilotis, que podiam dispensar a instalação de elevador.

apartamentos

para veraneio, férias ou para o ano todo

neste local

a partir de **Cr\$ 370.000,**

Edifício **MANAÍRA**
à beira-mar

em **Tambau**

MAIS UMA REALIZAÇÃO DA
AUSONIA
(INDUSTRIAL, COMERCIAL, CONSTRUTORA LTDA.)

CONSULTAS:
BARÃO DO TRIUNFO 461 - 1o. And.
Telefone 1304
Jolo Pessoa - Paraíba

O edifício MANAÍRA fica situado num dos pontos mais agradáveis de Tambau, oferecendo as seguintes vantagens:

- Ventilação abundante
- Distribuição racional de iluminação
- Serviço telefônico
- Água em abundância
- Elevadores
- Abastecimento de gás liquefeito
- Estacionamento para automóveis
- Play-ground para crianças
- Apartamentos financiados em 3 anos
- Entrada em 22 meses

Figura 73. Edifício de apartamentos Manaíra (1960). Fonte: APARTAMENTOS..., 1960, p. 5.

Apesar dessas realizações e dos incentivos oficiais, que isentaram temporariamente os impostos prediais e impuseram altura mínima na área central, verificamos que a verticalização era um fenômeno ainda incipiente em João Pessoa, ao tomarmos como referência seu conceito exposto por Somekh (1997, p. 20), “a multiplicação do solo urbano, possibilitada pelo uso do elevador”. De fato, foram poucos os edifícios a requererem o uso desse equipamento, se o considerarmos exigidos apenas àqueles com mais de quatro pavimentos (conforme determinado pelo Artigo 375 do Código Municipal de 1955). Entre os exemplares por nós expostos, apenas os edifícios Nações Unidas e Presidente João Pessoa se enquadraram nessa perspectiva, ao passo que esse foi o único a superar os sete pavimentos atingidos em 1949 pela sede do IPASE. De toda forma, os novos prédios contribuíram para difundir a arquitetura moderna na paisagem e modernizar o centro da cidade, além de assinalarem uma maior ação dos incorporadores imobiliários, como deixavam entrever os empreendimentos realizados pela Ausonia na orla marítima [Figura 74].



Figura 74. Publicidade da empresa Ausonia. Fonte: SEMEAMOS..., 1960, p. 5.



Figura 75. Planta das áreas delimitadas em João Pessoa para estabelecimento de altura mínima dos edifícios, conforme Lei Municipal nº 546 (20 de novembro de 1963). Fonte: desenho nosso.

Nos anos posteriores, voltaram a ser aprovadas medidas de incentivo à verticalização. A Lei Municipal nº 311, de 8 de agosto de 1963, ampliou para seis o número mínimo de pavimentos na região central. Altura que a Lei Municipal nº 546, de 20 de novembro de 1963, invalidou, ao reduzi-la novamente para três pavimentos. Apesar dessa discordância, ambas firmavam uma nova delimitação para a área afetada: foram eliminadas (em relação à Lei Municipal nº 440) Praça 1817 e Rua Visconde de Pelotas e acrescentadas Praça Venâncio Neiva, Rua Maciel Pinheiro e Parque Solon de Lucena [Figura 75]. Estabeleceu-se, com isso, um local mais extenso que o anterior e agora vinculado ao Parque Solon de Lucena, a reforçar os efeitos paisagísticos. Estabeleceu ainda um vínculo mais incisivo com a Cidade Baixa, ao incluir a Rua Maciel Pinheiro, logradouro que abrigava significativos edifícios antigos, como a Associação Comercial da Paraíba (Hermenegildo Di Lascio - 1921) e que nas primeiras décadas do século XX foi um importante centro comercial, favorecido por sua proximidade ao antigo Porto do Varadouro, e, conforme Azevedo; Branquinho (2006, p. 169), “a partir da década de 50, [...] funcionava, então, com as casas comerciais que lá ainda permaneciam durante o dia e como zona de prostituição à noite”, devido à transferência do comércio de artigos requintados para a Cidade Alta, enquanto nos anos 1960 vivenciava o aumento do número de lojas de peças automotivas e de materiais de construção. Além disso, a “[...] reforma, ampliação ou qualquer tipo de adaptação de prédios residenciais em comerciais ou

de prédios comerciais para novo ramo de negócio” se viam nos locais atingidos pela nova lei sujeitas exclusivamente à obediência ao novo gabarito. Medida que certamente afetava a excessiva valorização da área, pois limitava as possibilidades de uso e manutenção dos antigos imóveis. E, mais do que isso, voltava a definir o centro da cidade como local adequado para os edifícios altos.

A modernização dos clubes sociais

Se o lazer emergiu no século XX como uma preocupação essencial à vida urbana e sua necessidade “cresce com a urbanização e a industrialização” (DUMAZEDIER, 1976, p. 25), em João Pessoa novos desses equipamentos foram nos anos 1950 construídos. Edifícios que eram invariavelmente reconhecidos pela imprensa como símbolos de progresso. Na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, o jornalista paraibano Escorel Borges (1960, p. 304) ressaltou a construção das “sedes dos dois principais sodalícios pessoenses, o Esporte Clube Cabo Branco e Clube Astréa, obras que situarão tais agremiações sócio-desportivas como das melhores de todo o Nordeste”. Certamente esse não foi um fenômeno localizado, ao termos em vista realizações semelhantes em outras regiões, como Belém/PA, onde foram construídos, nos anos 1950, vários desses equipamentos, Clube da Assembléia Paranaense (engenheiro Camilo Porto de Oliveira – 1955), Clube do Remo (engenheiro Camilo Porto de Oliveira – 1958), Clube Tuna Luso (engenheiro Laurindo Amorim – 1958), nos quais, segundo Derenji (1997, p. 267), “[...] se aproveita[va] a necessidade de amplos espaços e vãos livres, para propor arcos parabólicos, curvas de traçado fluido, jogo de formas nas rampas e escadas”. Com efeito, o requerimento de grandes espaços livres, comum aos clubes sociais, principalmente àqueles que dispunham de ginásios, dava a seus projetistas a possibilidade de utilizar soluções técnicas e construtivas elaboradas, aliadas ainda à exploração plástica de um grande equipamento.

Em 1957, havia doze associações recreativas e desportivas na capital paraibana, que juntas reuniam 5.231 associados (IBGE, 2002c), concentrados principalmente em seus dois principais clubes (Astréa e Cabo Branco), que detinham, no final dos anos 1950, cada um cerca de 1.500 membros (BORGES, 1960, p. 301).

A Associação Recreativa e Literária Astréa, em funcionamento desde 30 de maio de 1886, era a mais antiga entre elas e seu espaço físico, localizado na Rua Duque de Caxias (na época Rua Direita), se tornou obsoleto diante do crescente número de membros. Por conseguinte, em 1936, transferiu-se do centro da cidade para uma “mansão”⁵⁹ em Tambiá. Bairro que, em início do século XX, passou a ser ocupado por “ricas e elegantes residências no lugar dos antigos sítios e sobrados” (ABRANTES, 2006, p. 185). Contudo, apenas em 1956 foi construído no novo local um edifício especialmente destinado ao uso de lazer, para onde

⁵⁹ Com base em Celso Mariz (1978, p. 92), que afirma “Clodoaldo Gouvêa construiu a atual [ano de 1939] sede do Clube Astréa”, supomos que a “mansão” em Tambiá, Residência Murilo Lemos, foi projetada por esse arquiteto.



Figuras 76, 77. Clube Astréa (1956), Linhares Fonseca. Fonte: O NOVO "Astréa", 1958, p. 8; FORMIGA, 1975, p. 35.

foram transferidos os serviços realizados anteriormente na residência preexistente, enquanto essa passou a abrigar restaurante (no térreo) e salão de jogos (no pavimento superior).

O projeto, encarregado ao arquiteto Linhares Fonseca, atuante no Banco Lar Hipotecário Brasileiro,⁶⁰ contribuiu, como observado naquele tempo, “[...] não só para ampliar, mas também para modernizar suas instalações” (ALÉM..., 1956, p. 2). A solução proposta foi um edifício com dois pavimentos e estrutura independente de concreto armado [Figuras 76, 77], o que permitiu espaços livres ao salão de danças (no térreo) [Figura 78], e, por sua vez, planta livre aos ambientes administrativos (no pavimento superior). Simplicidade construtiva que se aliou à repetição de elementos construtivos, como a divisão modular das esquadrias, e independência entre fechamentos e estruturas, a exemplo dos painéis de elementos vazados.

⁶⁰ Não encontramos referências mais precisas sobre Linhares Fonseca e seu vínculo com João Pessoa.



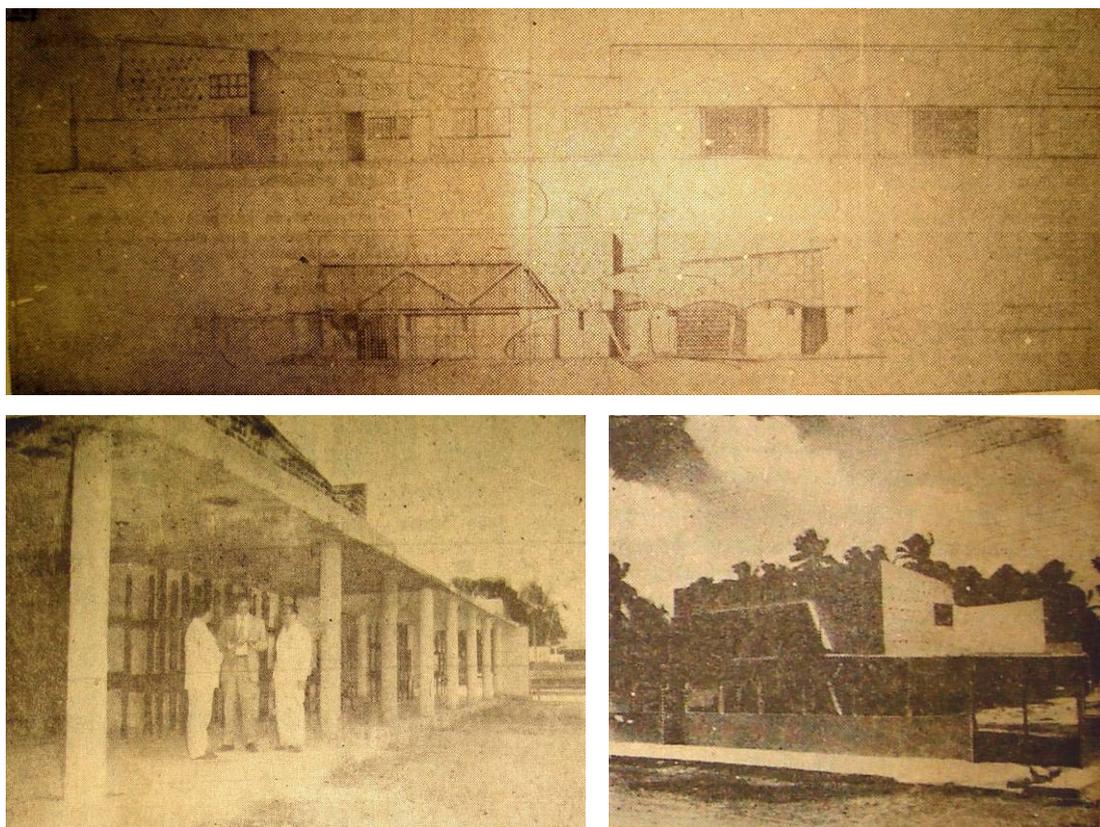
Figura 78. Interior do Clube Astréa (1956), Linhares Fonseca. Fonte: Antônio Cláudio Massa.

Essa liberdade não impediu, entretanto, o tratamento contido das esquadrias do térreo, nas quais o pequeno recuo em relação à estrutura e sua subdivisão pareciam simular peitoris e vergas, o que dificultava a leitura da função efetivamente exercida. Além disso, ainda persistiu uma tradicional delimitação dos ambientes, através do preciso limite entre interior e exterior. Posturas que se contrapuseram ao volume prismático do pavimento superior, sem contrastes dos acabamentos entre si e erguido sobre estrutura à mostra de concreto armado, que era uma reprodução, mesmo que simplificada, das soluções puristas de Le Corbusier. A continuidade das aberturas desse bloco, garantida pelo avanço da fachada em relação à estrutura [Figura 76], também derivava de formulações do arquiteto franco-suíço.

Enfim, se as soluções adotadas no Clube Astréa respondiam a requerimentos funcionais e não negavam a assimilação da arquitetura moderna, elas ainda estavam presas às experiências iniciais do racionalismo europeu.

Na mesma época, a Associação Atlética Banco do Brasil (AABB), que era então um dos mais recentes clubes da capital paraibana, fundado em 4 de março de 1950, também substituiu sua anterior sede, uma residência na Rua das Trincheiras (centro da cidade), por edifício diretamente projetado para seu uso [Figura 79, 80, 81]. No final de 1954, lançou a pedra fundamental da nova obra, na Avenida Dom Pedro II, via localizada entre dois bairros surgidos nos anos 1930 e próximos ao centro: Jaguaribe, que passava a se desvalorizar, com o deslocamento das habitações de padrão mais elevado para outras áreas, e Torre, que seguia trajetória inversa, por estar próximo ao eixo de expansão da cidade, a Avenida Epitácio Pessoa. Ou seja, sua inserção embora não fosse indiferente ao crescimento urbano, ainda privilegiava a proximidade ao centro, a exemplo da escolha de uma avenida central e importante eixo viário.

No terreno de 34 metros de frente e 105 metros de profundidade, foi construída inicialmente uma quadra descoberta de esportes, concluída em 1955. E, dois anos depois, foi inaugurada

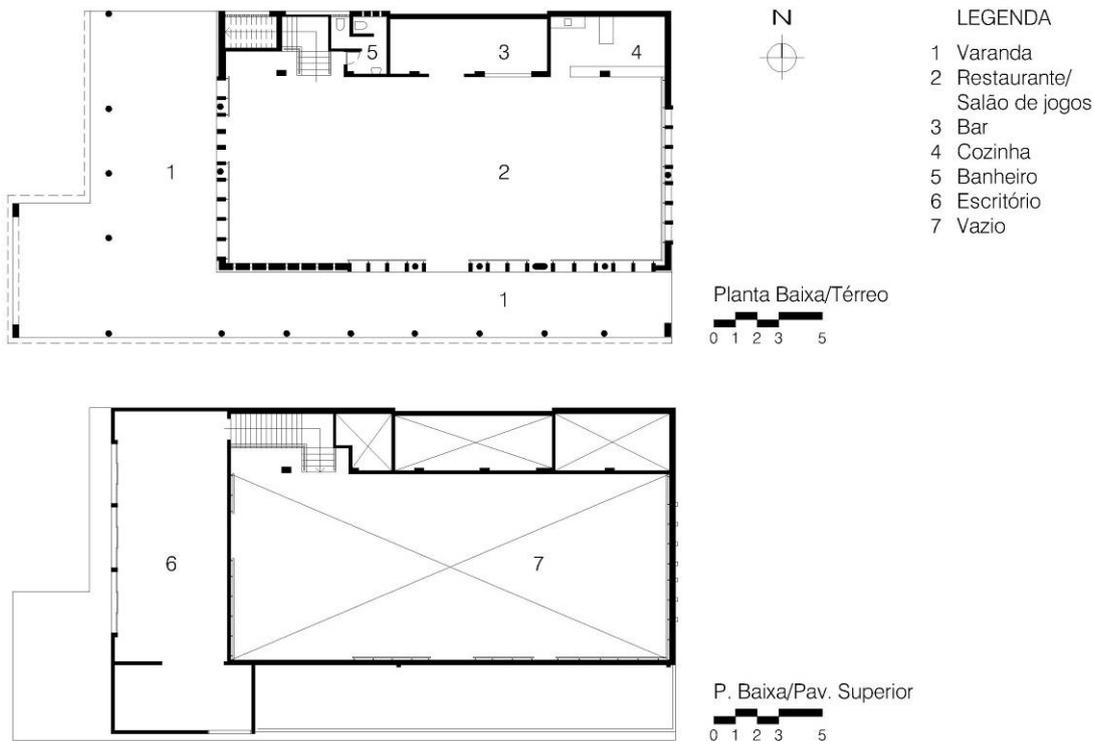


Figuras 79, 80, 81. Sede da AABBB (1955). Fonte: [“MAQUETTE”...], 1956, p. 3; PROSSEGUEM..., 1956, p. 2; TERCEIRO NETO, 1957, p. 4.

sua sede social, que abrigava: no pavimento superior, administração, diretoria, secretaria, biblioteca e salão de leitura; no térreo, sala de estar, recepção, bar, restaurante e salão de jogos (PROSSEGUEM..., 1956, p. 6) [Figuras 82, 83]. Futuramente deveria ser também edificado, anexo à sede social, um salão de danças,⁶¹ que, no entanto, não se concretizou.

Na época, a imprensa ressaltou sobretudo a funcionalidade e a racionalidade da edificação, como o “bar elegante e sobremodo higiênico” ou o mobiliário “em estilo rigorosamente funcional” e “a par de disposição habilmente estudada” (TERCEIRO NETO, 1957, p. 4). Ou ainda que “o salão de recepções da AABBB ocupa espaçosa área de 120 metros quadrados com divisões feitas por móveis cuidadosamente escolhidos; circundado por grades de ferro de modo que a luz natural e o ar não encontrem embaraço de penetração” (TERCEIRO NETO, 1957, p. 4). De fato essas eram preocupações recorrentes na obra, como exemplificava as circulações por meio de varandas e demarcadas por laje de concreto, que protegiam das intempéries as aberturas dos ambientes, e a autonomia funcional entre os ambientes distintos, possibilitada por acessos independentes entre si.

⁶¹ O salão de danças já estava definido no projeto inicial e deveria conformar, juntamente com o bloco inicialmente construído, uma implantação em “L”.



Figuras 82, 83. Sede da AAB (1955).
Fonte: desenho e levantamento de Marcelo Zurita (editado por nós); ROCHA, 1987, p. 60.

Em contrapartida à patente atenção aos aspectos funcionais, também se revelava nesse projeto uma significativa liberdade formal, como ilustravam o projeto de suas fachadas [Figura 79], no qual formas arqueadas definiam vãos do térreo e a cobertura era delimitada por um perfil trapezoidal resultante de sua inclinação única, de forma a explorar as diversas solicitações de altura dos ambientes internos, artifício comumente utilizado pela arquitetura moderna brasileira. Proposições que não chegaram a ser assim edificadas, pois a cobertura em laje plana

(protegida por telhas) substituiu a solução inicial, embora a obra tenha conservado os traços gerais do projeto, como sua organização espacial e mesmo os pequenos orifícios dispostos nas fachadas. Esses, além de propiciarem ventilação permanente, imprimiam uma composição plástica às superfícies sem recorrer à utilização de adornos. Também foi mantida a grande abertura frontal [Figura 83], que, dirigida à ventilação predominante e pouco sujeita à insolação, reforçava a integração com o exterior, além de denunciar o caráter não-estrutural das alvenarias, embora suas travessas de concreto respondessem mais a desejo plástico do que a requerimentos estáticos.

A despeito das divergências entre projeto e obra construída, é certo que os princípios da arquitetura moderna, embora presentes, não foram aplicados dentro de uma racionalidade estrita ou de uma filiação única. Conviviam na sede da AABB influências diversas, embora mais próximas às realizações nacionais, como indicava a liberdade em seu tratamento plástico [Figuras 79, 83].

Também o Esporte Clube Cabo Branco, fundado em 1915, estava a construir uma nova sede, iniciada em 1956 [Figuras 84, 85]. As atividades esportivas realizadas em Jaguaribe,⁶² bairro que passava a se desvalorizar, foram transferidas agora para o Miramar, localizado na área de expansão urbana. Entre os possíveis locais para sua implantação também foram considerados “desde o próprio [bairro do] Cabo Branco, na orla marítima, até um dos jardins do Parque Solon de Lucena” (LEAL, 1995, p. 225). Contudo, prevaleceram os interesses econômicos e políticos na definição pelo Miramar, já que o então presidente do clube também era o presidente da Caixa Econômica Federal na Paraíba e o responsável pelo financiamento desse bairro, e, por isso, se empenhou nessa escolha, além de ter obtido “vultoso empréstimo” para



Figura 84. Esporte Clube Cabo Branco (1955), Acácio Gil Borsoi. Fonte: CABO..., 1971, p. 35.

⁶² O Clube Cabo Branco também possuía uma sede social no centro da cidade, na Rua Duque de Caxias, que continuou em funcionamento.

a construção da sede (LEAL, 1995, p. 226). De fato, no lançamento do Jardim Miramar em 1950, a idéia de implantar um clube no local já era introduzida:

[...] segundo estamos seguramente informados, um grupo de paraibanos ilustres e de boa vontade, irá dar preferência a esse bairro para a construção de um importante clube social e desportivo, capaz de proporcionar vantagens idênticas às oferecidas a seus associados pelos mais notáveis clubes do Rio, São Paulo, Ceará, etc. (JARDIM Miramar..., 1950, p. 4).

Dessa forma, se os outros clubes apenas esboçavam uma aproximação rumo aos novos bairros residenciais, esse deslocamento se tornava mais enfático com a localização do Clube Cabo Branco. O terreno escolhido foi um promontório com pequena declividade e visão do mar (de onde vinham os ventos predominantes) e situado à margem da Avenida Epitácio Pessoa, em nível mais baixo. O projeto foi encarregado a Acácio Gil Borsoi. E sua construção, iniciada em 1956, se deu, em etapas: em 1958, foi inaugurado o ginásio [Figuras 86, 87]; por volta de 1961, a boate e a piscina; em 1963, o restaurante panorâmico.

Com a possibilidade de aliar a orientação climática favorável (leste) com a vista predominante (a praia), a integração dos ambientes com o exterior se tornou preponderante, exemplificada pelo uso de grandes esquadrias de vidro, de terraços, de circulações avarandadas e mesmo dos gradis que delimitavam o terreno (posteriormente substituídos por muros). A solução

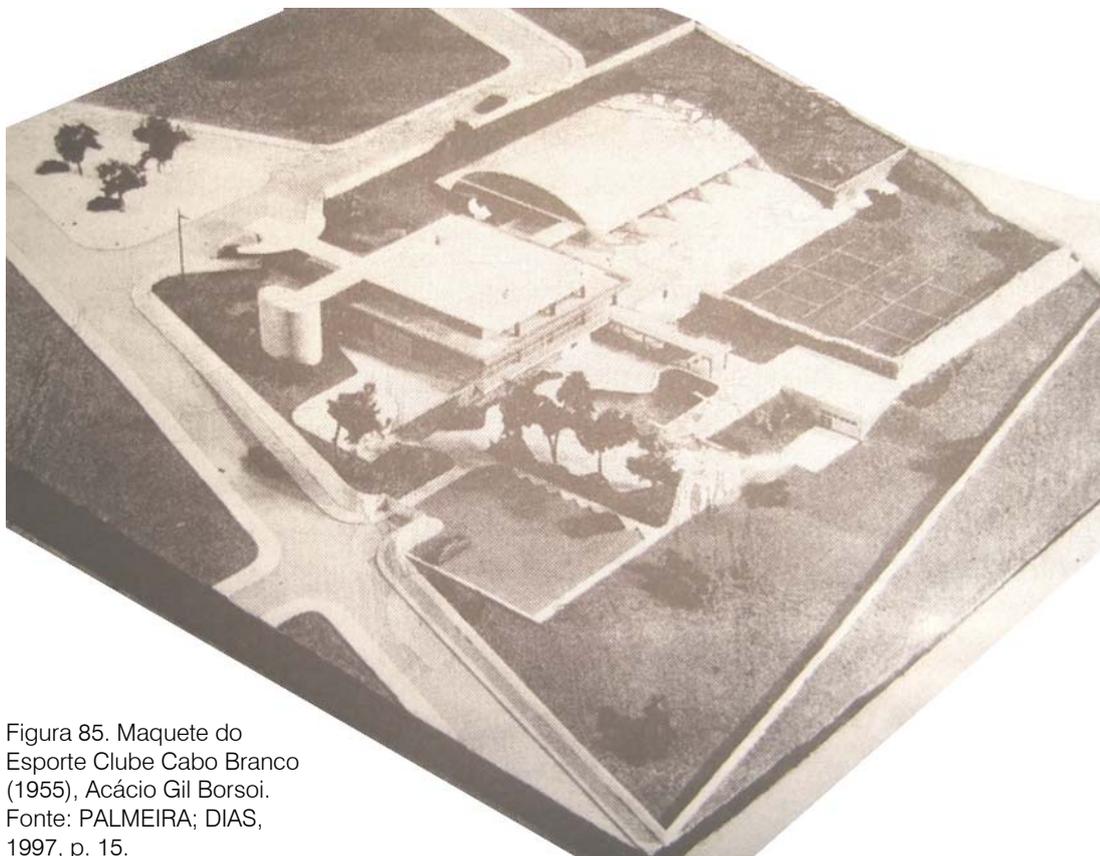
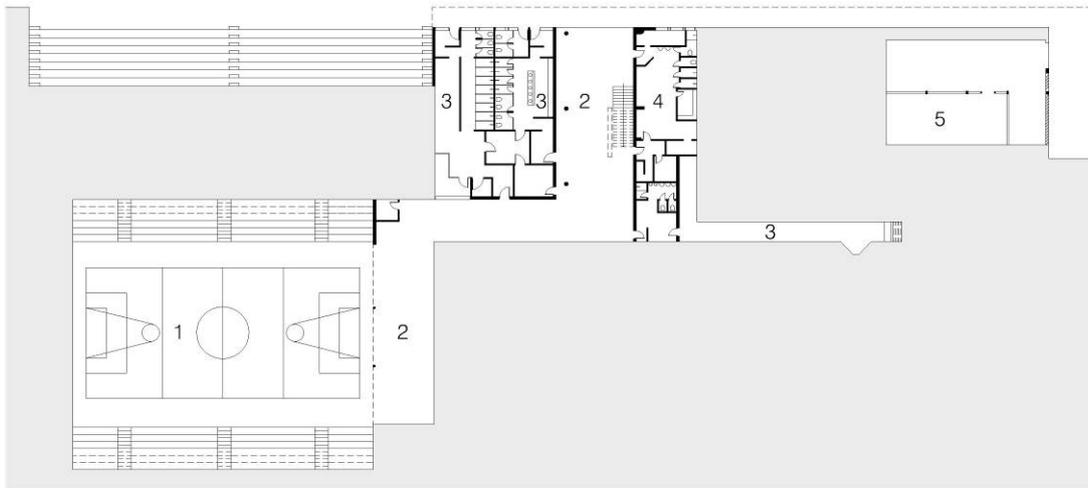


Figura 85. Maquete do Esporte Clube Cabo Branco (1955), Acácio Gil Borsoi. Fonte: PALMEIRA; DIAS, 1997, p. 15.

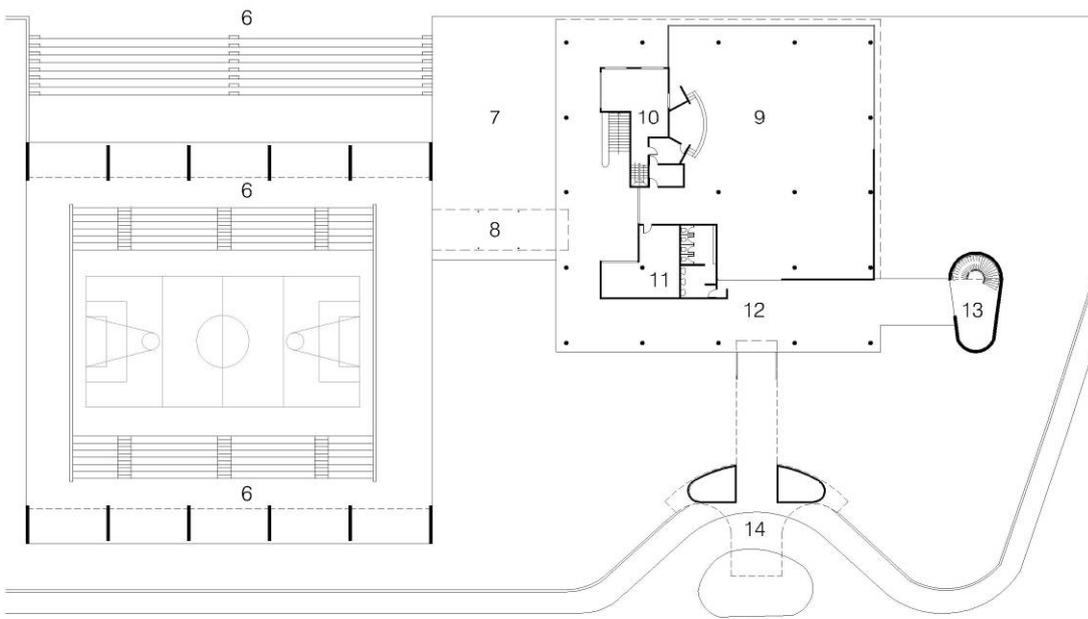


Figuras 86, 87.
 Construção do ginásio
 do Esporte Clube
 Cabo Branco (1955),
 Acácio Gil Borsoi.
 Fonte: arquivo pessoal
 de Walter Grilo.

aplicada por Borsoi remontava, conforme Naslavsky (2004, p. 106), ao late Clube da Pampulha (Niemeyer - 1942). Porém não se efetuava uma simples reprodução de idéias, pois de imediato as dimensões das duas áreas ofereciam condições antagônicas: enquanto no parque de Belo Horizonte os edifícios puderam estar isolados numa extensa área verde, o mesmo não aconteceu no Clube Cabo Branco, no qual vários usos eram abrigados num espaço restrito. Por conseguinte, nesse clube as áreas livres se integraram aos próprios edifícios, a exemplo da arquibancada que insinuava o mesmo movimento oblíquo da cobertura do ginásio ou do agenciamento, que unia pisos cobertos e terraços, a fim de reforçar a diluição entre interior e exterior [Figura 85], como buscado pela arquitetura moderna. Para acentuar a conformação de áreas livres, os edifícios tinham seus volumes amenizados: a cobertura do ginásio não resultou numa altura externa elevada, graças ao rebaixamento do piso da quadra esportiva; uma parte dos ambientes, como os equipamentos de apoio à piscina e ao ginásio, foram abrigados em subsolo, ou seja, sem resultar em massas visíveis; a boate e o



Planta Baixa/Subsolo



Planta Baixa/Térreo



LEGENDA

- | | | |
|-------------|-------------------|-------------|
| 1 Quadra | 6 Arquibancada | 11 Banheiro |
| 2 Depósito | 7 Terraço | 12 Varanda |
| 3 Vestiário | 8 Passarela | 13 Escada |
| 4 Sauna | 9 Salão de festas | 14 Acesso |
| 5 Depósito | 10 Bar | |



Figura 88. Esporte Clube Cabo Branco (1955), Acácio Gil Borsoi. Fonte: desenho e levantamento de Walter Grilo (editado por nós).

restaurante panorâmico, que estavam à mostra, eram transparentes, demarcados por lajes planas de concreto e esquadrias de vidro. Artifícios que favoreciam a relação das construções entre si e dessas com as áreas descobertas.

A relação entre interior e exterior foi estabelecida ainda pelo traçado das circulações, delimitadas por marquises e complementadas por um mirante (não construído), que criavam diversidade de perspectivas e conduziam à visão em movimento dos espaços. Solução que remetia a *promenade architecturale*, sistematizada por Le Corbusier. Da mesma forma a integração era acentuada pelo agenciamento, cujos desenhos de piso e jardins dissimulavam a diferença de nível do terreno, o que foi apenas parcialmente concretizado, a assinalar um distanciamento entre o projeto e a obra construída, como foi comum aos clubes sociais locais.

É certo que a transparência, os espaços livres e a integração entre interior e exterior não estavam dissociadas da funcionalidade. As atividades foram agrupadas segundo seus usos em níveis distintos [Figura 88]: restaurante panorâmico, no piso mais elevado; boate e terraço do ginásio (que prolongava o espaço destinado às arquibancadas), no nível imediatamente abaixo; quadra coberta, quadras descobertas, piscina e equipamentos de apoio (sanitários e vestiários), mais abaixo; provavelmente equipamentos de serviço, no nível mais inferior (junto à piscina). As atividades também tinham acessos próprios, a reforçar o zoneamento funcional e torná-las independentes entre si. Como já explorado nos projetos residenciais, as próprias formas das construções evidenciavam as singularidades dos usos às quais se destinavam, assim as exigências de cada setor puderam ser resolvidas segundo seus requerimentos. Os materiais respondiam, afora aos aspectos plásticos, a critérios técnicos e econômicos, a exemplos das treliças planas de aço (apoiadas sobre pilares de concreto) que estruturavam a cobertura do ginásio, onde era inerente a necessidade de um grande vão [Figura 86]. Essas substituíam a estrutura de concreto repetida nas demais áreas, como na boate e restaurante panorâmico, cuja regularidade de disposição dos pilares evidenciava a flexibilidade interna.

Era, portanto, mantido nesse projeto o equilíbrio entre requerimentos funcionais e intenções plásticas e uma direta filiação às soluções de Niemeyer, a exemplo da marquise de acesso [Figuras 84, 85], que era uma derivação daquela realizada no Cassino da Pampulha (Niemeyer – 1942), embora novamente não se tratasse de uma simples repetição, dadas as diferenças de proporção e mesmo de desenho entre ambas, que, no caso de Borsoi, assumiu uma forma simétrica e mais geometrizada.

Como vemos, se foi comum aos clubes então construídos em João Pessoa a assimilação da arquitetura moderna, não se revelou neles a adoção de uma linguagem única. O Astréa (Linhares Fonseca – 1956) reproduzia as soluções puristas de Le Corbusier. A sede da AABB (1955) agrupava diferentes referências formais da arquitetura moderna brasileira. E o Clube Cabo Branco (Borsoi – 1955) equilibrava requerimentos funcionais com intenções plásticas, guiado por influências de Niemeyer. Não queremos, com isso, determinar uma hierarquização entre os projetos, mas denunciar a diversidade de posturas adotadas entre os profissionais, apesar de seguirem semelhantes orientações, e que, por sua vez, não impediu o

reconhecimento pela imprensa da modernidade de tais edifícios. E, com isso, assinalamos que a difusão dos princípios modernos não suplantava a individualidade dos projetistas.

Devemos expor também a recorrente divergência entre as propostas iniciais desses equipamentos e suas concretizações, que davam vestígios das dificuldades econômicas sofridas por esses empreendimentos, num momento de crise na Paraíba, e que resultaram em obras parcialmente construídas e em geral distintas das explorações pretendidas por seus projetistas. Situação que não verificamos nas residências particulares, que, apesar de algumas encomendas de grande porte, como a Residência Cassiano Ribeiro Coutinho (Borsoi – 1955), lograram ser plenamente edificadas. Nesse sentido, os clubes nem sempre se efetivaram em João Pessoa como as “grandes estruturas” sugeridas por seus projetos.

Por outro lado, a proximidade no espaço urbano entre os locais para “cultivar o corpo e o espírito” e a “unidade-moradia”, como exposto na Carta de Atenas (LE CORBUSIER, 1993), se esboçava em João Pessoa. Mesmo que não fosse através de um movimento coordenado ou integrado, os clubes se deslocavam em direção aos novos bairros residenciais, embora a sede da AABB ainda guardasse vínculo com o local de trabalho, o centro.

O planejamento do campus universitário

Tão logo a Universidade da Paraíba foi fundada, em 2 de dezembro de 1955, através da reunião das escolas de ensino superior já existentes no estado,⁶³ passou a ser discutido o local de suas futuras instalações. Nesse momento o governo federal orientava “[...] as novas construções no sentido da unificação de todos os setores de ensino e pesquisa, sob a forma já tradicional de cidades universitárias” (CIDADE universitária..., 1954, p. 2), enquanto essas atividades em João Pessoa se dispersavam pelo centro. A Faculdade de Ciências Econômicas situava-se na Praça Venâncio Neiva. A Escola de Engenharia, na Praça Rio Branco. A Faculdade de Filosofia, na Escola de Aplicação do Instituto de Educação (DVOP/Clodoaldo Gouvêa - 1936).⁶⁴ A Faculdade de Direito, na Praça João Pessoa. A Escola de Serviço Social, nas imediações da Avenida João Machado. A Faculdade de Farmácia e a Faculdade de Odontologia, em Jaguaribe. A Escola de Enfermagem, na Avenida Dom Pedro II.⁶⁵ O restaurante Universitário e o Clube do Estudante, no Cassino de Verão (DVOP/João Correia Lima - 1939).

Diante disso, em fevereiro de 1956, a escolha do terreno para o futuro centro universitário foi tema de reunião entre o reitor Dumerval Trigueiro (1955-1956) e os diretores das faculdades (ESCÔLHA..., 1956, p. 3). Discussão seguida, em novembro do mesmo ano, pela vinda a João

⁶³ Quando da criação da Universidade da Paraíba (1955), foram incorporadas Faculdade de Filosofia, Faculdade de Odontologia, Escola Politécnica (Campina Grande), Escola de Enfermagem e agregadas Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Faculdade de Ciências Econômicas, Escola de Engenharia, Escola de Serviço Social. Quando de sua federalização (1960), também a compunham: Faculdade de Farmácia, Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande.

⁶⁴ A Escola de Aplicação do Instituto de Educação, a partir de 1962, passou a abrigar também a reitoria.

⁶⁵ Em 1956, estava em construção o bloco com três pavimentos destinado ao alojamento das estudantes.

Pessoa do engenheiro Luiz Hildebrando de Barros Horta Barbosa, para ajudar na definição dessa escolha. Profissional que fazia parte, como representante da Associação dos Engenheiros, da comissão julgadora do concurso para o Plano Piloto de Brasília,⁶⁶ era diretor do Escritório Técnico da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, e integrava, provavelmente como representante do Ministério da Educação, as comissões supervisoras do planejamento e execução da cidade universitária do Rio de Janeiro, desenvolvida por Jorge Machado Moreira (1904-1992) e então em construção, e da cidade universitária de Minas Gerais. Da mesma forma, em 1953, assessorou o planejamento da Universidade do Recife, quando mantivera uma “estreita ligação, mediante um constante intercâmbio,” com o escritório técnico dessa instituição, embora a localização por ele preferida, as Ilhas de Joana Bezerra e Maruim, não tenha sido a escolhida (CABRAL, 2003, p. 51, 114).

Quando esteve em João Pessoa, após conhecer toda a cidade, inclusive o município de Cabedelo, ressaltou a topografia favorável que encontrou: “[...] situada em planalto de 30 a 40 metros acima do nível do mar, sem exigir [...] nem grandes aterros, nem, por outro lado, vastos volumes para aterramento de áreas alagadiças e pântanos, como ocorre, frequentemente, no Rio de Janeiro, Recife e outras cidades” (PLANEJAMENTO..., 1956, p. 4). Frente a essa liberdade, seu interesse se centrou nos eixos de crescimento, em cujas análises chegou a apreender a estratificação do solo urbano: “[...] a área ocupada pela pequena burguesia avança para o mar, enquanto a classe proletária localiza-se de modo preferencial nas terras da zona sul” (S. RAFAEL..., 1956, p. 4). E foi daquela primeira área que ele inicialmente selecionou a Fazenda Boi Só (próxima ao Bairro dos Estados). Alternativa que, apesar das vantagens ressaltadas pela imprensa, possuir “clima largamente ventilado” e ficar “na zona de expansão” (CONSTRUÇÃO da cidade..., 1956, p. 2), foi preterida, devido a suas pequenas dimensões, como reconheceu o próprio Horta Barbosa (S. RAFAEL..., 1956, p. 8).

Por conseguinte ele se definiu por uma região mais ampla, situada entre os “dois pontos de avanço”, pertencente ao governo estadual (o que evitava despesas financeiras) e ainda desabitada: a Fazenda São Rafael [Figura 89]. Horta Barbosa também ressaltou como vantagens dessa localização a possibilidade de dispor de duas vias de acesso, “[...] a atual [em direção ao centro] e uma outra com a simples abertura de uma avenida que margeia o rio Jaguaribe” (S. RAFAEL..., 1956, p. 8), a qual se uniria à Avenida Epiácio Pessoa, além da existência de “[...] extenso bosque que constitui verdadeira preciosidade, permitindo dar solução urbanística ‘sui generis’ mediante seleção dessas árvores, ficando dentro das clareiras da arborização, as unidades de ensino” (PLANEJAMENTO da futura..., 1956, p. 8).

Essa não foi, entretanto, uma decisão isolada ou solitária, ao termos em vista, por exemplo, a participação do general José Leite, diretor da Escola de Engenharia da Paraíba, segundo o qual (LEITE, 1979, p. 21), embora não tenha podido acompanhar a visita do engenheiro de fora, teria sido sugestão sua e aceita por Horta Barbosa a localização do campus na Fazenda São Rafael. Porém independentemente de quem propusera a idéia inicial, o importante para

⁶⁶ Também fizeram parte dessa comissão: Israel Pinheiro (1896-1973), Oscar Niemeyer, Paulo Antunes Ribeiro (1905-1973), o inglês William Holford, o francês André Sive e o norte-americano Stamo Papadaki.

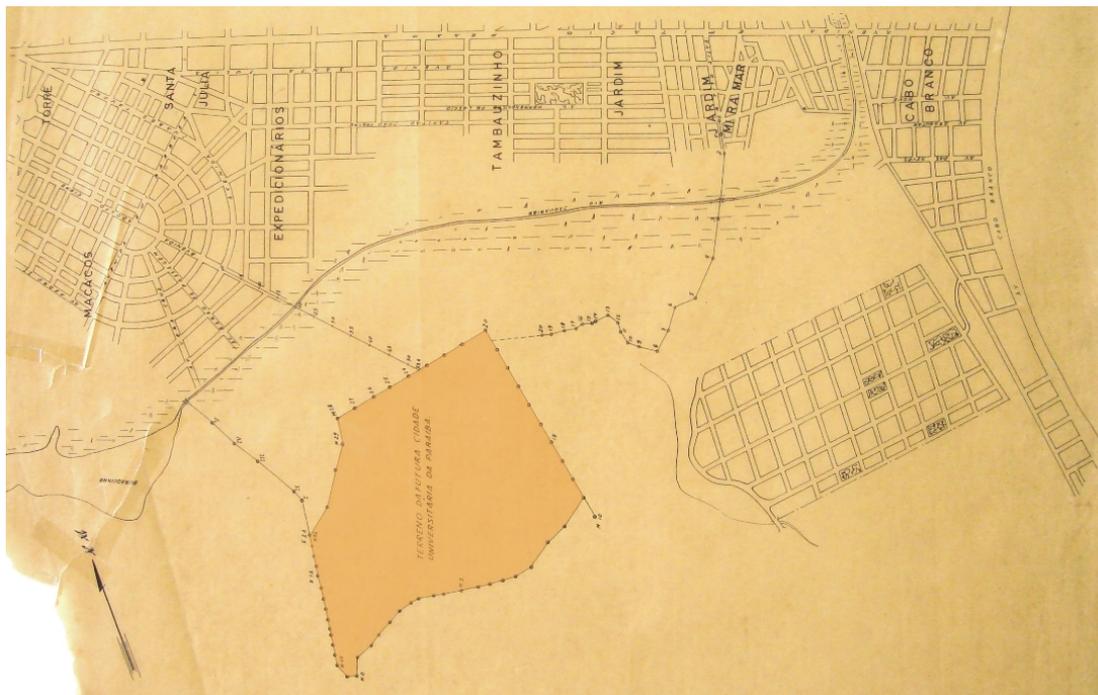


Figura 89. Planta, por volta do final dos anos 1950, de localização do campus da Universidade da Paraíba (atual UFPB). Fonte: Seção de Projetos da Prefeitura Universitária/UFPB (editado por nós).

nós é apontar o intercâmbio de informações havido e destacar o envolvimento desse profissional em tais discussões, dado o interesse pelo urbanismo que já revelara, quando de sua palestra em 1950 no Rotary Clube, como vimos [na seção “Em torno da Escola de Engenharia”, Capítulo 1].

Além disso, o local escolhido trazia evidentes implicações para a cidade, a principal delas: extrapolar a área urbana prevista no Plano de Remodelação e Extensão de João Pessoa (1933), elaborado por Nestor de Figueiredo [Figura 90], e a qual a cidade ainda não tinha superado. Conforme o plano daquela época, o centro universitário deveria ficar mais ao centro da cidade, em Jaguaribe, e “funcionando como espaço de irradiação de novas vias” (TRAJANO FILHO, 2003, p. 79). Porém, devido à progressiva ocupação desse bairro, o governador Osvaldo Trigueiro (1947-1950) destinou, nos anos 1940, uma nova área para esse fim, o antigo campo de aviação da Imbiribeira (NÓBREGA, 1979, p. 31), o qual, por sua vez, foi ocupado, nos anos 1950, pelo Jardim Miramar, quando da pavimentação da Avenida Epitácio Pessoa. Por conseguinte, a utilização da Fazenda São Rafael estabelecia um novo vetor de crescimento no sudeste da cidade, a direcionar a expansão urbana.

Essa atração viria à tona, durante a construção do empreendimento, como foi então registrada pela imprensa: “paralelamente ao levantamento do conjunto universitário, promove a Universidade, ao mesmo tempo, o prolongamento da cidade de João Pessoa para um bairro até então virgem povoado apenas da Granja, da antena da Rádio Tabajara⁶⁷ e sem nenhuma

⁶⁷ Estação transmissora da Rádio Tabajara PRI-4 (DVOP/Clodoaldo Gouvêa – 1937).

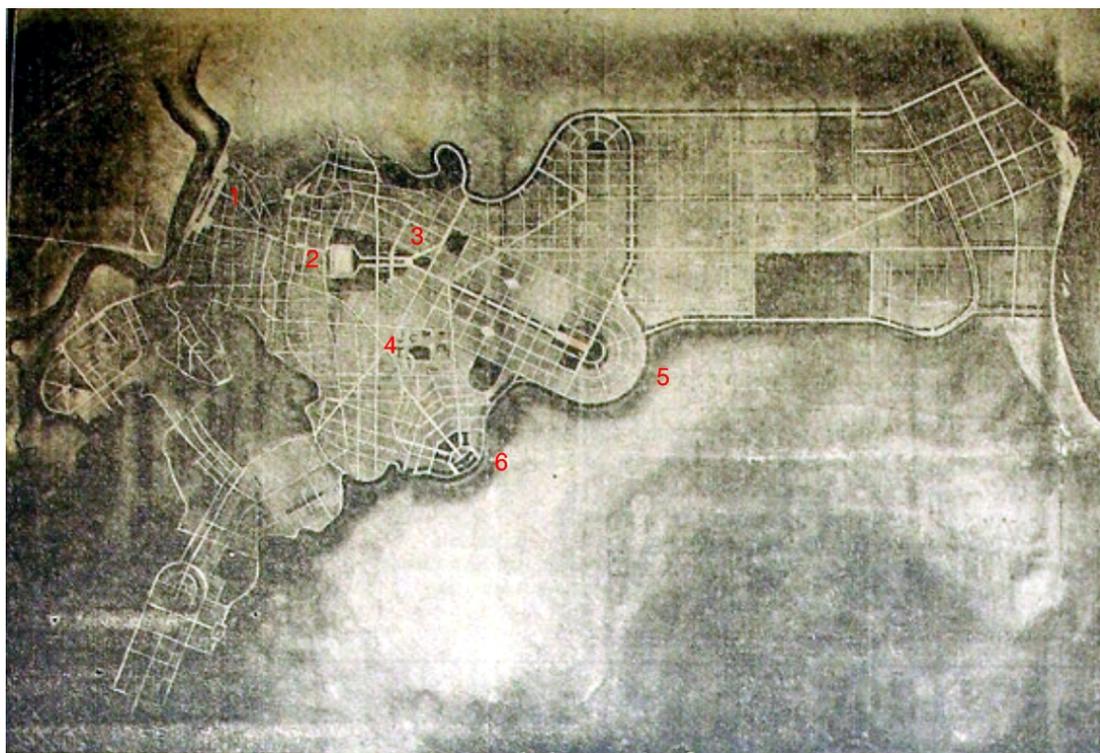


Figura 90. Plano de Remodelação e Extensão de João Pessoa (1933), elaborado por Nestor de Figueiredo: Praça de Desembarque (1), Centro Municipal (2), Centro de Irradiação/Lagoa (3), Centro de Saúde (4), Centro Cívico Estadual (5), Centro Universitário (6). Fonte: MARIZ, 1933, p. 33/Arquivo pessoal de Marcus Vinícius (editado por nós).

presença do homem como implantador de fogos urbanos” (NOVO bairro, 1966, p. 3). E complementava: “[...] a Universidade está oferecendo uma contribuição pioneira à urbanização da Capital, levando para terras até então despovoadas, a presença do homem e, dentro em pouco, da nova Capital que se estenderá por todas aquelas terras” (NOVO bairro, 1966, p. 3).

Soma-se a isso que a implantação desse equipamento não foi uma medida solitária, visto que, como já expusemos [na seção “A expansão urbana de João Pessoa”, Capítulo 2], em meados de 1963 foram realizados o anel rodoviário e a implantação do Distrito Industrial, os quais também direcionaram o crescimento urbano para essa mesma porção da cidade.

Embora a doação do terreno com 115,48 hectares⁶⁸ se deu em novembro de 1958, isso não significou o imediato planejamento do centro universitário e a transferência de suas atividades para aquele local. Conforme Nóbrega (1979, p. 31), a opção inicial pelo “aproveitamento dos prédios da zona urbana” foi em virtude das dificuldades financeiras da instituição, quando ela era estadual. De fato, em 1959, como noticiado pela imprensa, o Conselho Universitário decidiu invalidar o plano inicial de construir o campus e focou as atenções nos edifícios do centro urbano (A CIDADE universitária, 1959, p. 3). Decisão que fora na mesma oportunidade

⁶⁸ Em 1968, o campus universitário foi ampliado, com a doação de terreno anexo, e atingiu a extensão total de 161,75 hectares. Área equivalente aos 156 hectares da Universidade do Recife.

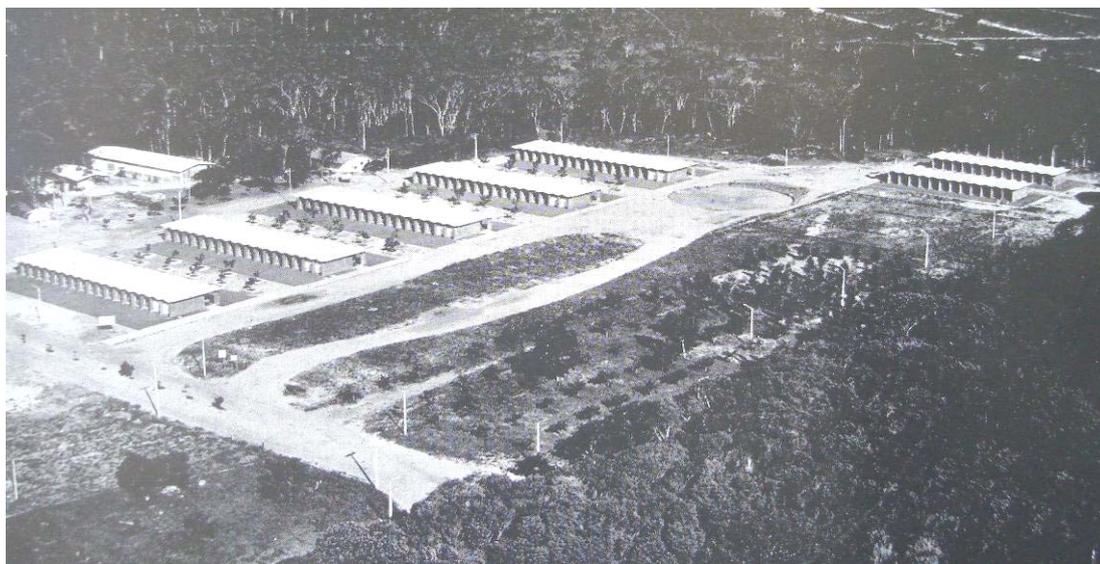
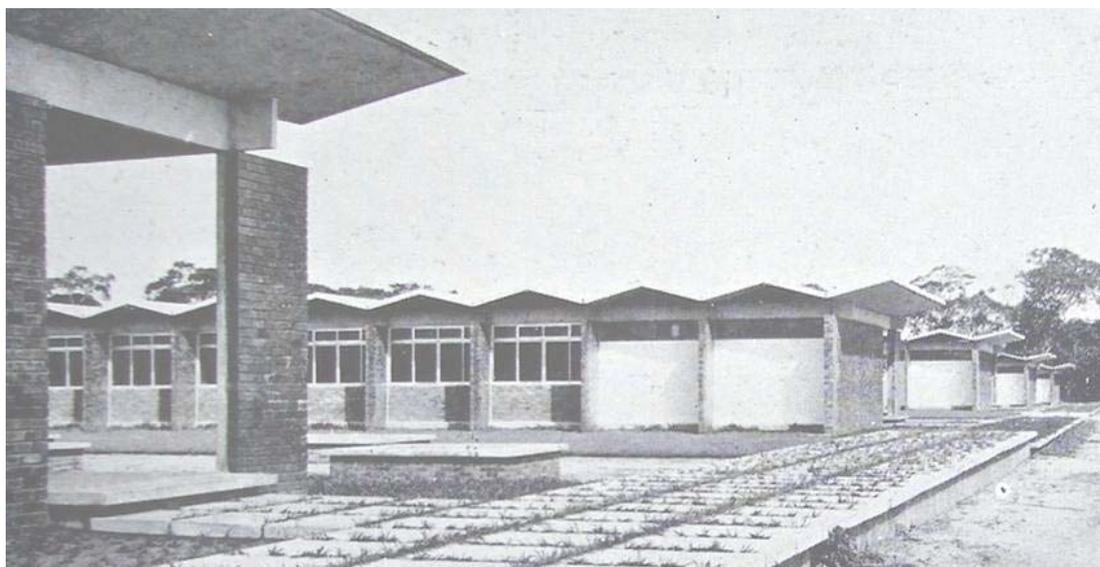
enaltecida pelo jornal local, ao alegar, afora a economia de recursos financeiros, que “João Pessoa já possui sua cidade universitária – suas faculdades no meio da rua, em contato efetivo com o meio social que o plano primitivo quis ostensivamente sacrificar, em prejuízo do próprio aluno” (A CIDADE universitária, 1959, p. 3).

Mais do que uma simples oposição ao futuro empreendimento, o que se expunha nessas formulações eram duas noções distintas da relação entre o espaço universitário e a cidade. Enquanto o campus, alternativa que a universidade buscava implantar na Fazenda São Rafael, supunha o isolamento e a autonomia em relação ao meio urbano, daí sua localização em região independente, a noção de cidade universitária, como defendido por aquela reportagem, estabelecia o contrário: o contato direto, a integração entre espaços urbano e acadêmico. Divergências que pareciam também estar presentes no próprio ambiente da instituição, dada a relutância de alguns cursos a se instalar no campus, a exemplo da Faculdade de Direito, que ainda permanece no centro.

Porém foram certamente as dificuldades financeiras que promoveram o adiamento da construção das novas instalações. Como aponta Z. Melo (2006, p. 39), “Estado pequeno, de poucos recursos, era difícil a Paraíba manter a universidade [...] O governo do Estado tinha condições apenas de manter precariamente o aparelho administrativo”. Nesse ambiente, tornou-se alternativa para suprir tais limitações a federalização, que foi aprovada em 13 de dezembro de 1960. Momento que “representou um grande marco de criação de universidades federais e [por outro lado] federalizações de universidades estaduais e particulares”, quando foram beneficiadas instituições em São Carlos/SP, Alagoas e Rio Grande do Norte (MELO, Z., 2006, p. 40-42).

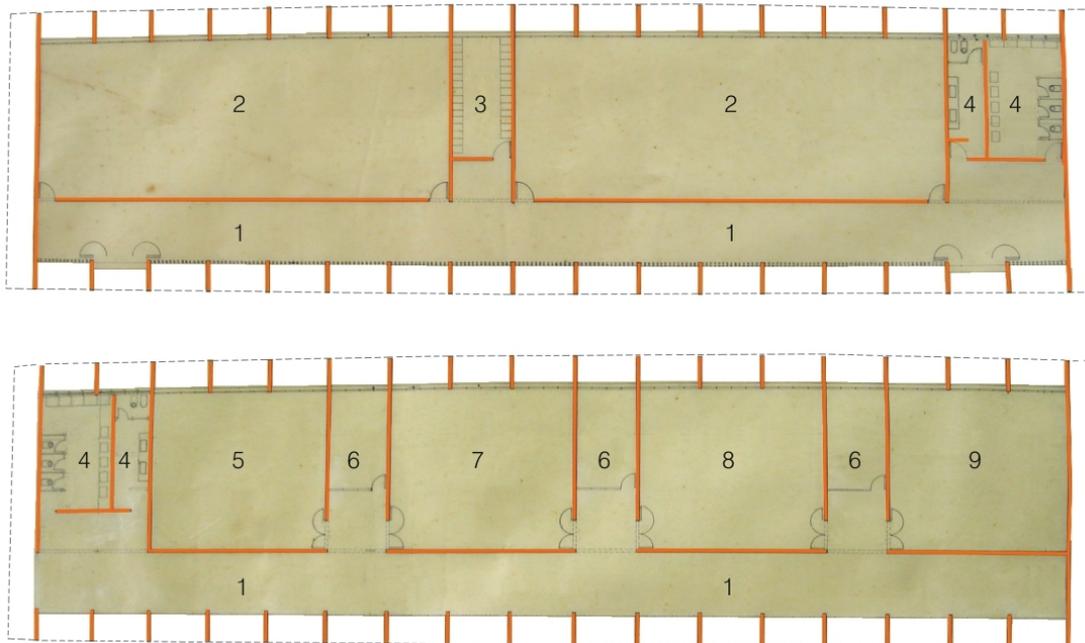
Conforme Nóbrega (1979, p. 31), depois de “federalizada, mudou-se de opção”, de forma que se voltou a privilegiar a construção do campus. Nesse tempo, José Leite já não estava mais presente em João Pessoa, por ter se mudado para o Rio de Janeiro, e, em 7 de maio de 1962, foi estabelecido o Serviço de Engenharia da universidade, inicialmente composto pelo engenheiro Guilherme da Cunha Pedrosa, seu diretor, e pelos arquitetos Mário Di Lascio e Leonardo Stuckert. Posteriormente (em meados de 1966) também atuou aí o arquiteto Pedro Dieb. Órgão que tinha o intuito de ser responsável por todas as obras realizadas em João Pessoa e Campina Grande (SERVIÇO de Engenharia..., 1962, p. 8). Assim, em dezembro de 1965, foi principiada a concretização do campus, quando já se aproximava do término a construção, no centro da cidade, da reitoria (Leonardo Stuckert – 1963), que vinha suprir necessidades aparentemente imediatas por espaços destinados a serviços administrativos, biblioteca central, oficina gráfica e auditório, cujo projeto abordaremos [na seção “A ação dos incorporadores imobiliários”, Capítulo 3].

Os serviços foram iniciados com a edificação da Escola de Engenharia (Leonardo Stuckert – 1963), que passou a lá funcionar em 1967 [Figuras 91, 92]. Projeto que se caracterizava pela simplicidade e racionalidade construtivas, além da repetição de elementos e economia. Dentro desse enfoque, não fazia uso de revestimentos, a estrutura independente de concreto e as lajes de coberta (sem forro) eram aparentes, como também o eram os fechamentos de



Figuras 91, 92. Escola de Engenharia (1963), Leonardo Stuckert. Fonte: UFPB, 1969, p. 6, 9.

alvenaria. Seu programa foi resolvido num único pavimento subdivido em blocos independentes e regularmente espaçados entre si. As esquadrias eram padronizadas pela própria modulação da estrutura e realizadas com material industrializado: alumínio. Foi também utilizada a planta livre, a fim de permitir diferentes usos para uma mesma solução volumétrica. Com efeito, o edifício não foi concebido como um elemento único e sim com a possibilidade de ser repetido e aproveitado para diferentes atividades [Figura 93]. Conjunto de soluções que também guiaram os demais edifícios do campus. Muito provavelmente as discussões, em vigor nos anos 1960, sobre industrialização das construções, que punham em evidência a padronização e a normatização (coordenação modular) (KOURY, 2005, p. 80), influenciaram o projeto da Escola de Engenharia, embora esse projeto não se fundamentasse na utilização de elementos pré-fabricados.



LEGENDA

1 Circulação	4 Banheiro	7 Mecânica Aplicada	9 Máquinas
2 Sala de aula	5 Geologia	8 Laboratório de	Elétricas
3 Escaninho	6 Depósito	Eletrotécnica	



Figura 93. Escola de Engenharia (1963), Leonardo Stuckert: bloco de salas de aulas (superior), bloco de laboratórios (inferior). Fonte: Seção de Projetos da Prefeitura Universitária/UFPB (editado por nós).

Em seguida foram também construídos: Instituto de Matemática (1965), Instituto de Física (1965) [Figuras 94, 95], Laboratório de Produtos Farmacêuticos (1965) [Figura 96], todos de autoria do escritório ETAU Arquitetos (Waldecy Pinto, Renato Torres e Antônio Pedro Didier); Instituto de Química ([1965?]), de autoria de David Scott Ellinwood, radicado nos Estados Unidos [Figura 97]. Em 1968, foi realizado um concurso para o projeto da Biblioteca Central,⁶⁹ vencido por Borsoi e do qual também participaram Leonardo Stuckert, Waldecy Pinto, Carlos Alberto Correia de Lima (GIL BORSOI..., 1968, p. 8). Esses edifícios, além do Hospital das Clínicas e Instituto de Biologia, compuseram a primeira etapa da construção do campus (CONSULTEC, 1966, p. 8/22).

Apesar dos novos investimentos, o sentido de economia dominou essas realizações, como evidenciava a programação do campus universitário realizada, em dezembro de 1966, pela empresa de assessoria técnica Consultec: “Em virtude da grande extensão territorial disponível na Cidade Universitária, optou-se pela construção de prédios de um só pavimento, em blocos separados” (CONSULTEC, 1966, p. 8/14). Solução que era no mesmo documento justificada como forma de permitir “um sensível barateamento do projeto, haja vista a desnecessidade de investimentos complementares em elevadores e escadarias, que, por

⁶⁹ Durante o desenvolvimento do projeto, a Biblioteca Central passou a ser destinado a reitoria, seu atual uso.



Figura 94. Instituto Central de Física (1965), ETAU Arquitetos. Fonte: UFPB, 1969, p. 13.

suas naturezas e complexidades, implicam em investimentos de grande vulto” (CONSULTEC, 1966, p. 8/14). Conforme o mesmo princípio, os edifícios foram concretizados sem revestimentos, com instalações hidrossanitárias e elétricas aparentes e alguns deles, como o Instituto Central de Química e o Laboratório de Produtos Farmacêuticos, seguiram sistema de construção pré-fabricado de concreto armado [Figura 95], com fechamentos de alvenaria sem revestimento.

Sentido de economia que se aproximava do buscado no planejamento da Universidade de Santa Catarina (Hélio de Queiroz Duarte – 1957), no qual “[...] foi adotado o princípio de limitação de altura dos volumes (blocos de 3 a 4 pavimentos), evitando-se ao máximo a circulação mecânica”, e foram recomendados o “máximo aproveitamento dos materiais e recursos locais” e a simplicidade como “traço marcante desse conjunto” (PLANO..., 1957, p. 2). Com efeito, a construção de grandes blocos verticais com o intuito de preservar maior quantidade de área verde que, segundo Leme (1999b, p. 333), se verificou, a partir dos anos



Figura 95. Construção do Instituto Central de Física (1965), ETAU Arquitetos. Fonte: Arquivo da Reitoria/UFPB.



Figura 96. Laboratório de Produtos Farmacêuticos (1965), ETAU Arquitetos. Fonte: UFPB, 1969, p. 14.

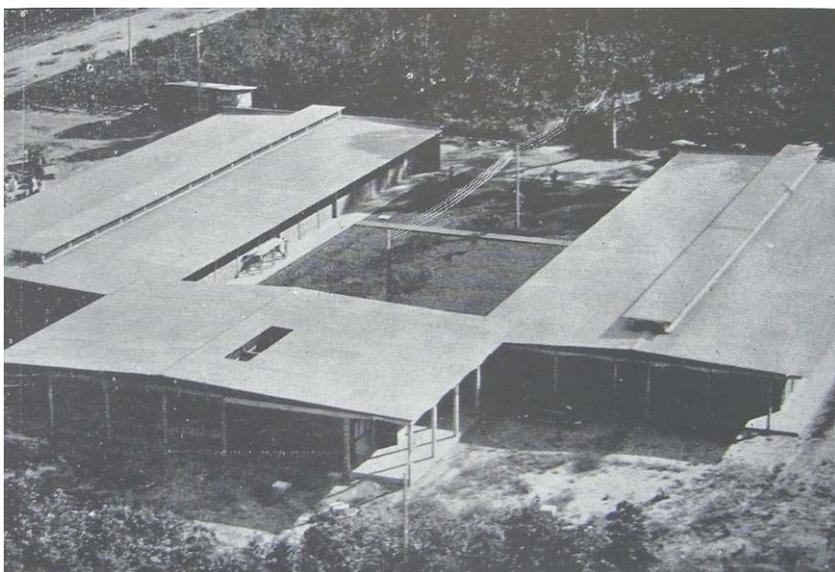


Figura 97. Instituto Central de Química ([1965?]), David Scott Ellinwood. Fonte: UFPB, 1969, p. 17.

1950, nos campi universitários brasileiros, a exemplo da Universidade do Brasil (no Rio de Janeiro) e da Universidade do Recife, não se reproduziu no planejamento das instalações de João Pessoa [Figura 98].

Por outro lado, como o estudo da empresa Consultec foi publicado durante a construção do próprio campus, é bastante provável que tenha havido um planejamento prévio, o que é reiterado pelo Plano Diretor elaborado em 1972, no qual se afirmava que “o ‘campus’ começou a ser edificado à base de **Plano Piloto**, de autoria do arquiteto e professor Leonardo Stuckert Fialho” (UFPB, 1972, p. 7, grifo do autor). Porém esse projeto não foi por nós encontrado e sua existência é inclusive negada por profissionais que atuaram no Serviço de Engenharia dessa instituição.⁷⁰

⁷⁰ Mário Di Lascio e Guilherme da Cunha Pedrosa afirmam que tal projeto não foi elaborado.

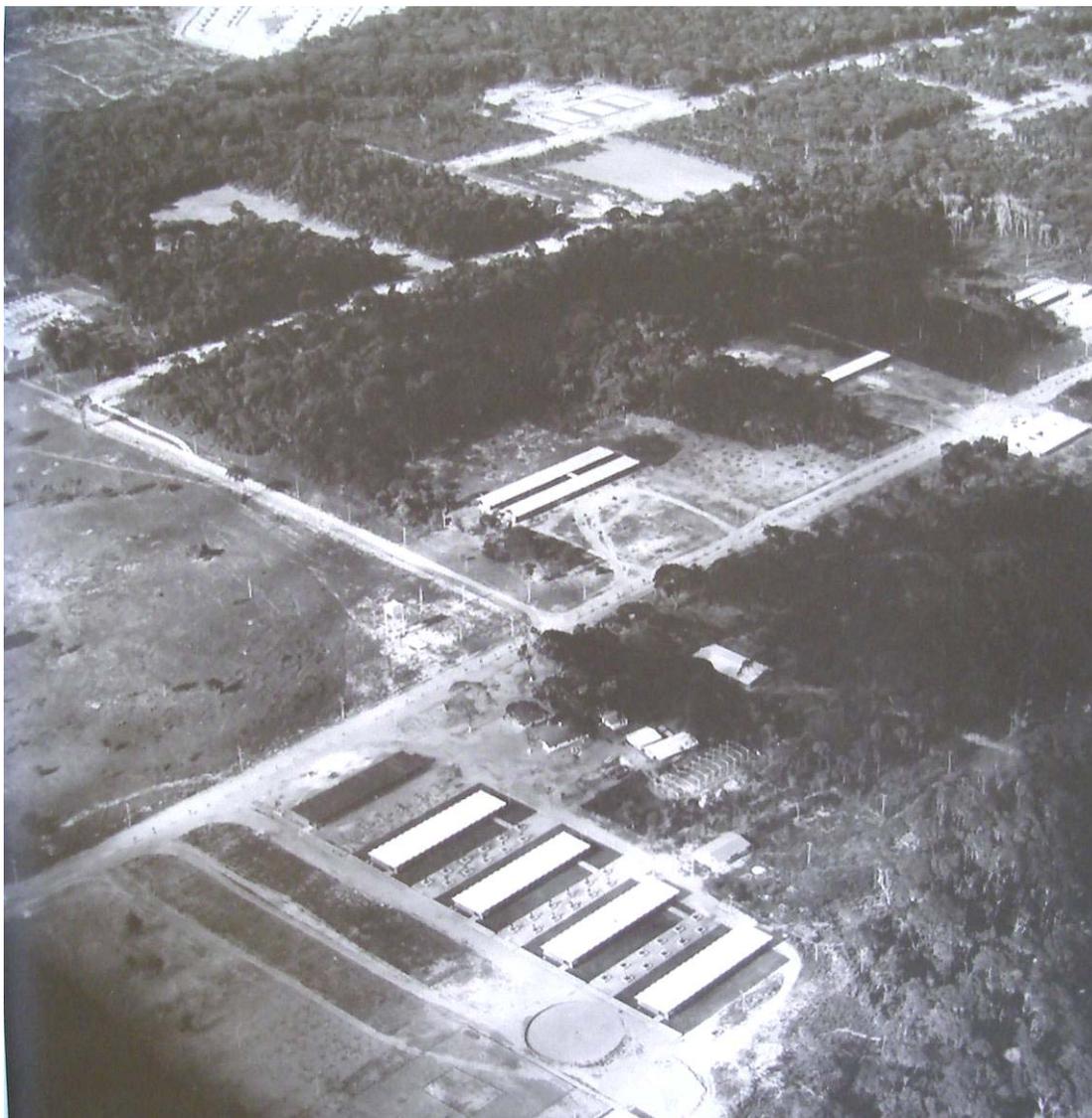


Figura 98. Campus universitário da UFPB, por volta do final dos anos 1960: em primeiro plano, Escola de Engenharia (1963), Leonardo Stuckert. Fonte: FERREIRA; FERNANDES, 2006, p. 1.

É certo, entretanto, que a programação daquela empresa não trazia peças gráficas que precisassem o campus, como os traçados das vias, a demarcação dos acessos, a distinção entre áreas verdes e pavimentadas, e que através delas pudessem guiar sua concretização. Forneceu, embora identificado como Plano Piloto, apenas uma implantação esquemática dos edifícios [Figura 99]. Ainda assim, ficava subentendido nesse documento que a reitoria não se localizava no campus, visto que sua implantação não foi aí prevista, como também não foi a do Hospital Universitário. Esse deveria se localizar “dentro do perímetro urbano” de João Pessoa, mais precisamente no centro, devido, segundo então justificado (CONSULTEC, 1966, p. 8/10-8/11), a essa região possuir fácil acesso ao público, terrenos geologicamente mais preparados e com maior conforto acústico, além de estar junto aos demais equipamentos da



Figura 99. Plano Piloto da UFPB divulgado em 1966 pela empresa de consultoria Consultec. Em vermelho, edifícios que estavam em diferentes fases de construção. Fonte: Seção de Projetos da Prefeitura Universitária/UFPB (editado por nós).

Faculdade de Medicina: Ambulatório Central e Instituto de Medicina da Criança.

Diante da pouca documentação sobre suas diretrizes iniciais, que provavelmente precederam os estudos da Consultec (1966), tentamos esboçar os temas recorrentes ao planejamento do campus e os profissionais nele envolvidos, com base na análise das propostas imediatamente posteriores.

Em 1967, o arquiteto Mário Rosa Soares, do setor de planejamento da Cidade Universitária “Armando Sales de Oliveira” da Universidade de São Paulo, realizou um pré-plano diretor [Figura 100], que, segundo as legendas dos próprios desenhos, tinha seu traçado originado “a partir das obras já existentes”, quer dizer, sua atuação se dava em paralelo à própria construção e, por isso, tinha que se adequar à implantação e ao projeto dos blocos já erguidos. Nesse mesmo ano, a imprensa chegou a registrar (GOVERNADOR visita..., 1967, p. 1), quando da visita do governador João Agripino (1966-1971) às obras do campus, o trabalho conjunto de engenheiros e arquitetos de São Paulo (Universidade de São Paulo) e da Paraíba (Serviço de Engenharia da UFPB). Como já fizemos notar, a ação de escritórios técnicos externos, de forma isolada ou por meio de cooperação, nesse tipo de empreendimento era então comum. A Universidade de Santa Catarina, por exemplo, a qual nos referimos sobre seu sentido de economia, teve sua cidade universitária desenvolvida, em 1957, pelo diretor do escritório técnico da Universidade de São Paulo:⁷¹ arquiteto Hélio de Queiroz Duarte⁷² (1906-1989). Da mesma forma, foi criado em 1960 o Fundo de Construção da Cidade Universitária “Armando Sales de Oliveira” (CUASO), que não só coordenou o planejamento da Universidade de São Paulo como seu corpo técnico atuou em outros estados. Instituição que aglutinou, em conjunto com o Fundo Estadual de Construção Escolar (FECE), também criado em 1960 em São Paulo, o debate arquitetônico paulista da época e constituiu “[...] uma importante oportunidade para os arquitetos experimentarem as novas possibilidades construtivas do concreto armado” com a prevalência da utilização de técnicas artesanais aliadas a avançados cálculos estruturais (KOURY, 2005, p. 68, 71-72).

Não se dava indiretamente, portanto, a difusão desse conhecimento, a resultar em aproximações meramente ocasionais entre os planos. Com efeito, a proposta de Mário Rosa para João Pessoa retomava a disposição regular de blocos homogêneos à semelhança do estabelecido na cidade universitária de Santa Catarina e, por sua vez, ambas foram desenvolvidas por arquitetos ligados ao escritório técnico de São Paulo. No caso de João Pessoa essa disposição minimizava inclusive o aproveitamento do bosque enaltecido por

⁷¹ Entre 1960 e 1966, foi diretor do escritório técnico da Universidade de São Paulo o arquiteto Paulo de Camargo e Almeida (1906-1973), quando convidou para atuar em projetos específicos importantes arquitetos paulistanos: Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha, Pedro Paulo de Melo Saraiva, Carlos Barjas Milan, Eduardo Corona, Eduardo Knesse de Mello, Joaquim Guedes, Ícaro de Castro Melo, Oswaldo Bratke (KOURY, 2005, p. 71).

⁷² Hélio de Queiroz Duarte (1906-1989) nasceu no Rio de Janeiro, onde se formou na Escola Nacional de Belas-Artes (anos 1930). Inicialmente (década de 1930), trabalhou em sua terra natal e em Salvador (onde foi professor da Escola de Belas-Artes), até instalar-se definitivamente em São Paulo (1944) (SEGAWA, 2002, p. 142).

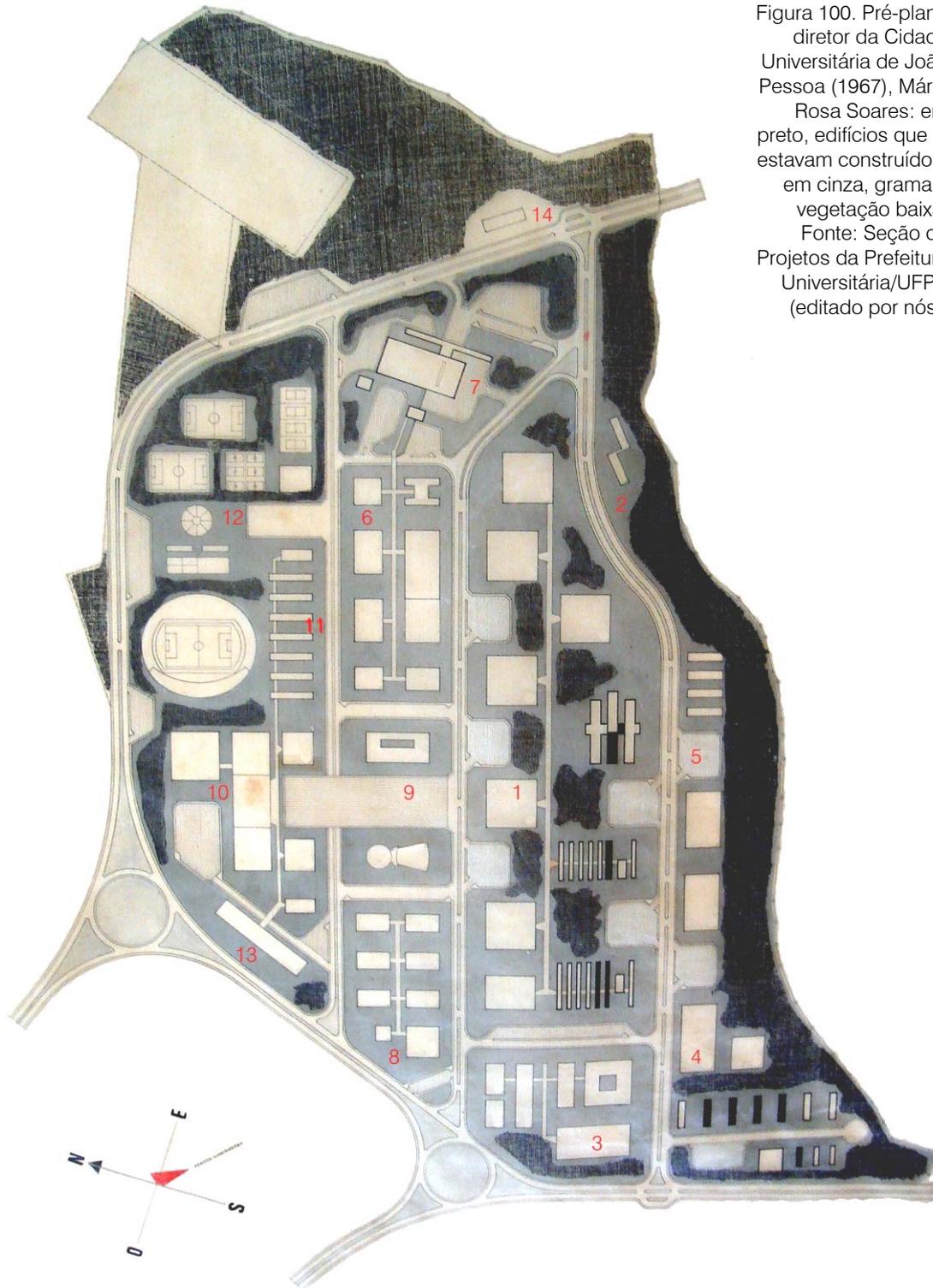


Figura 100. Pré-plano diretor da Cidade Universitária de João Pessoa (1967), Mário Rosa Soares: em preto, edifícios que já estavam construídos; em cinza, grama e vegetação baixa. Fonte: Seção de Projetos da Prefeitura Universitária/UFPB (editado por nós).

LEGENDA

- | | |
|---------------------------------------|--|
| 1 Institutos Básicos Centrais | 8 Setor de C. Humanas e Político-Sociais |
| 2 Serviços Complementares | 9 Elemento de Integração |
| 3 Setor Cultural e de Artes | 10 Centro de Convivência Geral |
| 4 Setor Tecnológico e Produção | 11 Setor Residencial |
| 5 Setor de Bioquímica e Produção | 12 Setor Esportivo |
| 6 Setor de Ciências Médicas | 13 Setor Administrativo |
| 7 Setor de Ciências Médicas Aplicadas | 14 Serviços de Utilidade Pública |

Horta Barbosa, quando da escolha desse local. E, embora as alturas das construções não estivessem indicadas, a ocupação extensiva nos faz supor a manutenção da diretriz já estabelecida no estudo da Consultec (1966) que determinava edifícios com poucos pavimentos. Por conseguinte, a inserção do Hospital Universitário nessa proposta determinou a ampliação do campus, por meio do acréscimo de área em sua porção oeste, o que foi efetivado no ano seguinte. Com isso, passou a ter 161,75 hectares, com a estimativa de abrigar no máximo quinze mil alunos. Isso representava 108 metros quadrados para cada um deles, densidade superior àquela considerada adequada por Horta Barbosa (1954, p. 4) “às características ideais de uma moderna cidade universitária e aos estudos baseados nos modernos princípios urbanísticos”: 150 a 200 metros quadrados por aluno. Solução que visava, portanto, o aproveitamento máximo da área disponível, não obstante a pouca altura dos prédios ou as áreas verdes preexistentes.

Da mesma forma a reitoria passava a ser prevista junta aos demais equipamentos, de modo que o campus agora abrigava as atividades de administração, ensino e extensão, além de alojamentos destinados aos estudantes, ao contrário da estrutura apresentada no estudo da Consultec (1966), que não contemplava a função administrativa.

A essas orientações se somaram o zoneamento funcional e a separação entre pedestres e veículos. A circulação a pé se localizava no centro das quadras, independente das vias de automóveis. Por sua vez, as zonas de ensino, administração, lazer e moradia eram autônomas entre si. E as unidades com usos dirigidos também à comunidade, como hospital universitário e setor esportivo, situavam-se na mesma extremidade do campus, porção leste, com acesso direto à via pública. Na orientação oposta (oeste) estavam as unidades administrativas e áreas de convívio coletivo, que conformavam uma praça e cujos prédios davam indícios de uma maior liberdade formal dentro do conjunto proposto.

Embora o zoneamento desse continuidade ao estudo já apresentado pela Consultec (1966), o setor de ensino, visto que a universidade passava a se organizar em torno de institutos centrais, era condicionado agora pelo funcionamento interdependente dos blocos e não mais por meio de cursos autônomos. Com isso, os institutos básicos centrais (matemática, física, química, ciências biológicas, da terra, do homem, pesquisas socioeconômicas), comuns a vários cursos, situaram-se na região central e os blocos de ensino específico ficaram em sua periferia. A própria implantação e delimitação de suas massas firmavam a relação desses edifícios entre si. A proximidade, por exemplo, já impunha determinações aos projetos, diferentemente dos blocos soltos em grandes áreas verdes como elaborado nas universidades do Rio de Janeiro e de Recife. Isso não minimizava, entretanto, o atendimento ao conforto climático, como comprovava a orientação uniforme dos blocos com mesmas funções, os quais tinham as maiores superfícies invariavelmente voltadas para norte e sul, a fim de captar os ventos predominantes.

Diretrizes que se alinharam à defesa, em início dos anos 1960, do arquiteto Paulo de Camargo e Almeida (1962 apud FERRAZ, 1962, p. 17) (1906-1973), que também fora diretor do escritório técnico da Universidade de São Paulo, em favor de uma arquitetura “sem os

formalismos e os luxos condenáveis que vimos percebendo e sentindo nas realizações da arquitetura mundial contemporânea”. Formulação que se aproximava da autocrítica de Niemeyer, em 1958, em favor de uma maior simplicidade, na qual a estrutura passava a ser o elemento central, e principalmente das idéias de Artigas, em torno de uma arquitetura fundamentada em preceitos sociais e tecnológicos, que ganhava força nos anos 1960. Mesmo a eliminação de soluções tradicionais, como a definição de um eixo principal, visto que não havia uma hierarquia clara entre as vias, parecia guiar a proposta de Mário Rosa para o campus de João Pessoa com base em igual negação de formalismos, embora retomasse a criação de uma praça cívica, delimitada por espaços administrativos e de convivência.

Em 1971, em decorrência da Reforma Universitária (1967), através da qual a Universidade Federal da Paraíba passou a se organizar em centros, foi elaborado um novo plano diretor [Figura 101], encarregado dessa vez ao arquiteto e engenheiro Alcyr Meira. Profissional radicado em Belém/PA, formado em 1966 no recém-criado curso de arquitetura dessa cidade⁷³ (fruto da dispersão desse ensino nos anos 1960), e que, desde sua formação como engenheiro em 1956, já realizava projetos arquitetônicos. Ela não estava, pois, tão diretamente vinculado às experiências dos grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo, quanto estiveram aqueles que o precederam no planejamento do campus da UFPB.

Da proposta anterior Alcyr Meira retomou traços essenciais do zoneamento, condicionado também pelos edifícios já construídos, de forma que: a zona administrativa, que incorporava setores de direção, recreação, assistência e cultural, localizava-se na área oeste; a zona de serviços gerais, composta por garagens e oficinas, no setor leste (junto ao hospital universitário); a zona de ensino, subdividida em centros tecnológico, biocientífico e humanístico, ao longo da porção sul. Todavia, ele eliminou a presença de alojamentos dentro do campus e localizou a zona esportiva (ginásio coberto, estádio, piscina coberta, quadras e campo), cujo uso era também estendido à comunidade, numa região acrescida à área preexistente, mas dela separada por via de veículos.

Sua proposta, ao ter em vista “as necessidade que se renovam a todo momento”, centrava-se, conforme o próprio arquiteto (MEIRA et al., [1971?], p. 4), na flexibilidade e expansibilidade, por isso, propunha um campus “mutável e despido de rigidez, sempre ajustável às necessidades, que se renovam a todo momento”. Pensamento que lembrava a defesa pelo tratamento dos “modernos projetos de Cidades Universitárias [...] como um organismo vivo, em plena atividade, de movimentos desembaraçados e órgãos autônomos no seu crescimento” (NOVOS projetos..., 1952, p. 23), exposta em 1952 no parecer de Paulo Santos, Adolfo Morales de los Rios (1887-1973) e Álvaro Vital Brazil (1909-1997), ao criticar o então planejamento da Universidade de Minas Gerais quando também reconheciam que: “[...] uma escola é, mais talvez do que qualquer outro edifício, um indivíduo em perpétuo crescimento, em perpétua mutação”.

⁷³ O curso de arquitetura da Universidade Federal do Pará (UFPA) foi criado em 12 de dezembro de 1962.

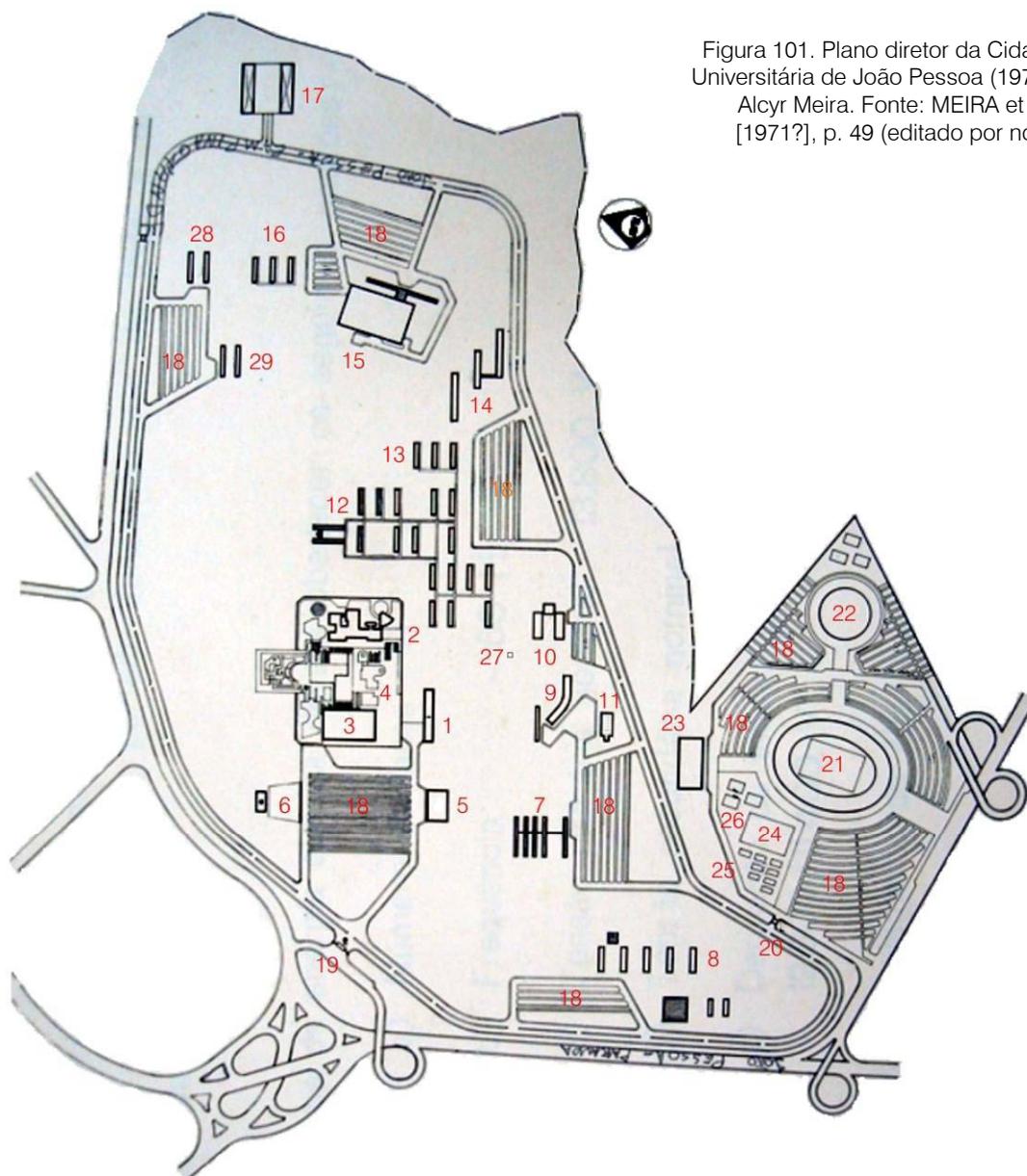


Figura 101. Plano diretor da Cidade Universitária de João Pessoa (1971), Alcyr Meira. Fonte: MEIRA et al., [1971?], p. 49 (editado por nós).

LEGENDA

- | | |
|--|---|
| 1 Reitoria | 15 Área Biocientífica - Hospital |
| 2 Biblioteca | 16 Área Biocientífica - Coordenação Didática |
| 3 Auditório | 17 Garagem e Oficinas |
| 4 Praça | 18 Estacionamento |
| 5 Restaurante - Clube de Estudantes | 19 Pórtico Principal |
| 6 Templo | 20 Pórticos Auxiliares |
| 7 Áreas Tecnológicas - Coordenação Didática | 21 Estádio |
| 8 Áreas Tecnológicas - Aulas Práticas:
Desenho, Materiais de Construção, Mecânica | 22 Ginásio |
| 9 Áreas Tecnológicas - Aulas Práticas: Física | 23 Piscina Olímpica Coberta |
| 10 Áreas Tecnológicas - Aulas Práticas: Química | 24 Campos Auxiliares de Futebol |
| 11 Laboratório de Produtos Farmacêuticos | 25 Quadras de Tênis |
| 12 Área Humanística - Aulas Técnicas | 26 Quadra de Basquete, Vôlei, Futebol de Salão |
| 13 Área Humanística - Coordenação Didática | 27 Reservatório Elevado |
| 14 Área Biocientífica - Aulas Práticas: Biologia | 28 Área Biocientífica - Aulas Práticas: Odontologia |
| | 29 Área Biocientífica - Aulas Práticas: Farmácia |

O próprio agrupamento dos edifícios em zonas funcionais independentes entre si (administrativa, de ensino, esportiva e de serviços gerais) era um meio de possibilitar a autonomia de crescimento. Artifício potencializado por Alcyr Meira, ao apenas definir os edifícios já existentes ou aqueles já estimados, enquanto os demais não eram sequer por ele representados e deveriam surgir de forma aparentemente orgânica e livre segundo seus próprios requerimentos, não fosse a observação do próprio arquiteto (MEIRA et al., [1971?], p. 28) que defendia a necessidade de “relação entre o espaço original e o espaço ampliado, de modo a manter-se a função, a proporção e a moderação da concepção original”.

Numa escala mais ampla, como era pretendido, segundo denominação do arquiteto (MEIRA et al., [1971?], p. 27), um “crescimento implosivo”, de fora para dentro, eram os limites do campus, em especial sua via de contorno, que definia a unidade do conjunto. Por isso, o projeto se centrava mais na infra-estrutura, a exemplo dos amplos estacionamentos (com capacidade inicial para cinco mil veículos, num momento em que a cidade tinha aproximadamente dez mil pavimentos veículos), do que necessariamente na definição dos futuros equipamentos e suas implantações. De fato, as grandes áreas livres não impunham quaisquer restrições para os blocos, afora o próprio zoneamento funcional. Inclusive a localização do setor esportivo, num acréscimo (30 hectares) à então área do campus,⁷⁴ que deveria passar a ter 191 hectares e uma ocupação máxima de vinte mil alunos, acentuava a expansibilidade do setor de ensino. Também contribuía para esse fim a completa separação entre circulação de pedestres (no interior do campus) e de veículos (em sua periferia), com o fim de evitar, segundo o próprio planejamento (MEIRA et al., [1971?], p. 46), “a interferência de ruídos no seu interior [do campus] e os conflitos decorrentes de cruzamentos ou vias secantes”. Por sua vez, o acesso de veículos e pedestres era controlado por três pórticos: na zona administrativa, no centro biocientífico e na zona esportiva.

Eram, pois, as próprias diretrizes que regulavam o planejamento proposto por Alcyr Meira. Dessa forma, ficou por ele estabelecido que os edifícios deveriam ser “[...] projetados dentro de um padrão ecológico, mantendo-se uma unidade arquitetônica”, conforme os seguintes princípios: aproveitamento de materiais e técnicas regionais; adequação climática; proteção contra o sol e a chuva através de beirais; redução de vãos envidraçados por meio de elementos vazados; uso “sempre que possível aparente” de estruturas moduladas de concreto e de fechamentos de tijolo; esquadrias de madeira envernizada com amplas zonas de venezianas; painéis internos removíveis; instalações sempre que possível aparentes; revestimentos que dispensem pintura, “proporcionando fácil e econômica manutenção” (MEIRA et al., [1971?], p. 54-55). Características que se assemelhavam às diretrizes já traçadas no estudo da Consultec (1966), que, por sua vez, foi uma retomada de elementos extraídos da própria Escola de Engenharia, elaborada por Leonardo Stuckert em 1963. Contudo passavam agora a ser valorizados, além da flexibilidade interna das construções, materiais naturais, como a madeira, e soluções tradicionais, como o beiral e a veneziana. Por

⁷⁴ Essa área, no entanto, ficou apenas como uma proposição desse estudo, já que não foi acrescida ao terreno do campus, que permaneceu com a mesma extensão possuída em 1968: 161,75 hectares.

outro lado, não foi definida a altura dessas construções, de forma que era a densidade então estabelecida para o campus, 95 metros quadrados por aluno, que definia esse controle.

Diante desses projetos, o campus universitário, além de sua importância como novo vetor de crescimento, propiciou a atuação de inúmeros profissionais na cidade. Participaram dos diferentes momentos de seu planejamento: Horta Barbosa (Rio de Janeiro), Mário Rosa Soares (São Paulo), Alcyr Meira (Belém/PA), Waldecy Pinto (Recife), Acácio Gil Borsoi (Recife), David Scott Ellinwood (Estados Unidos). É também estimado que Burle Marx, em 1970, projetou jardim para essa instituição. E entre os arquitetos e engenheiros locais, atuaram, nesses primeiros anos, José de Oliveira Leite, Leonardo Stuckert e aqueles atuantes no serviço de engenharia: Guilherme Pedrosa, Mário Di Lascio e, posteriormente, Pedro Dieb. Nesse tempo, o setor de engenharia da UFPB agiu mais como gestor dos projetos e das construções, do que propriamente como planejador. De fato, os projetos realizados por Leonardo Stuckert eram independentes de seu envolvimento com esse órgão, a exemplo de sua participação no concurso da Biblioteca Central.

Contudo, isso não minimizou o freqüente intercâmbio havido. Afinal, na ausência de um ambiente de debate arquitetônico formalmente constituído, o próprio serviço de engenharia, em torno das discussões dos sucessivos projetos e dos contatos com profissionais de diferentes origens, se adequava a essa finalidade, mesmo que as propostas então elaboradas não tenham sido plenamente concretizadas. Pois, mesmo a reprovação já requer uma definição de postura. E, especialmente no caso de Mário Di Lascio, não foi apenas o campus universitário a oportunidade de por em prática os conhecimentos urbanísticos, ao termos em vista os projetos nesse campo de conhecimento por ele realizados para a prefeitura municipal de João Pessoa. Logo, podiam ter resultados diretos sobre sua obra essas discussões, centradas nos princípios de economia, unidade e flexibilidade, além do zoneamento funcional, e que pouca atenção destinaram à vegetação existente e exaltada por Horta Barbosa. Por sua vez, na esfera arquitetônica, os projetos aí realizados nos anos 1960 apontaram uma direta aproximação ao debate sobre industrialização das construções, que foi comum nesse momento.

AS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO

A propagação das residências modernas

Nos anos 1960, a imprensa local continuava a apontar a modernização das moradias de João Pessoa. Em 1965, ressaltou as “modernas e confortáveis residências [que] surgem à beira-mar” (A FOTO..., 1965, p. 6). Em 1966, Vieira (1966, p. 8) observou que “a partir dos últimos cinco anos nossa cidade vem experimentando um processo de modernização cada vez maior no setor residencial”. E em 1968, outro artigo exaltou:

Hoje João Pessoa não é somente [sic] uma cidade que cresce como também se apresenta com uma nova visão urbana feita de uma arquitetura modernamente concebida, respeitados os requisitos de conforto, higiene e bom gosto na arte de morar.

Em síntese, já se mora bem em João Pessoa, cidade que conseguiu com esmero harmonizar o encanto bucólico dos seus verdes com as linhas de cimento e cal dos seus cubos geométricos (CIDADE de contrastes, 1968, p. 3).

Contudo, não poderíamos creditar esse processo apenas a Borsoi, visto que nessa época, embora continuasse a atuar na cidade, o fazia de forma menos intensa que nos anos 1950 e, por sua vez, concentrada em finais da década de 1960 e começo da seguinte.

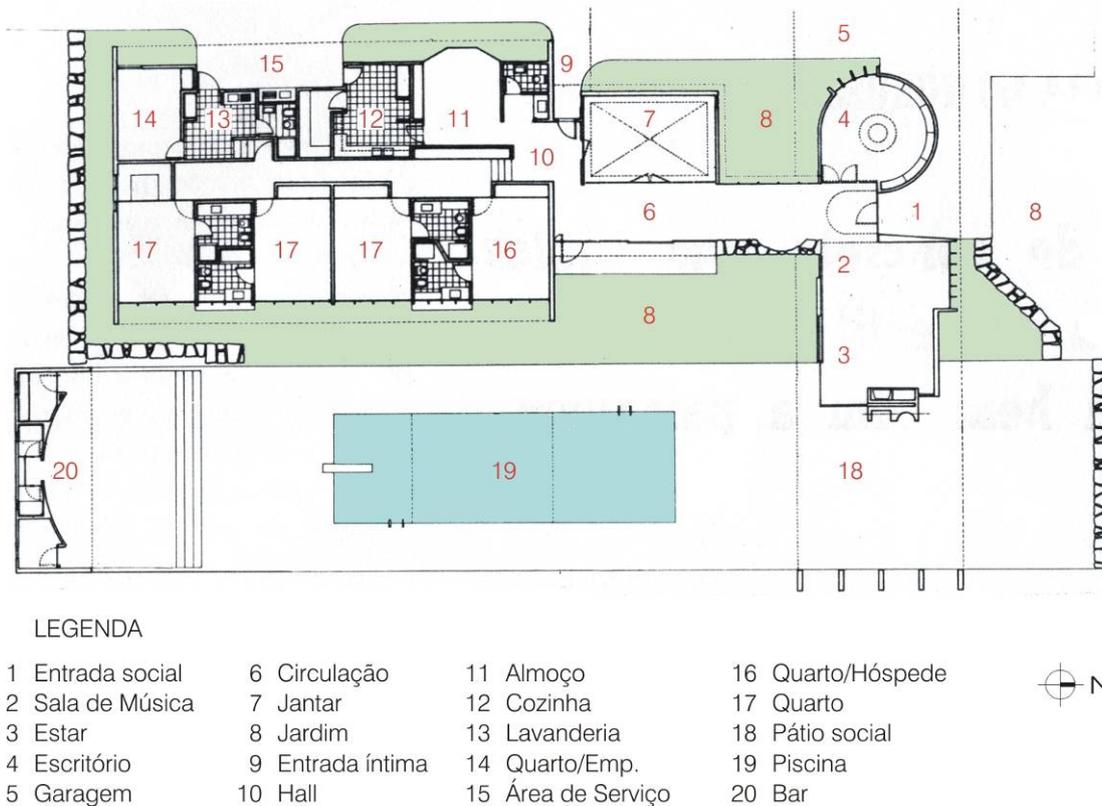
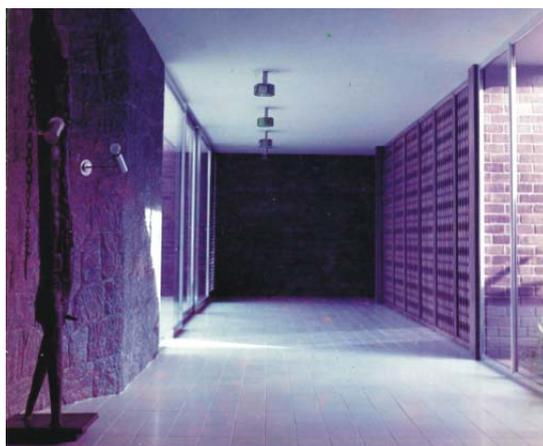


Figura 102. Residência Otacílio Vieira Campos (1966), Acácio Gil Borsoi. Fonte: ARQUITETURA no Nordeste, 1967, p. 37 (editado por nós).

Em 1966, Borsoi projetou a Residência Otacílio Vieira Campos,⁷⁵ na Avenida Epi-tácio Pessoa. Localizada “em um terreno imenso, onde o arquiteto pôde espalhar livremente suas idéias, sem fronteiras rígidas a limitá-lo”, de modo que avultava “em primeiro lugar, a distribuição da construção no terreno. Jogando com casa e jardim, piscina, áreas pergoladas e passarelas”, o que resultou num “equilíbrio perfeito de espaços sem aglomeração” (ARQUITETURA no Nordeste, 1967, p. 36). Assim essa obra foi apreendida em 1967, quando de sua publicação na revista Casa & Jardim. Com efeito, escritório, salas de estar e jantar foram dispostos em volumes autônomos e diferenciados entre si ao longo do traçado linear da circulação social, que era delimitada por amplas esquadrias corredeias voltadas para o exterior [Figuras 102, 103]. Da mesma forma, os ambientes de serviço recuaram ou avançaram, conforme seus requerimentos funcionais. Organização livre que denotava uma sensibilidade orgânica, embora fosse mantida, em concordância aos preceitos funcionais, uma estrutura regular e ritmicamente modulada em seu conjunto. Daí, os espaços serem contidos por um elemento disciplinador: lajes planas que se projetavam para além dos limites irregulares dos ambientes [Figuras 104, 105, 106, 107]. Artificio que, por outro lado, equilibrou exigências funcionais e plásticas, como foi comum aos projetos de Borsoi. Assim, as fachadas também receberam

⁷⁵ Em 2005, a Residência Otacílio Vieira Campos foi demolida para dar lugar a um centro comercial.



Figuras 103, 104, 105, 106, 107, 108. Residência Otacílio Vieira Campos (1966), Acácio Gil Borsoi. Fonte: arquivo pessoal de Oliveira Júnior.

tratamentos distintos, segundo suas orientações climáticas, sem afetar a integridade da composição.

Por sua vez, diferentemente dos traçados sinuosos presentes em seus projetos anteriores, dos quais tratamos [na seção “A renovação das construções residenciais”, Capítulo 2], a área livre obedeceu agora à mesma precisão geométrica e regularidade presentes no edifício, afora a

repetição dos poucos materiais utilizados no projeto: tijolo e concreto aparentes [Figuras 107, 108]. E, por sua vez, conformou um pátio aberto e voltado para a via pública.

As esquadrias foram realizadas com perfis industriais e tenderam à padronização. Os materiais permaneceram invariavelmente em estado aparente, a fim de evidenciar suas qualidades tectônicas, o que também persistiu no interior do edifício, a exemplo da alvenaria de pedra na circulação [Figura 103], que dava continuidade ao mesmo tratamento do exterior [Figura 108]. Esboçava-se, pois, nessa residência uma aproximação às obras tardias de Le Corbusier, James Stirling, Louis Kahn e Paul Rudolph, que caracterizou, conforme Naslavsky (2004, p. 192-193), a produção de Borsoi nos anos 1960, após sua viagem (1960), comissionada pelo Itamaraty, à Escandinávia, Inglaterra, Alemanha e Itália. É verdade, no entanto, que Borsoi não explorava nessa obra os materiais em estado bruto, de forma a exibir as marcas das fôrmas para execução do concreto ou as instalações hidráulicas e elétricas

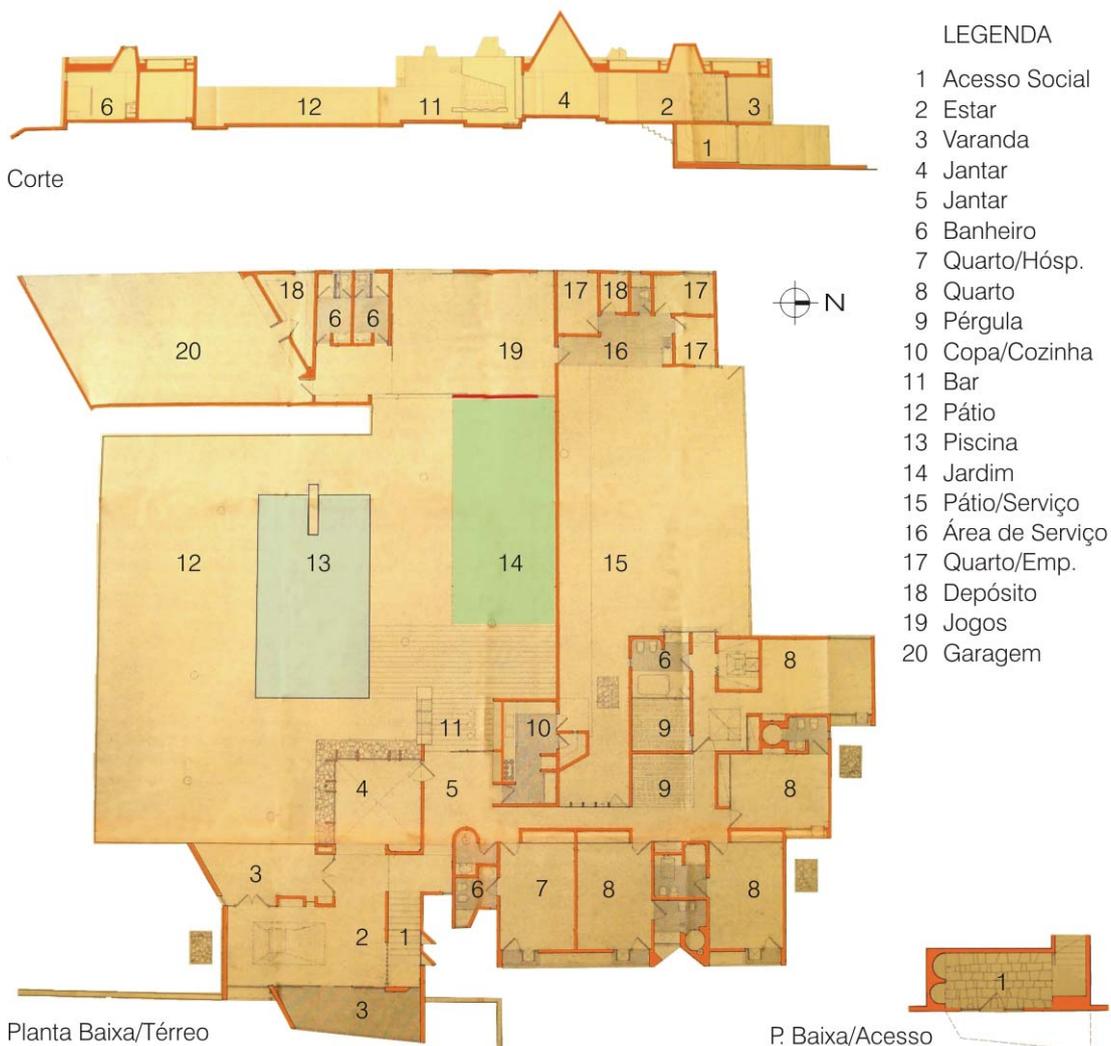


Figura 109. Residência Antônio de Pádua (1972), Acácio Gil Borsoi. Fonte: Arquivo Central/PMJP (editado por nós).



Figuras 110, 111. Residência Antônio de Pádua (1972), Acácio Gil Borsoi. Fonte: Marieta Tavares.

aparentes. Procurava sim a possibilidade de manusear um grupo mais restrito de materiais e de valorizar as qualidades tectônicas deles, o que se aliou ainda à integração entre arquitetura e obra-de-arte: os painéis de cerâmica elaborados por Brennand [Figura 107], que revestiam os volumes salientes dos banheiros.

Na Residência Antônio de Pádua (1972), nas proximidades da Avenida Epietácio Pessoa, essa vertente de sua produção se tornou mais clara. A iluminação natural direta se justapôs às diferentes nuances propiciadas por aberturas zenitais. O contraste entre texturas, em especial do concreto e do tijolo aparentes, se estendeu tanto ao exterior quanto ao interior do edifício. As individualidades dos elementos construtivos e do interior dos ambientes impuseram a aparência externa do edifício, a exemplo dos volumes em concreto armado que definiram os tetos das salas de estar e jantar [Figura 109], que se projetavam além da altura da coberta. A solidez das alvenarias foi evidenciada. As aberturas não se limitaram mais aos planos das fachadas e se projetaram para fora, tampouco a irregularidade da volumetria foi contida [Figuras 110, 111]. Foi retomada ainda a conformação de um pátio aberto, em torno do qual se organizava os ambientes, afora a recorrente delimitação de um pátio fechado de serviço.

Nesse sentido, a obra de Borsoi continuava a incitar a modernização arquitetônica de João Pessoa, agora através de uma maior aproximação às influências neobrutalistas, ao tempo que outros profissionais, com produções mais extensas e contínuas na cidade, se tornaram os responsáveis por ampliar a presença da arquitetura moderna na paisagem urbana.

É verdade também que a produção dos arquitetos se juntou a de engenheiros e desenhistas, como nos referimos [na seção “Em torno da Escola de Engenharia”, Capítulo 1]. Profissionais que tinham ampla produção e procuravam incorporar soluções modernas. Na publicidade da construtora Ausonia (SEMEAMOS..., 1960, p. 5), por exemplo, era exposta a Residência Aécio Chacon, projetada por desenhista de Mário Di Lascio [Figura 74]. O acesso definido por rampa curva, grandes aberturas integradas ao exterior, paredes inclinadas, utilização de



Figuras 112, 113, 114, 115. Residência Lourenço de Miranda Freire (1958), Mário Di Lascio. Fonte: fotos nossas (19 jul. 2006); Lia Tavares (inferior/direita).



Figura 116. Residência Lourenço de Miranda Freire (1958), Mário Di Lascio. Fonte: desenho e levantamento nossos.

estrutura independente eram algumas das referências modernas utilizadas, mesmo que fossem apenas formais. Esse quadro de profissionais se assemelhava ao de Campina Grande/PB na mesma época, quando desenhista (Geraldino Duda) e engenheiros (Lynaldo Cavalcanti, Adalberto Moita, Laelson de Castro, Nilton de Almeida Castro, Max Ham Kay Liebig) estavam entre os principais projetistas de residência, além de Tertuliano Dionísio e do arquiteto licenciado em Recife Hugo Marques (FREIRE, 2007, p. 61). De toda forma, porque não é nosso intuito focar a popularização da arquitetura moderna, restringiremos nossas análises à produção erudita, entendida como aquela realizada por arquitetos.

A produção de Mário Di Lascio seguiu inicialmente referências consagradas da arquitetura moderna brasileira, incitadas por seus estudos em Recife, além da aproximação à obra de Borsoi, cujas construções realizadas nos anos 1950 em João Pessoa acompanhou, quando aluno. Uma de suas primeiras obras foi a Residência Lourenço de Miranda Freire (1958), no

centro [Figuras 112, 113]. O extenso programa, destinado a cinco dormitórios, foi resolvido em níveis distintos, conforme a declividade natural do terreno [Figura 116]: garagem, no nível mais baixo; serviços, área social e parte dos dormitórios, no piso seguinte; ambiente de estudo, num mezanino; área íntima, no pavimento mais elevado. Distingções que foram articuladas num espaço contínuo, propiciado pelas alturas intermediárias dos pavimentos entre si e pelo pé direito elevado da sala de estar [Figura 114]. Mesmo a delimitação entre cozinha e área social foi apenas esboçada por meio de divisória baixa ou pela contraposição entre seu teto inclinado e a laje plana do ambiente contíguo. Espaço fluido que se somou às preocupações de ordem climática. Salas e quartos se voltaram para os ventos predominantes: sudeste. Os desenhos das esquadrias, soltas do teto e com venezianas em seus peitoris, favoreceram a ventilação contínua sem afetar os preceitos modernos da transparência e integração entre interior e exterior [Figura 115]. *Brise soleil* ou varandas protegeram da insolação a maioria das aberturas. Mesmo a ligação entre cozinha e salas, situada em região mais interiorizada, teve a ventilação e a iluminação naturais asseguradas por meio de pérgula.

Essas preocupações eram comuns à arquitetura brasileira e ressoavam também a obra de Borsoi, em especial a residência desse arquiteto em Recife (1955) [Figura 117]. A circulação vertical composta por um lance de escada e outro de rampa, o mezanino situado a meio nível entre as áreas social e íntima, o pavimento superior definido por dois volumes trapezoidais e desencontrados entre si, a garagem implantada em nível mais baixo estavam presentes no projeto de Borsoi. Referências que, no entanto, receberam de Mário Di Lascio um tratamento próprio, a exemplo da diferenciação entre fechamento e estrutura evidenciada nos volumes, da inserção de varandas e terraço (cuja pérgula não foi construída) no pavimento superior [Figura 113] e da opção pela laje inclinada na cozinha. Artifícios que deram uma leitura distinta aos volumes e ao espaço interno.

Essas referências modernas conviveram, no entanto, com elementos tradicionais. Parte dos ambientes de serviço foi agrupada em edícula. A cozinha não seguiu um dimensionamento econômico e conservou a delimitação de uma área suja externa, abrigada em varanda.

Na Residência João Cavalcante ([1960?]), Mário Di Lascio optou por unir lajes de piso e coberta num desenho contínuo [Figuras 118, 119, 120], solução plástica já utilizada, entre

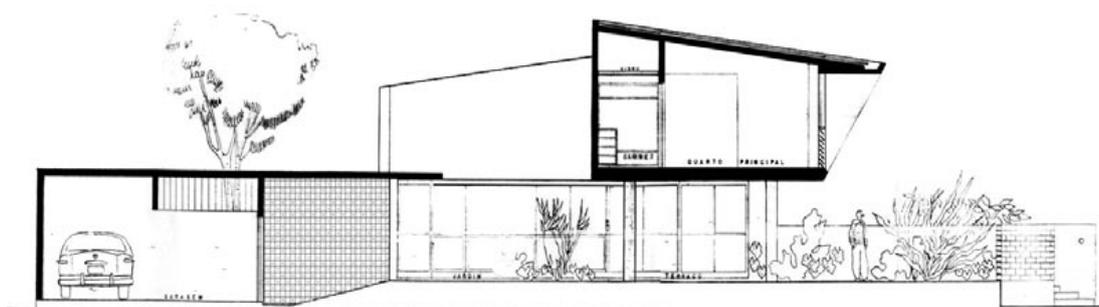


Figura 117. Residência Acácio Gil Borsoi (1955), em Recife, Acácio Gil Borsoi. Fonte: AMARAL E SILVA, 2004, p. 9 (Apêndice A).

outros, por Reidy – na escola do conjunto residencial de Pedregulho (1946), na Residência Carmem Portinho (1950) –, por Artigas – na Residência Czapski (1949), em sua própria casa (1949), na estação rodoviária de Londrina (1950) – e inclusive exposta em *Modern Architecture in Brazil* (Henrique Mindlin): Residência Domingues Pires de Oliveira Dias (Arnaldo Furquim Paoliello – 1952). Porém o próprio depoimento do arquiteto expõe a filiação por ele seguida: “Teve uma casa que Borsoi fez que me influenciou bastante na casa que eu fiz para João Cavalcante. Sendo que na de João Cavalcante eu coloquei uma estrutura meio em ‘V’ e a de Borsoi tem uns pilarezinhos de aço [Residência Joaquim Augusto da Silva, em 1957]” (LASCIO, 2006a). Ou seja, esse projeto baseava-se numa assimilação indireta de formas consagradas da arquitetura brasileira, por meio da obra construída de Borsoi. Influência que, no entanto, não foi a única aí apreendida. A delimitação dos dormitórios por meio de armários [Figura 122], em lugar de alvenarias, remetia artifício já utilizado por Rino Levi e o pilar em “V” retomava solução elaborada por Niemeyer por volta de 1950.

Novamente essas referências foram apropriadas conforme as convicções pessoais do arquiteto. Se os pilares em “V” provinham originalmente da separação estrutural entre pilotis e a estrutura do bloco propriamente dito (BRUAND, 2003, p. 153), na Residência João Cavalcante esse anseio foi apenas parcialmente concretizado, pois os demais pilares da varanda não acompanharam a mesma solução plástica e seguiam passivamente a continuidade estrutural do pavimento superior. E a autonomia dos volumes, as empenas cegas e os acessos tangenciais explorados no projeto de Borsoi foram nessa proposta dispensados.

A Residência João Cavalcante resultou, pois, numa construção com franca integração com o exterior (apesar da não construção dos terraços dos dormitórios), circunscrita a uma forma regular e compacta e que foi tratada de modo autônomo ao lote, de forma que os jardins e o agenciamento estabeleceram um espaço indiferenciado, no qual a arquitetura era onipresente. Essa última postura foi comum à arquitetura moderna e se tornou recorrente na obra de Mário Di Lascio. Mesmo na Residência Lourenço de Miranda Freire, cujo lote possuía pequenas dimensões frente ao programa a ser atendido, se esboçou semelhante relação espacial.

Acima disso, a Residência João Cavalcante indicava a propensão de Mário Di Lascio manipular, no conjunto de sua obra ou em projetos individuais, referências diversas e, por vezes, conflitantes entre si. Liberdade de concepção plástica que era outra característica comum a sua produção e provavelmente derivava do contato com a arquitetura eclética de seu pai, embora não recorresse evidentemente a uma composição acadêmica baseada em elementos clássicos. Assim, se o espaço interno livre e fluido, explorado por Mário Di Lascio, através do vazio sobre a sala ou da garagem integrada ao interior, era proveniente das vanguardas, a segregação espacial dos serviços numa edícula derivava de uma tradição colonial [Figura 122]. Se o pilar em “V” resultava, desde sua formulação por Niemeyer, de uma questão essencialmente estética, o pilar no núcleo central dessa residência era uma resposta



Figuras 118, 119, 120, 121. Residência João Cavalcante ([1960?]), Mário Di Lascio. Fonte: fotos nossas (22 ago. 2006).



Figura 122. Residência João Cavalcante ([1960?]), Mário Di Lascio. Fonte: desenho e levantamento nossos.

de natureza estritamente racional [Figura 121]. Se as molduras decompunham os volumes em planos isolados, os revestimentos e as aberturas obedeciam a um tratamento volumétrico do conjunto, de modo que princípios neoplásticos e puristas se justapunham na mesma obra.

Contudo a influência de Borsoi não foi em sua obra hegemônica, tampouco constante. Nesse mesmo tempo, Mário Di Lascio projetou a Residência Roberto Granville (1960) [Figura 74], localizada à beira-mar do Cabo Branco. Projeto que retomou a solução pavilhonar e o espaço universal, mais próprios ao racionalismo de caráter primitivista, cuja obra de Mies van der Rohe era um exemplo paradigmático. Solução que aqui se justapôs a elementos tradicionais, como as venezianas de madeira e, após sua construção, ao telhado aparente, resultante da impermeabilização deficiente da laje concreto.

Mais tardiamente, sua obra continuou a não seguir uma linha única. Na Residência Everaldo Vieira dos Santos (1969), nas proximidades da Avenida Eptácio Pessoa, Mário Di Lascio retomou referências da arquitetura colonial. A coberta era aparente, originada com base no telhado em quatro águas e protegida por telha canal [Figura 123]. Os ambientes seguiram



Figuras 123, 124. Residência Everaldo Vieira dos Santos (1969), Mário Di Lascio. Fonte: fotos nossas (17 ago. 2006).

uma maior compartimentação: vestíbulo, salão social, sala de jantar, estar íntimo, sala de refeições [Figura 125]. Azulejos serviram de revestimento às fachadas. A preponderância dos cheios sobre os vazios acentuou o aspecto maciço do edifício. Os ambientes seguiram generosas proporções. Os peitoris reproduziram o desenho tradicional de treliças [Figura 124]. As esquadrias foram compostas por venezianas e vitrais coloridos.

Esses elementos, por sua vez, se conjugavam com soluções modernas. Lajes planas de concreto funcionaram como calhas para as cobertas, além de apoiarem a estrutura do telhado. A setorização funcional se estendeu inclusive à distinção de duas circulações verticais independentes entre si e foi evidenciada pela volumetria, que refletia os requerimentos internos. Os ambientes de serviço foram agregados ao corpo da edificação. Os elementos construtivos tenderam à repetição e à simplicidade, como a estrutura independente e regularmente espaçada de concreto armado, que, por sua vez, seguiu um dimensionamento estritamente econômico, não obstante a escala da construção. E o edifício foi implantado como um volume solto dos limites do lote.

Uso contemporâneo de elementos tradicionais que evocava a obra de Lúcio Costa, mas que também encontrava em Recife uma possibilidade de assimilação indireta, visto que entre 1956 e 1967, conforme Naslavsky (2004, p. 161), esse modelo foi corriqueiro nos projetos dos arquitetos pernambucanos. Esteve presente, embora mais precocemente, entre 1956 e 1961, na obra de um de seus principais expoentes, Borsoi, como demonstrado em João Pessoa na Residência Renato Ribeiro Coutinho (Borsoi – 1958). E em menor intensidade esse modelo foi percebido também na arquitetura de Delfim Amorim, a quem Mário Di Lascio (2006b) atribui a filiação da Residência Everaldo Vieira (1969), em especial o uso de azulejos e os grandes beirais. Da mesma forma, não podemos minimizar a possível influência do proprietário, visto que, frente a sua extensão, a obra de Mário Di Lascio não estava desvencilhada da

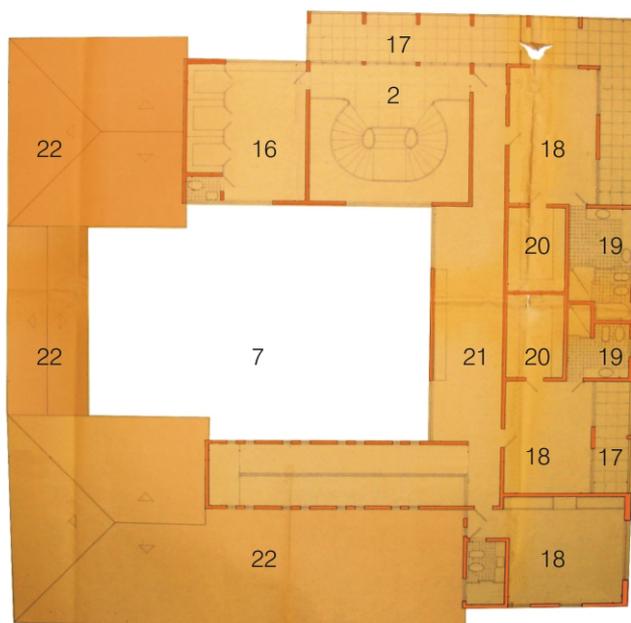


Figura 125. Residência Everaldo Vieira dos Santos (1969), Mário Di Lascio. Fonte: Arquivo Central/PMJP (editado por nós).

diversidade de gosto de seus clientes, o que somado à ausência de idéias preestabelecidas por parte do próprio arquiteto explicava o vocabulário variado.

Poucos anos depois, na Residência José Faria Neves (1973), na Avenida Epiácio Pessoa [Figura 126], Mário Di Lascio fez uso de influências neobrutalistas, no mesmo momento em que realizou a sede do IPEP (1973), com igual filiação. Os volumes da residência foram decompostos conforme suas características tectônicas. A cobertura evidenciou seu processo construtivo, definida por telhas industriais de fibrocimento e vigas calhas de concreto armado

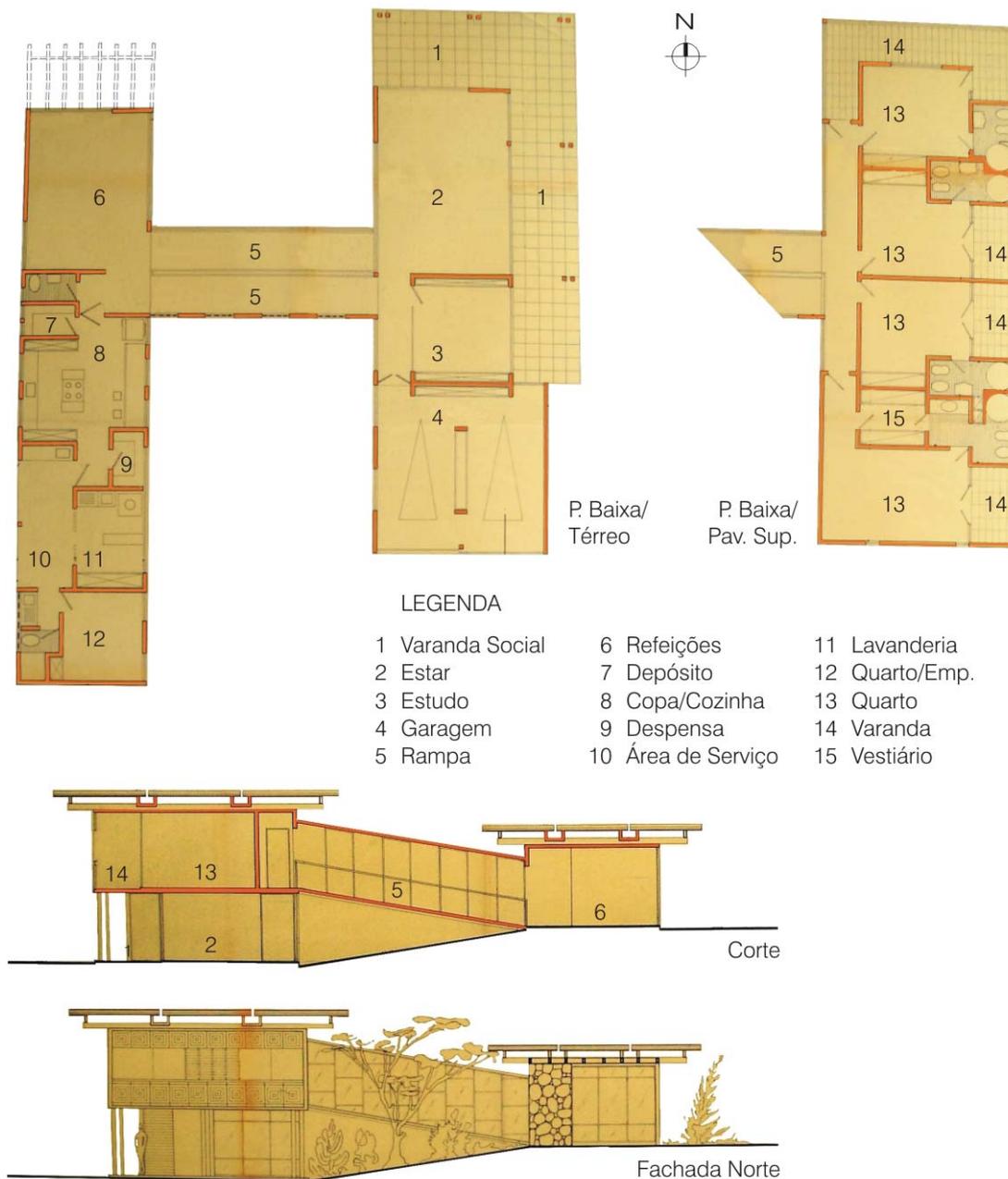


Figura 126. Residência José Faria Neves (1973), Mário Di Lascio. Fonte: Arquivo Central/PMJP (editado por nós).

aparente. A volumetria seguiu a repetição de um número reduzido de elementos e materiais. A estrutura, composta por elementos leves de concreto armado, foi evidenciada. A subdivisão dos ambientes seguiu um dimensionamento regular. Solução que se aproximou das construções do campus universitário, nas quais estruturas pré-moldadas de concreto armado, telhas de fibrocimento e vedações em tijolos aparentes foram utilizadas, como no Instituto de Física (ETAU Arquitetos – 1965) [Figura 94]. Porém, apesar das citações formais de uma construção industrializada, nessa residência foram utilizadas técnicas construtivas

convencionais: concreto armado moldado no local, alvenaria de tijolos com revestimento e esquadrias e guarda-corpos artesanais de madeira.

Enfim, a obra de Mário Di Lascio não seguia uma trajetória única e bem definida. Era recorrente a assimilação de diferentes fontes de influência, fosse por via direta, fosse por via indireta através da arquitetura de Borsoi e Delfim Amorim. Fato que não contradizia seu alinhamento à arquitetura moderna. O programa era decomposto em setores monofuncionais e independentes entre si, em obediência aos princípios racionais, a exemplo da Residência José Faria Neves (1973), que resultou em dois blocos distintos. O edifício era tratado de forma autônoma ao lote. Elementos de proteção climática eram priorizados, a exemplo do uso de beirais, varandas, venezianas. Seguiu a simplicidade construtiva, com base em técnicas convencionais ou consolidadas, em especial a estrutura de concreto armado moldado no local, além da alvenaria estrutural, utilizada em construções térreas. Postura certamente incitada pela dupla participação do arquiteto na construção e na elaboração do projeto, quando de residências isoladas. Nesse sentido, as variações foram essencialmente de ordem plástica, isto é, quanto ao vocabulário utilizado.

Também teve uma produção sistemática e extensa de residências em João Pessoa Carlos Carneiro, que, por ser radicado em Recife estabeleceu uma direta difusão da arquitetura lá realizada. Inicialmente produziu, com a colaboração de Mário Di Lascio, a residência do comerciante Adrião Pires Bezerra (1963), na Avenida Epitácio Pessoa, que tinham o mobiliário e a arquitetura de interiores a cargo do arquiteto carioca Sérgio Rodrigues (n. em 1927) (CUNHA, 2007). Obra que, por causa da qualidade deficiente dos hotéis locais, serviu de hospedagem a autoridades em visita a João Pessoa, como veremos [na seção “Um hotel condigno para a cidade”, Capítulo 3]. Localizada sobre um amplo promontório com visão do mar, de onde provinham os ventos predominantes, seus dormitórios e ambientes sociais se voltaram para essa paisagem [Figuras 127, 128]. Relação acentuada ainda pelo pilotis que superou a declividade do terreno e ampliou o espaço disponível na cota mais elevada, afora destinar o nível inferior ao abrigo de veículos.

O edifício foi concentrado praticamente num único nível e definido por uma ampla cobertura em duas águas, com pequena inclinação, protegida por telha canal e apoiada em estrutura independente de concreto armado. Solução que remetia ao modelo de moradia desenvolvido entre 1959 e 1960 por Delfim Amorim em Recife, caracterizado pela laje inclinada recoberta com telhas cerâmicas tipo canal. “Com esse artifício eliminavam-se os forros, o madeiramento da cobertura, criavam-se espaços internos com cobertas em planos inclinados e os vazios entre as telhas e a laje deixavam circular o ar e, portanto, funcionavam como isolante térmico” (SILVA, G., 1988, p. 26). Essa alternativa foi conjugada ainda com a laje dupla de cobertura, com equivalente intenção climática: possibilitar um colchão de ar entre o teto e a cobertura. Sistema desenvolvido, entre 1959 e 1960, sob o incentivo de Delfim Amorim, por Heitor Maia Neto (NASLAVSKY, 2004, p. 183), de quem Carlos Carneiro foi estagiário. Adaptação climática que se somou ainda aos beirais e varandas, que protegiam as aberturas.



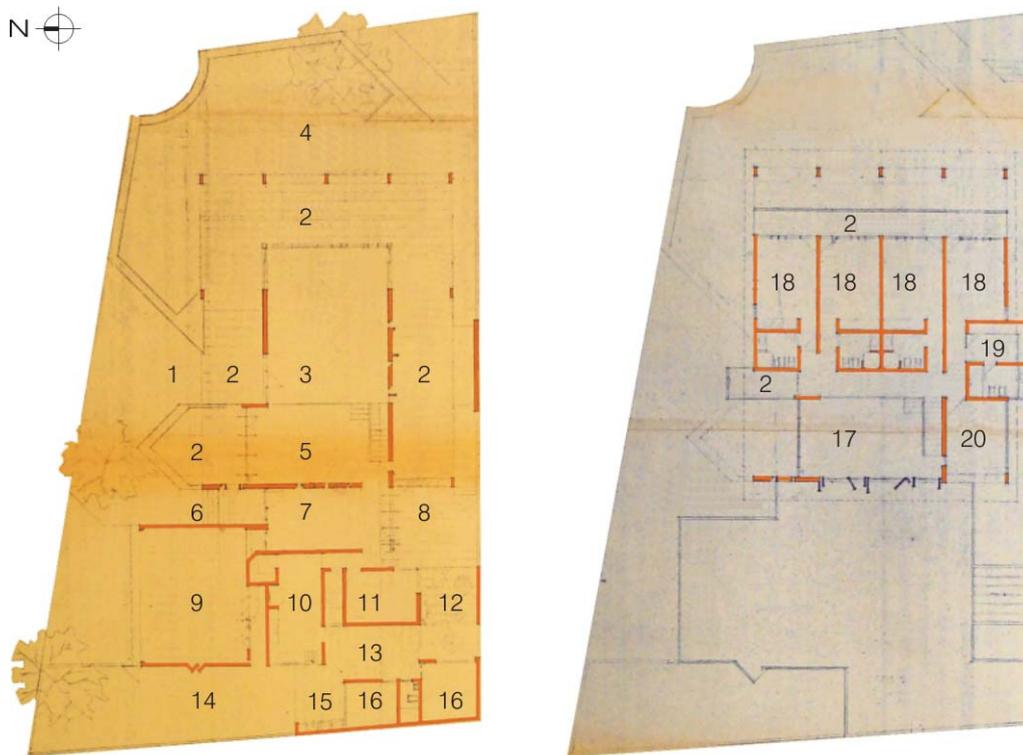
Figuras 127, 128, 129, 130, 131. Residência Adrião Pires Bezerra (1963), Carlos Carneiro, Mário Di Lascio. Fonte: arquivo pessoal do arquiteto Carlos Carneiro.

Dessa forma, a ampla cobertura constituiu um elemento disciplinador, sob a qual o programa foi decomposto em setores monofuncionais e plasticamente diferenciados entre si. A área social formou um amplo espaço livre e integrado ao exterior, a exemplo da varanda incorporada ao terraço. A área íntima, em volume independente e elevado do solo, alternou varandas e superfícies revestidas de azulejos [Figuras 129, 130]. A zona de serviço, com acesso próprio, foi demarcada por tijolos aparentes [Figura 131].



Figuras 132, 133, 134. Residência José Waldomiro Ribeiro Coutinho (1974), Carlos Carneiro. Fonte: arquivo pessoal do arquiteto Carlos Carneiro.

Nos anos seguintes sua produção transitou entre a retomada de elementos do passado colonial, em especial a coberta aparente com telha canal, e a assimilação de influências neobrutalistas. Dilema que refletia o deslocamento para São Paulo das discussões arquitetônicas nacionais, quando o neobrutalismo foi uma das bases desse debate, além de acompanhar a revisão das obras de Borsoi e Delfim Amorim em favor de semelhante filiação, esse em sua obra tardia, após ter retomado o uso de elementos tradicionais, e aquele, como nos referimos, a partir dos anos 1960. Dessa forma, Carlos Carneiro não se distanciava da

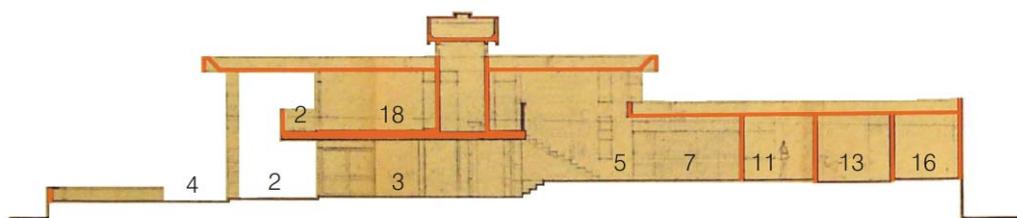


Planta Baixa/Térreo

Planta Baixa/Pav. Superior

LEGENDA

1 Entrada Social	6 Entrada Íntima	11 Quarto/Costura	16 Quarto/Emp.
2 Varanda	7 Estar Íntimo	12 Jardim	17 Vazio
3 Estar	8 Varanda Íntima	13 Varanda/Serviço	18 Quarto
4 Platô	9 Garagem	14 Pátio/Serviço	19 Vestir
5 Refeições	10 Copa/Cozinha	15 Lavanderia	20 Gabinete



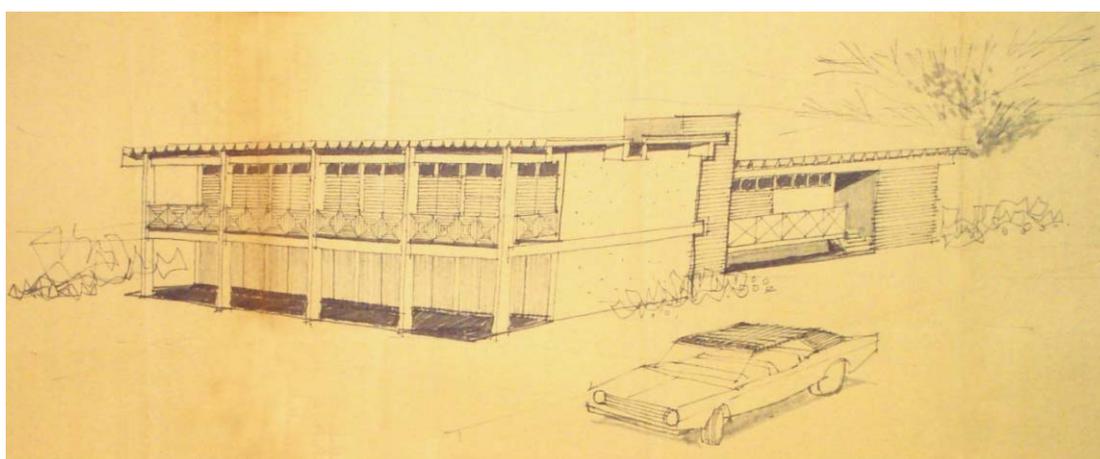
Corte

Figura 135. Residência José Waldomiro Ribeiro Coutinho (1974), Carlos Carneiro. Fonte: Arquivo Central/PMJP (editado por nós).

produção vigente em Recife, em especial de sua afinidade com as formulações de Delfim Amorim e Heitor Maia Neto, com os quais possuía contato direto, através do ensino no curso de arquitetura.

Na Residência José Waldomiro Ribeiro Coutinho (Carlos Carneiro - 1974), na praia do Cabo Branco, o telhado inclinado foi substituído pela laje plana de concreto recoberta com telhas industriais de fibrocimento [Figura 132]. A diferenciação entre estrutura e fechamento foi

evidenciada. Assim como foi explorado o uso de gárgula de concreto como elemento plástico na fachada [Figura 133]. Os guarda-corpos de madeira, utilizados na obra anterior, deram lugar ao concreto aparente, em continuidade à estrutura do edifício [Figura 134]. O tratamento das superfícies refletiu as diferenças construtivas dos materiais e não apenas as diferenças funcionais dos ambientes. Em contrapartida, foram mantidos: o uso de beirais para proteção climática, a setorização funcional e a estrutura independente de concreto, que agora insinuava uma ordem colossal. Os ambientes continuaram a se voltar essencialmente para o exterior, a exemplo dos dormitórios e salas dispostos ao longo de varandas, afora o mirante que prolongou a perspectiva originada na circulação interna [Figura 135], embora os ambientes de serviço fossem resguardados do olhar público e fossem definidas áreas íntimas, como estar e varanda, separadas das áreas sociais. Certamente que sua localização à beira-mar incitou essa relação franca. Mesmo o terreno foi delimitado apenas por um embasamento, que não



Figuras 136, 137. Residência Manoel Gaudêncio (1972), Tertuliano Dionísio. Fonte: Arquivo Central/PMJP (editado por nós).

interferiu na contemplação da paisagem, pois estabelecia apenas uma transição entre o edifício e o espaço urbano.

A influência neobrutalista também foi assimilada pelo arquiteto Tertuliano Dionísio, na Residência Manoel Gaudêncio (1972) [Figuras 136, 137]. As telhas industriais de fibrocimento e as vigas calhas aparentes seguiram o mesmo modelo da Residência José Faria Neves (Mário Di Lascio – 1973). E, como aconteceu com aquele projeto, a alusão ao sistema de cobertura pré-fabricado não correspondia ao processo construtivo do restante do edifício, visto que foram mantidas as técnicas tradicionais de moldagem no local. As esquadrias seguiram o sistema artesanal de fabricação em madeira. O acabamento aparente de tijolo se limitou à diferenciação funcional do setor de serviço. E, assim como os demais arquitetos, Tertuliano explorou a relação franca com exterior, que nesse caso foi também favorecida pela localização à beira-mar, embora, à semelhança de Carlos Carneiro, estabeleceu áreas mais resguardadas, como salas de estar e refeições, protegidas do salão nobre por anteparos. Dessa forma, se foi utilizada a mesma fonte de influência de expoentes da arquitetura de São Paulo, o neobrutalismo, se diferenciava deles essencialmente pela relação estabelecida com o exterior, que fugia da tentativa de introspecção, e pelo apelo às elaboradas soluções estruturais. Vocabulário plástico que esse arquiteto também utilizou no Posto de Serviço da Petrobrás (Tertuliano Dionísio – 1972) [Figura 138] e que foi igualmente assimilado em outros centros, a exemplo da Residência Dario Galvão (Neudson Braga – 1967) [Figura 139], em Fortaleza, e da Residência Fernanda Fernandes (Borsoi – 1967), em Recife.

Contudo, essa não foi na obra de Tertuliano Dionísio uma referência constante, já que, em 1973, projetou a residência na Avenida Epitácio Pessoa que retomava elementos da arquitetura colonial: aberturas em arco abatido, telhado em quatro águas, telhas canal de cerâmica, molduras nas aberturas, prevalência de cheios sobre vazios [Figura 140]. O mesmo percebemos na produção de Hugo Salinas, cujos projetos transitaram entre a retomada de referências do passado colonial e a assimilação de influências neobrutalistas.

Enfim, houve uma produção heterogênea de residências em João Pessoa, fosse em relação aos profissionais entre si, fosse dentro de suas produções individuais. É certo que isso não

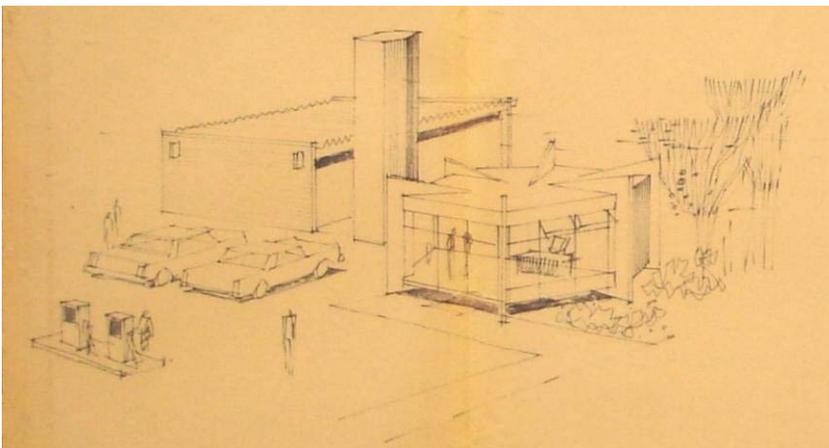


Figura 138. Posto de Serviço da Petrobrás (1972), Tertuliano Dionísio. Fonte: Arquivo Central/PMJP.

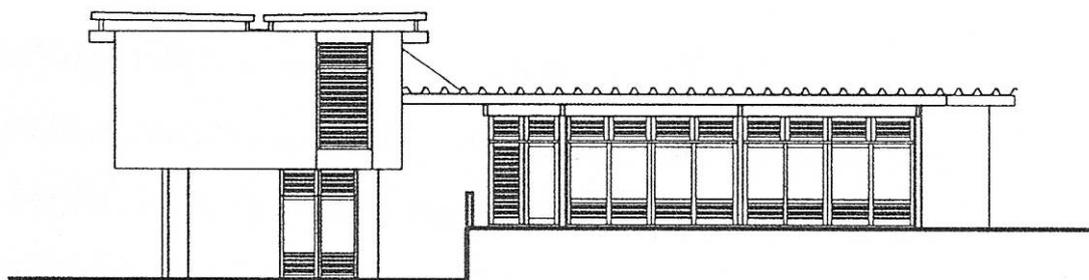


Figura 139. Residência Dario Galvão (1967), em Fortaleza, Neudson Braga. Fonte: SAMPAIO NETO, 2005, p. 150.

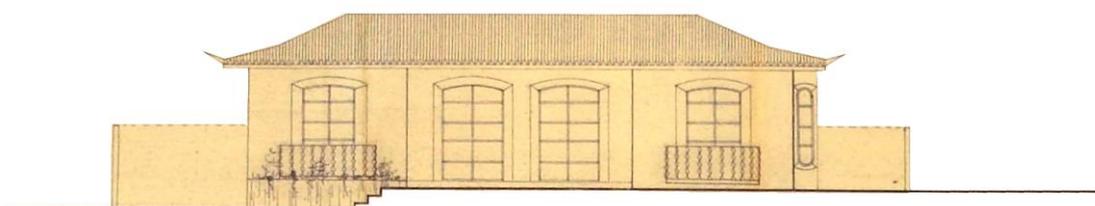


Figura 140. Residência na Avenida Epitácio Pessoa (1973), Tertuliano Dionísio. Fonte: Arquivo Central/PMJP (editado por nós).

esteve dissociado das transformações então sofridas pela arquitetura moderna nos planos local e nacional, além das revisões nas obras de Borsoi e Delfim Amorim, que, como vimos, foram assimiladas pelos profissionais atuantes na capital paraibana. A própria produção de Borsoi em João Pessoa ostentou de forma direta suas diferentes fases: inicialmente, a continuidade às soluções de Reidy e Niemeyer; em seguida, uma breve retomada de elementos da arquitetura colonial, sob influência de Lúcio Costa; mais tardiamente, uma maior aproximação ao neobrutalismo.

No plano nacional, a progressiva emergência de expoentes da arquitetura de São Paulo e as formulações de Artigas também puseram em evidência as referências do neobrutalismo, “a estrutura do edifício aparente, a valorização dos materiais por suas qualidade inerentes e a expressão de cada um dos elementos técnicos” (MONTANER, 2001a, p. 73). Soma-se a isso que os valores associados às realizações paulistas tinham na revista *Acrópole* um amplo meio de disseminação (SEGAWA, 2002, p. 152), principalmente ao considerarmos que entre 1969 e 1971 essa foi a única dentre as grandes revistas de arquitetura publicadas no Brasil que estava em circulação no país.

Nesse sentido as residências então projetadas em João Pessoa transitavam entre a continuidade às experiências modernas brasileiras consagradas internacionalmente, que foram predominantes durante os estudos dos arquitetos que aí atuavam, e a assimilação do neobrutalismo.

De toda forma, a simplicidade e a economia construtivas, sempre mantidas, se tornavam traços característicos dessa produção, em especial através do uso de técnicas já

consolidadas como a estrutura de concreto moldada no local e as esquadrias artesanais de madeira. Mesmo nas residências de padrão mais elevado não houve uma ostentação técnica: grandes vãos, balanços excessivos. Tais características ficaram restritas a obras pontuais, como as residências Cassiano Ribeiro Coutinho (Borsoi – 1955) e Joaquim Augusto da Silva (Borsoi – 1957), essa por seus esbeltos pilares de aço e aquela pelo equilíbrio entre soluções estruturais e plásticas.

E, não obstante o deslocamento para São Paulo das discussões arquitetônicas, que tinham na introspecção um tema presente, as residências locais se voltaram essencialmente para o exterior. Mesmo aquelas situadas no centro da cidade, área mais conturbada, ou em lotes mais exíguos não fugiram a essa regra. Naquelas que conformaram pátios, como a Residência Otacílio Campos (Borsoi – 1966) e Antônio de Pádua (Borsoi – 1972), esses eram abertos e se voltavam igualmente para o exterior. E, as situadas na praia, pelas próprias qualidades paisagísticas do lugar, afora a confluência entre a vista predominante e a orientação climática mais favorável, tiveram na integração com o exterior um elemento essencial do projeto. Assim, o modelo de casa voltada para o interior do lote ou com pátio interno adotado por Artigas e comum às residências urbanas de Rino Levi, não foi em João Pessoa por nós verificado. Afinal, progressivamente afastadas do centro e construídas em bairros recentes, não tinham a mesma vizinhança densamente construída das grandes metrópoles. Daí a matriz dessas casas se aproximarem mais daquelas afastadas do centro urbano e que propiciavam maior liberdade a seus projetistas.

Por outro lado, esse conjunto de moradias eruditas ecoava o próprio crescimento da cidade. Imediatamente, evidenciava o sentido de expansão em direção ao mar. Dos 70 projetos de residências realizados entre 1956 e 1974⁷⁶ que foram por nós identificados, grande parte (34 unidades) se localizava no eixo de ligação com a praia, Avenida Eptácio Pessoa, ou em suas imediações (Miramar, Bairro dos Estados, Tambauzinho), enquanto 19 unidades foram implantadas na própria praia e 12, no centro. E, indiretamente, afirmava a segregação espacial que então se revelava. Na porção sul, onde passava a se localizar a população de renda mais baixa, não se localizou nenhuma dessas residências. Eram, pois, os conjuntos habitacionais construídos pelo Estado que ocupavam essa área. Por conseguinte, não seria forçoso afirmarmos: eram as regiões mais valorizadas que as residências eruditas projetadas por esse grupo de arquitetos estavam a modernizar, em especial as proximidades da Avenida Eptácio Pessoa e a praia.

Um hotel condigno para a cidade

A exigência de “um hotel condigno” para a cidade correspondia ao anseio de modernização de tais equipamentos em João Pessoa, dada a deficiência do setor hoteleiro, sobretudo quanto à qualidade das instalações e serviços prestados. Problema constantemente noticiado pela imprensa: “decididamente a nossa capital está desprovida de um bom hotel”

⁷⁶ Incluímos também nesse quantitativo os projetos realizados por Borsoi, entre 1954 e 1955, ao passo que não consideramos os projetos realizados por Roberval Guimarães, pois distavam daquele período.



Figura 141. Proposta de hotel para a praia de Tambaú (1961). Fonte: ISTO..., 1961, p. 4.

(PRECISAMOS..., 1957, p. 2); “sem bons e modernos hotéis, João Pessoa não poderá se dar ao luxo de ser uma cidade turística” (ROMERO, 1962, p. 6); “ausência de um hotel de primeira categoria na principal cidade do Estado” (TURISMO, 1966, p. 3); “ficamos limitados às velhas casas hoteleiras como pontos de referência da cidade antiga” (HOTEL, 1966, p. 3); “não ter um hotel condigno na cidade” (CONGRESSO..., 1967, p. 3). Com efeito, quando alguma autoridade precisava se hospedar em João Pessoa, utilizava a residência particular de um dos maiores comerciantes locais, Residência Adrião Pires Bezerra (Carlos Carneiro, Mário Di Lascio – 1963) [Figura 127]. “Foi lá que se hospedaram os presidentes Castelo Branco e Costa e Silva, e para lá é que vão ministros, governadores e outras personalidades importantes” (FRANCO, 1996, p. 5).

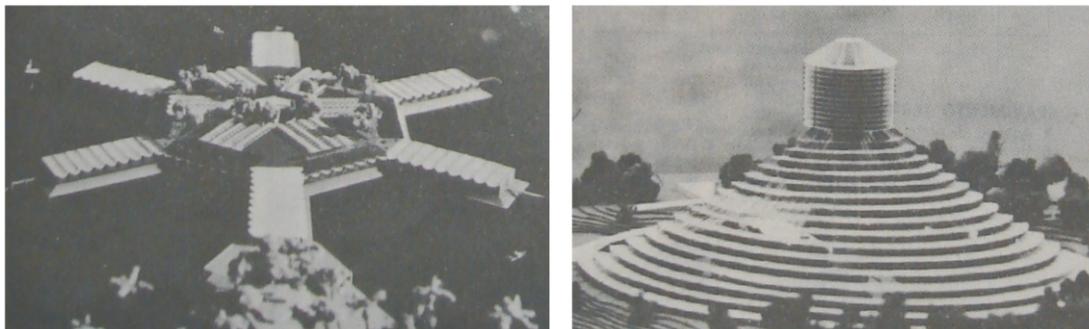
Em meio a essas solicitações, a construtora Ausonia, dirigida pelo engenheiro Aldo D’Ambrósio, propôs em 1961 a construção de um hotel turístico em Tambaú [Figura 141], em associação com o governo estadual e a prefeitura municipal, que deu origem à Sociedade Hotéis da Paraíba – HOPASA (MAGESTOSO..., 1961, p. 7). O prédio deveria constar de sessenta e seis apartamentos, além de “agência bancária que inclusive operará com câmbio

manual, agência telegráfica e postal, lavanderia automatizada, salão de gala para festas de categoria, salão de leitura e de fumar, que servirá também para a realização de coquetéis, dois restaurantes, sendo um sob uma marquise aberta ao mar” (MAGESTOSO..., 1961, p. 8). Sobre o edifício, como proclamado por Le Corbusier, um teto jardim, isto é, “[...] um vasto terraço ‘céu aberto’, visando proporcionar um local de repouso, privativo aos hóspedes, ideal para ‘bate/papos’ e ‘drinks’” (MAGESTOSO..., 1961, p. 8). Orientação moderna também adotada na escolha de sua implantação, “[...] visando aproveitamento máximo da aeração, uma insolação racional”, embora procurasse também “não destruir o frondoso coqueiral ali existente” (MAGESTOSO..., 1961, p. 8). Edifício que, diante da importância, deveria ser complementado por obras públicas, como pistas pavimentadas, praças, parques infantis. Porém, apesar da veiculação de seu projeto na imprensa e do início da comercialização de suas ações, o empreendimento não seguiu adiante.

Após essa tentativa frustrada, o desenvolvimento da cidade continuou sem melhorias nesse setor. Apenas em 1966, quando “[...] o Estado [no regime militar] aprofunda[va] progressivamente a sua participação na economia, seja regulamentando-a e disciplinando-a, seja participando efetivamente do processo produtivo” (CITTADINO, 1999, p. 121), foi proposta pelo então governador João Agripino (1966-1971) a construção de um hotel, que, para Laura Amorim (1999b, p. 66), “[...] representou o esforço estatal no sentido de incentivar o turismo como fonte de renda para a Paraíba”. Investimento que surgiu em meio à política desenvolvimentista do governo federal e do fortalecimento na Paraíba da ação da Sudene, que visava “[...] corrigir as flagrantes diferenciações econômico-sociais entre o território nordestino e a área concentradora da dinâmica industrial do país – Sudeste” (AMORIM, Laura, 1999b, p. 64). Se entre a criação da Sudene (em 1959) e o ano de 1965 foram aprovados na Paraíba quinze projetos desse órgão, entre 1966 e 1969 foram setenta e um (AMORIM, Laura, 1999b, p. 65). Intensificação dos investimentos em industrialização que visaram, além da dinamização da economia, face à crise que abatia o estado, atenuar através da oferta de empregos “um dos mais graves problemas vivenciados”: os conflitos sociais no campo (AMORIM, Laura, 1999b, p. 63-64).

Para planejamento do novo hotel foi convidado, apesar da intensa atividade dos arquitetos radicados em Recife, Sérgio Bernardes. Profissional consagrado nacionalmente e que, sobretudo, “fez muitos projetos para os governos militares” colaboração que só se encerrou em 1972, “quando o ex-presidente Geisel teria descoberto a proximidade de Bernardes com militares identificados com a esquerda” (LOBATO, 2002).

Além do projeto do edifício, ele foi responsável pela escolha da localização. Conjunto de atividades semelhante ao executado por esse arquiteto em estudos para Manaus e para Recife, ambos a convite da Varig e que “não foram aprovados por seus altos custos”, além de proposta para Paquetá, solicitada pela prefeitura e que não seguiu adiante “devido à poluição da Baía de Guanabara” (SABBAG, 1984, p. 20) [Figuras 142, 143]. Com esse fim, veio com o engenheiro João Neiva Figueiredo à capital paraibana, quando visitou, acompanhado pelo próprio governador, “tôdas as praias [...] desde a Ponta de Seixas e Penha até a praia de



Figuras 142, 143. Propostas de hotéis para Paquetá (à esquerda) e Manaus (à direita) elaboradas por Sérgio Bernardes. Fonte: SABBAG, 1984, p. 20.

Formosa [no município de Cabedelo]” (PROJETO Sérgio..., 1966, p. 8). O local escolhido, em Tambaú, foi uma ponta da orla projetada sobre o mar e com notável destaque na paisagem, sem a tradicional diferenciação entre frente e fundos, situado entre a via pública e o mar, e cuja utilização, por ser propriedade da Marinha, era submetida à aprovação federal [Figuras 144, 145].

Diante dessa escolha, a principal praia da cidade, e da liberdade oferecida ao arquiteto, já se esboçava o valor atribuído à obra. Importância também exaltada pela imprensa local, que defendeu, antes mesmo da apresentação do projeto, que empreendimentos hoteleiros deveriam ser “[...] modernamente instalados para que não nos tornem cabisbaxos [sic] diante de nossos hóspedes, e sim sirva de orgulho e regozijo para os paraibanos” (HOTEL turístico, 1967, p. 3). E não devemos desconsiderar também que “[...] um dos melhores meios de propaganda oficial no Brasil” era, como assinalado por Bruand (2003, p. 374), a “participação num programa de arquitetura grandiosa”. Dessa forma, a apresentação da maquete se deu em pleno aniversário de segundo ano da administração do governador João Agripino (1966-1971),⁷⁷ em janeiro de 1968, a reforçar seu vínculo com o empreendimento, embora o desejo inicial de realizar “[...] um projeto de Hotel inédito no Brasil integrado à praia e com condições excepcionais para o refinado gosto turístico de todo o mundo” (PROJETO Sérgio..., 1966, p. 8) fosse, pela imprensa, atribuído ao arquiteto e não ao político.

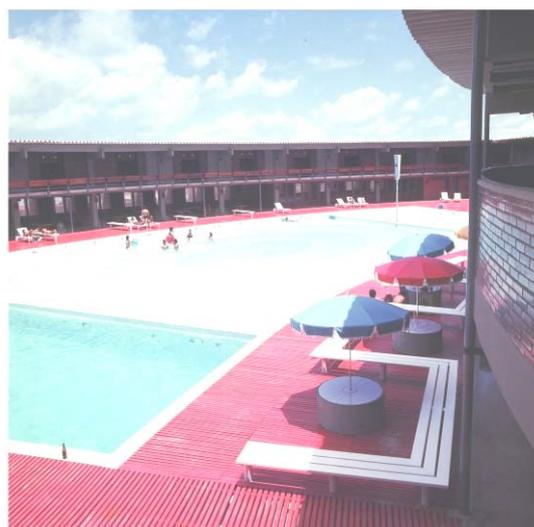
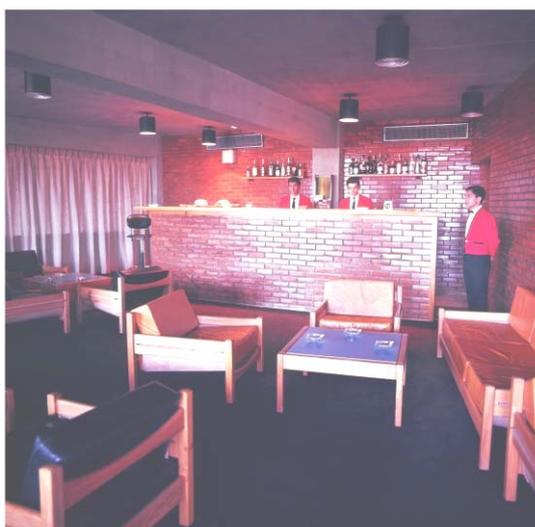
Soma-se que, a despeito das mudanças política (tomada de poder pelos militares) e econômica (período de crise entre 1964 e 1968), era dada continuidade às experiências arquitetônicas do período desenvolvimentista, isto é, àquelas alinhadas às formulações de Niemeyer ou Artigas, a exemplo das formas simples e definidas pelas estruturas de concreto armado. Soluções que a partir desses anos foram utilizadas nos mais diversos programas, ao procurar dar continuidade às experiências construtivas das décadas anteriores, mesmo que esvaziadas de seus preceitos originais. Foi, segundo Segawa (2002, p. 191), a “[...] moda (ou

⁷⁷ Também fizera parte da comemoração do segundo ano de mandato de João Agripino a inauguração do Conjunto Castelo Branco, construído, assim como o campus universitário, na antiga Fazenda São Rafael.



Figuras 144, 145. Praia de Tambaú, antes e depois da implantação do hotel. Fonte: HONORATO, 2008 (Arquivo Humberto Nóbrega); arquivo do Hotel Tambaú.

ditadura) das grandes estruturas de concreto, do concreto aparente, dos pilares esculturais, das estruturas protendidas, do exibicionismo estrutural, a competição por vão livres maiores, dos panos de vidro". É, portanto, à luz da emergência desses modelos aliada, no plano local, à perspectiva desenvolvimentista, diante dos intensos investimentos públicos para superar a crise socioeconômica da Paraíba, que devemos compreender essa obra.



Figuras 146, 147, 148. Implantação e vistas internas do Hotel Tambaú (1968), Sérgio Bernardes. Fonte: arquivo pessoal de Sales Trajano (Arquivo Humberto Nóbrega); arquivo do Hotel Tambaú.

Segundo Sabbag (1984, p. 20), “a idéia inicial era fazer do [Hotel] Tambaú um centro paraibano, ponto de encontro da população, com uma feira permanente de artesanato e de iguarias em sua rampa de entrada”. Proposta que foi rejeitada. Entretanto, foram inúmeros os equipamentos e atividades ofertados na edificação, para que os hóspedes não precisassem sair para fazer compras ou se divertir (FRANCO, 1996, p. 5). O hotel dispunha de lojas, banco, salão de beleza, agências de turismo, cinema (com capacidade para 610 pessoas), centro de convenções (com 300 lugares), boate, salão de estar, salões de jogos, piscinas para adultos e crianças, farol, consultórios médico e dentário, farmácia, instalação para fisioterapia, restaurante, bar (O GRANDIOSO..., 1971, p. 1; FRANCO, 1996, p. 5) [Figuras 146, 147, 148].

Também foram previstos, embora não tenham se concretizado, uma “ampla biblioteca”, que ofereceria “boa leitura aos que se dispuserem a isto” (O GRANDIOSO..., 1971, p. 1) e um píer que avançaria até a primeira linha de arrecifes. Esse, que formaria uma passarela de quatro metros de largura e 285 metros de comprimento, com arborização nas laterais (a cada dezesseis metros) e um cais em sua extremidade, servido por bar, música e abastecimento de combustível para barcos (FRANCO, 1996, p. 5), chegou inclusive a ter seu estudo de sondagem realizado por firma do Rio de Janeiro.

Conjunto de comodidades que procurava atenuar as carências do local escolhido para implantação do edifício: a praia de Tambaú. Se essa região já dispunha de restaurante (Elite, Atlântico) e boate (Rainha do Oceano), o comércio ainda era deficiente: “Um açougue, na boa expressão da palavra, não existe ali. Nem farmácia. Nem uma confeitaria capacitada a servir as famílias de médio e alto poder aquisitivo que constituem hoje [1968], a população daquele centro balneário” (TAMBAÚ, 1968, p. 3), reclama-se na época. Da mesma forma os cinemas eram distantes e concentrados no centro da cidade. Quanto ao abastecimento de água, problema recorrente nesse momento, era afirmado que: “[...] os hóspedes do Hotel Tambaú jamais sentirão os efeitos de um hipotético colapso na rede de distribuição. Uma caixa d’água [sic] com capacidade para 193 mil litros (subterrânea) e outra (elevada) capaz de armazenar 70 mil litros, [sic] garantirá [sic] a normalidade do sistema” (O GRANDIOSO..., 1971, p. 1).

Sua organização espacial, conforme princípio adotado por Louis Kahn, baseou-se na distinção entre espaços servidos (anel externo, composto por 115 apartamentos, além de sauna, salão de jogos, restaurante, cinema, auditório e lojas) e espaços servidores (núcleo central, formado por serviços e setores administrativos). Esses, dentro de um preceito antifuncionalista, foram abrigados numa forma preestabelecida: um imenso círculo de concreto (com cerca de 160 metros de diâmetro) comprimido entre a avenida e o mar [Figura 149]. Por sua vez, se seus dois pavimentos dispensaram a instalação de elevadores, substituídos por rampas e escadas, o rigor funcional impôs a construção de uma “rua de serviço”, com acesso de veículos, por meio de subsolo, para possibilitar que o núcleo central funcionasse de forma independente. Solução que se deu à custa da elevação, em pouco mais de um metro, do piso térreo da construção, “para evitar que a água do mar penetrasse nos túneis de serviço” (O GRANDIOSO..., 1971, p. 1).

Externamente prevaleceu a racionalidade das soluções construtivas intimamente vinculadas a seus requerimentos funcionais: os taludes, propiciados pelas grandes lajes impermeabilizadas [Figura 150], protegeram parte dos apartamentos, cinema e auditório da insolação excessiva; as regulares estruturas de concreto armado resguardaram o edifício da força do mar, sem com isso minimizar a visibilidade dos ambientes voltados para os ventos predominantes.

Diante disso, o hotel surgiu como uma forma geométrica pura e isolada na paisagem, cujo resultado era mais uma determinação humana que uma sugestão da natureza. Embora essa fosse uma postura recorrente na arquitetura moderna, assumiu nesse caso uma afirmação tecnológica, que também se revelou no estudo de hotel para Manaus, realizado em 1963 por

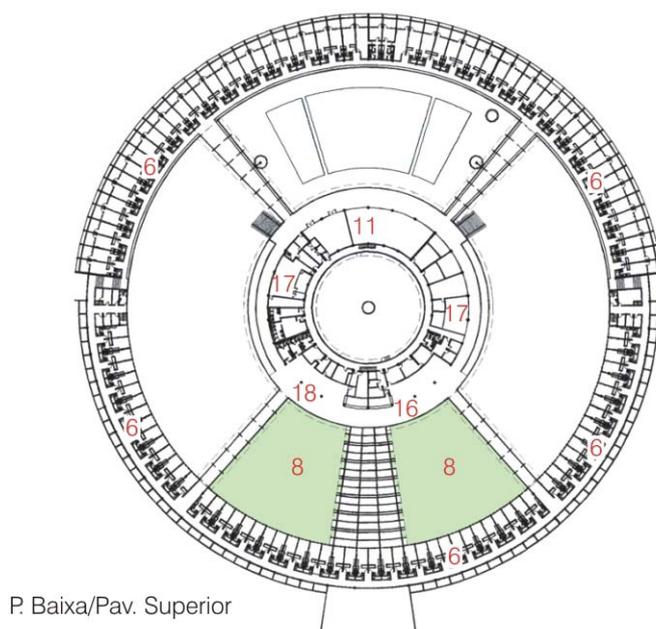
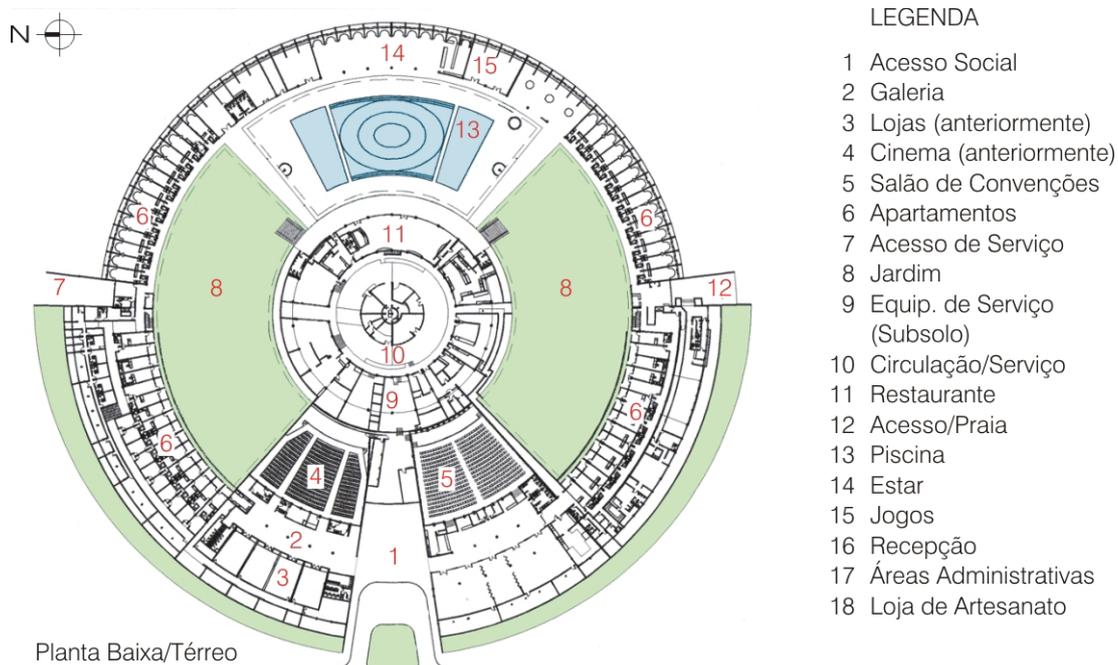
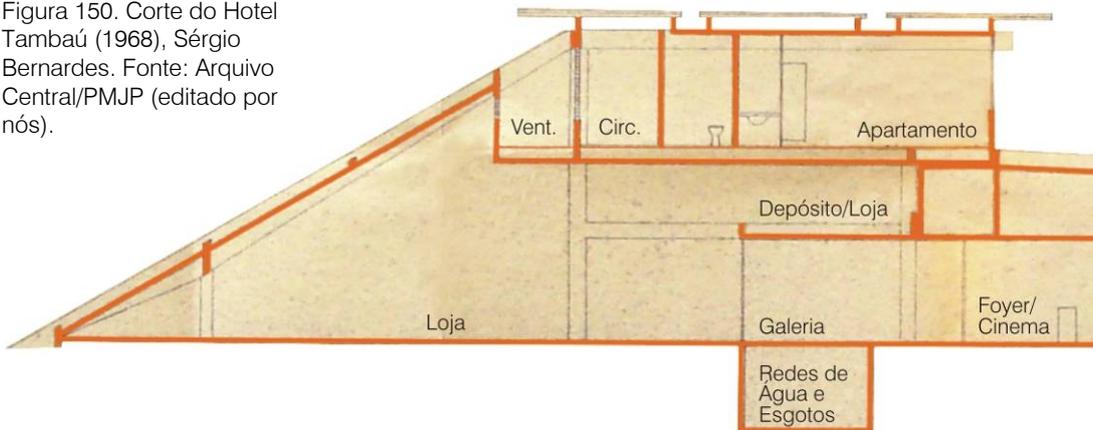


Figura 149. Hotel Tambaú (1968), Sérgio Bernardes. Fonte: arquivo do Hotel Tambaú (editado por nós).

Sérgio Bernardes, no qual foi proposto “um domus geodésico [...] com 300 m de diâmetro cobrindo áreas necessárias para instalações hoteleiras” (MACUL, 1999, p. 69) [Figura 143]. Porém no Hotel Tambaú tal relação se firmava por meio do concreto armado e desse em estado aparente, cuja escolha provavelmente ia além de uma simples convicção pessoal ou de requerimento estritamente funcional, devido esse material ter se tornado, segundo Segawa (2002, p. 149), “expressão contemporânea da técnica construtiva brasileira”, que logo foi massivamente reproduzido nas realizações oficiais, a assinalar seu valor também simbólico.

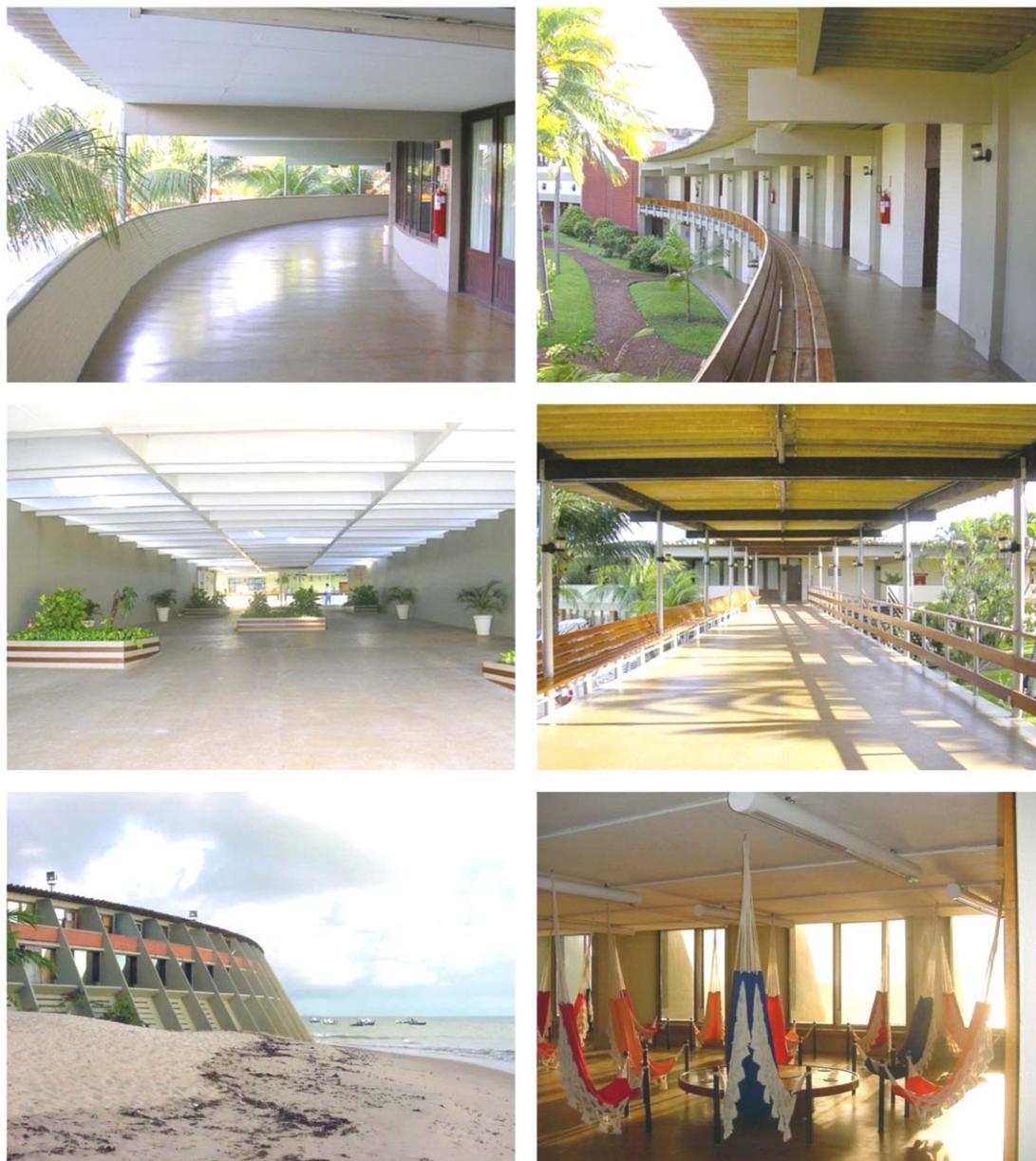
Figura 150. Corte do Hotel Tambaú (1968), Sérgio Bernardes. Fonte: Arquivo Central/PMJP (editado por nós).



Diante da grandiosidade de seu conjunto e apesar de ser acusado de possuir “[...] especificações praticamente impossíveis de pleno atendimento por firmas locais” (LEAL, 1996, p. 3), o Hotel Tambaú não foi avesso ao debate sobre a industrialização da construção, “alvo maior do desenvolvimentismo da época” (SEGAWA, 2002, p. 149). Embora não se fundamentasse na pré-fabricação, princípios como a repetição e a simplicidade definiram a maioria de seus elementos, além de seguir a economia construtiva, princípio defendido pelo movimento moderno e, segundo Bruand (2003, p. 289) comum à obra de Sérgio Bernardes, como também o era a “nítida paixão pelas experiências de todo o tipo”. Por conseguinte: a estrutura de concreto armado fugiu de rebuscadas soluções plásticas [Figuras 151, 152]; a ostentação de grandes vãos ficou restrita ao hall de entrada [Figura 153]; os fechamentos eram em técnica convencional de alvenaria; os forros ou lajes foram dispensados nas circulações coletivas; materiais industrializados ou pré-fabricados, como perfis de aço e telhas de fibrocimento, foram priorizados [Figura 154]; o dimensionamento obedeceu a uma precisa modulação [Figura 155]; os materiais não foram revestidos e evidenciavam suas diferentes funções construtivas [Figura 156].

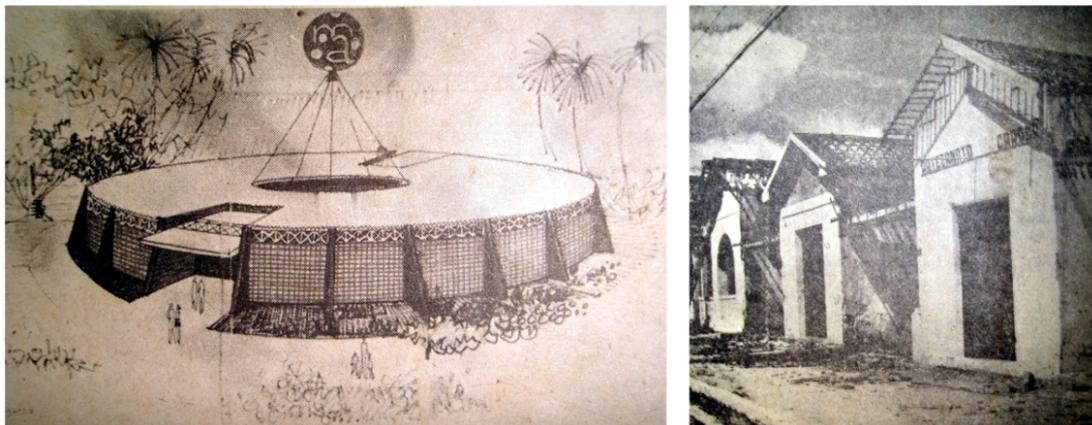
Esse edifício não ficou, no entanto, relegado a uma obra isolada. Foi seguido por intervenções urbanísticas que visaram sua relação com um conjunto ordenado. Em paralelo a sua realização, a praia de Tambaú recebeu pavimentação “tipo Copacabana” na calçada, postes de iluminação em acrílico e bancos em cimento e tijolo aparente (SERÁ sábado..., 1967, p. 8; TAMBAÚ, 1968, p. 3). Como a praia possuía apenas uma única via pavimentada de acesso ao centro (Avenida Epiácio Pessoa), uma outra passou por essa melhoria: Avenida Ruy Carneiro (cujos serviços foram concluídos em maio de 1972). Quando da inauguração do Hotel Tambaú, 11 de setembro de 1971, a Avenida Tamandaré (à beira mar) recebia nova pavimentação e era duplicada, para evitar congestionamentos resultantes do novo equipamento aí instalado, além de ter sido demolido edifício que prejudicava o “efeito paisagístico” do entorno, em cujo lugar seria edificado um mirante (TAMBAÚ ganha..., 1971, p. 3).

Esse conjunto ainda foi complementado pela construção de Mercado de Artesanato (Tertuliano Dionísio – 1973), o qual veio substituir “[...] comércio dos produtos artesanais



Figuras 151, 152, 153, 154, 155, 156. Hotel Tambaú (1968), Sérgio Bernardes. Fonte: arquivo pessoal de Fernando Galvão; arquivo pessoal de Andrey Alysson.

atualmente [1973] vendidos em estabelecimentos precariamente instalados em frente ao Hotel Tambaú” (MERCADO..., 1973, p. 1), cujos antigos prédios foram demolidos e deram lugar a jardins e estacionamentos [Figuras 157, 158]. A construção proposta por Tertuliano Dionísio seguiu influência direta de Sérgio Bernardes, fosse ao reproduzir a forma circular e com estrutura à mostra do Hotel Tambaú ou pela referência (um balão que flutuava sobre uma abertura central) ao Pavilhão do Brasil na Expo de Bruxelas (Sérgio Bernardes – 1957). Mesmo um viaduto (Tertuliano Dionísio – 1973) foi planejado pelo governo do estado para essa região, o qual deveria eliminar o cruzamento de veículos entre as avenidas Ruy Carneiro e Tamandaré (à beira-mar), embora não tenha sido edificado.



Figuras 157, 158. Perspectiva do Mercado de Artesanato de Tambaú (1973), Tertuliano Dionísio. E antigas construções destinadas à venda de artesanato. Fonte: GOVERNO Ernani..., 1973, p. 2; ARTESANATO, 1974, p. 1.

Diante da concretização do Hotel Tambaú, sua afirmação de uma imagem desenvolvimentista e distante de uma visão folclórica do Nordeste foi então louvada pela imprensa oficial, o que ia ao encontro do desejo, incitado pelas ações da Sudene no estado, que as desigualdades regionais se reduzissem. Como então exposto no jornal oficial A União:

A construção do Hotel Tambaú seria necessária, antes de qualquer argumento como um atrativo ao sulista que nos desconhece e nos imagina deitados em camas de vara, como nos bons tempos de Cabral, na terra de Pindorama, olhando a agressiva beleza tropical sem nada para comer.

Não é rara a admiração do sulista que toca pela primeira vez o solo nordestino e vê o normal das cidades construídas, com ruas pavimentadas, edifícios de concreto, lojas, povo andando, engarrafamentos de trânsito. Não seria possível que os olhos estivessem mentindo. A coisa existe, há cidades, gente, e o mesmo lugar-comum dos grandes centros do mundo.

Talvez pensando nessa visão pejorativa sulista com relação ao Nordeste o governador João Agripino imaginou e tornou realidade o Hotel Tambaú; não como uma obra faraônica, mas como um meio de rentabilidade permanente nos dias futuros, dando possibilidade a uma atração de turistas e homens de negócios à nossa cidade e o contato com ela, o mais importante. Do hotel partirão os novos “exploradores” de Felipéia [sic] de Nossa Senhora das Neves, isto é, os que procurarão os verdadeiros ângulos de uma cidade nordestina como João Pessoa, muito longe da caatinga cheia de cangaceiros armado [sic], de urubu comendo a carniça dos bois e do vaqueiro faminto cantando lamentações com a viola. Então, o visitante compreenderá que tudo isso existe, mas transformado em folclore hoje e já afastado de um passado que não se repete.

O Hotel Tambaú será a desmistificação de um Nordeste criado sem bases sociológicas, aprumado em Gilberto Freyre, [sic] que o estudo cientificamente [sic], e preparando-se para a era do turismo (HOTEL Tambaú, 1969, p. 3).

Interpretação que, ao visualizar o hotel “não como uma obra faraônica, mas como um meio de rentabilidade”, deixava entrever também as críticas dirigidas ao projeto e, por sua vez, externava sua intenção de legitimá-lo. Embora essas oposições não sejam no regime militar

IATE CLUBE DA PARAÍBA



Surge agora

Na Praia de TAMBAÚ

UM CLUBE PARA 500 SÓCIOS — UM CLUBE SELECIONADO — UM CLUBE PARA A ELITE

Convênio e direito de frequência em todos os IATES CLUBES do Brasil

E mais: no terreno vizinho será construído UM EDIFÍCIO DE APARTAMENTOS, cuja reserva poderá ser feita, EXCLUSIVAMENTE, pelos sócios do IATE.

Projeto do Arquiteto ACÁCIO GIL BORSOI

Construção a cargo da COTEC Eng. e Construção Ltda.

Vendas Exclusivas com Almeida Promoção de Vendas Ltda.

Ed. Caixa Econômica, salas 618 - 619 - 620 — Fones 42391 - 41996 - Recife

Em João Pessoa - Edifício Vitória, 2.º andar

Figura 159. Publicidade do late Clube da Paraíba (1966), Acácio Gil Borsoi. Fonte: IATE..., 1966, p. 39.

facilmente identificadas, se voltaram inicialmente contra a localização distante, a qual o governador João Agripino (1966-1971) rebateu: “os que assim o fazem desconhecem os grandes centros, onde os melhores hotéis estão, no mínimo a 30 minutos do centro da cidade. O Hotel Tambaú ficara a apenas 10 minutos do centro de João Pessoa. E 10 minutos não é nada para quem trata de negócios” (LANÇADA..., 1968, p. 8).

De fato, o litoral tinha ocupação recente e, por isso, apresentava-se ainda isolado do núcleo tradicional, onde se concentravam até então os hotéis da cidade. Por conseguinte esse empreendimento buscava também firmar a ocupação daquela região, que passava a ser ocupada por moradias definitivas em lugar dos edifícios de veraneio, além de ser então priorizada por clubes recém fundados, quando foi instalado no Cabo Branco o Jangada Clube (por volta de 1965)⁷⁸ e construídos na praia do Bessa o Clube dos Médicos da Paraíba (Mário Di Lascio – 1964) e o late Clube da Paraíba (Borsoi – 1966). Equipamentos que, voltados para famílias abastadas, como indicava a publicidade do late Clube, “Um clube para 500 sócios –

⁷⁸ A sede do Jangada Clube, fundado em dezembro de 1965, ocupava a anterior Residência Clóvis Gondim projetada por Mário Di Lascio, ao contrário do Clube dos Médicos e do late Clube, que foram abrigados em construções especialmente projetadas para seus usos.

Um clube selecionado – Um clube para a elite” (IATE..., 1966, p. 39), ajudavam a delinear a segregação espacial de João Pessoa [Figura 159]. Esse último, implantado, assim como o Hotel Tambaú, em contato direto com o mar, apontava ainda a emergência do turismo na cidade, ao propor, além das atividades náuticas, sociais e recreativas a ele inerentes, um edifício de apartamentos voltado a sócios e turistas, o qual, por razões econômicas, não chegou a ser construído.

A contestação mais enfática ao Hotel Tambaú, no entanto, foi quanto a sua suposta suntuosidade. Suas dimensões eram certamente incomuns à cidade, onde até edifícios mais modestos e construídos em etapas, como o Clube Cabo Branco (Borsoi – 1956) ou o ginásio do Clube Astréa (Carlos Carneiro, Wandenkolk Tinoco, Mário Di Lascio – 1963), então em construção (embora só parcialmente concretizado), foram denominados de “colosso” pela imprensa. Acima disso, era o fato de ser o Hotel Tambaú um empreendimento público, diante das dificuldades socioeconômicas locais, que incitou essa contestação, à qual o governador João Agripino (1966-1971) rebateu: “Os que criticam a obra, porque a acham suntuosa demais para um Estado pobre como a Paraíba [...] certamente nunca saíram daqui para outros centros. Esquecem que este hotel não está sendo feito só para nós paraibanos, mas principalmente para atrair gente de fora a nos visitar” (LANÇADA..., 1968, p. 3). E, para minimizar essa recepção do edifício, afirmava que o projeto “não é suntuoso, embora impressionante” (LANÇADA..., 1968, p. 8).

Com certeza a longa crise econômica que sofreu a Paraíba e que teve nos anos 1950 seu momento mais intenso favoreceu essa oposição. “Crise de preços e mercados para os seus produtos agrícolas básicos, ausência quase total de créditos para a aplicação nos setores produtivos, associada a uma situação nacional, de direção inflacionária, que atemorizava os investimentos” (AMORIM, Laura, 1999b, p. 63). Diante da limitação de recursos, não foi raro obras parcialmente concluídas, como foram comuns aos clubes, ou interrompidas. Dentro desse panorama, o Hotel Tambaú se distanciava das possibilidades locais e, por conseguinte, foi apontado como suntuoso.

Crítica que também punha em pauta, mesmo que de forma imprecisa, o debate em torno da monumentalidade. Discussão importante, ao indiretamente tocar um traço que perpassava a maioria das realizações locais: a economia construtiva, imbrincada com a possibilidade imediata de concretização da obra, a exemplo do revelado nos edifícios do campus universitário, como vimos [na seção “O planejamento do campus universitário”, Capítulo 2].

Enfim, inicialmente fomentado pelo desejo de modernização da estrutura hoteleira local e de “incentivar o turismo como fonte de renda”, o Hotel Tambaú se concretizou como um símbolo de progresso para a cidade. Representação fomentada pelo próprio discurso do governador João Agripino (1966-1971), que teve na constante alusão aos grandes centros sua principal defesa ao empreendimento.

A ação dos incorporadores imobiliários

Na segunda metade dos anos 1960 tomou impulso em João Pessoa a produção do espaço construído por meio dos incorporadores imobiliários. Crescimento que correspondeu à criação do Sistema Financeiro de Habitação que, segundo M. Melo (1992, p. 150), configurou “a constituição de um circuito de crédito para o consumo (e não só para a produção)”. Com isso a produção de edifícios para o mercado pôde, conforme o mesmo autor, estar diretamente vinculada à demanda do mercado e não mais intermediada por “cotistas/condôminos”, que estabeleciam a relação final com o comprador, como ocorrera na explosão imobiliária do país entre 1937 e 1946. Com efeito, os financiamentos públicos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), através do Banco Nacional de Habitação (BNH), não se dirigiram apenas às obras de interesse social. Foram destinados também ao mercado de imóveis, como a construção de edifícios de apartamentos. Segundo apontado em 1968 por Alves (1968, p. 12), era comum aos incorporadores imobiliários de João Pessoa suas construções serem financiadas pelo BNH, através da Caixa Econômica Federal – CEF. Evidentemente que esse não foi um fenômeno local. Em São Paulo, onde já havia um processo de verticalização consolidado, “os empreendimentos imobiliários, antes caracterizados pela lentidão tanto na obtenção de recursos quanto na execução da obra, ganharam impulso, correspondendo igual ascensão na curva de evolução do crescimento vertical” (SOMEKH, 1997, p. 22).

Contudo, não podemos creditar esse crescimento em João Pessoa exclusivamente aos investimentos do BNH. Se foi a partir de 1967 que esse órgão, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), passou a promover a aquisição da casa própria (SOMEKH, 1997, p. 22), alguns dos edifícios altos da cidade precederam esse momento. Os edifícios de escritórios não eram beneficiados por esses financiamentos e, com efeito, aqueles que então surgiram, Régis, 5 de Agosto, Viña del Mar, “Claudino Pereira”, Nova Aurora, foram empreendidos por volta de 1964 e, por isso, foram reflexo da expansão das atividades comerciais e de serviços no centro, já densamente ocupado, somado à exigência de gabaritos mínimos nessa região. Da mesma forma, edifícios de apartamentos, como Caricé (no centro) e João Marques de Almeida (na praia), tiveram seus projetos realizados em início da década de 1960. Porém, com construções iniciadas entre 1964 e 1965, ambos foram concluídos graças



Figura 160. Publicidade do Conjunto Bôa Esperança.
Fonte: CONJUNTO Bôa..., 1968, p. 2.

SE V. PODE ADQUIRIR
▲ SUA RESIDÊNCIA NO

**Jardim
DAS ACÁCIAS**

Conjunto Residencial

por que
pagar
aluguel?

- * Pagamento em até 15 anos
- * Entrada em 10 meses
- * Segurado contra riscos diversos
- * Financiado pela Caixa Econômica Federal da Paraíba, com recursos do Banco Nacional da Habitação

ENTREGA EM SETEMBRO

empresário e construção de

CRC GUIMARÃES S.A.

INFORMAÇÕES:
Rua Duque de Caxias, 333
19 andar - Fone 3499

PROCURE CONHECER OS NOSSOS PLANOS DE VENDA

O conjunto residencial "Jardim das Acácias" fica situado à av. Des. Boto de Menezes, a 100 metros do Astréia

Figura 161. Publicidade do Conjunto Residencial Jardim das Acácias (1967), Roberval Guimarães. Fonte: JARDIM das Acácias, 1968, p. 8.

aos financiamentos do SFH. Portanto, a contribuição desses investimentos consistiu no impulso aos empreendimentos imobiliários e não necessariamente em sua constituição, visto que esses já se esboçavam anteriormente na cidade.

Temos que ressaltar também que a expansão da construção civil e, em especial, da produção de edifícios altos requeria um corpo técnico especializado. Nesse sentido a criação da Escola de Engenharia, em funcionamento desde 1956, a promover o progressivo crescimento e fortalecimento do quadro de engenheiros locais, forneceu base propícia para esse impulso. E a participação de engenheiros abrangeu inclusive o projeto de alguns desses edifícios.

O vigor do mercado de imóveis era perceptível nas numerosas publicidades de empreendimentos nos jornais locais, não restritos a edifícios altos [Figura 160]. Em 1967, o Conjunto Residencial Jardim das Acácias (82 unidades), em Tambiá [Figura 161], e o Conjunto Residencial Verde Mar (60 unidades), no Bairro dos Estados eram empreendidos pela firma CRC Guimarães, cujo proprietário, o arquiteto Roberval Guimarães (então radicado no Rio de Janeiro), foi também autor dos projetos. Em 1968 eram empreendidos os conjuntos

UM PASSO CERTO
no caminho para sua casa

conjunto habitacional integrado

- no melhor local
- água e luz
- grupos e ginásios
- mercado e centro comercial
- agência de banco
- clínicas médicas

A 100M. DA EPITÁCIO PESSOA

Você poderá obter informações no nosso standard de vendas, localizado no centro do loteamento, fone 6173 (entrada pela avenida Piauí) ou nos vendedores autorizados: Organização Bonfim, Rua Barão do Triunfo 474, 1o. andar, sala 2, fone 2413 e PRO-PAN, rua Visconde de Pelotas 52, fone 5022

procure as
CONSTRUTORAS CAMPOS e ROLIM LTDA
e esteja em casa

J. PESSOA - RUA VISCONDE DE PELOTAS, 189 - FONE 4689 - PB

Figura 162. Publicidade do Conjunto Habitacional Integrado (1968), Acácio Gil Borsoi. Fonte: UM PASSO..., 1968, p. 8.

Parque Residencial Boa Vista (52 unidades), pela empresa Impala, e o Jardim Cabo Branco (32 unidades), pela Constrol. No entanto, essas eram pequenas realizações, se comparadas aos conjuntos públicos paralelamente realizados, que entre 1968 e 1969 tinham em média 389 unidades (LAVIERI, J.; LAVIERI, M., 1999, p. 64). A exceção coube ao Conjunto Residencial Integrado [Figura 162] empreendido em 1968 pelo industrial Otacílio Campos Vieira (sócio com Romualdo Rolim da Construtora Campos e Rolim), cujo projeto, como ocorrera com sua própria casa, foi encarregado a Acácio Gil Borsoi. O conjunto deveria possuir, cerca de 2.000 residências⁷⁹ (ou lotes, para aqueles que preferissem construí-las), além de grupos escolares, ginásios, mercado, centro comercial, agência bancária, clínicas médicas (CONJUNTO Residencial..., 1968, p. 8; UM PASSO..., 1968, p. 8). Porém, essa “cidade dentro da cidade”, como proclamada na época, não seguiu adiante.

⁷⁹ O maior conjunto habitacional então construído em João Pessoa, Castelo Branco I, inaugurado em 1968 e empreendido pela CEHAP, possuía 630 unidades. Apenas em 1978 o Conjunto Ernesto Geisel, com 1.800 unidades, também empreendido pela CEHAP, se aproximou, no plano local, da escala proposta pelo Conjunto Residencial Integrado.

Assim, a ação dos incorporadores imobiliários sobre o espaço urbano se tornou mais visível através dos edifícios altos. Órgãos ou instituições continuavam, como ocorrido anteriormente, a realizar tais construções: Banco da Lavoura (Vital Brazil – 1963), sede da Reitoria da UFPB (Leonardo Stuckert – 1963), sede do INPS (Adauto Ferreira – 1966), agência do Banco do Brasil (1971), Centro Administrativo Integrado (Tertuliano Dionísio – 1973). Porém, a iniciativa privada foi então a principal promotora da verticalização. Dos 17 edifícios com mais de 04 pavimentos, construídos entre 1963 e 1974 e que foram por nós identificados,⁸⁰ 11 foram empreendidos privados, enquanto 06 foram realizados por órgãos ou instituições públicas. Por sua vez, os novos edifícios superavam a altura daqueles que o precederam e se constituíram em geral como arranha-céus. Ou seja, os incorporadores imobiliários através dessas construções agiam como efetivos agentes promotores da arquitetura no espaço urbano, à semelhança dos arquitetos, do Estado e da administração municipal, ao seguirmos sistematização utilizada por Santos (2001, p. 29-30) em seu estudo sobre Salvador.

Entre os incorporadores que atuaram no processo de verticalização alguns nomes foram recorrentes:⁸¹ o engenheiro José Walter Baltar Vinagre (Construtora Walter Vinagre), que foi delegado do CREA local e diretor da DOP; o engenheiro Romildo Marques de Almeida, que fundou em 1964 com os irmãos, Rinauro e João, a Impala (Imobiliária Paraibana); Renato Ribeiro Coutinho (industrial e então deputado federal) e José Waldomiro Ribeiro Coutinho, ambos pertencentes à família tradicionalmente ligada às usinas de açúcar e à política. Não raro, os incorporadores trabalhavam em parceria. A Construtora Walter Vinagre e José Waldomiro Ribeiro Coutinho, por exemplo, empreenderam juntos o edifício de escritório Viña del Mar (1965), assim como o Centro Hotel (Tertuliano Dionísio – 1969), que apesar de empréstimo concedido pela Caixa Econômica Federal e do lançamento da pedra fundamental, não seguiu adiante. E alguns se dedicaram a obras isoladas, como Francisco Leocádio Ribeiro Coutinho (Edifício Paraná) ou o comerciante Adrião Pires (Centro Comercial Manoel Pires). Os incorporadores de imóveis locais eram, pois, formados por uma série de pequenas ou médias empresas unidas a investidores isolados que aplicavam na construção civil os lucros provenientes de outros setores, como a produção agrícola e o comércio.

Por outro lado, essas realizações não se limitaram aos agentes locais, visto que também aí atuaram incorporadores de Recife, como Constrol,⁸² Lynaldo Uchôa de Medeiros⁸³ e Imobiliária Nassau. Essa última empreendeu o edifício de apartamentos Borborema (Construtora Unaldo

⁸⁰ Consideramos nessa sistematização a data de início da construção, por isso não incluímos nesses números o Edifício Nova Aurora, que até 1974 não houvera ainda sido iniciado. Nesse sentido, contemplamos apenas as obras construídas. Motivo pelo qual os três pavimentos efetivamente edificadas do Edifício “Claudino Pereira” também não foram aí incluídos.

⁸¹ Quanto à Construtora Ausonia, que, em meado de 1960, construiu e incorporou obras na cidade, não encontramos registros de sua produção posterior ao Edifício Manaíra (1961).

⁸² A Constrol (Fernando Rodrigues Comércio e Indústria de Construções) incorporou em 1968, juntamente com a construtora paraibana Cotec, o conjunto residencial “Jardim Cabo Branco”, na Avenida Ruy Carneiro, composto por trintas e duas unidades. Em Recife já houvera realizado os edifícios Rio Tejo (em Boa Viagem), Rio Sena (na Casa Amarela), Alfredo Bandeira (na Rua Aurora) e conjuntos residenciais na Casa Forte, em Olinda (CONJUNTO Jardim..., 1968, p. 3).

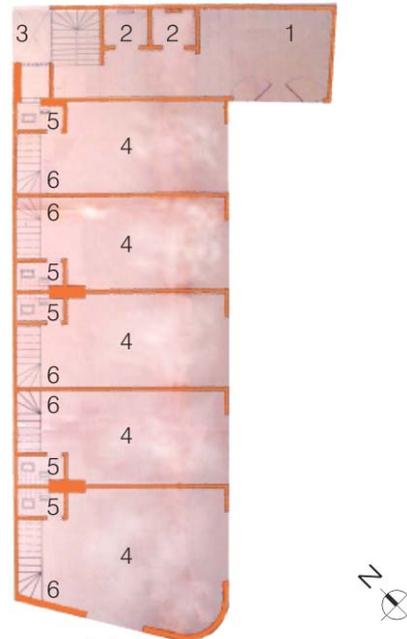
⁸³ Lynaldo Uchôa de Medeiros, radicado em Recife, incorporou, em João Pessoa, o edifício de escritório Régis (1964), no centro.

Cruz – 1962), no Cabo Branco, e o edifício de escritórios “Claudino Pereira”, no centro (Construtora Unaldo Cruz – 1964), que, após longo tempo paralisado, foi apenas parcialmente construído (os andares correspondentes às salas comerciais). Era também recorrente a esses investidores a dupla atividade na incorporação e também na construção desses empreendimentos, afora realizarem construções de obras públicas, a exemplo de CRC Guimarães (Reitoria da UFPB, sede do DER) e Impala (Assembléia Legislativa), postura que os permitia se adequar às eventuais variações do mercado imobiliário.

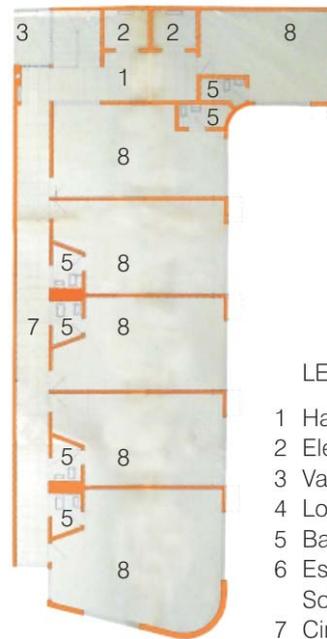
Como já se esboçava no período anterior, os edifícios de escritórios, assim como os institucionais, surgiram essencialmente no núcleo central da cidade, naquela região que nos anos anteriores foi contemplada pelos incentivos oficiais à verticalização, como vimos [na seção “Os incentivos à verticalização”, Capítulo 2], em especial as avenidas Duque de Caxias e Padre Meira (ambas nas imediações do Ponto de Cem Réis) e o Parque Solon de Lucena. Dessa forma, edifícios de apartamentos só surgiram aí, quando de uso misto, Banco do Brasil (1971), Centro Comercial Manoel Pires (Carlos Carneiro – 1973), que em tais casos procuravam conciliar a moradia ao uso institucional ou comercial.

Ao ocuparem uma estrutura fundiária tradicional, destinada às construções de pouca altura e caracterizada por lotes estreitos e compridos, os edifícios de escritórios obedeceram a uma implantação igualmente tradicional, a resultar geralmente na ausência de recuos laterais e de fundo, salvo poços de ventilação e iluminação. Por isso privilegiaram a localização em lotes de esquina, pela possibilidade de obter maior superfície arejada e iluminada, a exemplo dos edifícios de escritórios Nações Unidas (1957), Régis (1964), “Claudino Pereira” (Construtora Unaldo Cruz – 1964), Viña Del Mar (1965). E, por conseguinte, a diferença de altura entre os arranha-céus surgidos no centro e as antigas construções de poucos pavimentos gerava efeitos indesejados: o aparecimento das faces laterais nuas. Problema que nos anos 1930 foi alvo de preocupação de Prestes Maia em São Paulo, quando visava combater esse defeito estético do gabarito irregular com uma regulamentação adequada, e sob sua influência foi nessa cidade estabelecido o Ato nº 1.496, de 25 de outubro de 1938, o qual “previa que as construções na avenida Nove de Julho, recém-aberta, tivessem [...] 12 metros de frente e fachadas laterais tratadas” (SOMEKH, 1997, p. 54-55). Entretanto, mesmo que por vezes a imprensa paraibana utilizasse metáforas como “uma boca banguela” ou “uma cidade de dente só”, ao referir-se aos arranha-céus de João Pessoa, não encontramos semelhante discussão no meio local.

Por sua vez, os edifícios institucionais então surgidos nessa mesma estrutura fundiária foram invariavelmente implantados livres dos limites do lote, embora à custa de remembrar o parcelamento preexistente. Distinção entre agentes públicos e privados que se estendeu ainda à própria arquitetura desses edifícios. Se era reclamado a um moderno centro de negócios a flexibilidade espacial, já concretizada por Mendelsohn na Columbushaus (1931), em Berlim, ou por Mies van der Rohe no Seagran Building (1950), em Nova York, semelhante preocupação apenas se esboçava nos projetos realizados para o mercado imobiliário de João Pessoa.



P. Baixa/Térreo



P. Baixa/Pav. Tipo

LEGENDA

- 1 Hall
- 2 Elevador
- 3 Vazio
- 4 Loja
- 5 Banheiro
- 6 Escada/
Sobreloja
- 7 Circulação
- 8 Sala

Figuras 163, 164, 165. Edifício de escritórios Paraná (1968), Mário Di Lascio. Fonte: foto nossa (17 ago. 2006); Arquivo Central/PMJP (editado por nós).

O Edifício Paraná (1968), projetado por Mário Di Lascio e incorporado por Francisco Leocádio Ribeiro Coutinho (agentes locais), destinou-se, assim como os demais empreendimentos desse gênero, a comércio no térreo e escritório nos andares superiores. Apesar de localizado no meio da quadra, estabeleceu área livre em uma das laterais e, com isso, simulou a solução em esquina, a fim de ampliar as superfícies diretamente arejadas e iluminadas [Figuras 163, 164]. Artifício que permitiu dirigir as aberturas à orientação climática mais favorável, ao tempo

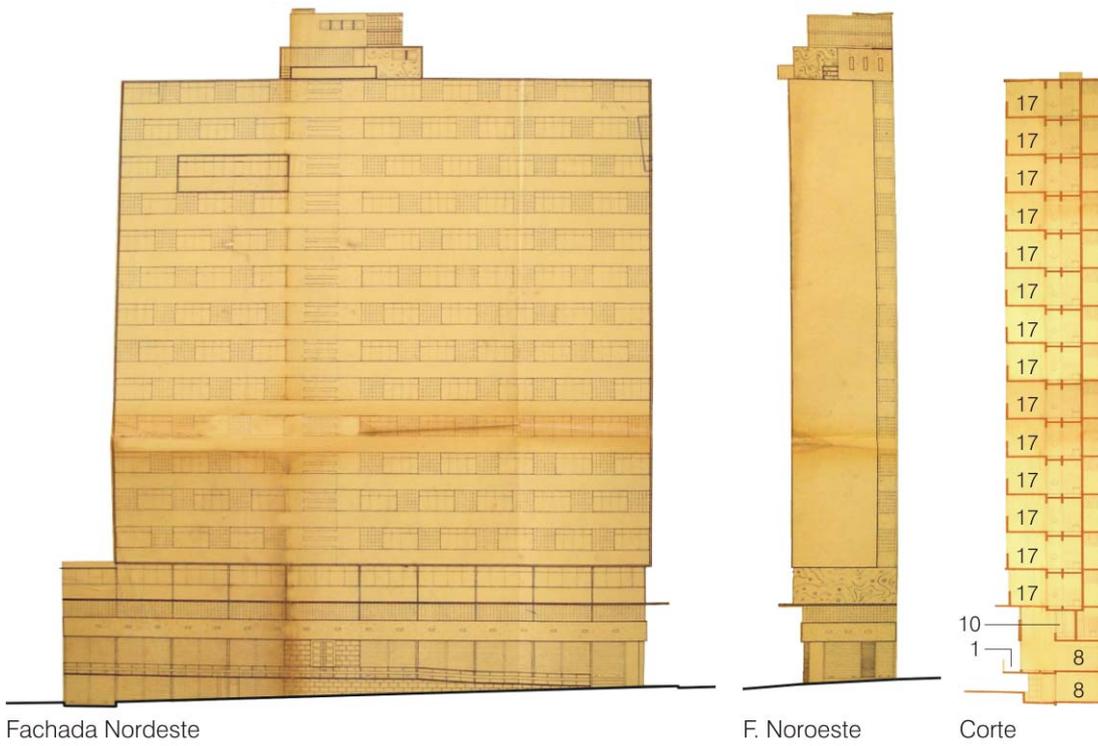
que essa incidia sobre a vista predominante: o Parque Solon de Lucena. O próprio alargamento em sua parte posterior era mais uma necessidade estrutural, para dar estabilidade a uma forma esbelta e elevada (LASCIO, 2006b), do que a busca por um maior aproveitamento do lote.

O edifício possuía técnica moderna: estrutura de concreto armado independente dos fechamentos. Contemplou preceitos como a repetição e a simplicidade construtiva. Retomou o uso dos tradicionais azulejos decorados, que associados à esquina curva do prédio lembravam a parede ondulante da esquina do Edifício Seguradoras (Marcelo e Milton Roberto – 1943), também revestida de azulejos e que buscava dar tratamento dinâmico às fachadas. Contudo, as subdivisões internas do Edifício Paraná visaram mais a compartimentação fixa dos espaços do que a possibilidade de novos arranjos e seguiram a subdivisão das salas comerciais do térreo [Figura 165]. Postura que repercutiu em seu tratamento externo, cujas aberturas foram interrompidas por paredes destinadas à instalação de ar-condicionado, as quais insinuavam a solução estrutural do edifício. Nesse sentido, prevaleceu a premissa dogmática e moderna de que “a forma segue a função”, mesmo que essa não pudesse ser *a priori* precisamente identificada, por causa da diversidade de usos que poderiam ser abrigados nos espaços internos.

O Edifício “Claudino Pereira” (Construtora Unaldo Cruz – 1964), localizado em esquina, também recuou uma de suas laterais, o que não impediu que sua maior extensão fosse incorporada ao limite do lote, a resultar numa fachada nua [Figura 166], que abrigava as circulações. Seguiu, como foi comum aos demais empreendimentos voltados ao mercado imobiliário, a repetição e a simplicidade, embora tais preceitos não resultaram na industrialização da construção. E as aberturas, embora fossem contínuas, propiciadas pela estrutura recuada do plano da fachada, como preconizado por Le Corbusier, e possibilitassem uma maior diversidade de arranjos internos, ainda guardavam uma direta associação com a compartimentação interna previamente estabelecida.

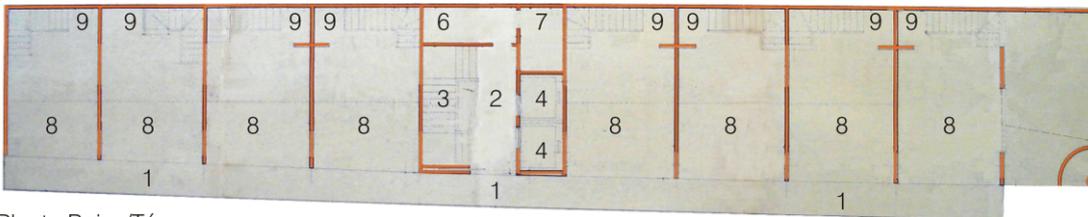
Em contrapartida essa obra esboçava claras intenções plásticas, como: a alternância entre esquadrias de vidro e elementos pré-moldados, na fachada nordeste; a distinção formal entre o bloco vertical de escritórios e o horizontal de salas comerciais; a tentativa de evidenciar a estrutura nos pavimentos inferiores, que simulava uma espécie de pilotis. Por sua vez, o aproveitamento da declividade natural do terreno, onde se acomodavam as lojas, em diferentes pisos e com acessos diretos à via pública, somado à proposição de iluminação e ventilação naturais aos ambientes internos através de poços assinalavam o atendimento aos preceitos funcionais. Porém, esse empreendimento, cujo incorporador (Imobiliária Nassau) e o projetista (Construtora Unaldo Cruz) eram de fora, Recife, foi apenas parcialmente construído. Foram concretizados apenas os pavimentos correspondentes ao bloco horizontal, mesmo assim após longo tempo de paralisação nos serviços.

Já o Edifício Nova Aurora (1965), que até 1974 não houvera sido concretizado, foi projetado pelo arquiteto José Fernandes Alves de Carvalho, radicado provavelmente em Recife,

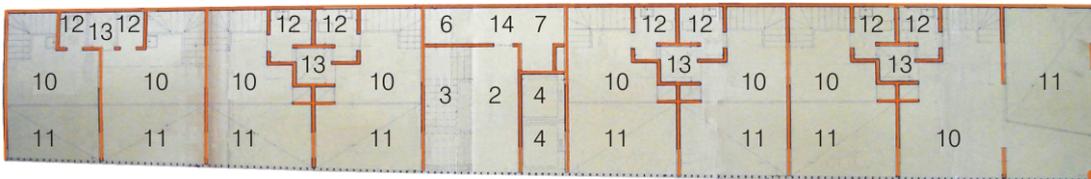


LEGENDA

- | | | | | |
|------------|----------------|--------------------|----------------------|---------------|
| 1 Rampa | 5 Elevador | 8 Loja | 12 Banheiro | 15 Lixo |
| 2 Hall | 6 Quadro Geral | 9 Escada/Sobreloja | 13 Poço | 16 Circulação |
| 3 Escada | Luz - Força | 10 Sobreloja | 14 Contadores de Luz | 17 Sala |
| 4 Elevador | 7 Incinerador | 11 Vazio | | 18 Armário |



Planta Baixa/Térreo

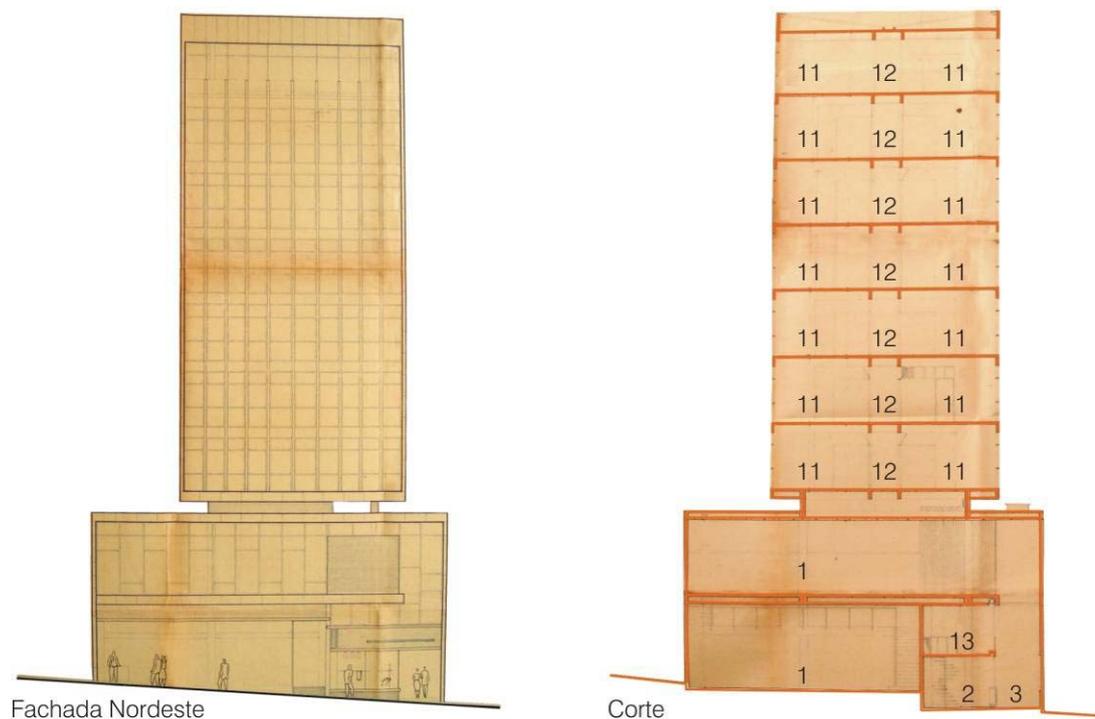


Planta Baixa/Sobreloja



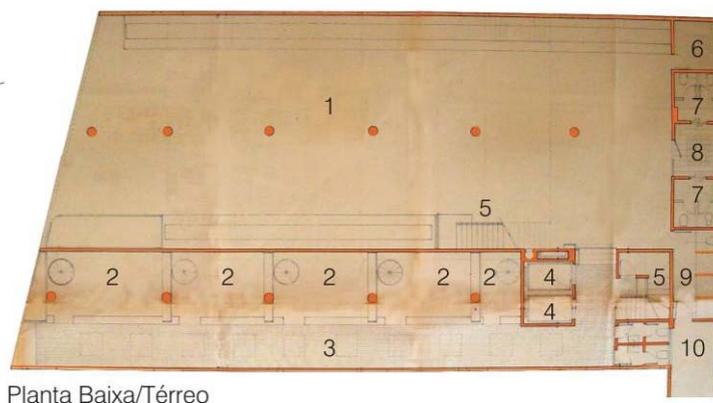
Planta Baixa/Pav. Tipo

Figura 166. Edifício de escritórios "Claudino Pereira" (1964), Construtora Unaldo Cruz. Fonte: Arquivo Central/PMJP (editado por nós).

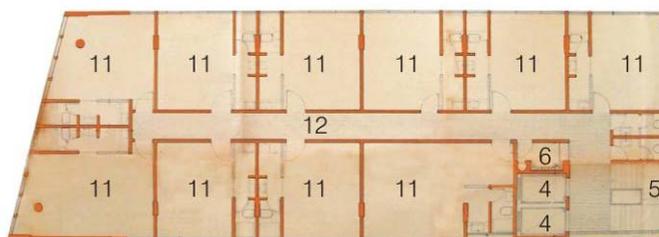


LEGENDA

- 1 Loja
- 2 Box
- 3 Galeria
- 4 Elevador
- 5 Escada
- 6 Depósito
- 7 Banheiro
- 8 Hall
- 9 Funcionários
- 10 Acesso/
Av. Gen. Osório
- 11 Sala
- 12 Circulação
- 13 Sobreloja



Planta Baixa/Térreo



Planta Baixa/Pav. Tipo

Figura 167. Edifício de escritórios Nova Aurora (1965), José Fernandes Alves. Fonte: Arquivo Central/PMJP (editado por nós).

e incorporado por Lívio Alves de Lima.⁸⁴ Diferentemente dos demais, destinou seus dois pavimentos inferiores a uma única grande loja, enquanto pequenos comércios foram

⁸⁴ Não sabemos a procedência do incorporador Lívio Alves de Carvalho. É provável que se tratasse de comerciante, pelo empreendimento destinar sua área comercial para uma única e grande loja, assim como aconteceu com o Centro Comercial Manoel Pires (1973), empreendido pelo comerciante paraibano Adrião Pires.

implantados em nível mais baixo (conforme declividade natural do terreno) e com acesso independente, ao longo da circulação de acesso aos sete pisos do bloco de escritórios. Diante das dimensões do terreno, os pavimentos superiores foram solucionados como um volume independente do lote, embora estritamente paralelo a seus limites, dos quais derivava seu formato trapezoidal [Figura 167]. Apesar dessa maior liberdade, continuou a haver uma estrita correspondência entre a forma e a disposição preestabelecida dos ambientes internos. Mesmo a fachada cortina (na face nordeste), que permitia uma dissociação entre forma e função, não se reproduziu nas demais laterais. E novamente havia uma nítida intenção plástica no conjunto: marcações na fachada nordeste que acentuavam a verticalidade da composição; galeria de lojas com pé direito triplo e iluminação zenital; estrutura recuada das fachadas; o bloco vertical ligeiramente elevado por pilotis, não obstante a pequena altura gerada entre as lajes.

Enfim, fosse nesse ou nos demais edifícios de escritórios voltados ao mercado imobiliário foram utilizadas soluções formais modernas, embora essas nem sempre correspondessem aos requerimentos funcionais reclamados a um moderno edifício de escritórios.

Além da orientação individual dos próprios arquitetos, essas soluções devem ser creditadas também às implicações inerentes ao próprio mercado imobiliário. Ao compararmos os edifícios de escritórios realizados para esse fim em João Pessoa com os edifícios institucionais então surgidos, como a sede da Reitoria (Leonardo Stuckert – 1963) [Figuras 168, 169] ou a sede do INPS (Adauto Ferreira - 1966), o descompasso se evidencia. Esses seguiram o modelo de



Figuras 168, 169. Reitoria da Universidade Federal da Paraíba (1963), Leonardo Stuckert. Fonte: arquivo pessoal do arquiteto Roberval Guimarães; foto nossa (19 maio 2008).

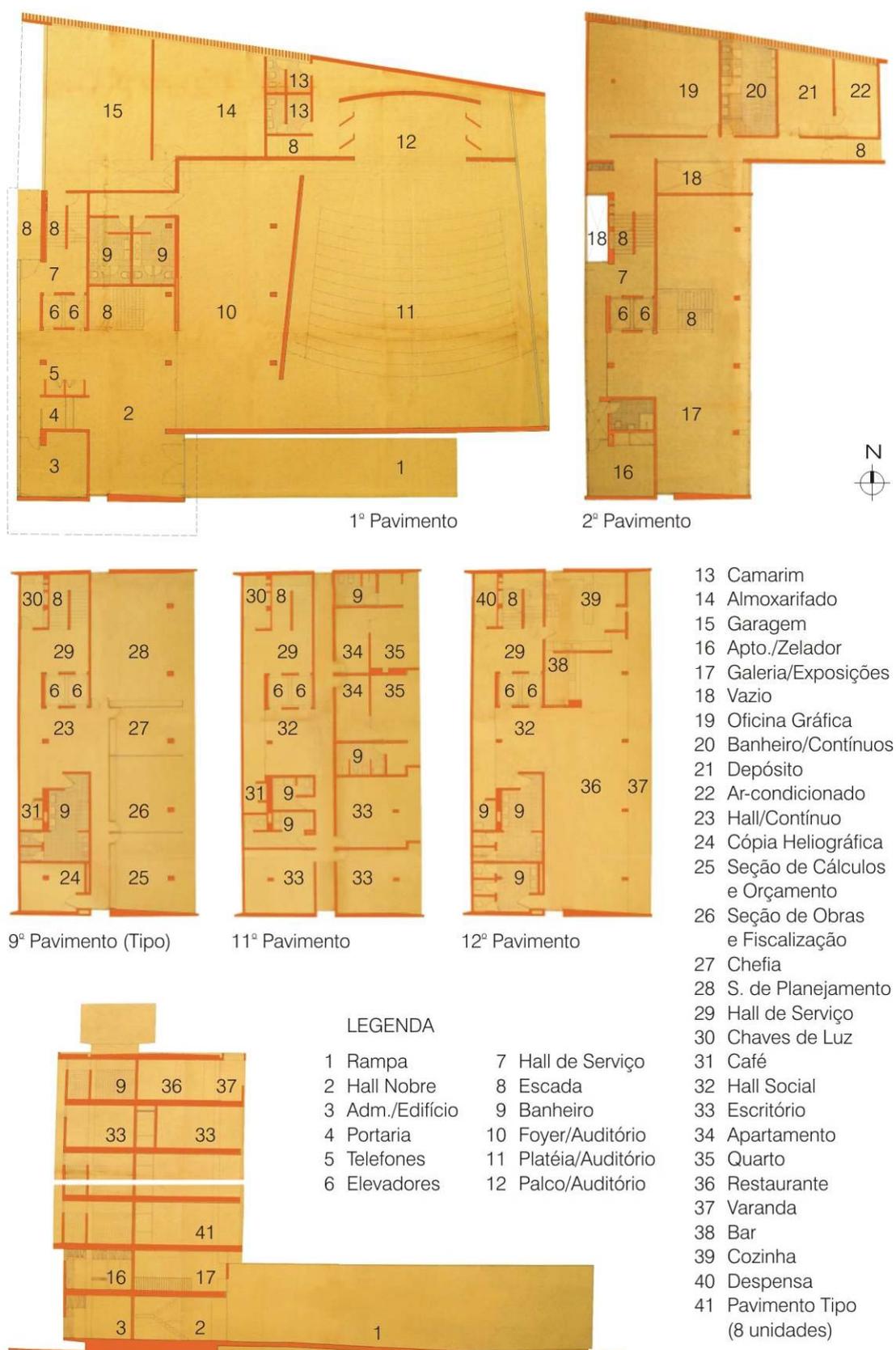


Figura 170. Reitoria da Universidade Federal da Paraíba (1963), Leonardo Stuckert. Fonte: Arquivo Central/PMJP (editado por nós).

arranha-céu definido por Skidmore, Owings e Merrill, como a *Lever House*, em Nova Iorque (1951-1952): um corpo horizontal na base e outro vertical como culminação, conjunto que “expressava a definitiva integração dos volumes puros da arquitetura moderna na cidade” (MONTANER, 2001a, p. 20).

O projeto de Leonardo Stuckert para a Reitoria da UFPB, por exemplo, que foi detalhado por Mário Di Lascio e construído por Roberval Guimarães (Construtora CRC Guimarães), se alinhava ao conceito, embora, paradoxalmente, antifuncionalista, como lembra Montaner (2001a, p. 22), de espaço universal, isto é, “uma estrutura espacial [...] capaz de aceitar quase todo tipo de função” [Figura 170]. Assim o bloco vertical permitia diversos arranjos internos, favorecidos pela estrutura de concreto armado regularmente disposta e pelas janelas contínuas e com subdivisões estritamente moduladas. A própria aparência externa do edifício não denunciava de antemão suas subdivisões internas e se restringiam à contraposição entre fachadas: leste, que voltada para os ventos predominante era completamente envidraçada, e oeste, que intercalava faixas de janelas altas e fechamentos de alvenaria, não obstante ser dirigida à visão do Parque Solon de Lucena. Dessa forma, dentro dos preceitos modernos, eram os aspectos funcionais e não a relação com as peculiaridades do lugar que fundamentavam essa diferenciação. É verdade, no entanto, que se privilegiava um acesso monumental, que aliava o recuo do bloco horizontal, a conformar uma empena cega na lateral da rampa, à perspectiva propiciada pela Avenida Getúlio Vargas.

Com dois pavimentos, o bloco inferior explorava a plasticidade dos distintos ambientes por ele abrigados, a exemplo da forma trapezoidal do auditório, perceptível tanto no interior quanto exterior do edifício, ou da diferença de altura entre os blocos, que possibilitava a iluminação direta da Galeria de Exposições. Da mesma forma a pequena declividade do terreno era explorada com semelhante equilíbrio entre plástica e funcionalidade. Assim, enquanto a garagem e o almoxarifado se localizavam diretamente no nível mais baixo do terreno, os demais pavimentos se elevavam desse, o que era evidenciado pela laje de piso projetada além do embasamento [Figura 170].

Também a sede do INPS (Adauto Ferreira - 1966) [Figura 171] seguiu semelhante modelo e, acima disso, reuniu soluções pouco freqüentes à produção local: estrutura de concreto à vista, integração de obra-de-arte à arquitetura (painel de concreto na fachada), solução monumental dos pilotis, utilização de painel de azulejos nas fachadas.

Quanto aos edifícios de apartamentos, os incorporadores imobiliários também os empreenderam centrados essencialmente nos princípios de economia, racionalidade e simplicidade. Era inclusive comum seus projetos serem de autoria dos próprios incorporadores: edifício João Marques de Almeida, projetado por Romildo Marques, e edifício Beiramar, por Walter Vinagre. Ou por engenheiros, como o Edifício Gravatá (1964), no Cabo Branco, realizado por Oswaldo Nobre Fontes. Daí, alguns resultados assumirem um caráter mais técnico ou financeiro, próprio a suas especialidades, do que um equilíbrio entre requerimentos funcionais e intenções plásticas. Enfim, se o incorporador “decide o processo de produção, no que diz respeito às características arquitetônicas, econômico-financeiras e

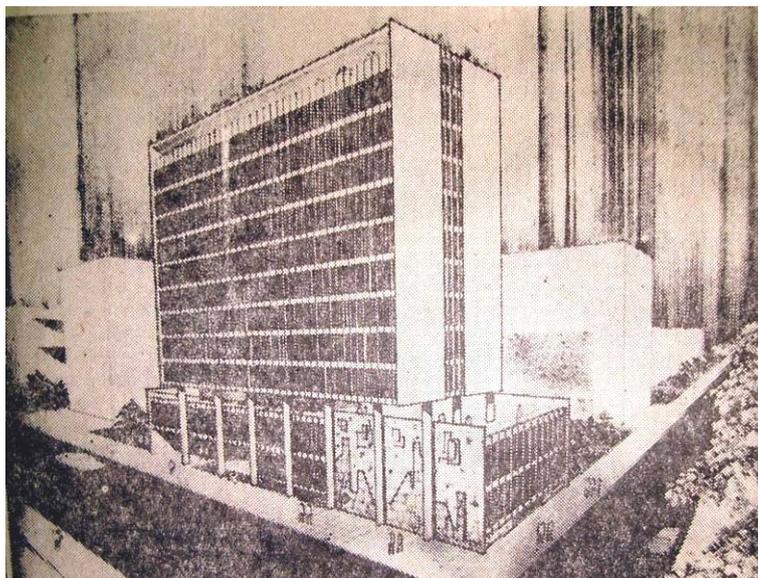


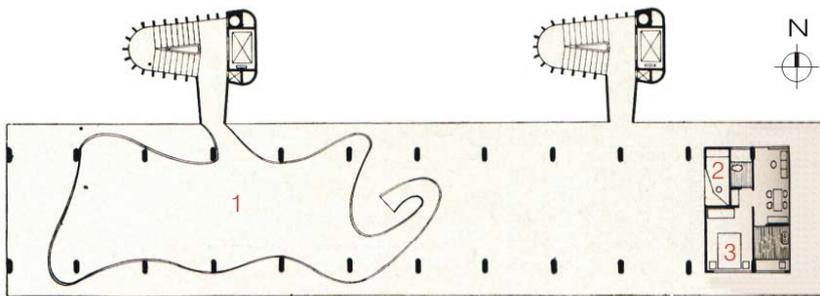
Figura 171. Sede regional do INPS (1966), Adauto Ferreira.
Fonte: O EDIFÍCIO..., 1968, p 1.

locacionais” (SANTOS, 2001, p. 92), seu papel em João Pessoa, não raro, se estendeu ainda ao próprio objeto arquitetônico. Isso também se revelou, em meados dos anos 1960, nos empreendimentos imobiliários de Salvador, o que segundo Santos (2001, p. 98), era “um indício da pouca preocupação estética”. Além disso, temos que considerar que as residências isoladas ainda eram as formas de moradia priorizadas pelas famílias abastadas de João Pessoa.

Essa multiplicidade de atribuições do incorporador foi evidenciada no planejamento do Edifício Caricé, nas imediações do Parque Solon de Lucena. O projeto inicialmente proposto pelo arquiteto Florismundo Lins (n. 1924) [Figuras 172, 173, 174], “segundo as normas da arquitetura contemporânea, apresentando linhas simples, aspecto leve de forma a dar aos seus ocupantes as condições de vida ideal”, como descrito na revista Acrópole (EDIFÍCIO de apartamentos, 1959, p. 111), onde foi publicado, foi rejeitado, por causa do aproveitamento proposto para o lote: 40 apartamentos distribuídos em dez andares. Os próprios incorporadores, os engenheiros Walter Vinagre e Romildo Marques, se encarregaram do projeto [Figura 175]. Conforme esse último (ALMEIDA, R., 2007), “[o projeto anterior] era um prédio menor de apartamentos maiores. Nós fizemos o prédio com três tipos de apartamentos, grandes, médios e pequenos, para atender a todas as classes”. Assim, o edifício se concretizou no mesmo local com 117 apartamentos distribuídos em catorze andares, o que significou uma construção (17.000 metros quadrados) quase tão grande quanto o Hotel Tambaú (18.576 metros quadrados).⁸⁵

Porém, diferentemente daqueles destinados a escritórios, concentrados numa única área, os edifícios de apartamentos despontaram em duas regiões: o centro e a praia. Nessa primeira,

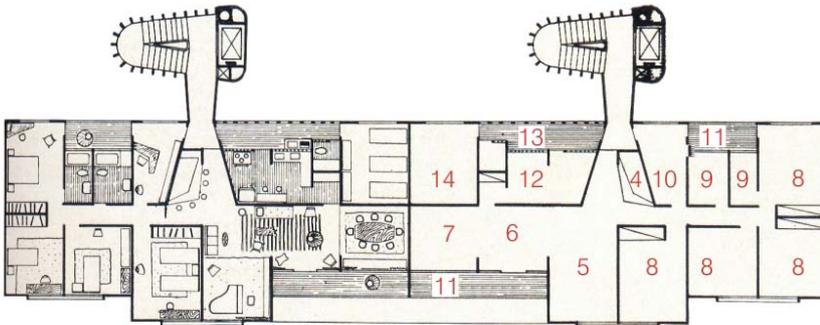
⁸⁵ Devido à inadimplência, iniciado em 1964, o Edifício Caricé, só foi concluído por volta de 1970, graças a financiamento do SFH.



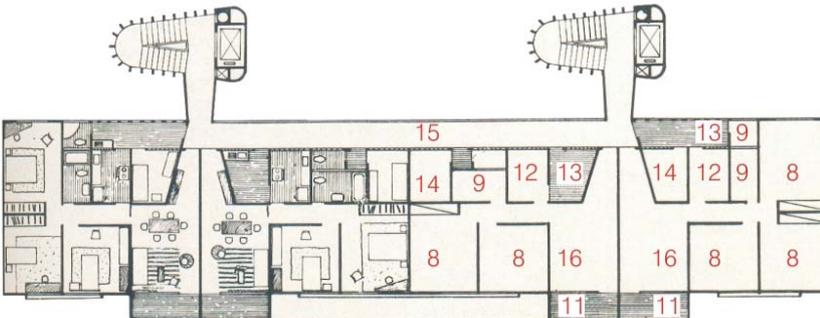
Planta Baixa/Pilotis

LEGENDA

- 1 Galeria
- 2 Portaria
- 3 Apartamento/
Zelador
- 4 Bar
- 5 Sala/Música
- 6 Estar
- 7 Jantar
- 8 Quarto
- 9 Banheiro
- 10 Gabinete
- 11 Varanda
- 12 Cozinha
- 13 Serviço
- 14 Quarto/Emp.
- 15 Circulação
- 16 Sala



5º. e 8º. Pavimentos (Apartamento C)



3º., 6º. e 9º. Pavimentos (Apartamentos A e B)

Figuras 172, 173, 174. Anteprojeto do edifício de apartamentos Caricé (1959), Florismundo Lins. Fonte: EDIFÍCIO de apartamentos, 1959, p. 110-111 (editado por nós).

EDIFÍCIO CARICÉ
NOVA ERA DE PROGRESSO!!!

O início das obras do Edifício CARICÉ marca o começo de uma nova era de progresso para a capital paranaense, no campo imobiliário. Visite o local (confluência da Getúlio Vargas com Princesa Isabel) e constate, pessoalmente, o fabuloso acervo de material já adquirido "da fábrica ao Caricé", sem ônus criado pelo intermediário. Veja, também, em pleno funcionamento, o numeroso conjunto de máquinas Caricé — o mais seguro empreendimento imobiliário da cidade — começa com C do Campêlo em vantagens exclusivas. Edifício no coração de J. Pessoa, no maior e único lote disponível ao lado da elegante e romântica Lagoa, fica perto de tudo e conta com certa, inaleculável e permanente valorização. Note V. compra uma espaçosa, confortável, fina e moderna residência de "bom gosto" acabamento: louças e azulejos em cores, ferragem de primeira, pintura lavável e pisos nobres. Todos os apartamentos têm área superior a 118m², com 3 e 4 quartos, sala de estar, varanda panorâmica, banheiro completo, copa-cozinha, terraço de serviço, dependências completas de empregada, instalações para telefone, gerador próprio, 3 elevadores de alta velocidade e uma fabulosa área ajardinada superior a 1.000m², com play-ground, sala de reuniões, salão de festas e antena coletiva de tv. tudo privativo dos condôminos.

Incorporação de João Marques de Almeida e família - Administração da Impulsão Imobiliária Paranaense, Ltda. - Construção da Construtora Walter Vinagre, Ltda. - Fundação a cargo da **FRANKI**.

Vendas exclusivas com a segurança da **SOLAR IMÓVEIS LTDA**

Em João Pessoa, diariamente, no local da obra, fone 3342.
No Recife, Edifício Phoenix, sala 52, fone 45095.

Figura 175. Publicidade do edifício de apartamentos Caricé (1964), Romildo Marques, Walter Vinagre. Fonte: EDIFÍCIO Caricé, 1964, p. 5 (arquivo pessoal de Marcus Vinícius).

se localizaram em áreas residenciais já valorizadas, a exemplo da Avenida João Machado, onde foram construídos os edifícios Cadeno e Nossa Senhora de Lourdes (Delfim Amorim, Heitor Maia Neto – 1967) [Figura 176], ou da Avenida Getúlio Vargas, onde foram construídos os edifícios Caricé (Romildo Marques, Walter Vinagre – 1964) e Santa Rita (1968) [Figura 177]. Por isso, não contradisseram a setorização funcional da cidade, que reservava o núcleo central para comércio e serviços. Essa localização procurava oferecer a vantagem da proximidade aos serviços consolidados e indiretamente conquistar aqueles que ainda não tinham carro, como sugeria a publicidade do Edifício Santa Rita: “A 2 minutos do centro comercial da cidade. Pertinho de: Mercado, Colégios, Hospitais, 2 Restaurantes” (EDIFÍCIO Santa..., 1968, p. 4).

Por sua vez, na praia, que constituía uma espécie de “novo arrabalde”, diante de sua ocupação recente por moradias definitivas, além da posterior implantação de novos equipamentos como clubes de lazer e o Hotel Tambaú, os incorporadores imobiliários priorizaram a localização à beira-mar. E foram, nessa região da cidade, os únicos agentes promotores da verticalização, ao contrário do centro, onde compartilhavam esse encargo com o Estado, órgãos e entidades. Soma-se a isso que os empreendimentos localizados na praia agora superavam a altura máxima de quatro pavimentos já atingida pelo edifício de apartamentos Manaíra (1961). Em 1965, foi lançada a pedra fundamental do Edifício João Marques de Almeida (Romildo Marques de Almeida – 1960), no Cabo Branco, com treze pavimentos. Em 1967, foi a vez do Edifício São Marcos (Mário Di Lascio – 1968), em Tambaú, com onze pavimentos. Em 1968, o Edifício Beiramar (Walter Vinagre – 1967), no Cabo Branco,

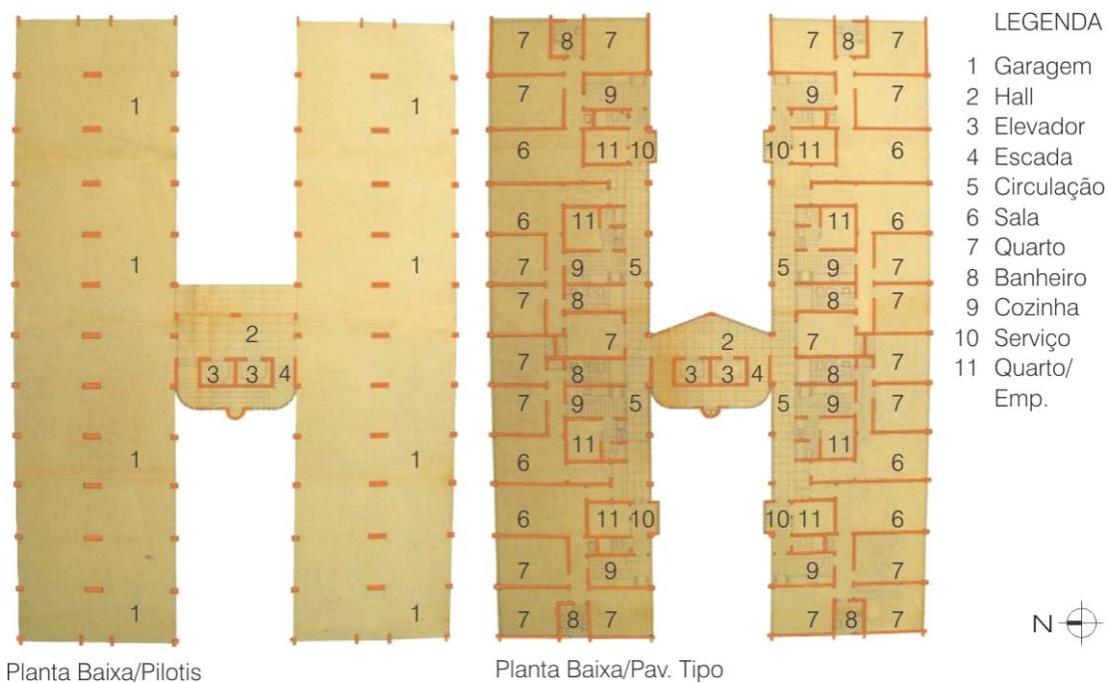
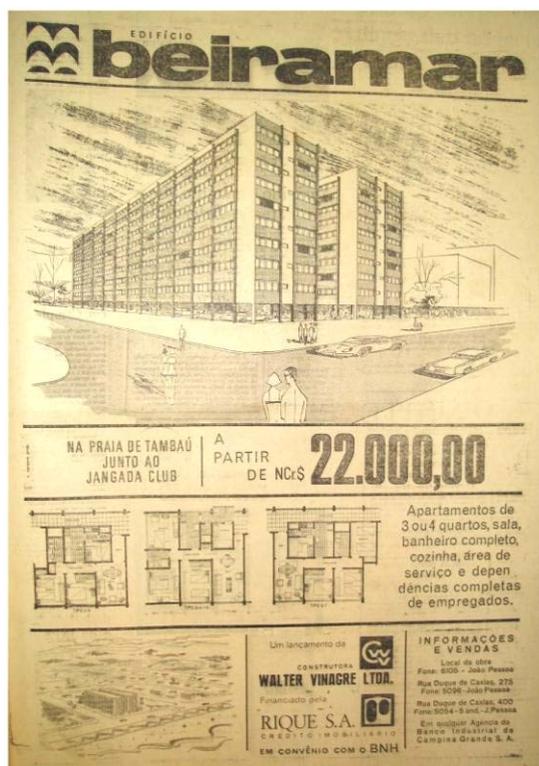


Figura 176. Edifício de apartamentos Cadeno (1967), Delfim Amorim, Heitor Maia Neto. Fonte: CADENO..., 1968, p. 1.

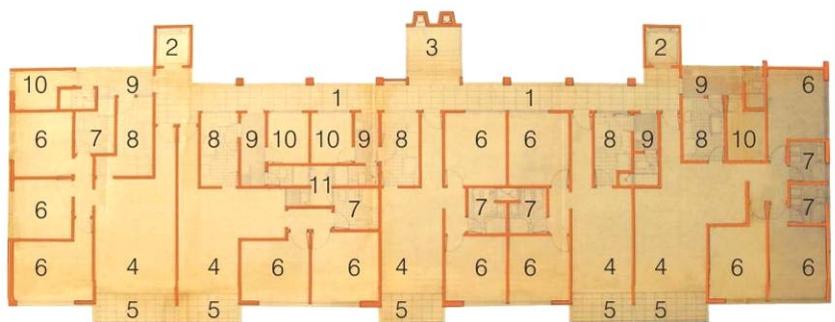
Figura 177. Publicidade do edifício de apartamentos Santa Rita (1968). Fonte: EDIFÍCIO Santa..., 1968, p. 4.

com dez pavimentos. Nos anos 1960, também se iniciou a construção do edifício Borborema (Construtora Unaldo Cruz – 1962), no Cabo Branco, com onze pavimentos. Construções que, mesmo aquelas projetadas pelos próprios incorporadores, reproduziram referências modernas, em especial suas soluções formais.

O Edifício Beiramar (1967), projetado pelo próprio incorporador, o engenheiro local Walter Vinagre, foi implantado solto dos limites dos lotes, como foi comum aos demais edifícios de apartamentos então construídos na cidade, fossem localizados na praia ou no centro [Figuras 178, 179, 180]. Seu projeto simulava a repetição e a modulação construtiva, enfatizada pelas aberturas regularmente dispostas nas fachadas, embora não houvesse um módulo preciso, tampouco uma estrita regularidade na disposição da estrutura de concreto armado. Os volumes foram decompostos em planos e esses, por amplas aberturas. E a estrutura foi evidenciada. Soluções que, no entanto, não foram além da sobreposição de moradias isoladas, visto que não contemplaram nem mesmo equipamentos de uso coletivo.



Figuras 178, 179, 180. Edifício de apartamentos Beiramar (1967), engenheiro Walter Vinagre. Fonte: EDIFÍCIO Beiramar, 1968, p. 7; foto nossa (15 ago. 2006); Arquivo Central/PMJP (editado por nós).



LEGENDA

- 1 Circulação
- 2 Elevador
- 3 Escada
- 4 Sala
- 5 Varanda
- 6 Quarto
- 7 Banheiro
- 8 Cozinha
- 9 Serviço
- 10 Quarto/Emp.
- 11 Vazio

Planta Baixa/Pav. Tipo



Figuras 181, 182, 183. Edifício de apartamentos João Marques de Almeida (1960), engenheiro Romildo Marques de Almeida. Fonte: EDIFÍCIO João..., 1965, p. 8; foto nossa (15 ago. 2006); Arquivo Central/PMJP (editado por nós).

O Edifício João Marques de Almeida (1960), também projetado por seu próprio incorporador, o engenheiro paraibano Romildo Marques, e cuja construção foi iniciada em 1965, se localizou em amplo terreno situado entre a falésia e o mar [Figuras 181, 182, 183]. Área livre que foi disponibilizada para piscina, quadra de vôlei e playground, além de estacionamento. E apesar da liberdade oferecida por essas dimensões e da paisagem da falésia, o edifício manteve um estreito paralelismo em relação ao lote, cuja implantação recaiu no tradicional estabelecimento de frentes e fundos, fachada e quintal. Postura refletida em seu tratamento formal: enquanto a fachada voltada para o mar (leste) tinha uma intenção plástica definida, aquela dirigida para oeste era resultante da disposição mecanicista dos equipamentos. Enfim, evocava a

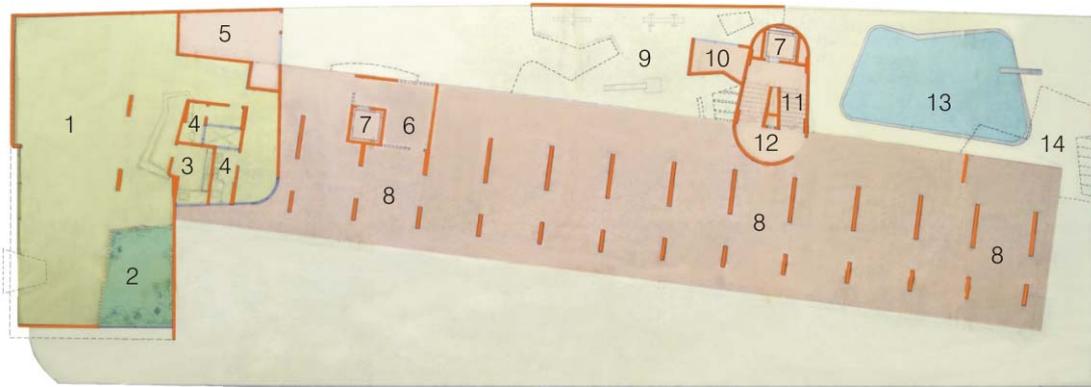
tradicional distinção entre uma área nobre frontal e uma área relegada ou quintal, isto é, a “valorização social e arquitetônica das frentes e desprestígio dos fundos”, como descrito por Reis Filho (2004, p. 80). No entanto, ostentava a transparência e a simplicidade construtiva comuns à arquitetura moderna, além dos pilotis em concreto armado.

O Edifício Borborema (Construtora Unaldo Cruz – 1962), por sua vez, fugiu do tradicional paralelismo aos limites do lote, implantado em diagonal [Figuras 184, 185]. Relação que era restabelecida no pilotis pelo bloco fechado destinado à sorveteria, além de abrigar instalações elétricas do edifício. Semelhante liberdade formal foi explorada na cobertura do bloco de apartamentos, onde paredes curvas e cobertas em “asa de borboleta”, comum à arquitetura moderna brasileira, foram utilizadas. As lajes de concreto com desenhos irregulares, que protegiam o *playground* e o apoio da piscina, também seguiam semelhante exploração plástica.

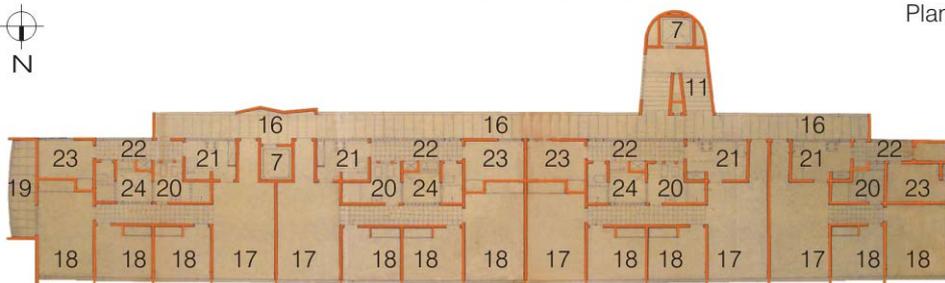
Por outro lado, diferenciava circulação social e de serviço, o que era ainda incomum aos demais prédios residenciais de João Pessoa, e mantinha os preceitos de repetição e simplicidade construtiva, a exemplo das fachadas, conseqüências diretas do interior e nas quais preponderava a transparência, possibilitada também pelo recuo da estrutura em relação aos fechamentos. E continuava a seguir os preceitos funcionais, como a possibilidade de ventilação cruzada nos apartamentos, graças à circulação coletiva avarandada, e a pretensão de racionalizar o número de parada dos elevadores, ao implantá-lo nos patamares da escada, como já utilizado por vários outros arquitetos (Vilanova Artigas, Delfim Amorim, Ulisses Burlamaqui).



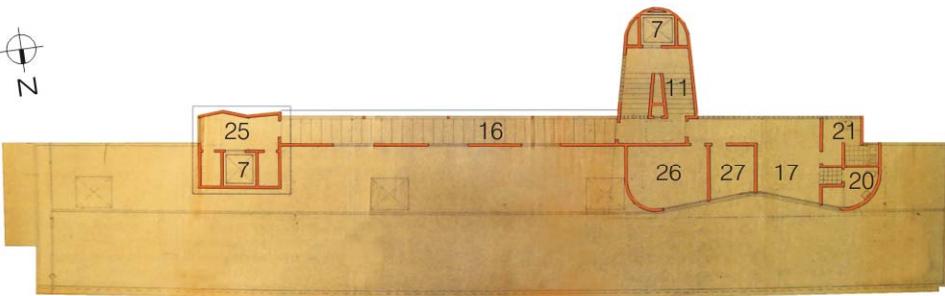
Figura 184. Edifício de apartamentos Borborema (1962), Construtora Unaldo Cruz. Fonte: foto nossa (15 ago. 2006).



Planta Baixa/Pilotis



Planta Baixa/
Pav. Tipo



Planta Baixa/
Cobertura

LEGENDA

- | | | | | |
|-----------------------|------------------|---------------------|----------------|-------------------|
| 1 Sorveteria | 6 Hall Social | 12 Hall/Serviço | 18 Quarto | 24 Vazio |
| 2 Jardim | 7 Elevador | 13 Piscina/Crianças | 19 Varanda | 25 Hall |
| 3 Bar | 8 Estacionamento | 14 Apoio/Piscina | 20 Banheiro | 26 Quarto/Zelador |
| 4 Banheiro | 9 Playground | 15 Bombas | 21 Cozinha | 27 Depósito |
| 5 Casa de Força e Luz | 10 Bombas | 16 Circulação | 22 Serviço | 28 Casa de Máq. |
| | 11 Escada | 17 Sala | 23 Quarto/Emp. | 29 Caixa de água |

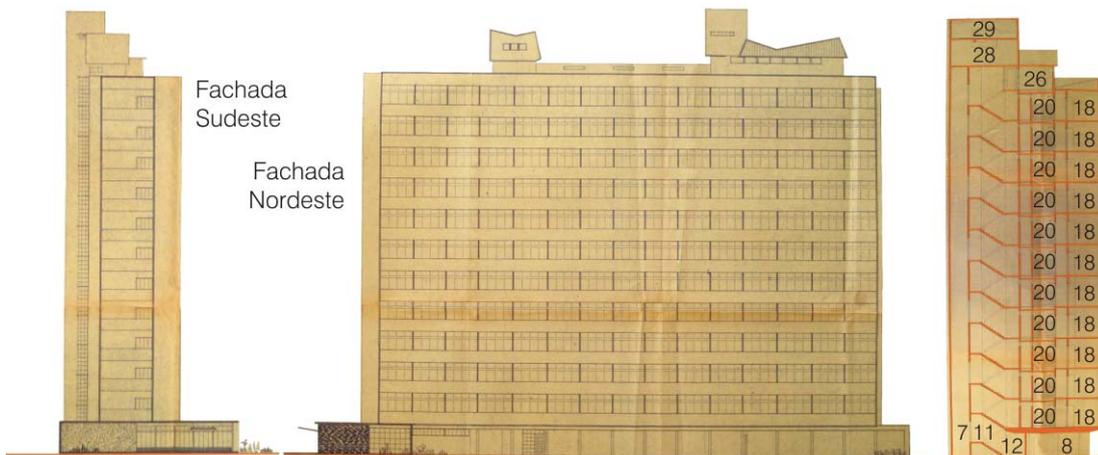


Figura 185. Edifício de apartamentos Borborema (1962), Construtora Unaldo Cruz. Fonte: Arquivo Central/PMJP (editado por nós).



Figura 186. Publicidade do edifício de apartamentos São Marcos (1968), Mário Di Lascio. Fonte: NA MAIS..., 1968, p. 3.

É importante apontarmos que provinham de Recife tanto a incorporadora (Imobiliária Nassau) quanto o projetista (Construtora Unaldo Cruz) desse edifício. Por isso algumas de suas soluções estéticas se distanciavam daquelas corriqueiras aos empreendedores locais, embora mantivessem o mesmo padrão construtivo: ausência de revestimentos nas fachadas, pequena diversidade de materiais, preferência por produtos industrializados, utilização de técnicas convencionais. Não podemos creditar essa distinção apenas ao projetista, visto que mesmo o Edifício São Marcos (1968), projetado pelo arquiteto Mário Di Lascio e incorporado por empresa local (Predial Cabo Branco), se manteve alinhado à estrita economia comum aos demais empreendimentos [Figura 186]. Os incorporadores tinham parcela significativa nesses resultados, de forma que a ação de empresas externas era também um vetor importante de difusão de novos modelos estéticos, a exemplo da transformação no padrão construtivo e estético dos edifícios de apartamentos de Salvador nos anos 1970, que se deu, segundo Santos (2001, p. 99), graças à atração de empresas construtoras do centro-sul para essa cidade.

Para além das particularidades dos projetos, os incorporadores imobiliários imprimiram a transformação da paisagem urbana. No centro, os edifícios altos tomavam o lugar de antigas

construções de pequeno porte. Os dezesseis pavimentos do edifício de escritórios Régis (1964), por exemplo, substituíram a anterior Farmácia Régis [Figura 38]. Assim, não se deu apenas o adensamento dessa área, mas também sua renovação.

Da mesma forma, a praia se transformava. Após longo tempo de ocupação esparsa e utilização intermitente (veraneio e férias), passava a ser valorizada para moradia permanente. Por conseguinte, os edifícios de apartamentos aí surgidos, como estratégia de comercialização, associavam em suas publicidades a possibilidade de uso tanto para moradia permanente quanto para veraneio. Como anunciado sobre o Edifício Beiramar, “para veranear, para morar em Tambaú” ou ainda: “[...] seu apartamento em Tambaú para esse verão e para sempre” (O QUE..., 1969, p. 4). O Edifício Alvorada (não construído) era anunciado como “[...] próprio para residência definitiva ou para fins de semana” (EDIFÍCIO Alvorada, 1959, p. 70). Idéia também repetida sobre o Edifício Manaíra: “Apartamentos para veraneio, férias ou para o ano todo” (APARTAMENTOS..., 1960, p. 5). Esses edifícios, por outro lado, surgiram como inevitáveis arranha-céus na paisagem dominada até então por construções de um ou dois pavimentos.

Por conseguinte essas transformações suscitaram também críticas. Se, como afirma Rolnik (1997, p. 192), “foi com o *boom* imobiliário dos anos 40 [...] que a apaixonada polêmica em torno dos limites do crescimento vertical emergiu” na cidade de São Paulo, o mesmo aconteceu nos anos 1960 em João Pessoa, por efeito desses novos edifícios. A mudança que resultaram na paisagem urbana motivaram na imprensa local exaltações e contestações. Em 1962, certamente influenciado pelo anúncio de construção da sede da Reitoria da UFPB (Leonardo Stuckert – 1963)⁸⁶ e pelos edifícios então surgidos no centro, Mattéo Zaccara (1956), Nações Unidas (1957), Presidente João Pessoa (1956), mais altos que o gabarito usual, a imprensa criticou:

Chegou até nós, a mania americana dos prédios tipo “caixão de cimento” Terríveis monstros a dominar os ares cheios de apartamentos tipo gaiolas. Temos de imitar, forçosamente, Rio ou São Paulo. O paraibano olha orgulhoso para o prédiozinho [sic] e vai contanto os andares. A princípios chegavam a 4 ou 5. Agora contam-se dezessete. João Pessoa vai crescendo verticalmente.

Nessa imitação barata, aparece como sempre, [sic] o prejuízo. Cidade necessitando de expandir-se horizontalmente, dominando terrenos imensos para o oceano ou para o sul de [sic] município, prefere, pela estupidez de companhias imobiliárias ou critérios de instituições públicas federais, procurar os céus, quando a terra é vasta e devoluta (CRESCIMENTO horizontal, 1962, p. 3).

⁸⁶ Em janeiro de 1961, foi apresentada uma perspectiva do anteprojeto da sede da Reitoria na imprensa, que não correspondeu, contudo, ao projeto realizado. Em março, foi anunciada a compra do terreno no Parque Solon de Lucena. E, em abril, eram realizados os estudos de sondagem.

Agora que esse processo ganhava impulso e se revelava em duas regiões, o centro e a praia, a oposição, possivelmente do mesmo autor,⁸⁷ centrava-se na adaptação desses edifícios ao meio, mais especialmente à cultura local:

Aquilo que nós nordestinos possuímos diferentes dos grandes centros sulistas, a vida em residências térreas, ajardinadas e muradas, além do quintal onde se plantava o tradicional mamão e outras fruteiras, está sendo invadida [sic] modificada pelos prédios de apartamentos que se levantam destruindo a estática [sic] de uma cidade natural pela sua arquitetura e espaço, imprópria a semelhantes sistemas de moradias.

[...]

Não temos necessidade de gaiolas de arranha-céus. O município João Pessoa, por exemplo, caberá dez, vinte vêzes folgada, a população atual, com suas casas isoladas, de jardins e quintais. Esses absurdos que contaminam a paisagem urbanística [sic] se são impróprios à atividade pública, são nocivos à vida doméstica. Nossos prédios não deveriam ir além dos quatro pavimentos (CRESCIMENTO vertical, 1969, p. 3).

Nesse sentido, apesar da declarada discussão entre crescimento vertical e horizontal, o que fundamentava ambas as argumentações era a defesa de uma visão tradicionalista, segundo a qual os novos edifícios eram interpretados como um desvirtuamento. Pois a cidade poderia crescer horizontalmente sem destruir seus aspectos pitorescos, ao contrário do crescimento vertical, que implicava a “importação” de um modelo externo. Daí a defesa daquela alternativa e a ausência de aspectos como adensamento, custos, infra-estrutura urbana desse debate.

Longe dessa visão, também foi questionada a adaptação desses edifícios à estrutura urbana, de uma forma seletiva, na qual se fazia a distinção entre a região central, considerada adequada a tais edifícios, e a praia, tida como imprópria:

SEMPRE se peca – a nosso ver – nessa matéria [aspecto arquitetônico da cidade], aqui na capital, por excessos. Consente-se que se fabriquem aleijões de tijolos e cal no centro [edifícios baixos], onde é indispensável que o crescimento se dê no sentido vertical, pois já não existem terrenos baldios e a tendência é assistir-se a uma contínua expansão do comércio. [...]

POIS, está sendo cometido um excesso em Tambaú [...]. Ali estão proliferando os edifícios de apartamentos, em busca do céu. Pelo menos uma meia dúzia deles já existem e alguns com mais de dez andares. Ainda no nosso ponto de vista é um outro absurdo, pela obrigação que temos de preservar um recanto como aquele e isto não se dará se o poder público municipal continuar permitindo a construção de arranha-céus. É indispensável preservar a ventilação e proteger o coqueiral. [...]

TUDO indica que uma lei municipal poria termo a essa expansão desordenada em Tambaú – a praia que não deve homenagem algumas [sic] a qualquer uma das mais famosas do mundo. E que terá de perder muito dos seus encantos se se [sic] continuar admitindo a invasão do ferro e do cimento armado (PROTEÇÃO..., 1969, p. 3).

⁸⁷ Como não há identificação de autoria em ambos os artigos, supomos que sejam do mesmo profissional, ao termos em vista suas publicações no mesmo jornal (A União), o uso de expressões semelhantes (gaiola, prédios) e o uso da mesma fundamentação (importação de um modelo externo), além da direta semelhança de títulos: “Crescimento horizontal”, “Crescimento vertical”.

Discussão que, por um lado, corroborava as medidas oficiais, a estabelecerem o centro urbano como local adequado para os edifícios altos, e, por outro lado, punha em pauta o conflito desses edifícios com a natureza, no mesmo momento em que era construído o Hotel Tambaú em plena praia. Contudo, não foram por nós encontradas críticas dessa natureza contra o projeto de Sérgio Bernardes. Pelo contrário, em 1968, em reportagem de veiculação nacional sobre o turismo da Paraíba, o jornalista Glauco Castro Duarte (1968 apud ZENAIDE, 1968, p. 3) observou: “Entretanto, apesar de sua grande área, [o Hotel Tambaú] tem apenas dois pavimentos, deixando a descoberto tôda a beleza da paisagem tropical da paisagem de Tambaú”. E complementou: “Será interessante se os paraibanos, não construirão edifícios altos, fazendo progresso sem sacrificar a natureza do bairro famoso”. Assim seu pensamento se alinhava àquela outra crítica sobre o conflito entre natureza e ambiente construído, por nós exposta anteriormente, de forma que ambas tinham como foco justamente os edifícios altos, isto é, viam a verticalização como principal ataque à paisagem.

Possivelmente essa era uma questão em voga nesse momento. A praia de Copacabana, nos anos 1950, já estava, segundo Ficher (1994, p. 64), dominada por edifícios de apartamentos, embora, a “consciência ecológica” fosse ainda nascente, emergida efetivamente durante os anos 1970 (VESENTINI, 1992, p. 30). Com efeito, em 1955, Niemeyer criticou a ocupação do litoral, no texto “O problema social na arquitetura”, que, como vimos [na seção “O moderno na imprensa local”, Capítulo 1], foi em 1956 publicado em jornal local:

O mais grave, contudo – porque se apresenta quase sempre sob aspecto irremediável –, é o estado lastimável das nossas cidades, entregues ao descaso dos poderes públicos e à ação nociva do comércio imobiliário, que as esmaga com **incríveis muralhas de arranha-céus, escondendo seus morros, ocupando suas praias**, tirando-lhes o sol, a brisa, as árvores – elementos essenciais com que a natureza tão generosamente as dotou. E isso se repete com uma freqüência assustadora, apesar das experiências lamentáveis que já possuímos, como por exemplo Copacabana – hoje reduzida a um triste e humilhado bairro, sem água e transportes, entregue ao mais desenfreado surto de exploração imobiliária (ARQUITETURA e urbanismo, 1956, p. 5, grifo nosso).

Porém a oposição mais determinante dirigida a essas construções veio do próprio governador João Agripino (1966-1971), que através de emenda à Constituição do Estado da Paraíba (1967), em 16 de junho de 1970, determinou:

Art. 164 – É vedada a concessão de licença para construção de prédio com mais de dois pavimentos, na avenida da orla marítima, desde a praia da Penha até a Praia Formosa.

[...]

Art. 166 – São considerados Patrimônio Histórico da Paraíba o Cabo Branco e Ponta do Seixas, saliências mais orientais das Américas (DATALEX, 1984, p. 56).

Decisão que, ao contrário das anteriores medidas oficiais, buscava nesse momento controlar o processo de verticalização e, por sua vez, se sobrepôs às próprias atribuições da prefeitura municipal, que, apesar de contestar judicialmente, conforme R. Moreira (2006, p. 60-61), não

obteve sucesso. E não possuía nenhuma incongruência com o regime político da época: ditadura militar. Essa medida, longe de ser uma atitude populista, frente às críticas contra a verticalização, ou uma orientação ocasional, foi, segundo o engenheiro paraibano Antônio Augusto de Almeida⁸⁸ (2004 apud MOREIRA, R., 2006, p. 60-61), uma sugestão em 1969 do arquiteto Sérgio Bernardes, quando do desenvolvimento do Hotel Tambaú. Nesse momento, ele sugeriu “um dispositivo [...] de proteção da ocupação, de regulamentação da orla, do uso e ocupação da orla marítima (...) e o governo aceitou. Não só o governo mais alguns intelectuais na época, e políticos mesmo, técnicos do governo do estado”. De fato, devemos ter em mente que “a praia da Penha até a Praia Formosa”, área delimitada pelo decreto, constituiu o exato trecho visitado pelo arquiteto em companhia do governador, quando da escolha de local para o hotel, como vimos [na seção “Um hotel condigno para a cidade”, Capítulo 3]. E diante das críticas então surgidas contra os edifícios altos, essa medida muito provavelmente não foi desprovida de apoio.

Se Augusto de Almeida (2004 apud MOREIRA, R., 2006, p. 61) afirma que a motivação de Sérgio Bernardes foi “os loteamentos horríveis, que eram um simples traçado de xadrez, sem nenhuma preocupação com a proteção ambiental, a paisagem, a hierarquização do sistema viário, nenhuma preocupação com as áreas verdes”, não podemos desprezar também os próprios edifícios altos que então surgiam nessa mesma paisagem. O arquiteto carioca encontrou em João Pessoa, em final dos anos 1960, uma orla com construções em geral de um ou dois pavimentos e na qual começavam a despontar simultaneamente quatro arranha-céus: edifícios São Marcos (onze pavimentos), Borborema (onze pavimentos), Beiramar (dez



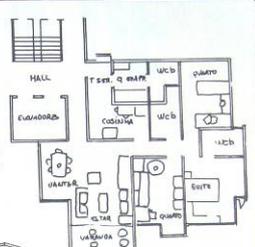
Figura 187. Praia de Tambaú, em meados de 1970. Fonte: arquivo pessoal de Sales Trajano (Arquivo Humberto Nóbrega).

⁸⁸ Antônio Augusto de Almeida nasceu, nos anos 1930, em Areia /PB. Radicou-se em João Pessoa em 1959. Formou-se na Escola de Engenharia de Pernambuco. Ensinou na Escola Técnica Federal da Paraíba (1962-1970), no Instituto Paraibano de Educação (1973-1974) e no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPB. Coordenou, entre 1973 e 1974, o Plano de Desenvolvimento Urbano de João Pessoa (HONORATO, 1999, p. 245-6).

pavimentos) e João Marques de Almeida (treze pavimentos). A altura desse último, por exemplo, ocultava a falésia situada em seus fundos e aquele primeiro situava-se bem próximo ao Hotel Tambaú [Figura 187]. Devemos lembrar também que no Rio de Janeiro, de onde provinha esse profissional, a praia de Copacabana teve sua verticalização, segundo Ficher (1994, p. 64), espreada justamente a partir do entorno de um hotel: Copacabana Palace (1917-1923).

Esse debate não se esgotou na sugestão do arquiteto carioca. Em setembro de 1972, o arquiteto Maurício Roberto e o economista Vinícius Fonseca vieram a João Pessoa, convidados pelo prefeito Dorgival Terceiro Neto (1971-1974), “para a elaboração da minuta do ante-Projeto de Lei que regulamentará a execução das obras [na orla marítima]” (REGULAMENTO..., 1972, p. 8). Episódio que confirmava o envolvimento de técnicos externos com questões urbanísticas da cidade, como já ocorrera no planejamento do campus universitário, de forma que eles constituíam vetores diretos de difusão do conhecimento urbanístico. Porém, não sabemos qual foi a efetiva participação desses dois e suas possíveis contribuições à legislação municipal. É certo que a Emenda Estadual passou por sucessivas adaptações até resultar em 1989 no vigente Artigo nº 229 da Constituição do Estado da Paraíba que estabelece “um escalonamento de gabaritos a partir de doze metros e noventa centímetros, compreendendo pilotis e três andares”, na faixa de quinhentos metros de largura

EDIFÍCIO
Manoel
pires
QUESTÃO DE STATUS




NA ÁREA MAIS VERDE DA CIDADE

Piso em mármore até na área de serviço. Esquadrias de alumínio com vidro fumê Ferragens de sanitários DECA Fechaduras LAFONTE, Garagem privativa. Tomadas para telefone. Gerador exclusivo para os quatro elevadores (Não há perigo do elevador parar)

Preços a partir de Cr\$ 230.000,00

Informações no GRAN PIRES

51

Figura 188. Publicidade do Centro Comercial Manoel Pires (1973), Carlos Carneiro. Fonte: EDIFÍCIO Manoel..., 1975, p. 51.

do litoral paraibano.⁸⁹ De toda forma, as discussões extrapolaram a legislação estadual e foram encampadas também pela prefeitura municipal, que esboçou o interesse pelo planejamento com base em preceitos técnicos, afora as anteriores regulamentações já voltadas a edifícios altos.

Nos anos seguintes, entre 1970 e 1974, dois novos arranha-céus surgiram em João Pessoa, ambos no centro da cidade e destinados a uso misto: Banco do Brasil (1971) e Centro Comercial Manoel Pires (Carlos Carneiro - 1973). Esse último fruto da iniciativa isolada do comerciante Manoel Pires, abrigou, além de três pavimentos destinados à loja (Gran Pires) de seu proprietário, um subsolo (estacionamento) e duas torres com doze pavimentos destinadas a moradias. Sua solução seguiu direta influência de Delfim Amorim e Heitor Maia Neto: volumes de armários projetados para fora, utilização de painéis de cerâmica nos fechamentos, estrutura evidenciada de concreto armado e sem revestimento, topo do edifício arrematado por uma laje de concreto [Figura 188].

Por sua vez, na praia, devido à restrição que lhe foi imposta, os edifícios lá construídos permaneceram como os únicos arranha-céus à beira-mar de João Pessoa, quer dizer, os únicos a superarem o escalonamento de gabaritos prescrito no Artigo nº 229.

Dessa forma, as rápidas mudanças provocadas pelos incorporadores imobiliários fizeram insurgir medidas para controlar sua ação na cidade. Discussão que envolveu não apenas o Estado, mas também os arquitetos. Isso não significou, entretanto, a oposição à verticalização e sim sua determinação no local “adequado”, que nessa época continuava a ser o centro. Afinal, fora esse o local contemplado por incentivos aos edifícios altos. E foi aí que continuaram a surgir essas novas construções. Dos 19 edifícios construídos entre 1956 e 1974 com mais de quatro pavimentos e que foram por nós identificados, 04 se localizaram na praia (todos residenciais) e 15, no centro: 02 edifícios de apartamentos (Caricé, Santa Rita), 04 institucionais, 05 destinados a escritórios e 03, de uso misto. Com isso se delineou também o modelo de crescimento pretendido para a cidade: a expansão horizontal a partir de um centro verticalizado e adensado. Contudo essa verticalização se processava de forma ainda incipiente, diante dos edifícios parcialmente construídos (“Claudino Pereira”) ou cuja construção tardaram a se iniciar (Nova Aurora) ou se encerrar (Caricé, Borborema).

Soluções para a cidade que crescia

São amostras representativas das ações urbanísticas em João Pessoa aquelas realizadas no Ponto de Cem Réis, denominação popular da Praça Vidal de Negreiros. “As modificações nêle [Ponto de Cem Réis] introduzidas sempre refletiram o estágio de desenvolvimento a que chegava a capital do estado”, reconhecia, em 1970, o prefeito Damásio Barbosa Franca (1966-1971). (POVO cantou..., 1970, p. 8). Área implantada no centro, cortada por vias de grande fluxo e valor histórico, a exemplo da Rua Duque de Caxias, uma das mais antigas de

⁸⁹ Sobre a gênese do Artigo nº 229 da Constituição do Estado da Paraíba, consultar: R. MOREIRA, 2006, p. 59-78.



Figuras 189, 190, 191. Configuração inicial do Ponto de Cem Réis. E seu entorno, conforme planta de 1923 da cidade de João Pessoa, elaborado na administração Guedes Pereira. Fonte: IPHAEP; OLIVEIRA, J., 2006, p. 69 (editado por nós).

João Pessoa, e elo entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa. Inaugurado em 12 de outubro de 1924, o Ponto de Cem Réis foi alvo de projetos modernizadores desde seu próprio surgimento: resultante da demolição de antigas edificações, entre elas a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (do século XVII), de cujo pátio os bondes elétricos, instalados em 1914, partiam. Modificação que tinha por fim “criar uma avenida que deveria facilitar as comunicações entre a Cidade Baixa e as novas áreas de expansão a leste da cidade, [...] no Parque Solon de Lucena”, ao fazer parte da intenção empreendida na administração Guedes Pereira de definir uma “malha urbana mais fluida” e suprimir “becos e travessas que entravavam o trânsito e colocavam obstáculos à viação urbana” (TRAJANO FILHO, 2003, p. 70-71).

Diante disso, surgiu já com uma forma regular, circundada por vias de traçado ortogonal e com um monumento, torre com relógio, em seu centro, que motivou a denominação popular

“praça do relógio” [Figuras 189, 190, 191]. Conformação que recusava a irregularidade do anterior traçado colonial, assim como era indiferente às formulações de Camilo Sitte, em final do século XIX, contra a “regularidade milimétrica das praças”, contra a ocupação dos centros livres e contra o “alinhamento das ruas, [...] completamente retas e o mais longas possíveis” (SITTE, 1992, p. 34, 63). Era influenciada, pois, pelas “grandes reformas européias no século 19: Paris e Viena”, que, segundo Leme (1999a, p. 22), foram as referências urbanísticas no Brasil entre 1895 e 1930, quando também teve grande importância a circulação, isto é, a adequação das estruturas antigas aos novos meios de transporte, como o bonde. De fato, foi o traçado dos próprios trilhos que determinou a ocupação dessa praça, que possuía, além da coluna com relógio (em cujas proximidades eram estacionados os carros de aluguel), um pavilhão, onde funcionavam café, floricultura, sorveteria e *bombonière*. Ainda na década de 1920, foi nessa praça construído o Parahyba Palace Hotel, em lugar de um anterior edifício com três pavimentos.

Em 1949, foi apresentado pelo engenheiro João Batista Toni, professor da Escola de Engenharia, ao prefeito Oswaldo Pessoa (1948-1951) um projeto para reforma do Ponto de Cem Réis [Figura 192], “exposto duas semanas numa loja da Rua Duque de Caxias”. Estudo que propôs a construção de um praça subterrânea “[...] de quatro metros de profundidade, com três escadarias – [sic] de acesso tendo no centro uma torre sextavada com trinta e seis metros de altura que tinha em volta uma marquise circular de trinta metros de diâmetro” (TONI, 1969, p. 1). No subsolo seriam abrigados “barbearias, engraxates, vendas de jornais e revistas, instalações sanitárias, telégrafo, correio e telefone”, além de lojas, que, segundo Batista Toni (1969, p. 1), “substituíam os barracos que já naquele tempo se alastravam nas calçadas e nas praças”. O ar desse pavimento era renovado pela torre central, cujas faces seriam “utilizadas para reclames luminosos fixos e móveis” e cuja marquise abrigaria os usuários de bondes, ônibus e táxis. Intervenção que eliminava, ou pelo menos ocultava no subsolo, os usos indesejáveis e se detinha na monumentalidade: uma torre cuja altura superava em muito o gabarito geralmente máximo das construções locais: três pavimentos. Essa preocupação de ordem estética vinha ao encontro da renovação dos edifícios de seu entorno: o Parahyba Palace Hotel estava em reforma e a sede do IPASE, que pareceu apontar,

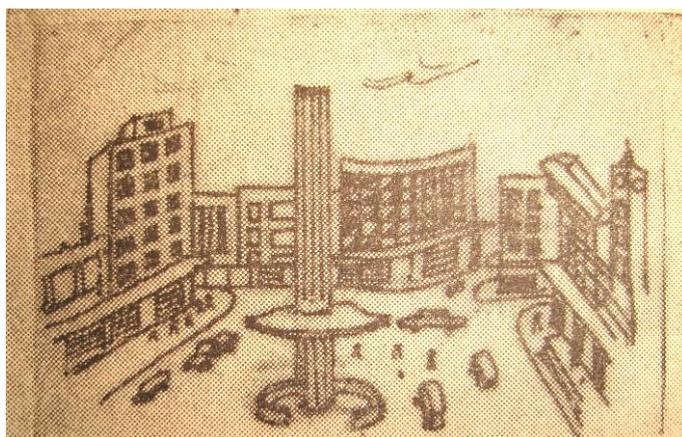
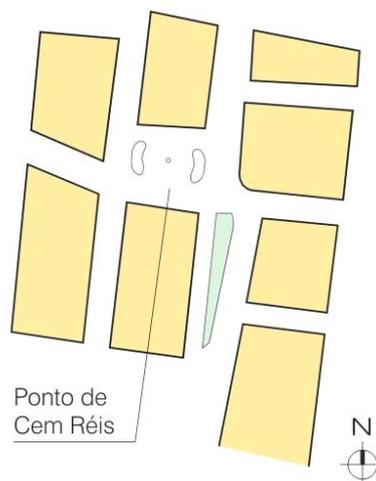
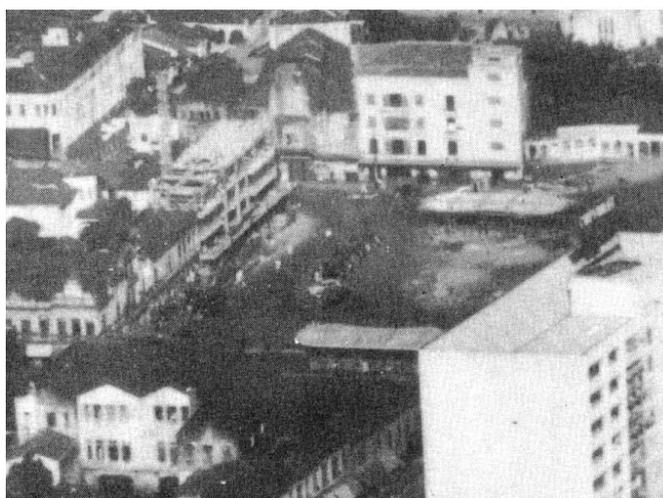


Figura 192. Proposta desenvolvida em 1949 por Batista Toni para o Ponto de Cem Réis. Fonte: TONI, 1969, p. 1.



Figuras 193, 194, 195. Ponto de Cem Réis, em início dos anos 1960 (superior) e final dos anos 1950 (inferior). E seu entorno, conforme planta de 1953 da cidade de João Pessoa. Fonte: IPHAEP (Arquivo Humberto Nóbrega); arquivo pessoal de Wylina Vidal (editado por nós).

com vimos [na seção “Os incentivos à verticalização”, Capítulo 2] o início da verticalização na cidade, estava em construção. E, por outro lado, revelava uma ostentação associada à ausência de interesses sociais mais amplos, comum ao movimento *City Beautiful*, que na primeira metade do século XX se manifestou em cidades como Chicago, Berlim e Moscou, a fim de “superar complexos de inferioridade coletivos e impulsionar negócios” ou expressar “a supremacia imperial e o exclusivismo racial” (HALL, 1995, p. 207, 236).

Embora o projeto de Batista Toni não foi realizado, o Ponto de Cem Réis passou, em 1951, por sua primeira intervenção. Foram então demolidos o pavilhão e a torre do relógio e construídos dois coretos menores, com formas mais simples e sem adornos, implantados em suas extremidades e popularmente denominados “os rins do prefeito”, enquanto o centro foi ocupado pelo busto de Vidal de Negreiros [Figuras 193, 194, 195]. Certamente vinha

complementar a reforma, também empreendida pelo prefeito Oswaldo Pessoa (1948-1951), no Parahyba Palace Hotel, o qual recebeu mais um pavimento e passou a se estender até a Praça 1817, após ter sido fechado por “medida de ordem sanitária” (PARAÍBA-HOTEL, 1950, p. 3). Era, pois, uma renovação, assim como a proposta de Batista Toni, essencialmente estética, diante da manutenção dos usos anteriores, a exemplo do trajeto dos bondes, que progressivamente saíram de funcionamento, embora não seguisse o mesmo princípio de monumentalidade. Inclusive a separação entre circulação de pedestres e de veículos, postulada pela Carta de Atenas, não se efetuiu nesse momento. Tais medidas não significavam, entretanto, a limitação das ações urbanísticas locais e sim a mudança do objeto de intervenção delas, que passava a ser nesse momento as áreas de expansão urbana, a exemplo da pavimentação da Avenida Epitácio Pessoa, então em execução.

Se o alargamento e o alinhamento de vias, conforme descrito em 1961, buscavam criar condições “favoráveis ao funcionamento de uma cidade moderna de 150 mil habitantes”, por isso João Pessoa enfrentava uma “verdadeira revolução urbana” no sentido estético e funcional (JOÃO Pessoa na revolução..., 1961, p. 8), no final da mesma década as pressões por tais mudanças eram ainda maiores. Com a efetivação do crescimento urbano, que em finais dos anos 1960 se voltou também em direção ao campus universitário, a cidade precisava se adequar a suas novas características: eram maiores as distâncias a serem percorridas, criaram-se vazios urbanos e ampliara-se a dependência do automóvel. Além disso, mesmo que em menor escala, o número de veículos foi ampliado e, com isso, requeria adequações do sistema viário: alargamento de vias, redução de cruzamentos, retificação de traçados, pavimentação. Como afirmado na época, “o congestionamento de trânsito no centro da cidade” ainda não existia (A PRAÇA, 1969, p. 5), mas certamente o fluxo e a velocidade dos veículos já não eram os mesmos de outrora, pois os bondes saíram definitivamente de circulação nessa década e a quantidade de automóveis na cidade passou de 1.643, em 1956, (BORGES, 1960, p. 295) para 7.600, em 1968 (TONI, 1969, p. 1), crescimento equivalente aos 360% observados no país entre 1957 e 1968 (FAUSTO, 2001, p. 429). Diante disso, no final dos anos 1960, a imprensa local registrava:

A Delegacia de Trânsito teve de duplicar seus serviços e ainda assim João Pessoa continua sendo a cidade de trânsito mais irregular, devido à quantidade de seus veículos. O automóvel que até 1953 era privilégio de alguns médicos e homens de negócios, vulgarizou-se de tal maneira que o homem de negócios muitas vezes vai de carona no carro do empregado, quando o seu está na revisão (ALVES, 1968, p. 11).

Mesmo o conflito entre trânsito de veículos e pedestres, que naquela praça não havia até então recebido uma precisa delimitação, passou agora a ser reclamado. Em 1965, a imprensa local defendeu a necessidade de medidas preventivas para “evitar acidentes e atropelamentos”, já que era grande o número de veículos em João Pessoa, além do “[...] momento político atual, quando concentrações diariamente se reúnem nas principais ruas da cidade, notadamente no Ponto de Cem Réis” (PONTO..., 1965, p. 3).



Figuras 196, 197, 198. Reurbanização do Ponto de Cem Réis (1969), Mário Di Lascio. E seu entorno, conforme planta atual de João Pessoa. Fonte: ABERTO..., 1970, p. 8; O PONTO..., 1976, p. 6; SEPLAN/PMJP (editado por nós).

Em meio a esses requerimentos, em 15 de junho de 1969, foi iniciada outra reforma naquela praça, projetada agora por Mário Di Lascio e com paisagismo de profissionais radicados em Recife: Zenildo Sena Caldas, Zildo Sena Caldas. Os dois pavilhões existentes foram demolidos; o busto de Vidal de Negreiros foi deslocado segundo as exigências do tráfego e inserido numa “fonte luminosa”; bancos e jardins foram construídos; passagens de nível para eliminar cruzamentos foram realizadas: a Avenida Guedes Pereira foi rebaixada e passou a ter fluxo em único sentido, os veículos que por ela transitassem passavam sob a Rua Visconde de

Pelotas e sob a Rua Duque de Caxias; uma alça viária para ligar aquela avenida com essa rua foi construída [Figuras 196, 197, 198]. Era, pois, a circulação de automóveis seu enfoque central, visto que esse projeto foi inclusive antecedido pelo alargamento, em 1968, da Rua Padre Azevedo, contínua a Avenida Guedes Pereira.

Quando do início da execução dessa reforma, o engenheiro João Batista Toni redigiu em jornal local o artigo “Uma solução para a cidade que cresce”, em que defendeu a necessidade de intervenções nas vias da cidade em resposta ao crescente número de veículos. Ocasão em que ressaltou a importância que tinha para esse fim a obra projetada por Mário Di Lascio, com quem trabalhava na Escola de Engenharia, embora considerasse que tal proposta não embelezava a praça, pois, segundo seu entendimento, “[...] o trecho situado entre os dois viadutos deveria ser totalmente coberto porque uma vala, apesar de ter os muros de arrimo bem construídos, é sempre um buraco comprido sem nenhuma estética” (TONI, 1969, p. 1). Entretanto, esse vazio, conforme Mário Di Lascio (2006b), foi resultante de alteração durante o projeto, já que se previa inicialmente uma laje sobre a Avenida Guedes Pereira, que, por razões financeiras, foi eliminada.

E, nessa mesma oportunidade, Batista Toni ainda apresentava sua ideia sobre como seriam as circulações cinquenta anos a sua frente [Figura 199], isto é, por volta de 2019, o que confirmava o vigor dessa discussão, certamente influenciada pela motorização em massa que nas décadas de 1950 e 1960 se efetivava no mundo e que nos Estados Unidos já se revelara nos anos 1920 (HALL, 1995, p. 329). Batista Toni estimava que: “Em vista das grandes dificuldades para se construir estradas subterrâneas nas cidades, [...] a solução será na procura do céu. Assim num futuro próximo teremos acima das ruas das cidades outra série de ruas sobrepostas, sem cruzamentos e ligadas entre si por meio de rampas” (TONI, 1969, p. 1). As estruturas dessas vias seriam constituídas por “grandes pilares metálicos ocios, com seus grandes elevadores”, ao passo que “para se obter êste emaranhado de ruas” seria limitada “a altura dos prédios”. Sua preocupação com o trânsito se estendeu inclusive ao “congestionamento das calçadas”, cujo tráfego de pedestres ele pretendeu acelerar até cerca de “quatorze quilômetros [por hora]” por meio de “esteiras movidas mecanicamente nos

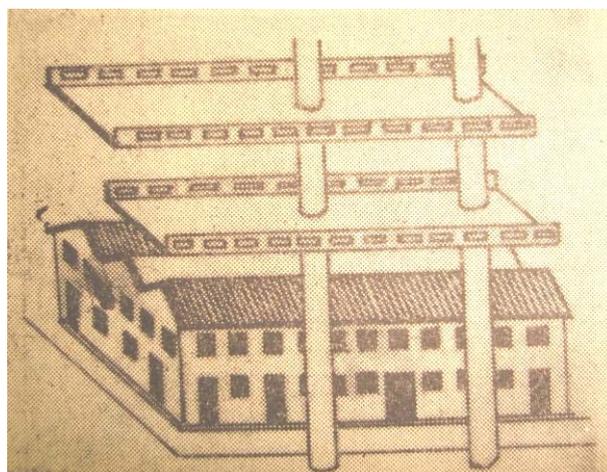


Figura 199. Ideação desenvolvida em 1969 por Batista Toni sobre as vias de tráfego do futuro. Fonte: TONI, 1969, p. 1.

trechos correspondentes aos quarteirões”. Formulações que valorizavam o imperativo tecnológico, num momento de grande entusiasmo em relação a esses avanços, motivado pela chegada do homem à lua, como denunciado no próprio texto do engenheiro. E, por outro lado, fosse nesse ou no estudo por ele apresentado em 1949, era recorrente sua tentativa de adequar a cidade preexistente às necessidades atuais sem destruí-la, por isso ora propunha uma praça subterrânea, ora circulações aéreas. Nesse último caso, cidade e sistema viário, em níveis distintos, podiam crescer de forma autônoma segundo suas próprias exigências.

Nessa época obras como viadutos, vias elevadas, túneis e passarelas eram “[...] construídas nas grandes cidades com o fim de compensar saturações nas vias de circulação” e adquiriam também, “[...] perante a opinião pública, culturalmente despreparada, o caráter de símbolo do progresso moderno – o que tem feito desse tipo de empreendimento um significativo fator de promoção política” (RIBEIRO, 2003, p. 267). Em João Pessoa a proposta de Mário Di Lascio para o Ponto de Cem Réis era da mesma forma representada pela imprensa. Quando de sua inauguração, em 17 de julho de 1970, foi exaltado: “Hoje os carros de João Pessoa já podem dar-se ao luxo de correr por baixo da terra, como fazem os carros das grandes capitais do mundo” (A PRAÇA é..., 1970, p. 8). Ou ainda: “Tal como concebeu Mário Di Lascio, o viaduto terminou dando certo e oferecendo aos pessoenses uma visão de metrópole, nova e agitada, à antiga paisagem do Ponto de Cem Réis” (A FESTA..., 1970, p. 1).

Porém essa obra não foi uma ação isolada, pois, conforme o próprio discurso do prefeito Damásio Franca (1966-1971), quando de sua inauguração:

Nascido [a reforma de 1969 do Ponto de Cem Réis] fruto das exigências urbanísticas da cidade, o projeto que hoje está concretizado em cimento, pedra, flôres e mármore teve, no ensejo de sua concepção, a justificativa maior de pôr em execução o plano viário de João Pessoa. [...] E à medida que a cidade cresce; à medida que aumenta o número dos veículos; à medida que João Pessoa se agiganta e se firma no cenário nordestino como uma metrópole; outra solução não há senão atender às suas necessidades de expansão. Alargar suas ruas, erradicar seus pontos de estrangulamento, dar-lhe espaço, oxigênio, capaz de propiciar-lhe as condições de crescimento que ela requer (POVO cantou..., 1970, p. 8)

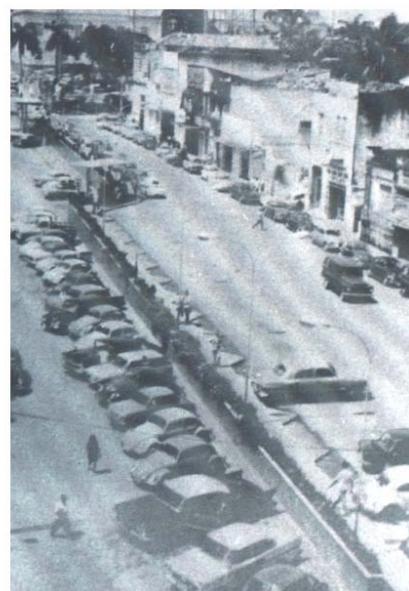
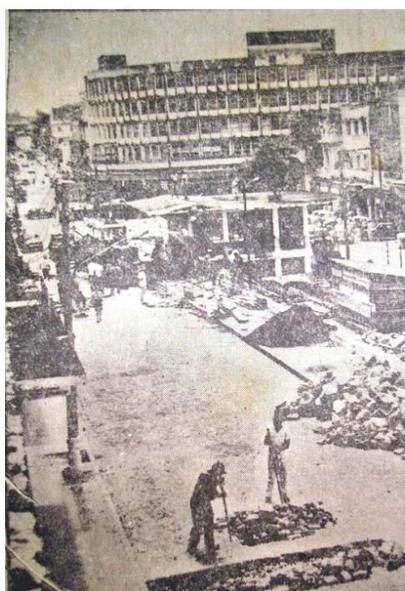
Informação confirmada por Lascio (2006b): “era o Plano Viário da cidade, onde a gente fazia o estudo dos pontos críticos da área central da cidade (...) com propostas de remanejamento do plano viário para pelo menos vinte ou trinta anos”. Esse estudo, composto também pela reurbanização da Praça 1817 (1968) e pela construção da Via Expressa Miguel Couto (1972), ambas também desenvolvidas por Mário Di Lascio e localizadas no centro, estava diretamente vinculado à expansão urbana, de forma que as ações no centro visavam reestruturar a região já consolidada, em especial favorecer a integração entre as cidades Alta e Baixa. Postura que se tornava nítida na própria justificação das medidas oficiais:

Para que João Pessoa desentruve seu próprio crescimento, a Prefeitura só encontrou uma solução – demolir. É uma das poucas vezes em que demolição é sinônimo de crescimento.

O prefeito Damásio Franca que passou dois anos construindo, entra agora a demolir. Não destruir o que já fêz [sic], mas o que os outros deixaram de fazer há trinta anos, deixando de seguir os conselhos do antigo urbanista Nestor Figueirêdo (SOB A..., 1969, p. 2).

Com esse intuito, a reurbanização de Praça 1817 resultou na retirada das barracas lá instaladas, que causavam “má impressão à cidade”, além do Bar Noite de Natal, e na construção de duas pistas em níveis distintos, separadas por muro de arrimo, que delimitava uma praça arborizada [Figuras 200, 201, 202]. Dessa forma resolvia o problema de trânsito, pois separava o tráfego que se dirigia ao Parque Solon de Lucena daquele que seguia pela Avenida Visconde de Pelotas, e embelezava o local, onde seriam instalados posto de combustível e praça para trinta e dois táxis, em lugar dos pequenos comércios anteriores. Eram criados também espaços para estacionamento de automóveis particulares, o que era outro anseio motivado pela progressiva motorização e que, por sua vez, se agravava com a ausência de garagens nos edifícios de escritórios então implantados no centro.

Em paralelo surgiram movimentos em favor das construções antigas. Em 1968, foi organizada a II Campanha Paraibana de Conservação e Restauração de Monumentos Históricos e



Figuras 200, 201, 202.
Acima, Praça 1817, em início dos anos 1960. Abaixo, reurbanização da Praça 1817 (1968), Mário Di Lascio. Fonte: COUTINHO, Marcos Odilon; COUTINHO, N., 2001, p. 332; PRAÇA 1817, 1968, p. 1; IHGP.

Artísticos, idealizado pela Secretaria de Educação e Cultura (OS MONUMENTOS, 1968, p. 3; SERÁ iniciada..., 1968, p. 8), com o fim de despertar a consciência para a preservação do patrimônio da cidade. E, no ano posterior, a imprensa local criticava o impacto das intervenções urbanas para alargamento de ruas sobre as construções antigas, em especial as coloniais (OS DOIS..., 1969, p. 3). Contudo, essa não era uma visão hegemônica e novas demolições continuaram a ser defendidas: “ainda são algumas centenas as casas exigindo demolição na cidade, a fim de colocar as ruas, tanto quanto possível, em alinhamento. Cêrca [sic] de oitocentas caíram de quatro anos para cá [1970] e não se sabe quantas terão ainda de desaparecer” (DEMOLIÇÕES, 1970, p. 3). Como afirmado pela imprensa, a prefeitura buscava “adaptar a cidade às exigências do tempo”, isto é:

Tornar João Pessoa de há 50 anos compatível com a João Pessoa de 1969. Adaptar o antigo traçado urbano, quando havia 100 ruas para um automóvel, às exigências atuais, quando há 100 automóveis para uma rua. Fazer com que a cidade se apresse sem congestionamentos, que todos circulem livremente, sem impedir a passagem dos outros (SOB A..., 1969, p. 2).

Esse era um fenômeno verificado também em outras localidades, pois “a verdade é que por toda a parte o problema do automóvel dentro da cidade histórica tornou-se crucial”, por

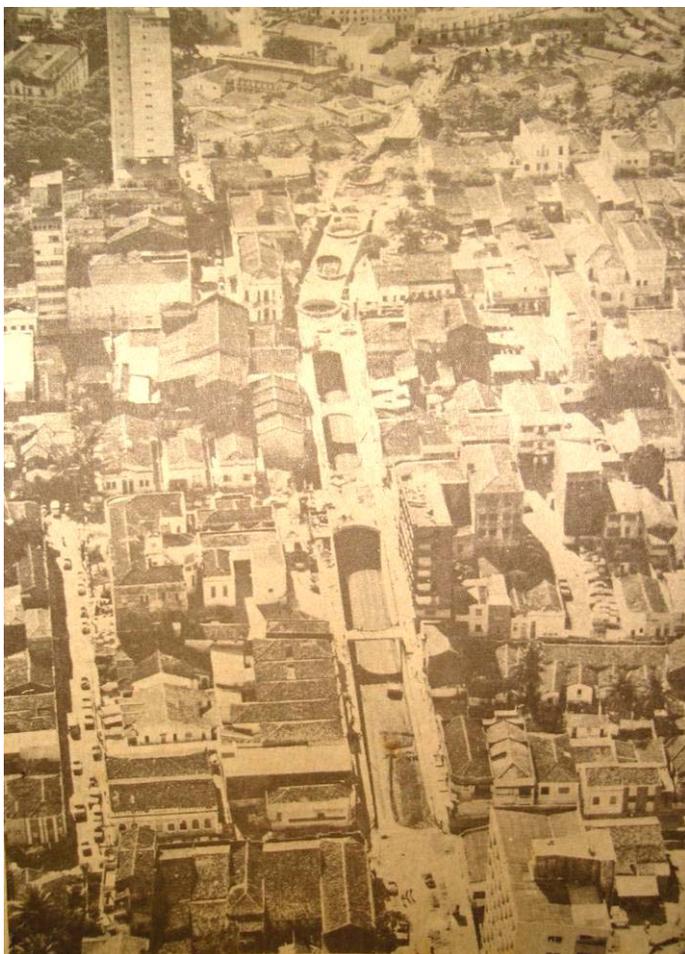


Figura 203. Viaduto Dorgival Terceiro Neto (1972), Mário Di Lascio. Fonte: VISÃO do alto, 1974, p. 6.

consequente, “de meados dos anos 1950 em diante, uma nova geração de analistas de tráfego chegou para dominar o planejamento urbano, primeiro nos Estados Unidos e, em seguida [...] na Europa” (HALL, 1995, p. 373).

No caso de João Pessoa, foi na construção da Via Expressa Miguel Couto [Figura 203], iniciada em 1972 e inaugurada em 1974, que a ação sobre a cidade preexistente assumiu contornos mais precisos. Esse projeto veio complementar a reforma já executada no Ponto de Cem Réis, pois juntos constituíam o mesmo sistema viário, mas em sentidos opostos. Vinha, portanto, ligar a Cidade Alta em direção à Baixa, através do prolongamento e rebaixamento da Avenida Miguel Couto, que resultou em quatro passagens de nível: três túneis, sob a Rua Visconde de Pelotas, a Rua Duque de Caxias e a Avenida General Osório, e um viaduto com duzentos metros de extensão e apoiado em pilotis, sobre a Rua da Areia até atingir a Rua Cardoso Vieira. E não havia nesse projeto a pretensão de criar vias arborizadas e com belas perspectivas, propiciadas por vazios urbanos, e sim um intento essencialmente técnico, baseado no fluxo de veículos, no aproveitamento máximo da estrutura viária preexistente e na viabilidade financeira.

Isso resultou na demolição de quarenta e dois imóveis e em críticas que resgatavam os valores sócio-culturais do lugar, como:

A Rua da Areia, uma das poucas artérias da cidade que ainda mantinha o aspecto de romantismo do início do século, tem agora a sua tradição violentada por um gigante de cimento e ferro: o viaduto que, motivado pelas necessidades do progresso, a corta em duas partes e tira a motivação de cadeiras nas calçadas durante as rotineiras e noturnas conversas entre vizinhos. Seus jovens moradores certamente ficarão empolgados com a passagem diária de inúmeros veículos a 60 ou 70 quilômetros por hora, sobre suas cabeças. Aos mais velhos, entretanto, restam a lembrança do melhor carnaval da cidade e o consolo de que as obras diminuirão um pouco a ladeira ([A RUA da Areia], 1973, p. 1).

Mesmo as defesas ao projeto, que apontavam seu caráter progressista, também deixavam transparecer o conflito com a estrutura já consolidada: “Alguém já atentou para o fato de que certas ruas de João Pessoa não mudam pelo menos há um século? Pois é justamente por essas ruas que circula o tráfego mais intenso da cidade [...] A rua da Areia com o seu casario do século passado, terá que se conformarem [sic] se ver cruzada pelo primeiro elevado da cidade” (O FUTURO..., 1974, p. 12).

Certamente esse não foi um conflito acidental, porque, além de resolver o problema do tráfego numa área já consolidada, ao eliminar cruzamentos, pretendeu-se revitalizar a Cidade Baixa, parte mais antiga da cidade (NOVO viaduto..., 1972, p. 3). Não era, pois, uma ação voltada apenas aos problemas viários. Devido ao esvaziamento da Cidade Baixa, “a Prefeitura Municipal estudou as [suas] causas [...] e concluiu que se fazia necessário criar condições para revitalizar a área. A construção do viaduto se coloca[va] dentro desse espírito” (NOVO viaduto..., 1972, p. 3). Nessa época, Maurício Roberto (1921-1997) e Vinícius Fonseca, quando da visita que realizaram à cidade sobre o planejamento da orla, como vimos [na seção “A ação dos incorporadores imobiliários”, Capítulo 3], foram indagados pela imprensa sobre a

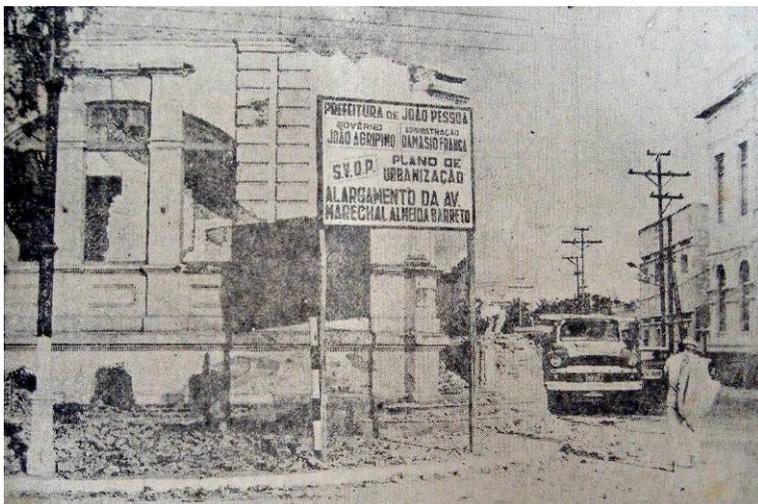


Figura 204. Demolição em 1968 de edifícios na Avenida Marechal Almeida Barreto, para possibilitar seu alargamento. Fonte: ALARGAMENTO, 1968, p. 8.

construção da Via Expressa Miguel Couto,⁹⁰ os quais se mostraram favoráveis ao empreendimento, que, segundo eles, resolvia os problemas de tráfego e contemplava uma região cujos investimentos nela existentes justificavam a construção (LIGAÇÃO..., 1972, p. 8).

Também foram executadas outras obras dirigidas aos problemas de trânsito, embora não saibamos se integravam o mesmo Plano Viário. Intervenções que também encerravam um caráter de propulsor do desenvolvimento, segundo interpretado pela imprensa da época: “mais avenidas largas, espaçosas, bem cuidadas, é do que João Pessoa necessita cada vez mais” (RUAS..., 1968, p. 3). No centro, foram alargadas em 1968: a Avenida Dom Pedro II, no trecho entre a Praça João Pessoa e o Mercado Central; a Avenida Almeida Barreto [Figura 204]; a Rua Eliseu César, que também foi retificada e resultou, após desapropriações, em duas pistas pavimentadas separadas por canteiro central. Nas áreas de expansão, foram alvo de investimentos: a Avenida Epitácio Pessoa, alargada em 1966, através do estreitamento de seu canteiro central; a Avenida Ruy Carneiro (que ligava a avenida anterior à praia de Manaíra), pavimentada em 1968; a Avenida Beira-Rio (que ligaria o centro à praia do Cabo Branco), cuja construção foi iniciada em 1972.

Não podemos descartar também o vínculo dessas ações com o embelezamento urbano, já que era então almejado pelos governos estadual e municipal o desenvolvimento do turismo local, como atestava a recente construção do Hotel Tambaú. Em reportagem dedicada ao investimento turístico em João Pessoa se afirmava: “Agora mesmo [1969], o Ponto de Cem Réis, bem no centro, sofre profunda transformação [...] Com esta obra, além dos quatro cruzamentos que serão evitados, a cidade ganhará aspecto mais arrojado, mais moderno, já se preparando para ser a ‘Capital do Turismo’ do Nordeste” (JOÃO Pessoa apronta-se..., 1969, p. 7). Certamente o próprio Estado contribuía para a formação desse imaginário, a exemplo do prefeito Damásio Franca (1966-1971) determinar a pintura das fachadas dos

⁹⁰ Maurício Roberto e Vinícius Fonseca foram também questionados, pela imprensa, sobre a preservação de árvores na área urbana e o aterro do Rio Sanhuaú.

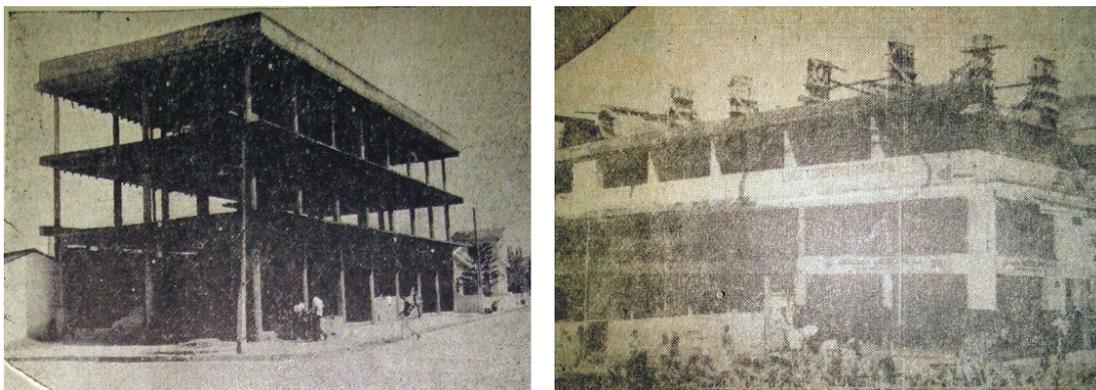
prédios que circundavam o Ponto de Cem Réis para as solenidades de inauguração da reforma (PREFEITO determina..., 1970, p. 8).

E a imprensa se referia, nessa época, a um “programa turístico da municipalidade para os principais pontos da Capital”, do qual faziam parte os melhoramentos em Tambaú: pavimentação da calçada, construção de bancos e renovação da iluminação (PREFEITO inaugura..., 1967, p. 3). Ou seja, mais uma vez essas ações aparentavam não ser pontuais ou desvinculadas entre si. Por conseguinte, as obras realizadas no centro, como a padronização, em 1967, das barracas do “comércio varejista de jornais, revistas e guloseimas de João Pessoa”, que tinha o declarado objetivo de “melhorar os aspectos urbanísticos da cidade” (BARRACAS, 1967, p. 3), poderiam também estar ligadas ao incentivo ao turismo, por oferecerem uma paisagem mais agradável ao olhar do visitante. Nessa mesma época, foi asfaltada a estrada de acesso ao aeroporto, o qual também passou por melhorias. E, em 1968, foi feita “reposição do calçamento, construção de canteiros centrais, posteação, arborização e iluminação” da Avenida Cruz da Armas, considerada pelo então prefeito Damásio Franca (1966-1971) o “cartão-de-visitas” de João Pessoa, por ser o acesso de quem vinha de Recife e de outras cidades (PRAÇA 1817 estará..., 1968, p. 3).

Por sua vez, essas transformações não foram fruto de um único governo, já que atravessaram os mandatos do prefeito Damásio Franca (1966-1971) e Dorgival Terceiro Neto (1971-1974). Esse, por exemplo, exigiu que edifícios com a construção há anos paralisada e que, por isso, estavam a “enfear a paisagem”, fossem concluídos, para não prejudicar “o embelezamento da cidade fator indispensável para o desenvolvimento da nossa indústria turística” (OBRAS..., 1971, p. 8). Foi exemplar de tal esforço a tentativa, em 1971, de esse mesmo prefeito forçar, devido ao “prejuízo para o urbanismo pessoense” (DORGIVAL..., 1971, p. 8), a retomada de duas construções paralisadas na região central: edifício de escritórios “Claudino Pereira” (Construtora Unaldo Cruz – 1964),⁹¹ na esquina da Avenida Padre Meira com a Praça 1817, e Edifício Sales, na esquina da Avenida Eliseu César com o Parque Solon de Lucena [Figuras 205, 206]. Como argumentava a imprensa local, “muitos edifícios [...] cujas obras são interrompidas poder [sic] dar a cidade um aspecto de estagnação, de falta de progresso e de decadência”, apesar dos esforços das autoridades de “dar uma boa impressão aos turistas” ([TODOS...], 1971, p. 3). E, ainda nesse mesmo ano, o prefeito Dorgival Terceiro Neto (1971-1974), por meio de decreto, estabeleceu a construção de muros nos terrenos sem edificações situados em diversas ruas da capital, tanto no centro como nas praias, a exemplo das avenidas Epitácio Pessoa, Ruy Carneiro, Cabo Branco, Tamandaré (PREFEITO fixa..., 1971, p. 4).

As ações oficiais tinham, portanto, o conjunto da cidade como objeto e visavam adequar e promover a expansão urbana, embora não tenhamos encontrado o plano ou as diretrizes que

⁹¹ Embora a imprensa da época afirmasse que a construção do Edifício “Claudino Pereira” foi paralisada pela prefeitura porque “o alinhamento da marquise contrariava as determinações que regem a matéria” (EDIFÍCIO da 1817..., 1973, p. 3), certamente outros fatores estiveram envolvidos, pois a retomada de sua construção, em 1973, não resultou na execução de todos seus dezesseis pavimentos. Foram construídos apenas três, correspondentes a salas comerciais. Os demais se destinavam a escritórios.



Figuras 205, 206. Em meados de 1971, as construções, inacabadas e criticadas pela imprensa, dos edifícios Sales (à esquerda) e Claudino Pereira (à direita). Fonte: DORGIVAL..., 1971, p. 8; [APESAR...], 1972, p. 3.

as coordenassem.⁹² É possível que fossem geridas por regulamentos, sem a elaboração de um planejamento físico, ou ainda que se detivessem em campos específicos, como o referido Plano Viário. De toda forma, elas poderiam ter se favorecido do provável levantamento aerofotogramétrico de João Pessoa cuja conclusão foi noticiada em 1968 (LEVANTAMENTO..., 1968, p. 3), destinado às companhias de abastecimento de água (SANECAP) e energia (SAELPA), o que poderia propiciar uma visão global e detalhada do espaço urbano.

E essas intervenções motivaram, mesmo que de forma incipiente e esparsa, discussões locais sobre o urbanismo, a exemplo das propostas não realizadas de João Batista Toni e do ocasional envolvimento de Maurício Roberto e Vinícius Fonseca, de modo a indicar a presença de referências externas. Por outro lado, firmava-se então a atuação de Mário Di Lascio no setor de planejamento, cuja presença prolongada nessa função permitiu, na inexistência de um plano diretor, a coordenação e continuidade dessas propostas.

Em contrapartida, o Ponto de Cem Réis, que já não tinha mais o monumento que lhe motivara a inicial denominação de “praça do relógio” nem os pavilhões reconhecidos como “os rins do prefeito”, era identificado agora pelo Viaduto Damásio Franca, que lhe cortava. Assim, se o local tinha sua estrutura alterada, continuava, por sua vez, concatenado com as transformações urbanísticas locais.

Arquitetura para a burocracia oficial

Se em João Pessoa as funções culturais, devido à criação da universidade, e industriais, com os incentivos da Sudene, passavam a ganhar força, continuava a ser a função administrativa sua principal atividade, que forçava “a formação de um corpo de funcionários relativamente elevado” e dava “à cidade um poder de decisão que atrai para a mesma as atenções e os fluxos de todo o Estado” (ANDRADE, M., 1975, p. 29). Dessa forma, sediava, além dos órgãos

⁹² Consultamos, nessa busca, Arquivo Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa, Secretaria de Planejamento e Secretaria de Transporte, além de entrevista a Mário Di Lascio.

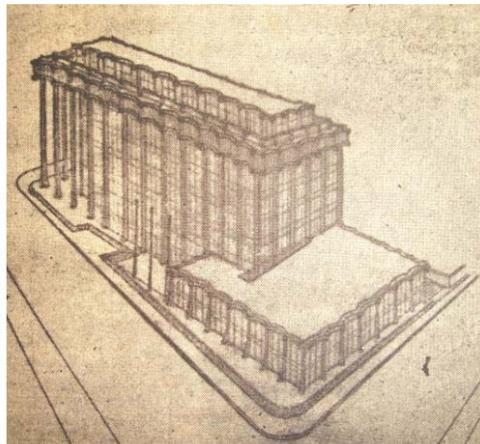
municipais, repartições federais e estaduais, que não constituíam simplesmente “edifícios utilitários”, mas também “edifícios representativos”, pois a representação do poder estatal, como expõe Martins (1987, p. 84), é uma dimensão solidamente enraizada na relação entre Estado e arquitetura. Nesse sentido essas construções assumiam papéis importantes, do ponto de vista funcional e principalmente simbólico.

No Plano de Remodelação e Extensão de João Pessoa, elaborado em 1933 por Nestor de Figueiredo, essa preocupação recebia um tratamento preciso. A administração municipal deveria se localizar próxima ao centro urbano, com fácil acesso da população a suas entidades, enquanto o centro estadual seria implantado na extremidade da maior *parkway* que partia do Parque Solon de Lucena (em local equivalente ao bairro da Torre) e com a feição mais monumental dentro do conjunto urbanístico por ele proposto [Figura 90]. Por sua vez, a perspectiva gerada pela avenida apreenderia “[...] um conjunto arquitetônico simétrico com espaços livres, jardins e obeliscos em que sobressaí[a] o edifício do governo do estado, encimado por uma cúpula, a partir do qual partiriam diversas vias radiais, conformando o elemento mais característico da proposta” (TRAJANO FILHO, 2003, p. 79) [Figura 207]. Esse conjunto, o centro universitário e o Bairro da Saúde funcionariam, conforme o planejamento de Figueiredo, como elementos para estruturação do desenho da “cidade futura” e como vetor da expansão urbana, ao atrair o crescimento para pontos na época distantes do centro urbano e em áreas “escassa ou completamente desocupadas” (TRAJANO FILHO, 2003, p. 79).



Figura 207. Centro Cívico estadual proposto no Plano de Remodelação e Extensão de João Pessoa (1933), por Nestor de Figueiredo. Fonte: TRAJANO FILHO, 2003, p. 80.

Contudo o centro cívico assim não se concretizou, embora por meio de ações isoladas tenha se firmado, por volta dos anos 1970, a concentração das atividades administrativas próximas entre si. Os novos edifícios oficiais, embora parecessem não seguir um plano urbanístico que delineasse previamente suas localizações, firmavam a utilização do centro da cidade para esse fim. Mais precisamente se reuniram nas imediações da Praça João Pessoa, em cujas proximidades foram erguidos: sede da Divisão de Instalações Prediais da SANECAP (Mário Di Lascio – 1969) [Figura 208], Assembléia Legislativa (Tertuliano Dionísio – 1972), Fórum de



Figuras 208, 209. Divisão de Instalações Prediais da SANECAP (1969), Mário Di Lascio, à esquerda. E Fórum de João Pessoa (1973), Mário Di Lascio, à direita. Fonte: foto nossa (17 ago. 2006); [PROJETO do Fórum...], 1973, p. 8.

João Pessoa (Mário Di Lascio – 1973) [Figura 209], Centro Administrativo Integrado (Tertuliano Dionísio – 1973), Câmara Municipal (Tertuliano Dionísio – 1974). É emblemática da primazia por essa região que alguns desses edifícios ocuparam áreas já construídas e, por isso, determinaram demolições, as quais não se restringiram às obras de estilos passados. Mesmo o Estúdio da Rádio Tabajara – PRI-4 (DVOP/Clodoaldo Gouvêa – 1939), um dos exemplares da modernização da arquitetura local nos anos 1930, teve seu local destinado à construção do Fórum.⁹³

As construções públicas então realizadas concordavam com o zoneamento funcional aplicado a João Pessoa. Isso se dava não apenas por meio da concentração dos novos “edifícios representativos” no centro, mas também através do deslocamento de equipamentos não-administrativos. Como exemplificava nesse caso a descentralização do abastecimento de produtos agrícolas, quando foram construídos mercados públicos em Cruz das Armas (1963), na Torre (1963), na Cidade dos Funcionários (1972), no Bairro dos Estados (Tertuliano Dionísio – 1972), no Castelo Branco (1972), em Jaguaribe (Mário Di Lascio – 1974), além da Ceasa (Hidroservice – 1973). Essa, inaugurada em 1974, localizou distante do centro, no bairro Cristo Redentor, a distribuição de tais produtos, anteriormente ocorrida no Mercado Público Municipal (Antônio Bezerra Baltar – 1943-1948), nas imediações do Parque Solon de Lucena.

Assim, longe de estabelecer vetores de crescimento ou se situar em áreas desocupadas, como pretendido por Figueiredo, o centro cívico estadual valia-se do uso administrativo já revelado na região central, o que certamente minimizou a exigência de investimentos financeiros para sua concretização. A Praça João Pessoa, por exemplo, já acolhia a sede do governo estadual, no Palácio da Redenção [Figura 210], e o Tribunal de Justiça, na antiga Escola Normal (Otávio Freire – 1926) [Figura 211].

⁹³ Embora o projeto do Fórum seja de 1973, por motivos financeiros só teve sua construção iniciada na década seguinte, o que adiou a demolição do edifício da Rádio Tabajara.



Figuras 210, 211.
 Palácio da Redenção
 (superior) e Tribunal de
 Justiça (inferior), antiga
 Escola Normal (Otávio
 Freire – 1926). Fonte:
 BORGES, 1960, p.
 286, 293.

E essas realizações se concretizaram, sobretudo, no período de milagre econômico (1969-1973), no qual abundavam no país as encomendas públicas, apesar da reconhecida restrição aos direitos civis. Como afirma Martins (1987, p. 89-90), as relações entre arquitetura moderna e Estado no Brasil, embora sofreram “inevitáveis alterações decorrentes das transformações na orientação política [sic] econômica e cultural”, se referiram de forma constante à “perspectiva nacionalista” e mesmo após o golpe militar de 1964, insistiu-se na “postulação do ‘papel dos arquitetos no processo de desenvolvimento social’”. Consequentemente o Estado continuava a ser grande cliente dos arquitetos, o que leva Spadoni (2003, p. 69) a reconhecer. “[...] que a arquitetura moderna brasileira não era adversária dessa ditadura. Era aceita como sua arquitetura oficial. Niemeyer era oficial para a ditadura, assim como Artigas [também o era]”. Com efeito, após o “período heróico”, quando as realizações modernas brasileiras foram reconhecidas nacional e internacionalmente, o caráter moderno era então assumido como “marca do país”, visto que:

A fatalidade do moderno como se afigurou ao longo dessas décadas [entre 1940 e 1970] no Brasil criou uma espécie de sentimento de autonomia que tanto autorizava a perpetuidade das ações modernas como as únicas possíveis para os arquitetos brasileiros, como afirmava o movimento moderno como uma construção nacional. Movimento moderno e arquitetura brasileira passaram a funcionar como sinônimos (SPADONI, 2003, p. 62).

Conforme esse entendimento, “éramos modernos por delegação e parecia que sempre tínhamos sido. E não poderia ser diferente” (SPADONI, 2003, p. 64). Era, pois, entre as realizações da ditadura que “promovia o nacional” e o legado arquitetônico dos “grandes criadores das décadas passadas” que, em torno dos anos 1970, transitou a arquitetura brasileira (SPADONI, 2003, p. 68). Em contrapartida as correntes revisionistas da arquitetura internacional, que passavam nos anos 1960 a se sedimentar, só foram assimiladas pela arquitetura brasileira entre o final dos anos 1970 e começo dos anos 1980, a apontar o distanciamento do debate internacional.

Foi em meio a esse contexto que o Estado concretizou em João Pessoa aqueles edifícios administrativos, entre os quais estiveram como os mais divulgados pela imprensa oficial: a sede da Assembléia Legislativa (Tertuliano Dionísio – 1972) e o Centro Administrativo Integrado (Tertuliano Dionísio – 1973). Ambos realizados no governo Ernani Sátyro (1971-1975), considerado por Cittadino (1999, p. 118), “um dos mais aguerridos participantes e defensores do movimento de 64”. Essas obras se enquadravam dentro da política de modernização administrativa, iniciada no governo Pedro Gondim (1958-1965) e acentuada a partir do golpe de 1964, que visava dotar o Estado de organismos capazes de atender à política desenvolvimentista, que era então uma das bases da segurança nacional (CITTADINO, 1999, p. 120-1). Com esse intuito, foi, em 1966, criada a Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado (SUPLAN), que congregou os anteriores Departamento de Obras Públicas (DOP) e Departamento de Águas Rurais (DAR) e passou a centralizar a execução e a fiscalização de todas as obras públicas da Paraíba. Além desse, foram criados pelos governos estaduais da ditadura outros órgãos, como a Secretaria de Planejamento, Secretaria de Administração, Companhia de Industrialização da Paraíba (CINEP), que ampliavam e tornavam mais complexo o aparelho administrativo (CITTADINO, 1999, p. 121).

Contudo, a construção da Assembléia Legislativa era uma aspiração antiga e já fora, em 1956, motivo de projeto por Borsoi, embora não seguiu adiante⁹⁴ (A CONSTRUÇÃO..., 1956, p. 3). Apenas em 1972 se iniciou a concretização de um edifício especialmente projetado para esse fim, agora a cargo de Tertuliano Dionísio. Para dar lugar à futura construção foram demolidos residências, edifícios comerciais (A Infantil, agência da Caixa Econômica Federal) e a sede do jornal oficial A União [Figura 212], que por cerca de oito décadas foi abrigada em edifício neocolonial na Praça João Pessoa e, nesse momento, foi transferida para o Distrito Industrial.

A localização escolhida para o prédio legislativo teve sua importância na época sublinhada por Tertuliano Dionísio, ao reconhecer que dessa forma eram concentrados os três poderes na Praça João Pessoa, apesar da inexistência, como afirmado por ele, de plano diretor (TODAS..., 1973, p. 3), quer dizer, de planejamento que coordenasse a localização desses equipamentos.

⁹⁴ Conforme nota oficial da Secretaria de Viação e Obras Públicas (A CONSTRUÇÃO..., 1956, p. 3), a entrega do projeto atrasara, apesar da contratação já efetivada da Companhia Cosmopolita de Construções, representada pelo engenheiro Lisanel de Melo Mota, para execução da estrutura do edifício, e, por isso, os serviços foram suspensos.



Figura 212. Sede da editora A União, nos anos 1920. Fonte: PRAÇA ganha..., 1973, p. 1.

Cercada pelos edifícios, baseados na composição de elementos clássicos, dos poderes executivo [Figura 210] e judiciário [Figura 211] e implantada numa das extremidades daquela praça, a sede do legislativo parecia, nas palavras de seu autor, não ser indiferente ao entorno. Segundo depoimento do arquiteto Tertuliano Dionísio: “pareceu-nos [...] que para enquadrar-se convenientemente na paisagem urbana, o prédio deveria ter formato regular, coincidindo seu eixo principal com o da praça fronteiriça, e mantendo um gabarito equivalente aos dos prédios já existentes na periferia da mesma” (TODAS..., 1973, p. 3). Preocupação que parecia se somar aos arcos da fachada, uma referência imediata ao estilo neocolonial do Tribunal de Justiça, situado a sua frente. Elementos que logo foram assinalados pela imprensa, ao descrever que “a linha arquitetônica do prédio [Assembléia Legislativa] embora moderna, tem muito de colonial nos seus arcos” (NOVA sede..., 1973, p. 3). Porém o arquiteto não seguia, com isso, uma interpretação historicista, pois os arcos foram realizados em técnica contemporânea, pré-fabricação de concreto, e sem a presença de adornos ou resquícios de proporções clássicas [Figuras 213, 214].

Muito provavelmente isso era uma resposta diante da “tendência modernista a reduzir toda forma à abstração”, que redundava, conforme Frampton (1997, p. 255), numa “maneira insatisfatória de representar o poder e a ideologia do Estado”. Com efeito, “a idéia de uma nova monumentalidade foi formulada pela geração superior dos arquitetos modernos da

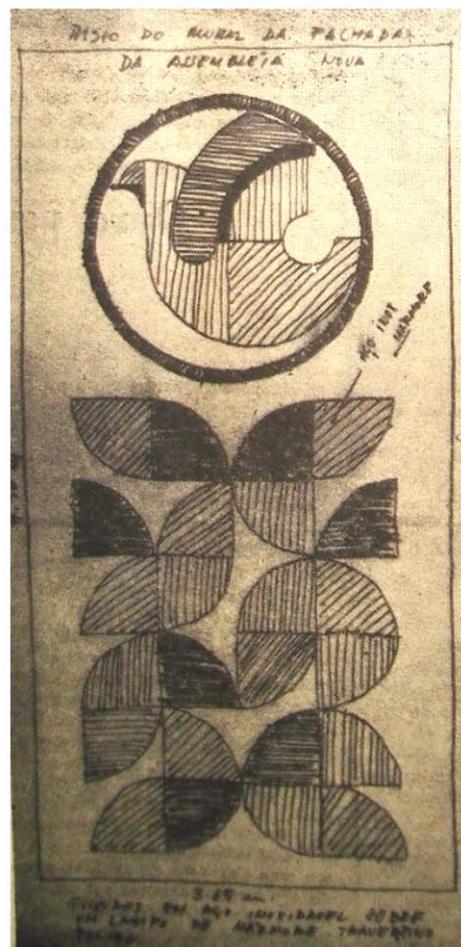
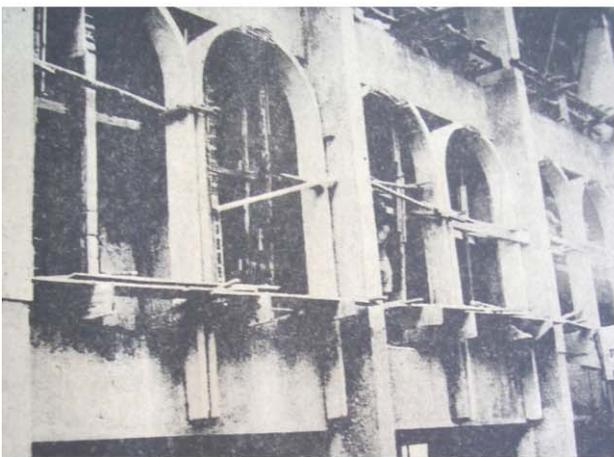
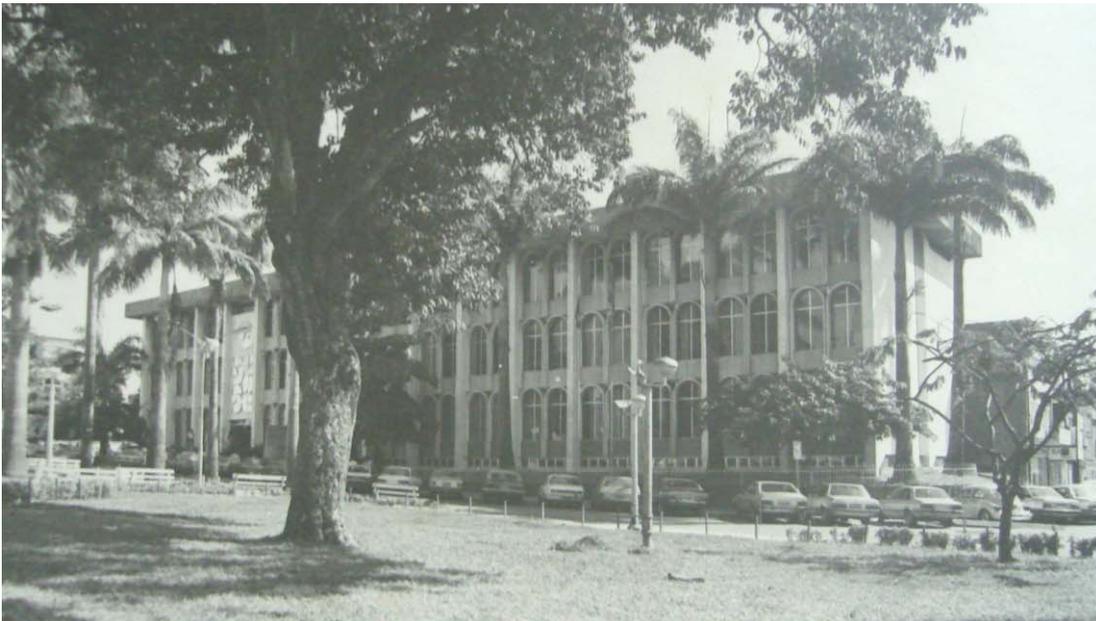


Figura 213, 214, 215, 216. Assembléia Legislativa (1972), Tertuliano Dionísio. E painel de sua fachada elaborado por Raul Córdula, em aço inox sobre mármore. Fonte: Arquivo Público do Estado da Paraíba/FUNESC; ARCOS..., 1973, p. 3; PRAÇA ganha..., 1973, p. 1; MURAI..., 1973, p. 1.

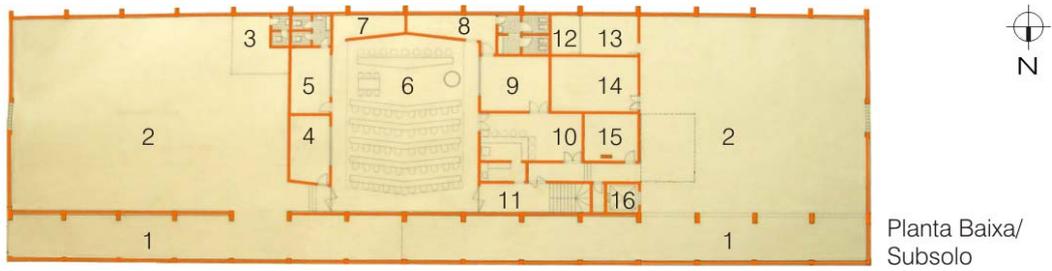
Europa e dos Estados Unidos na década de 1940”,⁹⁵ os quais interpretavam esse conceito não em seu sentido comemorativo, mas através da oposição entre edifícios representativos e utilitários (COLQUHOUN, 2005, p. 212, tradução nossa). Questão que se tornou “central no debate arquitetônico internacional dos anos 1940 e início dos anos 1950” (CAPPELLO, 2005, p. 64) e que tinha, entre outros arquitetos, em Lúcio Costa um defensor da “expressão” e da “intenção plástica” (MOTANER, 2001b, p. 85).

No edifício de João Pessoa essa discussão parecia também ecoar na predominância das linhas verticais, nos uso de materiais nobres, como o mármore (que revestia os pilares e as alvenarias das fachadas), e no uso contemporâneo da clássica subdivisão do edifício em pódio, colunata e entablamento. Artíficos que, embora tentassem diferenciar a Assembléia Legislativa dos edifícios utilitários, ainda conservavam em seus resultados formais uma solução prototípica, na qual preponderava a possibilidade de reprodução, como almejado pela arquitetura moderna, ao invés da concepção de um objeto único.

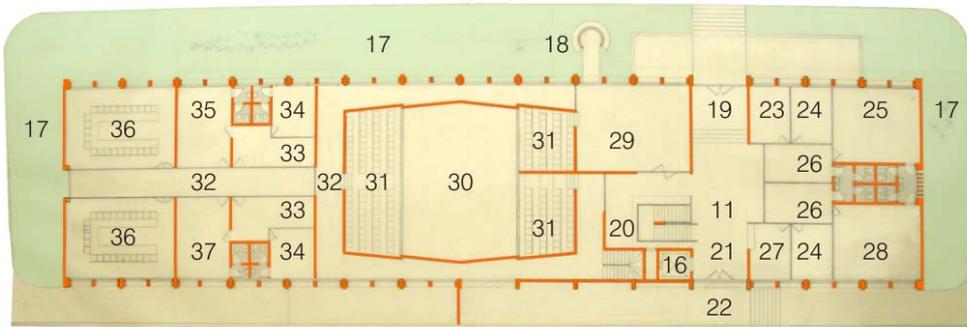
Persistia, portanto, a valorização dos preceitos funcionais, como denunciado pelo próprio depoimento de Tertuliano Dionísio, que contradizia inclusive a suposta integração ao entorno, ao explicar que: “desenvolvendo o prédio de dentro para fora, ou seja, tomando como ponto de partida o plenário, as demais funções vieram agregar-se normalmente, de acordo com as necessidades do programa, evitando-se uma solução preconcebida ou meramente formal” (TODAS..., 1973, p. 3). Era o preceito moderno da planta baixa como geradora da forma ou o pensamento do edifício a partir de seu interior que fundamenta suas decisões. Por isso, Tertuliano identificava o plenário como o elemento central do projeto e não as referências externas do lugar ou os aspectos simbólicos requeridos a um edifício de administração pública. Mesmo a forma regular do conjunto respondia, conforme o arquiteto, aos requerimentos do plenário: “Pareceu-nos que o prédio todo deveria ser uma resultante plástica da forma do mesmo [plenário], e que se tratando de um volume fechado, geometricamente simples, o próprio edifício deveria expressar este fechamento e esta simplicidade” (TODAS..., 1973, p. 3). Com efeito, apesar de sua declarada preponderância na composição, salvo a discreta inclinação de suas paredes, que se opunham a ortogonalidade do resto do conjunto, e o revestimento de madeira em suas paredes, o plenário se acomodava a racionalidade da composição.

Sob essa orientação, os quatro pavimentos da Assembléia Legislativa tiravam proveito da declividade natural do terreno para ampliar o espaço interno dentro do gabarito pretendido pelo arquiteto, ao passo que a estrutura periférica e independente dos fechamentos retomava a concepção da planta livre e da fachada transparente [Figuras 217, 218]. A forma externava não insinuava qualquer diferenciação de uso entre os pavimentos ou ambientes internos, tampouco as aberturas derivavam das tradicionais delimitações de janelas, de modo que era seguida a abstração plástica. Posturas que não deixavam, por sua vez, de transparecer uma

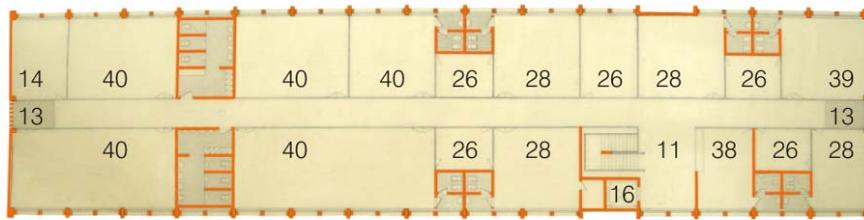
⁹⁵ “La idea de una nueva monumentalidad fue formulada por la generación mayor de los arquitectos modernos de Europa y Estados Unidos en la década de 1940” (COLQUHOUN, 2005, p. 212).



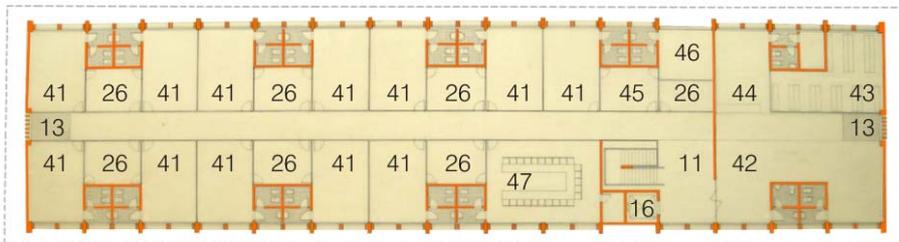
Planta Baixa/
Subsolo



P. Baixa/
1º. Pav.



Planta Baixa/
2º. Pavimento



Planta Baixa/
3º. Pavimento

LEGENDA

1 Circulação/Veículos	13 Ar-condicionado	25 Gabinete/Presidente	37 Líder de Oposição
2 Garagem	14 Almoarifado	26 Espera	38 Portaria
3 Estar/Motoristas	15 Corpo de Guarda	27 Correios	39 Vice-presidente
4 Sala para Imprensa	16 Elevador	28 Gabinete/Secretário	40 Sala/Divisão
5 Sala das Taquígrafas	17 Jardim	29 Salão Nobre	41 Sala
6 Plenário	18 Tribuna Externa	30 Vazio	42 Biblioteca/Sala de Conferência
7 Depósito	19 Entrada Nobre	31 Galerias	43 Depósito/Livros
8 Ante-sala	20 Recepção	32 Circulação	44 Bibliotecária
9 Sala dos Deputados	21 Entrada/Funcionários	33 Recepção	45 Médico
10 Catina	22 Passarela	34 Assessoria	46 Enfermaria
11 Hall	23 Assessoria/Imprensa	35 Líder do Governo	47 Reunião
12 Casa de Força	24 Chefe de Gabinete	36 Sala de Reunião	

Figura 217. Assembléia Legislativa (1972), Tertuliano Dionísio. Fonte: Arquivo de Projetos da SUPLAN/PB (editado por nós).

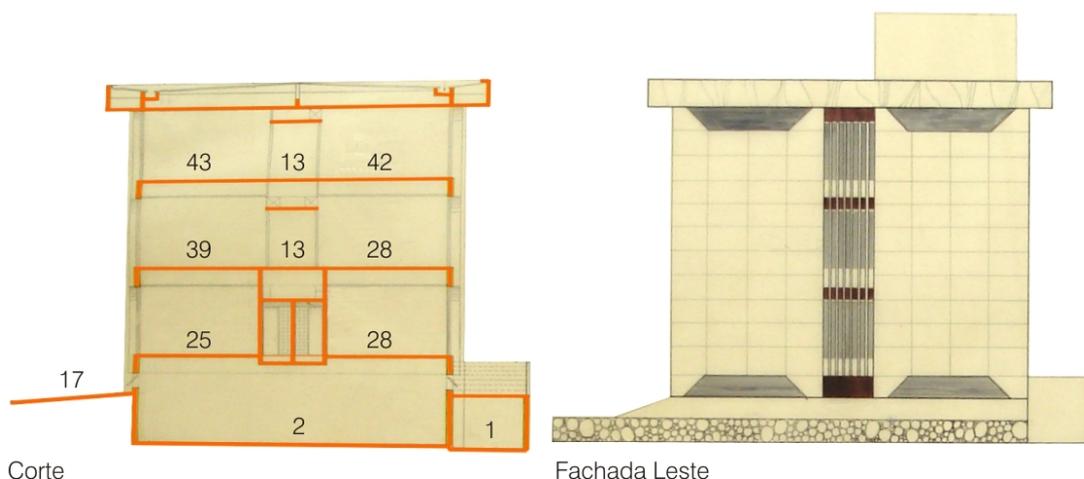
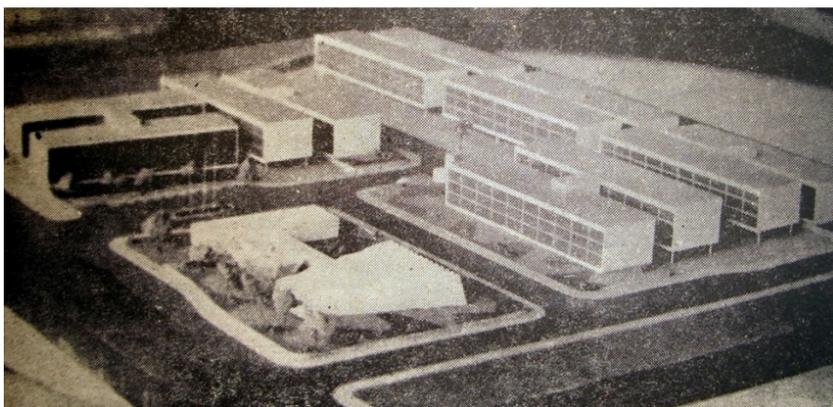


Figura 218. Assembléia Legislativa (1972), Tertuliano Dionísio. Fonte: Arquivo de Projetos da SUPLAN/PB (editado por nós).

visão ortodoxa da arquitetura moderna, em que tinha pouca relevância a expressão da monumentalidade, enquanto havia um rigor aos preceitos funcionais, a exemplo das duas circulações verticais independentes entre si: administrativa, que unia os três pavimentos superiores, e política, restrita aos dois pisos mais baixos.

A atribuição de romper a estrita funcionalidade coube, afora aos arcos, à integração de obras-de-arte, realizadas por artistas plásticos locais, ao corpo do edifício: dois painéis de Raul Córdula Filho, um na fachada voltada para a praça [Figuras 215, 216], em mármore e aço inox, e outro na fachada oposta, em concreto, além de uma pintura de Flávio Tavares, no hall de entrada. Dessa forma, propôs, ao integrar seu trabalho de arquiteto ao de escultores e pintores, a síntese das artes, que constituía um dos meios defendidos, nos anos 1940, por Giedion para se chegar à “nova monumentalidade” (CAPPELLO, 2005, p. 61-62) e que já fora explorada no Ministério da Educação e Saúde (1936-1945), no Rio de Janeiro.

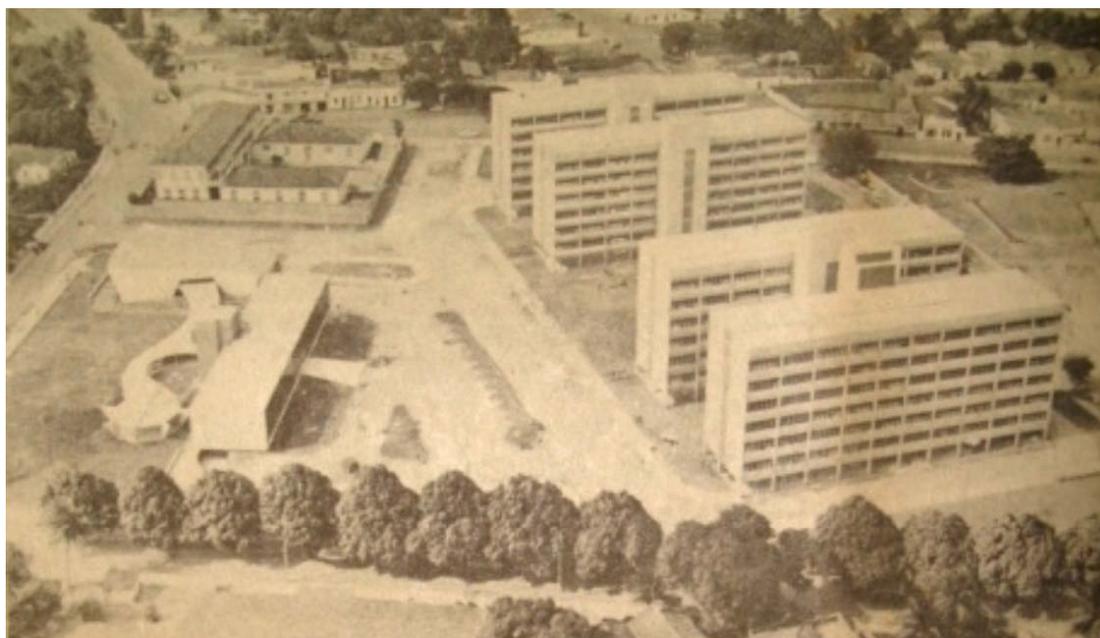
Mesmo assim, eram a simplicidade e a regularidade que predominavam, a exemplo da solução volumétrica caracterizada pela repetição de elementos construtivos, pelas dimensões moduladas e pela ocultação das diferenças funcionais ou construtivas dos materiais, sempre revestidos: os arcos e brises de concreto, além do avanço da cobertura, eram pintados de branco; os pilares de concreto e as paredes das fachadas eram revestidos de mármore; as vigas entre os pavimentos eram recobertas por laminados melamínicos. Portanto a ostentação técnica, comum aos anos de milagre econômico, nesse projeto não se verificou. Certamente sua concepção transitava entre referências passadas da arquitetura moderna brasileira, como as colunatas que definiam plasticamente grande parte dos “edifícios representativos” de Brasília, e preceitos racionalistas, pois mesmo os arcos inseridos na composição eram tratados como elementos apostos ao edifício, de modo a tornar clara a função não-estrutural deles.



Figuras 219, 220.
Proposta inicial do
Centro Administrativo
do Estado da Paraíba
(1973), Tertuliano
Dionísio. Fonte:
Arquivo de Projetos da
SUPLAN/PB;
[CENTRO
Administrativo
Integrado], 1973, p. 1.

Semelhantes referências foram adotadas novamente por Tertuliano Dionísio no Centro Administrativo do Estado da Paraíba ou Centro Administrativo Integrado (1973), o qual localizado em Jaguaribe, próximo à região central, não trazia consigo a carga de edifícios significativos em seu entorno. Esse conjunto tinha por fim concentrar “[...] os órgãos do Estado que, devido ao crescimento registrado nos anos anteriores, encontravam-se dispersos em imóveis espalhados por toda a cidade” (CITTADINO, 1999, p. 121). Ou, como justificado pelo próprio governador Ernani Sátiro (1971-1975), “a idéia básica de sua criação [...] é a de congregar suas diversas Secretarias de Estado a fim de racionalizar os trabalhos inerentes aos órgãos de administração direta e indireta, a exemplo do que se vê nos estados mais desenvolvidos na Federação” (CENTRO administrativo, 1974, p. 2). Apesar dessa menção às experiências de outras regiões, o equipamento de João Pessoa se localizava, como então percebido, “muito próximo ao centro da cidade”, ao contrário de localidades como Salvador, Belém/PA, Porto Alegre, Fortaleza e Natal, que construíram, nessa mesma época, seus centros administrativos afastados dos núcleos urbanos tradicionais, “implantados em grandes vazios periféricos à cidade” (SEGAWA, 2002, p. 177). A localização escolhida motivou inclusive críticas locais, que punham em questão o fato de não ter sido o conjunto de João Pessoa “edificado em local mais apropriado, menos central, mais arejado, menos descongestionado” (NUNES, 1975, p. 2).

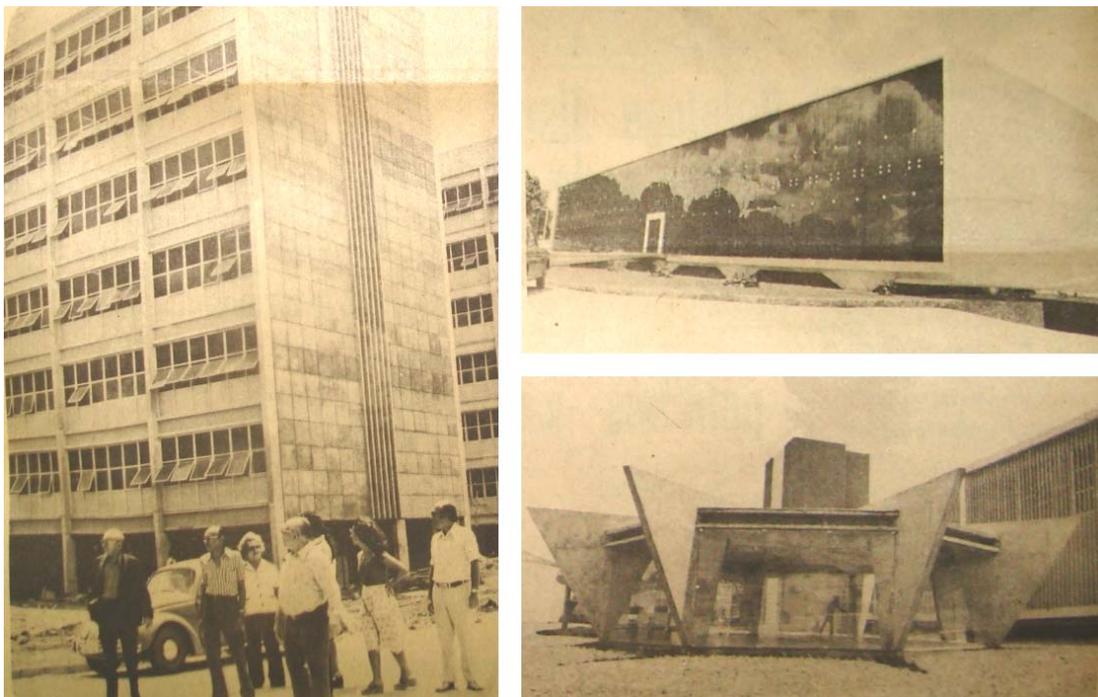
Frente a isso, seu planejamento se centrou no aproveitamento mais econômico do terreno, resultante do deslocamento do Mercado Público de Jaguaribe, aí anteriormente implantado. Se inicialmente a quadra inteira foi destinada ao novo equipamento, o que motivou a estimativa de ocupá-la com seis edifícios de quatro pavimentos [Figuras 219, 220], logo em



Figuras 221, 222. Centro Administrativo do Estado da Paraíba (1973), Tertuliano Dionísio. Fonte: GOVERNADOR inaugura..., 1975, p. 1; Arquivo de Projetos da SUPLAN/PB.

seguida se teve uma área menor à disposição, diante da permanência de uma construção preexistente. Com isso, os edifícios destinados às secretarias passaram a ter, conforme vieram a ser concretizados, sete pavimentos e serem apenas em número de cinco, dos quais quatro foram construídos [Figuras 221, 222]. Além desses fizeram parte do conjunto proposto: palácio dos despachos, salão de exposições e auditório com trezentos lugares [Figuras 223, 224, 225, 226].

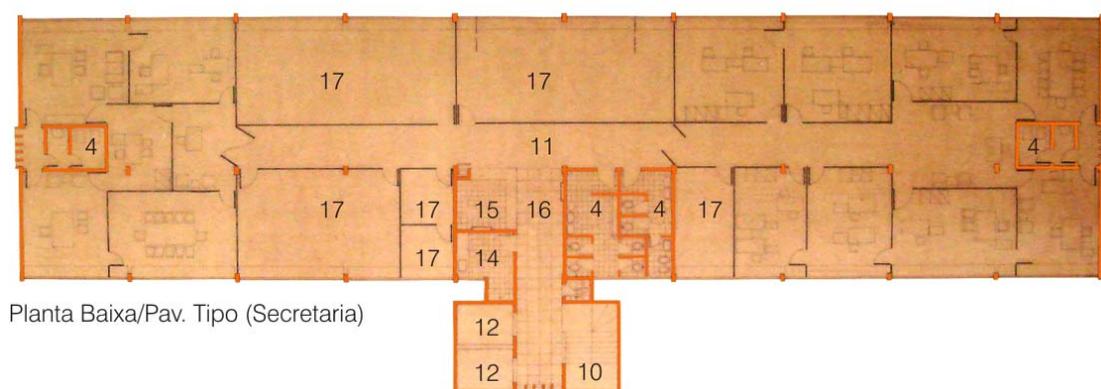
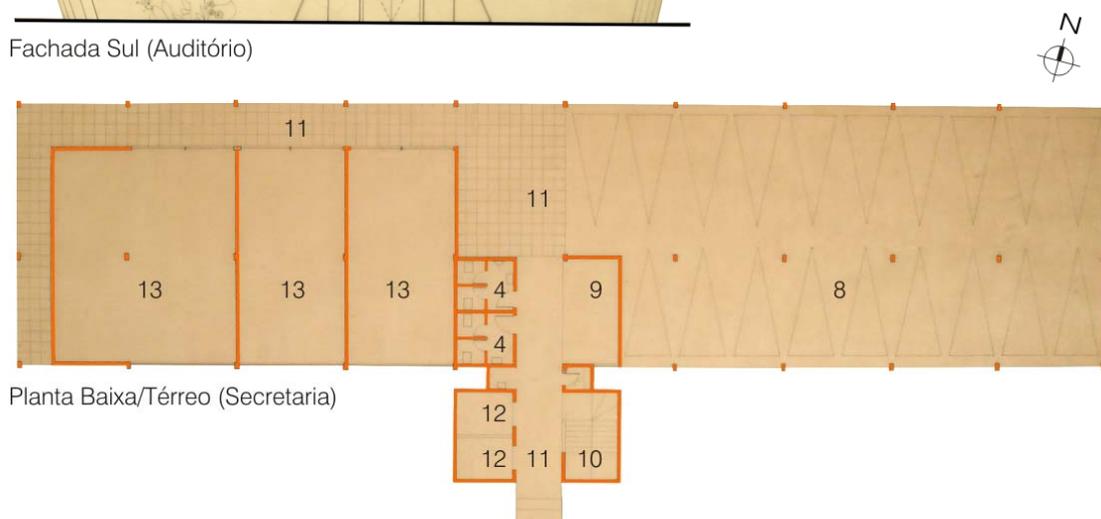
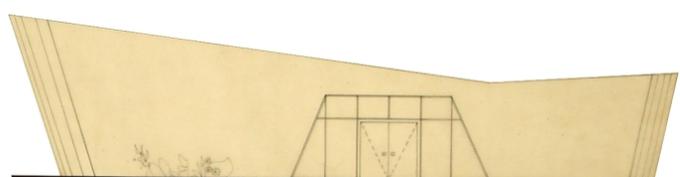
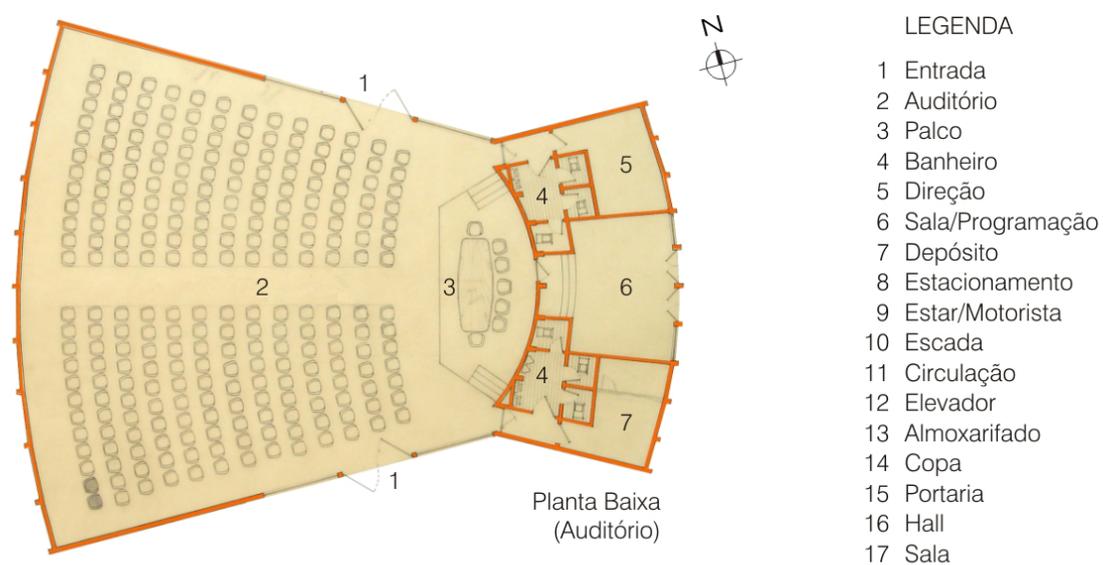
Embora fosse requerida a articulação dos prédios entre si, o que era inerente pela interdependência de funções entre eles, se verificava a conformação de uma grande área segmentada por vias ou estacionamentos para automóveis. Se isso assinalava mais uma vez a crescente valorização dada aos veículos, por outro mantinha o tradicional parcelamento das quadras e a direta associação entre os edifícios e as vias públicas. Apenas entre as secretarias ou ao longo da marquise sinuosa de concreto havia circulação independente para pedestres.



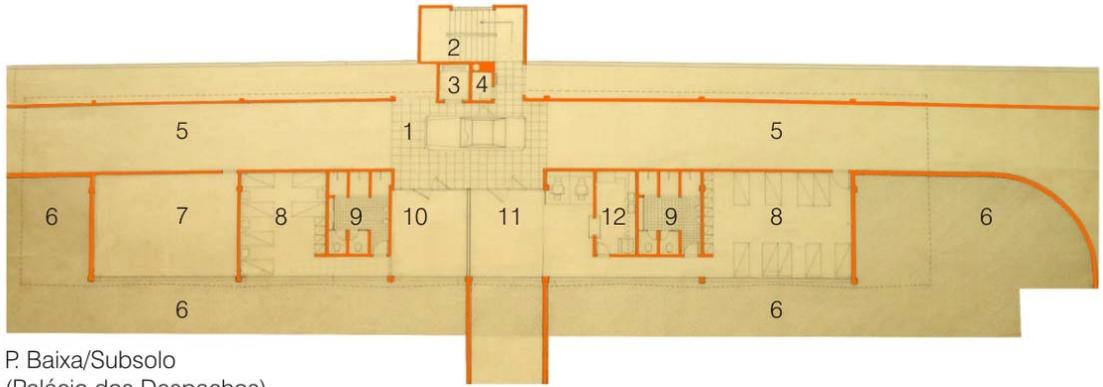
Figuras 223, 224, 225. Centro Administrativo do Estado da Paraíba (1973), Tertuliano Dionísio: Secretarias (esquerda), Palácio dos Despachos (superior/direita) e Salão de Exposições (inferior/direita). Fonte: VISITA..., 1975, p. 1; EIS O..., 1975, p. 8.

Quanto aos edifícios, a solução adotada por Tertuliano Dionísio seguiu o princípio racionalista de oferecer soluções específicas conforme cada uso. As secretarias, tratadas como prédios utilitários, foram compostas por blocos regulares, isolados, igualmente espaçados entre si e dispostos conforme a exposição climática mais favorável: as maiores fachadas voltadas para norte e sul captavam os ventos predominantes, provenientes do sudeste e do nordeste. E como deveriam abrigar os distintos programas de cada secretaria, além de estarem sujeitas às inevitáveis mudanças de ocupação com o passar do tempo, que impossibilitavam prever a princípio suas disposições internas, foi nelas explorada a máxima flexibilidade espacial [Figura 227]. Com esse intuito, a concepção do espaço livre, fluido, contínuo, abstrato e indiferenciado, desenvolvida pelas vanguardas e sintetizada pelo “plano horizontal livre e fachada transparente” (MONTANER, 2001b, p. 29), foi retomada. A estrutura, localizada na periferia, era independente dos fechamentos; as aberturas contínuas, com divisões regularmente espaçadas entre si, se estenderam por todo o comprimento do edifício; a circulação vertical agregada à copa e banheiros, como único elemento fixo do conjunto, se concentrou em torno de volume autônomo.

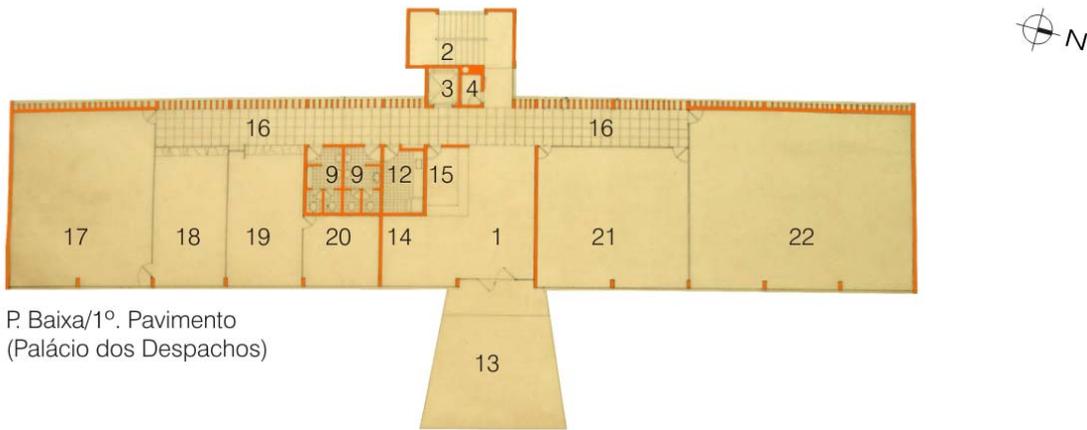
Tais características, associadas ainda à simplicidade e à repetição de elementos, se estenderam aos demais edifícios do centro administrativo, embora nesses, tratados como elementos representativos, houvesse uma maior liberdade plástica. A própria implantação deles, interligada por marquise curva de concreto armado e antecedida por grande área livre (estacionamento), a reforçar a perspectiva, reiterava esse direcionamento.



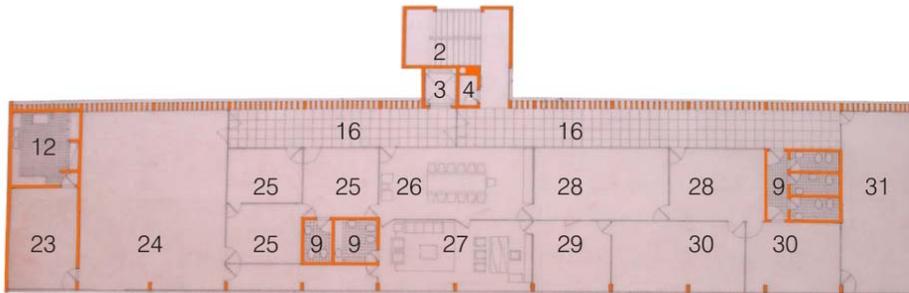
Figuras 226, 227. Centro Administrativo do Estado da Paraíba (1973), Tertuliano Dionísio: Auditório, Secretaria. Fonte: Arquivo de Projetos da SUPLAN/PB (editado por nós).



P. Baixa/Subsolo
(Palácio dos Despachos)



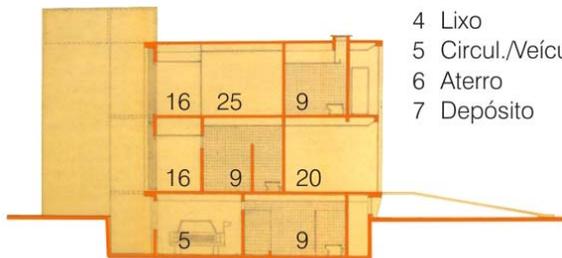
P. Baixa/1º. Pavimento
(Palácio dos Despachos)



P. Baixa/2º. Pavimento
(Palácio dos Despachos)

LEGENDA

- | | | |
|--------------------|---------------------|------------------------|
| 1 Hall | 8 Dormitório | 20 Telefone/Telégrafo |
| 2 Escada | 9 Banheiro | 21 Assessoria |
| 3 Elevador | 10 Estar/Motoristas | 22 Dir. Administrativa |
| 4 Lixo | 11 Corpo de Guarda | 23 Mordomo |
| 5 Circul./Veículos | 12 Copa | 24 Salão/Recepções |
| 6 Aterro | 13 Rampa | 25 Casa Militar |
| 7 Depósito | 14 Espera | 26 Sala/Despachos |
| | 15 Portaria | 27 Sala de Trabalho |
| | 16 Circulação | 28 Sala de Espera |
| | 17 Dir. Financeira | 29 Secretária |
| | 18 Tesouraria | 30 Casa Civil |
| | 19 Comunicação | 31 Expediente |



Corte (P. dos Despachos)

Figura 228. Centro Administrativo do Estado da Paraíba (1973), Tertuliano Dionísio: Palácio dos Despachos. Fonte: Arquivo de Projetos da SUPLAN/PB (editado por nós); Arquivo Central/PMJP (editado por nós).

Dessa forma, o palácio dos despachos, coberto por laje impermeabilizada de concreto armado, conformava um prisma regular e levemente erguido do terreno, por meio de pilares de seção triangular, que acentuavam sua independência em relação ao pavimento inferior ou, mais precisamente, sobrevalorizavam os pontos de apoio, exploração recorrente na obra de Vilanova Artigas. E, se sua fachada nordeste sem a presença de caixilhos reforçava a unidade do bloco, o mesmo acontecia com a face sudoeste, embora aí fossem utilizados brises verticais de alumínio [Figura 228]. Distinção que assinalava a obediência também aos requerimentos funcionais.

O auditório reproduzia a solução da cobertura em “asa de borboleta”, a exploração plástica da estrutura (aparente e externa ao edifício) como elemento essencial ao projeto e estendia a liberdade formal inclusive à demarcação das aberturas de acesso à platéia, as quais assumiam formas trapezoidais. Orientação que, no entanto, não minimizava o atendimento às exigências acústicas e funcionais dos ambientes internos.

Por sua vez, o salão de exposições constituía um prolongamento da marquise que unia os prédios anteriores, salvo sua solução estrutural, que assinalava uma diferenciação, e os fechamentos em vidro sem montantes.

Portanto, as referências adotadas eram diretamente vinculadas à arquitetura moderna brasileira, como foi sobremodo evidenciado na marquise de formas sinuosas, derivada da solução utilizada por Oscar Niemeyer no conjunto da Pampulha (1942). Isso também era percebido em seu conjunto, a reproduzir o esquema de Brasília, que foi o adotado, segundo Segawa (2002, p. 177), pela maioria dos centros administrativos realizados nos anos 1970 no Brasil. Mesmo a aléia de palmeiras que definiam o acesso ao Centro Administrativo do Estado da Paraíba [Figura 222] confirmava mais uma vez a aproximação às realizações brasileiras, já que esse elemento se tornou, segundo Dourado (2000, p. 165), recorrente entre os arquitetos brasileiros, “a ponto de [...] se tornarem quase que estruturas onipresentes nos entornos das arquiteturas modernas no país” e já fizera parte dos estudos paisagísticos do Ministério da Educação e Saúde (1937-1945), desde a proposta de Le Corbusier.

Quando da inauguração do centro administrativo, o Secretário dos Transportes, Comunicações e Obras, Ronaldo Tavares, afirmava que esse conjunto era a base material para modernizar a máquina administrativa do governo estadual, “além de contribuir para realçar a paisagem urbana de João Pessoa, com a riqueza de variações de suas formas arquitetônicas e simplicidade de seu estilo plástico” (POVO prestigiou..., 1975, p. 8). Ao fazer publicidade das dez principais obras do governo estadual, era sintetizada assim essa obra: “reunindo todas as Secretarias do Estado em um só bloco de edifícios, a máquina administrativa ajustará suas peças em favor de um dinamismo maior” (10 OBRAS..., 1973, p. 4). Ou como também veiculado pelo governo de estado: “Agora, as decisões estão mais perto. Instalados em edifícios modernos e funcionais todas as secretarias e departamentos do estado podem continuar construindo e humanizando a Paraíba” (EIS O..., 1975, p. 8).

Logo, era ao aspecto funcional que o discurso oficial se prendia, o que se tornava uma associação imediata ao vir esse conjunto substituir a série de edifícios dispersos pelo espaço

urbano. Discurso que não se distanciava da orientação seguida por essa e pelas demais obras, que apesar de afirmarem a centralização do poder, não se revelaram como “suntuosos edifícios” a ostentarem o período de “milagre econômico” ou a se centrarem na noção de monumentalidade. Seguiram, assim como ocorreu em maior proporção nas edificações do campus universitário, a economia e a simplicidade construtiva, o que se tornou claro na proposta inicial do centro administrativo. E esses preceitos não se restringiram à arquitetura dos edifícios, porque se estenderam ainda à solução urbanística, na qual foi rejeitada a construção de um novo centro cívico, apesar do plano elaborado por Nestor de Figueiredo, e optada pela conservação da estrutura consolidada no centro. Somava-se a isso que as intervenções urbanas então realizadas não pretendiam o embelezamento do espaço cívico. Privilegiavam sim o trânsito e o turismo, como vimos [na seção “Soluções para a cidade que cresce”, Capítulo 3].

Essa posição refletia o próprio curso político local, denominado por Cittadino (1999, p. 122), de “modernização conservadora”, que, embora sugerisse um processo de transformação, era unicamente positiva para as tradicionais elites oligárquicas que se apropriavam do aparelho do Estado e se perpetuavam no poder, com a ampliação da máquina oficial. Em meio a essa continuidade de interesses não era estranho que os novos edifícios conservassem a tradicional localização no centro urbano e retomassem, para legitimar suas realizações, formas consagradas e reconhecidas internacionalmente da arquitetura moderna brasileira, mesmo que distanciadas das grandes estruturas de concreto armado que caracterizavam a arquitetura brasileira nesse momento.

E, por sua vez, embora o envolvimento com o Estado, como é sabido, implique num grau de renúncia à liberdade de criação, não podemos desconsiderar também a própria orientação dos profissionais encarregados de tais projetos: um grupo restrito de arquitetos, em especial Mário Di Lascio e Tertuliano Dionísio. Esse, apesar das poucas informações por nós encontradas, tinha um amplo e constante envolvimento com as realizações do governo estadual e sua participação na iniciativa privada, como nos faz supor Freire (2007, p. 61), aparentava ser maior em Campina Grande, onde produziu várias residências isoladas, do que na capital paraibana. Contudo era manifesta em sua atividade em ambas as cidades a influência de Niemeyer, a exemplo da freqüente utilização da estrutura como definição formal do projeto, como utilizado no posto de serviço da Petrobrás (1972) [Figura 138], que antecipava o resultado proposto no salão de exposições do centro administrativo. Orientação que assimilava à autocrítica realizada em 1958 pelo arquiteto carioca, quando passava a defender “soluções compactas, simples e geométricas”, “a unidade e harmonia entre os edifícios” e a expressão deles “pela própria estrutura integrada na concepção plástica original” (NIEMEYER, 1958, p. 4-5). Se não podemos traçar uma influência tão nítida na obra de Mário Di Lascio, não devemos negar sua continuidade, assim como apontamos na obra de Tertuliano Dionísio, ao legado da arquitetura moderna brasileira dos anos 1950 e 1960, consagrada nacional e internacionalmente.

NOVAS PERSPECTIVAS LOCAIS

Permanências e transformações na cidade

Em início dos anos 1970, João Pessoa mantinha seu forte vínculo com Recife. Das linhas de ônibus interestaduais que em 1973 partiam da cidade, 76,3% se destinavam à capital pernambucana (ANDRADE, M., 1975, p. 65). A maioria dos hóspedes de seus três principais hotéis, Tambaú, Parahyba Palace e Aurora, provinha da capital vizinha (ANDRADE, M., 1975, p. 56-64). Mesmo seu comércio era, segundo M. Andrade (1975, p. 54), ainda modesto, pela proximidade a um centro comercial mais importante: Recife, “para onde recorre a população de João Pessoa quando deseja adquirir artigos mais finos”, afora a maior diversidade de opções que lá encontravam.

Em contrapartida, a população de João Pessoa cresceu de 119.326 habitantes em 1950 para 221.546 em 1970 (IBGE, 2002e). Entre 1955 e 1973, a frota de automóveis passou de 1.643 para 10.724 unidades; a disponibilidade de leitos hospitalares, de 1.309 para 2.932 unidades; o número de agências bancárias de 11 para 26 unidades; o número de telefones instalados, de 1.178 para 4.400 aparelhos (ANDRADE, M., 1975; BORGES, 1960; ETP..., 1973, p. 6).

Embora uma parcela considerável de sua população ativa (14%) continuasse, nos anos 1970, ligada às atividades administrativas (ANDRADE, M., 1975, p. 29), a cidade agora comportava duas instituições de ensino superior: Universidade Federal da Paraíba e Universidade

Autônoma de João Pessoa (atual Unipê). O impulso da Sudene à atividade industrial, com a aprovação, nos anos 1960, de vinte e seis projetos industriais para João Pessoa, se refletiu no crescimento do número de pessoas ocupadas nesse setor, que passou de 4.496 pessoas em 1960 para 18.089 em 1970, cuja maior expansão concentrou-se no ano de 1969 (ANDRADE, M., 1975, p. 43). Dessa forma, para M. Andrade (1975, p. 17, grifos do autor), João Pessoa era uma “cidade que se formou como **centro administrativo** que teve depois seu desenvolvimento impulsionado pela **função universitária** e, mais modernamente, pela **função industrial**”. Atividades que, segundo o mesmo autor, não se anularam e fizeram surgir funções secundárias de menor importância.

Mudanças que se somavam às novas extensões físicas da capital paraibana, que eram bem distintas das décadas anteriores [Figura 228]. Se em 1950 sua área urbana tinha 1.145 hectares, em 1970 totalizava 3.788 hectares (RODRIGUEZ, J., 1987, p. 598). Como reflexo, a



Figura 228. Mapa do sistema viário da cidade de João Pessoa em 1975, publicado no Código de Urbanismo: Parque Solon de Lucena (azul); Avenida Epitácio Pessoa (laranja); Hotel Tambaú (vermelho); Campus Universitário (amarelo). Fonte: JOÃO Pessoa, 1976, Anexo IV (editado por nós).

praia deixava definitivamente de ser área de veraneio e se transformava em região de moradias permanentes. Movimento que era acompanhado pelos clubes sociais e consolidado pela construção em 1973 de mais duas vias de acesso ao litoral: avenidas Beira-Rio (José Américo de Almeida) e Flávio Ribeiro Coutinho. Essa última a favorecer a ocupação do litoral norte, até então esparsa.

Em paralelo, também se consolidava a expansão rumo à porção sudeste, onde foram implantados o campus universitário e o Distrito Industrial, além da maioria dos conjuntos habitacionais empreendidos pelo Estado [Figura 229]. Região que continuou a ser priorizada para esse último fim na segunda metade dos anos 1970, quando o investimento em conjuntos habitacionais se intensificou e foi construído em João Pessoa mais que o dobro de unidades que na primeira metade dessa mesma década (LAVIERI, J; LAVIERI, M, 1999, p. 46-47). Além disso, o modelo de moradia predominante nesses conjuntos, residência unifamiliar isolada ou agrupada duas a duas, demandava a ocupação de grandes extensões territoriais, de modo a estimular ainda mais a expansão dessa área.

Os dois vetores de crescimento evidenciavam, por outro lado, o processo de seletividade do espaço urbano, através do qual passavam a ser mais visíveis as separações sociais (CAVALCANTI, J., 1999, p. 26). Não era ainda uma divisão tão definida quanto seria nos anos posteriores, mesmo assim as áreas constituídas pelas imediações da Avenida Epitácio Pessoa e pela praia tendiam a abrigar as famílias mais abastadas, enquanto a porção sudeste era ocupada pela população de menor renda.

E, à medida que toda a área do município se urbanizava, a cidade perdeu sua importância



Figura 229. Na porção sudeste de João Pessoa, Conjunto Presidente Castelo Branco I (630 unidades), inaugurado em 7 de fevereiro de 1968, cuja construção foi realizada pela Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP) e financiada pelo BNH. Fonte: FATOS & FOTOS, [1968?], p. 11.

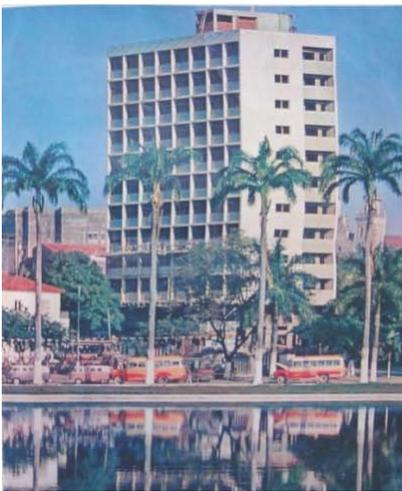


Figura 230, 231, 232. Praças João Pessoa, 1817 e Ponto de Cem Réis, em 1974 (superior). Parque Solon de Lucena (inferior/esquerda) e construção do edifício de escritórios Viña Del Mar (1965), em meados de 1968. Avenida Getúlio Vargas, por volta dos anos 1970 (inferior/direita). Fonte: RODRIGUEZ, [1974?], p. 109; FATOS & FOTOS, [1968?], p. 9; IHGP.

como lugar de produção agrícola, de modo que, se 15,4% de sua população economicamente ativa era em 1960 dedicada ao setor primário, no final da mesma década essa proporção atingia apenas 4,3%, enquanto cresceram os percentuais referentes aos setores secundário (de 12,2% para 17,8%) e terciário (de 72,4% para 78,7%) (LAVIERI, J; LAVIERI, M, 1999, p. 45).

Transformações que eram também registradas pelas fotografias de João Pessoa nos anos 1970. Os edifícios elevados pontuavam a paisagem do centro e se sobrepunham às construções antigas [Figura 230]. Novas construções surgiam nas imediações do Parque Solon de Lucena e na Avenida Getúlio Vargas, onde não havia mais os bondes de outrora e sim a presença constante de automóveis, fossem eles destinados ao transporte coletivo [Figura 231] ou ao uso privado [Figura 232]. Imagens que foram nessa época frequentemente utilizadas para divulgar ou exaltar através da imprensa as qualidades locais. Em publicação nacional dedicada ao estado da Paraíba e que apontava as realizações do governo estadual, a imagem que representava a capital paraibana sobrevalorizava os novos edifícios surgidos no centro, em especial os mais elevados, como o edifício de apartamentos Caricé (em primeiro plano) [Figura 233]. Em revista local dedicada em 1975 a divulgar o estado, “Paraíba, ontem e hoje”, sua capa contrapunha a imagem do “ontem”, composta por veículos de tração animal e esparsos prédios antigos e de pouca altura, à imagem do “hoje”, constituída pela concentração de edifícios altos no centro da capital paraibana: sede do IPASE ([1949?]) e edifício de escritórios Régis (1964) [Figura 234]. Essa última reprodução era semelhante à que estava presente em 1973 em publicidade, provavelmente oficial, sob o título “João Pessoa se renova para o turismo”, cujo enquadramento registrava inclusive o trânsito de veículos sem cruzamentos, possibilitado pela recém-construída passagem de nível no Ponto de Cem Réis (JOÃO Pessoa se renova..., 1973, p. 8) [Figuras 235]. Eram, pois, representações que tinham o constante envolvimento do Estado e simulavam uma aparência de progresso.

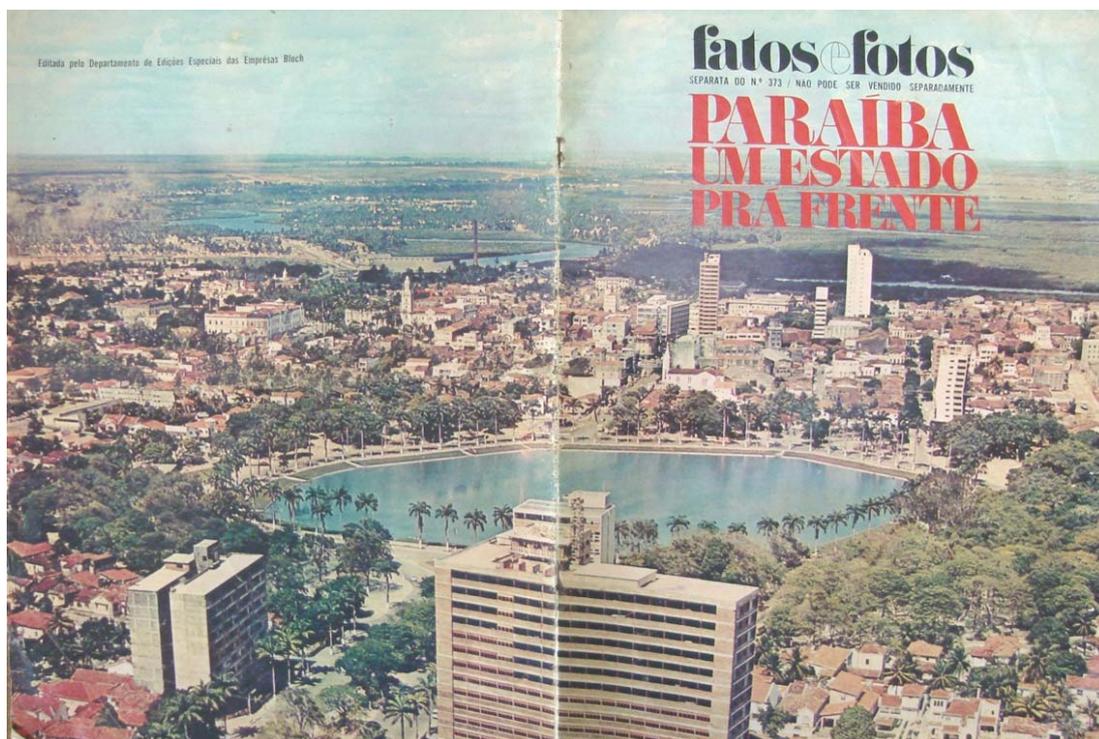


Figura 233. Veiculação da Paraíba em periódico de circulação nacional, em meados de 1968: Parque Solon de Lucena (ao centro) e construção do edifício de apartamentos Caricé (em primeiro plano). Fonte: FATOS & FOTOS, [1968?], p. 1.

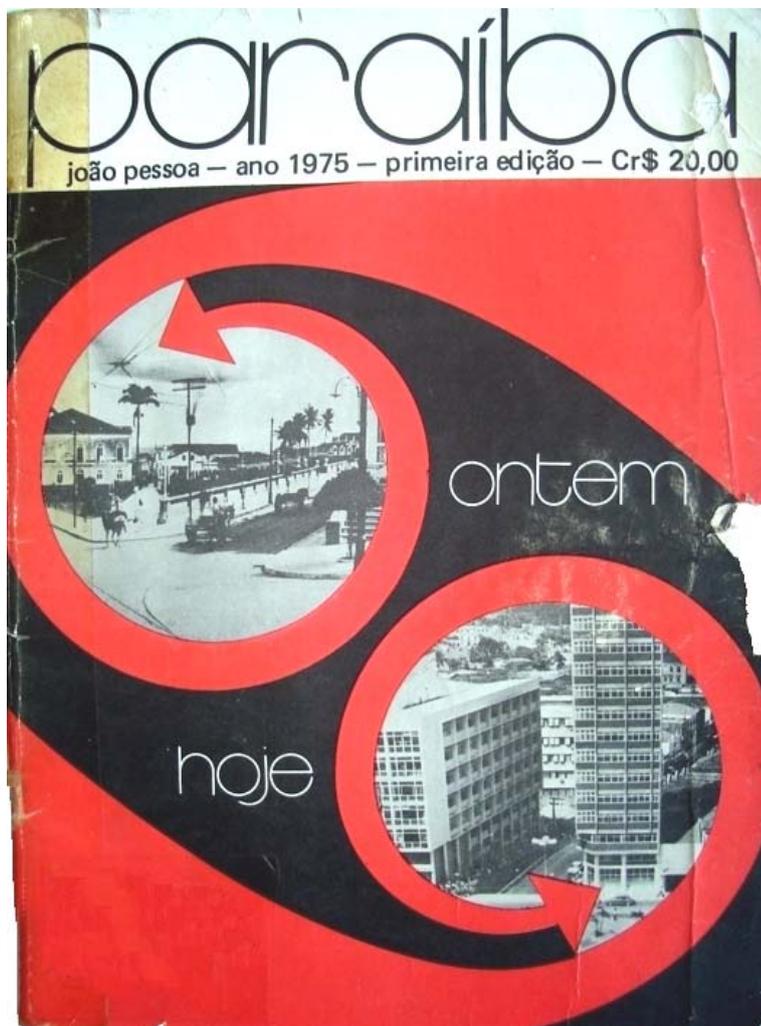


Figura 234. Capa de publicação local no ano de 1975. Fonte: PARAÍBA, ONTEM E HOJE, 1975, p.1.

Por outro lado, o crescimento urbano não deixava de ser acusado de desordenado, diante dos problemas de infra-estrutura, já reclamados nas décadas anteriores e que continuavam a ser registrados pela imprensa:

[...] está faltando o mínimo de condições para que sejam atendidos os novos habitantes que se afastaram do restrito meio pessoenese [sic]: asfaltamento, água, saneamento. A maioria dos conjuntos residenciais construídos em João Pessoa, [sic] está, nêsse início de inverno, tornando-se problema sério para seus moradores: ruas sem asfalto, atoleiros, onde os carros não podem trafegar normalmente. Isso indica que a área recém-formada de João Pessoa não possui urbanização necessária para atender à grande população já fixada (PROLONGAMENTO..., 1969, p. 3).

Nesse contexto, o anunciado levantamento aerofotogramétrico de João Pessoa realizado em 1968⁹⁵ visava, além da elaboração de um cadastro geral dos consumidores de água e energia,

⁹⁵ Apesar de ser informado, em abril de 1968, que “a LASA, subsidiária da Cruzeiro do Sul já concluiu o vôo para levantamento aerofotogramétrico de João Pessoa” (LEVANTAMENTO..., 1968, p. 3), há discordâncias quanto à efetiva realização desse serviço, pois as fotos aéreas mais antigas arquivadas



Figura 235. Publicidade veiculada em jornal local, em 1973. Fonte: JOÃO Pessoa se renova..., 1973, p. 8.

propiciar justamente o planejamento da ampliação da rede de água da capital (LEVANTAMENTO..., 1968, p. 3). Serviço que somado à distribuição de energia, conforme J. Lavieiri; M. Lavieiri (1999, p. 44), passou por uma dinamização graças à ação do BNH. Dessa forma, é provável que tais deficiências estivessem relacionadas à construção de loteamentos particulares em áreas sem infra-estrutura ou se devessem à exigência de serviços como saneamento e pavimentação, que não seguiram o mesmo ritmo de crescimento dos sistemas de água e de energia. Com efeito, em 1970 havia uma maior proporção de residências atendidas por fossa séptica (24,95%) do que ligada à rede pública (13,53%) (IBGE, 1970, p. 494). E, em 1969, enquanto o abastecimento de água era ampliado, a rede de esgoto não possuía planos de melhoramentos ou ampliação, apesar de sua deficiência (JOÃO Pessoa apronta-se..., 1969, p. 8).

As reclamações captadas pela imprensa também se estenderam em 1973 à melhoria do trânsito e dos transportes públicos, que “[...] nem ampliaram as suas redes nem

pela própria prefeitura datam de 1976 e não encontramos registros daquelas que supostamente as precederam.

modernizaram suas frotas e oferecem um serviço bastante precário a seus usuários” (CIDADE aflita, 1973, p. 4).

As dificuldades eram admitidas, em agosto de 1973, pelo próprio prefeito Dorgival Terceiro Neto (1971-1974): “Por mais proveitoso que tenha sido o trabalho dos prefeitos anteriores e por maior que seja o empenho e o esforço da atual administração, a cidade continuará com deficiência de infra-estrutura urbana. Essa situação perdurará por muito tempo” (A CIDADE vista..., 1973, p. 4). Situação que era atribuída ao crescimento urbano nos dez anos anteriores, mais particularmente, segundo o prefeito (A CIDADE vista..., 1973, p. 4), se devia aos “loteamentos feitos a grosso e varejo, sem a mínima infra-estrutura para implantação dos agrupamentos familiares”.

Percepção que se alinhava àquela do secretário municipal do planejamento, Antônio Augusto de Almeida (MELHOR..., 1974, p. 3), que então apontou como os principais pontos a serem enfrentados pelo planejamento local o preenchimento dos vazios urbanos, o controle à criação de loteamentos particulares sem oferta de infra-estrutura, que sobrecarregavam os investimentos públicos, e a restrição ao implante de núcleos habitacionais muito distantes da zona urbana, que oneravam os gastos com infra-estrutura e transporte público.

Assim, em resposta à rápida expansão urbana, que continuava a se processar, e aos problemas dela decorrentes, cresceram as ações públicas voltadas à gestão espacial da cidade: criação do Código de Urbanismo (1975), implantação de um anel viário para ligação do centro aos bairros, pavimentação e redimensionamento de vias, deslocamento da rodoviária e implantação de infra-estrutura e equipamentos urbanos nos bairros da orla marítima (LAVIERI, J.; LAVIERI, M., 1999, p. 47).

É sintomático do crescente interesse nessa época pelo planejamento urbano que, em 1973, em viagem ao Rio de Janeiro, o então prefeito Dorgival Terceiro Neto (1971-1974), pretendeu, como então noticiado (URBANISMO, 1973, p. 3), entrar em contato com Nestor de Figueiredo, que há quarenta anos realizara o plano de expansão de João Pessoa. Encontro que só não ocorreu, por causa do falecimento do urbanista dois dias antes da conversa. Mesmo assim, esse fato nos faz vislumbrar o possível desejo de dar continuidade às diretrizes já traçadas pelo urbanista, não obstante o enfoque multidisciplinar que assumira, ao longo do tempo, a atividade de planejamento, nessa época não mais restrita a ação de um único profissional (informação verbal).⁹⁶

E a própria imprensa local, nos anos 1970, defendia a necessidade de planejamento, a fim de coordenar o crescimento da cidade, ao argumentar que era “indispensável elaborar-se um plano diretor para a Capital [...], para crescer com disciplina, ordenadamente” (DEMOLIÇÕES, 1970, p. 3).

Com efeito, nesse momento tal preocupação ganhava força no país: inicialmente com a criação em 1966 do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), “responsável pela

⁹⁶ Observação apontada pelo Prof. Dr. José Tavares Correia de Lira na defesa desta dissertação, em São Carlos/SP, em 8 de abril de 2008.

coordenação e implemento da política nacional no campo do planejamento local integrado” (SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO - SERFHAU, 1971, p. 5), e, em seguida, com a criação em 1974 da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU), que, juntamente com a definição das regiões metropolitanas, constituiu, segundo Segawa (2002, p. 184), o corolário da “implantação de um sistema ou política nacional de planejamento urbano”. Conforme o mesmo autor, “nessa trajetória, proliferaram os organismos de assistência técnica aos municípios para promoção de ‘planos locais integrados’, ‘planos diretores’ e outras atividades meios”.

Essas medidas direta ou indiretamente repercutiram na cidade de João Pessoa. Se era comum ao SERFHAU realizar cursos e seminários técnicos durante os trabalhos de planejamentos locais (SERFHAU, 1971, p. 5-6), foi realizado na capital paraibana, quando da elaboração de seu Plano Diretor, pelo menos dois Seminários de Avaliação e Treinamento do Plano de Desenvolvimento Urbano, que contou com a participação do economista Fernando Barbosa, vinculado ao órgão federal (EMPRESA..., 1974, p. 8). E mesmo anteriormente, em 1968, se noticiou a visita do presidente do SERFHAU a João Pessoa, quando, em contato com o então prefeito Damásio Franca (1966-1971) e o governador João Agripino (1966-1971), foram abordadas a delimitação da área metropolitana da capital e a execução de um plano integral de desenvolvimento (PREFEITURA delimitará..., 1968, p. 3).

A própria elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano de João Pessoa, cujos trabalhos foram iniciados em 10 de novembro de 1973, seguiu os moldes desse órgão. Seu estudo foi composto, entre outros, pelo Plano de Uso do Solo, com vista ao zoneamento da cidade, pelo Plano Viário e pelo Plano de Urbanismo. Foi dirigido pelo engenheiro paraibano Antônio Augusto de Almeida (secretário municipal do planejamento), com a assessoria técnica do Grupo de Planejamento Integrado (GPI),⁹⁷ sediado na capital paulista e coordenado pelo professor da Universidade de São Paulo Mário Wagner da Cunha,⁹⁸ afora o auxílio da Associação Comercial, do Clube de Engenharia da Paraíba e do CREA/PB. Por sua vez, o intercâmbio com os técnicos externos tinha como outro fim treinar profissionais da região para atuarem no setor de planejamento (MELHOR..., 1974, p. 3), como foi próprio à política do SERFHAU. Aproveitamento de mão-de-obra que em João Pessoa parecia ser imediato, visto que, nessa mesma época, em 1974, foi criada, pelo prefeito Dorgival Terceiro Neto (1971-1974), a Empresa Municipal de Urbanização (URBAN),⁹⁹ com a finalidade de coordenar a

⁹⁷ Além de Mário Wagner, também participaram dessa equipe: professor Manoel Correia, José Bonifácio de Almeida, arquiteta Marilice Elito, Carlos Eduardo Zaham, Roberto Ferreira Lassance, advogado e economista Moacyr Paixão e Silva, como assessores técnicos; professor Mário Franzolim, diretor financeiro da Prodesan, em Santos, como colaborador. O professor Boruch M. Grinblat, vice-diretor do Centro de Pesquisas de Tráfego da Fundação Armando Álvares Penteado também prestou assessoria à equipe municipal (PREFEITURA acelera..., 1973, p. 8; EMPRESA..., 1974, p. 8).

⁹⁸ Mário Wagner em 1956 participou, em colaboração a Vilanova Artigas, Carlos Cascaldi e Paulo Camargo e Almeida, do concurso para escolha do plano piloto de Brasília (classificado em quinto lugar).

⁹⁹ Em 1990 a URBAN foi transformada em Empresa Municipal de Limpeza Urbana (EMLUR), quando passou a gerenciar todos os serviços de limpeza da cidade. Sua atuação voltada ao urbanismo se concentrou principalmente entre 1986 e 1990, quando se voltou ao cadastramento imobiliário do município, ao gerenciamento do Projeto Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (CURA); à construção do cemitério Parque dos Ipês; à recuperação da área do Distrito Mecânico e início de sua

elaboração dos planos urbanísticos da cidade, embora, entre sua criação e o ano de 1986, funcionou apenas como Centro de Processamento de Dados (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA - PMJP, 2005).

Por conseguinte, o Plano Diretor, sancionado em 29 de setembro de 1975, e o Código de Urbanismo, aprovado em 31 de dezembro do mesmo ano, passaram a oferecer um efetivo instrumento para ordenar o crescimento da cidade e para favorecer a gestão pública desse processo. Documentos que também contemplavam questões postas em pauta nos anos anteriores, como o lugar mais adequado para a verticalização e a proteção às construções antigas, que traziam, por sua vez, implicações diretas sobre o espaço urbano. Ao contrário da Lei Municipal nº 546 (20 de novembro de 1963), foi proposto agora um limite máximo de altura (cinco pavimentos ou vinte metros) para os edifícios localizados no entorno do Parque Solon de Lucena [Figura 236]. E foi delimitada no centro da cidade uma Área de Interesse Histórico [Figura 237], organizada em Área de Preservação Rigorosa, que abrangia inclusive o Ponto de Cem Réis, e Área de Importância Ambiental, na periferia da anterior.

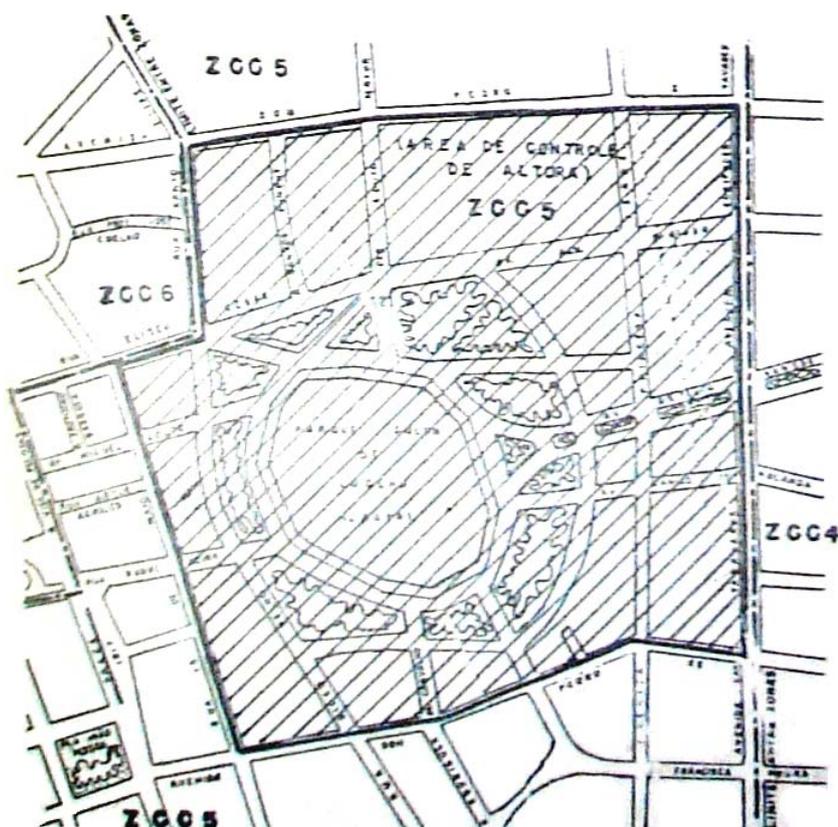


Figura 236. Área proposta pelo Código de Urbanismo (1975) para controle de altura dos edifícios no entorno do Parque Solon de Lucena. Fonte: JOÃO PESSOA, 1976, p. 61.

construção; à implantação do Programa de pavimentação por ajuda mútua (PROPAM); à instalação de Centro de Microfilmagem e de Usina de Reciclagem de Lixo; à prestação de serviços a outras prefeituras do interior do estado, na área de cadastro imobiliário e de pessoal; à realização de parte do serviço de limpeza de João Pessoa (PMJP, 2005).



Figura 237. Delimitação da Área de Interesse Histórico proposta no Código de Urbanismo de João Pessoa (1975), a qual era composta por Área de Preservação Rigorosa (em laranja) e Área de Importância Ambiental (em verde). Fonte: JOÃO PESSOA, 1976, p. 51 (editado por nós).

Para além de suas particularidades, tal planejamento interrompeu o período marcado por planos voltados a trechos isolados ou com enfoques específicos. Diante disso, era inevitável vê-lo reconhecido como uma nova etapa para o desenvolvimento urbanístico da cidade, assim como o fora o Plano de Remodelação e Extensão de João Pessoa, elaborado em 1933 por Nestor de Figueiredo.

A criação do curso de Arquitetura e Urbanismo

Em paralelo à consolidação do planejamento urbano em João Pessoa, foi noticiado pela imprensa, em 1972, o propósito de ser criado uma “Escola de Arquitetura” pela Universidade Autônoma da Paraíba (atual Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ), instituição particular, recém-fundada, em 21 junho de 1971, e que então possuía quatro cursos: Administração, Direito, Educação Física e Psicologia. Pretendia-se com isso evitar que “os estudantes interessados na matéria [tivessem que] procurar outros centros, principalmente o

Recife, para estudos” (AUTÔNOMA instalará..., 1972, p. 8). Interesse que, embora reiterado em reportagem de janeiro do ano seguinte (AUTÔNOMA abre..., 1973, p. 8), não foi imediatamente encampado. Sua abertura se deu quase trinta anos mais tarde: aprovado em 15 de setembro de 1999.

Esse episódio, contemporâneo ao mesmo movimento empreendido na Universidade Federal da Paraíba, evidenciava o crescente desejo de se criar um curso de arquitetura na capital paraibana, o que era certamente incitado pelo amplo mercado de trabalho que aí se vislumbrava para esse campo profissional, a exemplo do planejamento urbano, que passava a se consolidar e que demandava o conhecimento de técnicos qualificados.

Também na esfera privada havia semelhante oferta de oportunidades aos arquitetos. Na primeira metade da década de 1970, “os financiamentos do SFH [em João Pessoa] voltaram-se principalmente para a construção de unidades habitacionais isoladas de alto padrão construtivo (288% de incremento em relação à década anterior), propiciando um relativo adensamento das áreas situadas nos bairros nobres” (LAVIERI, J.; LAVIERI, M., 1999, p. 45). E, a partir de 1971, quando ocorreu uma maior sujeição do governo estadual ao controle federal, durante a “fase dos governantes biônicos” ou não-eleitos, houve um aumento imediato do fluxo de capitais na Paraíba (AMORIM, Laura, 1999b, p.66-67).

Em contrapartida eram ainda poucos os arquitetos efetivamente aí instalados. Por volta de 1974 eram cerca de cinco os que residiam e atuavam em João Pessoa: Mário Di Lascio, Pedro Abrahão Dieb, Antônio José do Amaral, Maria Berenice do Amaral, Manoel Tavares de Souza (HONORATO, 1987, p. 32). Daí a constante atuação, como já notamos ao longo de toda pesquisa, daqueles radicados em outras cidades, em especial Recife, afora a participação de engenheiros ou desenhistas. Fato que persistia nesse tempo, como indicava em 1974 uma nota em jornal, “[...] a maior parte dos arquitetos que atualmente trabalham na Paraíba vem de Recife” (NOVA arquitetura, 1974, p. 3).

Por sua vez, o momento de milagre econômico da economia brasileira (1969-1973), o processo de urbanização acelerada e a crescente industrialização demandavam a formação de novos profissionais. E aqueles dedicados à Engenharia, Arquitetura e Agronomia tinham como caminho imprescindível o ensino superior, exigência reforçada pela Lei nº 5.194 (24 de dezembro de 1966), que regulamentava o exercício dessas profissões. Como efeito, uma série de novas escolas de arquitetura foi criada nesse momento. Conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP, 2007), até 1960 havia sete cursos de arquitetura aprovados no Brasil,¹⁰⁰ entre 1961 e 1967, foram aprovados mais quatro¹⁰¹ e entre 1968 e 1974, outros dezoito.

¹⁰⁰ Universidade Federal do Rio de Janeiro (1816), Universidade Presbiteriana Mackenzie (1936), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1945), Universidade Federal de Pernambuco (1945), Universidade Federal da Bahia (1946), Universidade Federal de Minas Gerais (1946), Universidade de São Paulo (1948).

¹⁰¹ Universidade Federal do Paraná (1961), Universidade de Brasília (1962), Universidade Federal do Pará (1962), Universidade Federal do Ceará (1964).

Nesse panorama se deu a proposta de criação do curso de arquitetura da Universidade Federal da Paraíba, cujo projeto circunstanciado (Processo nº 86.158/74)¹⁰² foi, em 1974, elaborado por Mário Di Lascio, Pedro Abrahão Dieb, Edjalma Ferreira e Antônio José Amaral (HONORATO, 1987, p. 36). A motivação declarada por Mário Di Lascio (2006a) era evitar a necessidade de deslocamento dos alunos para a realização dos estudos (a mesma argumentação, como vimos, utilizada pela instituição particular). Porém não devemos minimizar a possibilidade que tal empreendimento possuía de afirmar a atividade de arquitetura no meio local, visto que o exercício de projeto arquitetônico era dividido com profissionais de outras áreas, como a engenharia. A abertura, em 22 de julho de 1973, de uma delegacia do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) em João Pessoa era um sinal dessa tentativa de afirmação profissional.

Também alinhado a esse intuito, os próprios arquitetos ligados ao Serviço de Engenharia da UFPB e não mais profissionais de fora, como acontecia anteriormente, realizaram em 1972 a elaboração do Plano Diretor do campus universitário [Figuras 238, 239]. Esse vinha substituir os três planos encontrados pelo reitor Humberto Carneiro da Cunha Nóbrega (1971-1975) (NÓBREGA, 1979, p. 31) quando assumiu o cargo: um do Rio de Janeiro (provavelmente de Leonardo Stuckert), um de São Paulo (Mário Rosa Soares – 1967) e outro de Belém (Alcyr Meira – 1971). Diante disso, o novo estudo retomava referências dos anteriores: a implantação do Plano Piloto; a definição de uma grande praça cívica do estudo de Mário Rosa; a circulação periférica de automóveis da proposta de Alcyr Meira. É verdade também que definia

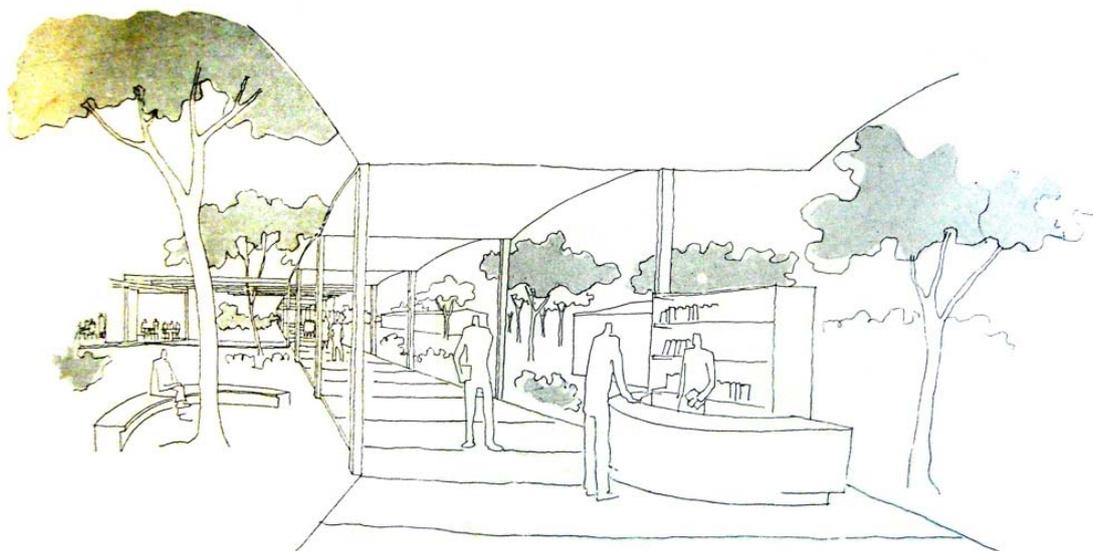


Figura 238. Passarela proposta pelo Plano Diretor da Cidade Universitária de João Pessoa – UFPB (1972), Antônio Amaral, Mário Di Lascio, Pedro Dieb. Fonte: UFPB, 1972, p. 26.

¹⁰² O projeto circunstanciado (Processo nº 86.158/74) não foi por nós encontrado, assim como também não o fora na pesquisa de Honorato (1987, p. 36).



Figura 239. Plano Diretor da Cidade Universitária de João Pessoa – UFPB (1972), Antônio Amaral, Mário Di Lascio, Pedro Dieb. Fonte: UFPB, 1972, p. 19 (editado por nós).

como elemento de integração do conjunto uma passarela [Figura 238], a qual deveria, conforme exposto por seus autores (UFPB, 1972, p. 15), orientar o fluxo de pedestres e criar ambientes de lazer e convivência. Concluído em 1972, participaram de sua elaboração: os arquitetos Mário Di Lascio, Antônio Amaral, Pedro Dieb, afora engenheiros, agrônomo e bacharel.¹⁰³

Como não havia, de acordo com Mário Di Lascio (2006a), grandes recursos financeiros disponíveis para a criação do curso, seu planejamento se centrou em instrumentar a viabilização econômica, fosse quanto à estrutura física ou quanto ao corpo de funcionários. Embora a Faculdade de Arquitetura de Recife constituísse para os idealizadores do novo curso, de lá egressos, uma referência importante, não havia ainda ensino superior de Educação Artística na UFPB, aprovado apenas em 1977. Por conseguinte, foi pensado, conforme lembra Mário Di Lascio (2006a):

Eu não vou criar um curso de arquitetura (...) criar um Centro de Artes para botar um curso de arquitetura. A gente vai fazer arquitetura, como arquitetura hoje [1972] é muito técnica, no Centro de Tecnologia. É um departamento do Centro de Tecnologia. Porque, nos primeiros semestres, a gente vai aproveitar os professores de engenharia, as pranchetas, a biblioteca, tudo do curso de engenharia. De modo [...] que o Ministério não vai nem sentir que esse curso foi criado.

Dessa forma, era estimada na proposta de criação do curso de arquitetura a necessidade de mais oito professores para efetivar seu funcionamento (LAVIERI, J., 1987, p. 4a), porque os demais, inclusive seus fundadores, já eram ligados ao ensino de engenharia. Proposta que se alinhava à política de organização do ensino através de departamentos, empreendida pela reforma universitária de 1969, com fim justamente de “eliminar a duplicação de trabalhos e aumentar a taxa de utilização dos recursos de espaço, instalações e professores” (FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FAU/USP, 1977, p. 46).

Com efeito, essa idéia foi então reproduzida em outros centros. As cidades de Natal (264.379 habitantes) e Maceió (263.670 habitantes), que em 1970 tinham semelhante porte de João Pessoa (221.546 habitantes) (IBGE, 2002e), também vincularam a implantação do ensino de arquitetura às estruturas já existentes do ensino de engenharia. Cidades que também se assemelhavam quanto à natureza federal desses empreendimentos, ao contrário da maioria daqueles então criados no sudeste, que eram privados, e quanto à contemporaneidade deles entre si: em 13 de agosto de 1973 foi aprovado o de Natal; em 24 de setembro de 1974, o de Maceió; em 12 de dezembro de 1974, o de João Pessoa. Assim, se anteriormente eram apenas três as escolas de arquitetura no Nordeste, Recife (1945), Salvador (1946) e Fortaleza (1964), agora esse número se elevava para seis.

¹⁰³ Afora os arquitetos, também participaram da elaboração do Plano Diretor do campus universitário: os engenheiros Serafim Rodriguez Martinez, Guilherme da Cunha Pedrosa, José Francisco Novaes Nóbrega, Francisco Alves Chaves, Carlos Alberto Rodrigues Simões, o engenheiro agrônomo Luiz Carlos de Lira Netto e o bacharel José Ferreira Ramos.

Com funcionamento iniciado em março de 1975, o curso de João Pessoa foi composto inicialmente por cerca de nove profissionais, que dividiam suas atividades com o de engenharia: os arquitetos Mário Di Lascio, Pedro Abrahão Dieb, Antônio José do Amaral, Maria Berenice Amaral (que não chegou a lecionar) e Ubiratan Vasconcelos Leitão da Cunha e os engenheiros Orlando Galisa de Andrade, Serafim Rodriguez Martinez, Osni Paes de Carvalho Rocha e Arthur Américo Siqueira Campos Cantalice (HONORATO, 1987, p. 38).

Por sua vez, a contratação de novos profissionais se deu ao longo do funcionamento, de modo que eram, no final de 1976, aproximadamente vinte seus professores, dos quais treze eram arquitetos (HONORATO, 1987, p. 39). E, com o tempo, também se diversificava o perfil do corpo docente. Se inicialmente era formado essencialmente por pernambucanos ou paraibanos formados em Recife, a exemplo dos chegados em 1976 (Rômulo Carvalho, Griselda Pinheiro Kluppel, Goadana Borges de Holanda), profissionais de outras procedências também aí se instalaram. Da formação no Rio de Janeiro, vieram os cariocas Tereza Carolina Frota de Abreu (1976),¹⁰⁴ Ângela Tude de Souza (1977), Maria Cristina (1977) e Jorge Ricardo Freund (1978), a egípcia Tamara Tânia Cohen¹⁰⁵ (1977) e o paraibano Aristóteles Lobo de Magalhães Cordeiro (1978) (UFPB, [1978?]; TINEM, 2008). Dos estudos na Universidade de Brasília, que passava a constituir um novo pólo formador de arquitetos, vieram os paulistas João Roberto Lavieri (1976), Cláudia Marina Vasques Villalba (1977), Nelci Tinem (1977) e Neusa Galvão (1978) e a carioca Lúcia Maria Borges de Oliveira (1976) (UFPB, [1978?]; TINEM, 2008).

Foi também durante seu próprio funcionamento que a estrutura curricular proposta, a privilegiar as disciplinas técnicas provenientes do curso de engenharia, teve sua discussão evidenciada. Conforme o então professor João Roberto Lavieri (1987, p. 6a):

Nos dois primeiros anos de funcionamento [1975-1976], o curso se desenvolve com base em [...] um currículo que reservava um espaço mínimo ao “específico” para a arquitetura, com toda a parte instrumental idêntica ao curso de Engenharia [...] e sem as disciplinas de finalização deste curso [...] cuja supressão abria reduzido espaço para o específico da arquitetura (algum projeto, plástica, alguma teoria) e para um “pastiche” de humanidades com [sic] a estética, a psicologia e a sociologia.

Problema que se agravava com o cumprimento das disciplinas básicas por seus primeiros alunos e que motivou, segundo Tinem (2008), a vinda de profissionais para reestruturação do ensino, sobretudo João Lavieiri,¹⁰⁶ que foi o coordenador desse processo. Também participou dessa atividade o professor da Universidade de Brasília Paulo Roberto Bicca (n. 1943), que veio, a convite da reitoria, “elaborar um diagnóstico do funcionamento do curso e prestar assessoria no processo de reestruturação” (HONORATO, 1987, p. 44). Intercâmbio que

¹⁰⁴ Tereza Carolina Frota Abreu formou-se em Educação Artística.

¹⁰⁵ Tamara Tânia Cohen realizou o curso de graduação na Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo (1972) e mestrado em Planejamento Urbano Regional na Universidade do Rio de Janeiro.

¹⁰⁶ João Roberto Lavieri formou-se arquiteto na Universidade de Brasília (1974). Radicou-se em João Pessoa (1976) para lecionar no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPB.

também assinalava o direto envolvimento de profissionais de Brasília com o ensino local, assim como acontecera na formação do quadro de professores.

Assim, sob influência dos cursos de Recife, Rio de Janeiro e Brasília de onde provinha seu corpo docente (TINEM, 2008), o novo currículo foi em 1977 efetivado, através de um maior número de disciplinas específicas ao campo da arquitetura, em especial na área de projeto.

A participação acadêmica não se restringiu, entretanto, ao meio universitário. Em 1977, quando da reforma curricular, foi fundado o Núcleo Experimental de Arquitetura e Urbanismo (NEAU), que tinha por fim realizar trabalhos interdisciplinares através de pesquisas e de prestações de serviços à comunidade (HONORATO, 1987, p. 47). Com efeito, em 1976, a imprensa noticiou a possível colaboração entre a Universidade Federal da Paraíba e Prefeitura Municipal de João Pessoa no campo do urbanismo (URBANISMO, 1976, p. 5). E, apesar de sua curta duração (até meados de 1980), foram realizados por esse órgão: planejamento para o Distrito Industrial de João Pessoa, projeto do conjunto habitacional Cidade Universitária, inventário dos bens históricos e arquitetônicos da Paraíba, reurbanização da favela “Beira-Cano”, estudos arquitetônicos de habitação popular para o BNH (TINEM, 2008).

Nesse mesmo tempo, mas sem relação direta com o ensino, novos arquitetos também começaram a atuar na cidade, os quais eram em sua maioria recém-egressos do curso de Recife, entre os quais: os paraibanos Régis de Albuquerque Cavalcanti, formado em 1974, e Amaro Muniz Castro, em 1976; os pernambucanos Expedito de Arruda Pires de Freitas, formado em 1974, Hélio Cavalcanti da Costa Lima, em 1974, e Armando Carvalho, em 1976. Se alguns desses (Amaro, Expedito, Hélio) se vincularam ao ensino, isso se deu posteriormente a suas atuações como projetistas. Certamente foi o mercado local que os atraiu, como aponta o depoimento de Expedito Arruda (1988, p. 72): “Procurava um espaço meu, uma cidade em processo de desenvolvimento, que não estivesse tão inchada quanto Recife”. E, diferentemente daqueles que os precederam, esses novos profissionais eram efetivamente aí instalados, mantinham uma relação permanente com a cidade e não apenas ocasional conforme a demanda por trabalhos.

Diante do crescente número de arquitetos, fossem eles ligados ao ensino ou à atividade de projeto, se verificou uma maior organização de classe. A delegacia local do IAB que, segundo Tinem (1987, p. 15a), estava, em 1977, desativada e composta apenas por três membros, foi, nesse mesmo ano, transformada, por meio de arquitetos de Campina Grande e da capital, em departamento, quando se conseguiu reunir o número mínimo de vinte associados exigidos para esse fim.

Enfim, o momento de criação do curso de arquitetura em João Pessoa assinalava uma perspectiva distinta dos anos anteriores. O quadro local de arquitetos se ampliava e se consolidava, o que seria acelerado ainda pelos egressos do curso local, que teve em 1979 seus primeiros concluintes.¹⁰⁷ Esses profissionais eram agora efetivamente instalados na

¹⁰⁷ AluÍzia Márcia Fonseca de Lima, Celeide Maria Belmont Sabino, Eliane de Castro Machado Freire, José Ariosvaldo dos Anjos Aguiar, Jussara Silveira Dantas, Maria das Graças Sales, Maria Josete

cidade, o que implicava um contato direto e constante dos agentes com o meio em que atuavam. E se esboçavam meios, tanto através da universidade quanto através de órgão de classe (IAB), para a constituição de um debate arquitetônico local e para uma maior afirmação profissional dos arquitetos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que exaltar exemplos paradigmáticos da arquitetura moderna em João Pessoa ou a ação de agentes consagrados, o que empreendemos nesta pesquisa foi captar a produção dessa arquitetura em meio à conformação do espaço urbano. Com esse intento, buscamos, a partir do olhar dirigido à paisagem construída e às transformações por ela sofridas, identificar os agentes diretamente envolvidos nessa produção e em sua difusão. Fossem eles produtores de obras notáveis, cujas qualidades foram reconhecidas pela imprensa e vieram a influenciar outros profissionais; fossem eles responsáveis por multiplicar essas realizações, diante da quantidade de exemplares produzidos; ou mesmo aqueles destacados pelas específicas modificações fixadas à cidade, mesmo que pontuais.

Como não contemplamos em nossos estudos os conjuntos habitacionais executados pelo Estado, que tiveram essencialmente na porção sudeste seu local de implantação, nosso olhar praticamente se dirigiu, com a exceção do campus universitário, ao centro e ao eixo de ligação com o litoral. Regiões sobre as quais agiram simultaneamente os distintos agentes produtores da arquitetura: os próprios arquitetos, o Estado e os incorporadores imobiliários.

Certamente os esforços públicos foram, nessa época, centrados na reestruturação do espaço urbano. Através da pavimentação da Avenida Epitácio Pessoa, mesmo que indiretamente, o Estado favoreceu o crescimento em direção à praia, o que foi em grande parte impulsionado

pela expansão do comércio na região central. Com a implantação do campus universitário e do Distrito Industrial, determinou um outro vetor de crescimento, em direção a sudeste, posteriormente acentuado pelos conjuntos habitacionais. E, mais tardiamente, a fim de atender às exigências do crescente número de veículos e de favorecer a atividade turística, agiu sobre a estrutura consolidada do centro.

Sua ação também contemplou a escala arquitetônica, quando manteve uma nítida orientação moderna. De forma manifesta, isso se verificou na concretização do Hotel Tambaú (Sérgio Bernardes – 1968), o qual foi planejado para firmar um símbolo de modernidade para a capital paraibana, além de sua direta associação à figura do governador. Confirmava isso a escolha de um arquiteto consagrado nacionalmente, sua localização na principal praia da cidade, os grandes investimentos despendidos, as intervenções realizadas em seu entorno e o próprio discurso do governador João Agripino (1966-1971). Embora com menor grau de publicidade e sem vínculos com intervenções urbanísticas, foram também edificados edifícios representativos, como a Assembléia Legislativa e o Centro Administrativo, que davam continuidade às experiências consagradas da arquitetura moderna brasileira.

Os arquitetos, não obstante a preponderância numérica de engenheiros na atividade de projeto, estiveram à frente de obras essenciais à afirmação da arquitetura moderna em João Pessoa, como as sedes dos clubes sociais que, num momento de crise econômica na Paraíba, tinham suas grandes estruturas sempre exaltadas: “[...] obras que situarão tais agremiações sócio-desportivas como das melhores do Nordeste” (BORGES, 1960, p. 304). Mesmo as residências, mais pulverizadas e com resultados diversificados, foram igualmente reconhecidas e suas qualidades (“magníficas e modernas construções”, “tom marcante de bom gosto”, “linhas moderníssimas”) prontamente atribuídas à ação de arquitetos, Roberval Guimarães e Acácio Gil Borsoi. Apreensão que indicava, por outro lado, a difusão dessa arquitetura em distintos usos e porções da cidade, ao contrário de uma possível concentração de obras simbólicas em pontos específicos.

Os incorporadores imobiliários também imprimiram marcas significativas, embora pontuais, à paisagem urbana. Pois, se ainda eram poucos os edifícios altos em João Pessoa, foram eles que realizaram a maior proporção de tais construções. Obras que promoveram no centro uma renovação, ao substituírem antigos prédios de menor porte, e que determinaram na praia uma rápida transformação do entorno, onde esses agentes foram os únicos responsáveis por tais tipos de edifícios e suas ações incitaram a criação de medidas legais de controle. Mesmo a arquitetura dessas obras, invariavelmente guiada por soluções modernas, foi determinada pelos próprios incorporadores, que em geral também se dedicavam à autoria dos projetos.

Por outro lado, se a arquitetura moderna tinha seus valores e modelos amplamente difundidos, ela não se manifestou em João Pessoa de forma unitária, apesar da semelhança de formação entre os arquitetos que aí atuavam, em sua maioria formados em Recife. Distinções por nós percebidas no conjunto da produção local e também na trajetória individual dos profissionais. Ao tempo que Borsoi realizou o Clube Cabo Branco (1955) sob influência da arquitetura moderna brasileira, em especial das realizações de Niemeyer, Linhares Fonseca

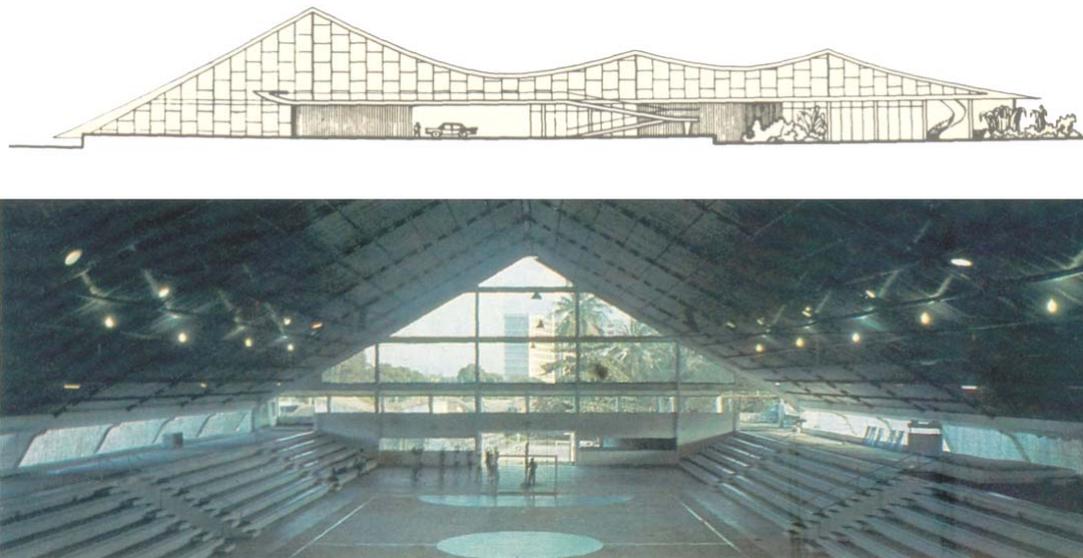
baseara seu projeto do Clube Astréa (1956) nas soluções formais de Le Corbusier. Por sua vez, Mário Di Lascio utilizou diferentes fontes de referência em suas obras: na Residência João Cavalcante ([1960?]) se aproximava da produção de Borsoi; na Residência Roberto Granville (1960) seguia formas mais próprias ao racionalismo europeu; na Residência Everaldo Vieira (1969) assimilava soluções comuns à obra de Lúcio Costa, como o uso contemporâneo de elementos tradicionais.

Porém a “[...] moda (ou ditadura) das grandes estruturas de concreto, do concreto aparente, dos pilares esculturais, das estruturas protendidas, do exibicionismo estrutural, a competição por vãos livres maiores, dos panos de vidro”, descrita por Segawa (2002, p. 191) sobre as realizações brasileiras posteriores à Brasília, em João Pessoa não se revelou. A experimentação de novas técnicas construtivas ou a exploração de novos materiais e das possibilidades estruturais do concreto armado, como os grandes vãos e formas livres, também não foram por nós aí verificadas, salvo em obras isoladas ou que cumpriam exigências inerentes a seus usos, como as sedes dos clubes.

Isso não poderia ser creditado diretamente ao grau de desenvolvimento tecnológico local, porque os próprios arquitetos por nós entrevistados (Mário Di Lascio, Carlos Carneiro, Borsoi) não acusaram consideráveis limitações técnicas na cidade de João Pessoa, o que, por sua vez, certamente refletia a consolidação de seu quadro de engenheiros, além da proximidade a um centro mais desenvolvido, Recife. Apenas obras de maior porte ou que demandaram serviços mais específicos, como o Hotel Tambaú, tiveram a recorrente participação de técnicos externos, embora, mesmo nesse exemplo, a prospecção do solo para realização de sua fundação tenha sido realizada pela Escola Politécnica da Paraíba, em Campina Grande.

Havia sim uma grave crise econômica na Paraíba. Época em que foram comuns as obras inacabadas, parcialmente construídas ou nem iniciadas. Fato evidenciado pelas sedes de clubes, que diante de suas grandes estruturas, tiveram suas construções distanciadas do planejado. A reforma do Clube Astréa (Carlos Carneiro, Mário Di Lascio, Wandenkolk Tinoco – 1963) que propunha uma ampla cobertura formada pela união de superfícies em catenárias, ficou relegada à concretização apenas de seu ginásio, uma cobertura em duas águas [Figuras 240, 241]. No late Clube da Paraíba (Borsoi - 1966), também por motivos financeiros, não foi realizado o edifício destinado à hospedagem de seus associados.

Da mesma forma, as manifestações realizadas pelos incorporadores imobiliários revelaram semelhantes dificuldades, a exemplo do edifício de escritórios “Claudino Pereira” (Construtora Unaldo Cruz – 1964), cuja construção, paralisada por longo tempo e que incitou medidas oficiais para não afetar “a fisionomia urbana”, foi apenas parcialmente concluída. Mesmo o Hotel Tambaú, apesar dos recursos nele despendidos, não esteve isento de tais limitações econômicas, como a não realização do píer. Problema que permeava inclusive o debate sobre a verticalização, quando “a impossibilidade econômica e financeira de nosso povo” (PASSOS, 1956) serviu de justificativa contra o estabelecimento de altura mínima aos edifícios no centro, não obstante ser reconhecido, nessa mesma ocasião, o simbolismo de progresso proporcionado por esses prédios.



Figuras 240, 241. Reforma (acima) e ginásio (abaixo) do Clube Astréa (1963), Carlos Carneiro da Cunha, Mário Di Lascio, Wandenkolk Tinoco. Fonte: WOLF, 1988, p. 67.

Por conseguinte, em meio ao distanciamento entre as referências externas e as possibilidades locais de concretização, a economia construtiva tornava-se elemento essencial a essas realizações, de modo que a produção de João Pessoa desvelou uma recorrente sujeição às possibilidades financeiras imediatas. Fato percebido através de seus resultados técnicos e construtivos.

Essa postura se tornava patente àqueles profissionais mais vinculados ao meio local, como Mário Di Lascio e Tertuliano Dionísio, nascidos e radicados na Paraíba. Embora eles se voltassem a referências externas, sobrevalorizavam a economia e a simplicidade construtivas, não obstante os distintos requerimentos dos edifícios ou de investimentos disponíveis. Na sede da Assembléia Legislativa (Tertuliano Dionísio – 1972), por exemplo, a monumentalidade reclamada a um edifício representativo se viu reduzida à economia própria a um edifício utilitário. Na Residência Everaldo Vieira (Mário Di Lascio – 1969), apesar de sua grande escala, era mantido o dimensionamento reduzido dos vãos da estrutura. Economia que também foi determinante no planejamento do campus universitário, como registrado textualmente em seus próprios planos.

A contraposição entre as referências externas, assimiladas de grandes centros, e as possibilidades de concretização no meio local, também se revelou no depoimento do arquiteto Mário Di Lascio:

[...] gostava muito de viajar para uma espécie de aprendizado com outras produções, outras civilizações. Aliás, nessa de atualização, cheguei a fazer um curso de Detalhes de Estruturas, na Alemanha, em [19]59. Estamos em [19]88 e até hoje não consegui aplicar isso aqui, em João Pessoa. Às vezes, a gente diz, fulano você precisa viajar, conhecer os Estados Unidos, lá está a última palavra, a última palavra do quê, pra quê?

Não podemos, enfim, esquecer [...] que vivemos em mundos simultâneos, contemporâneos, mas defasados, de épocas de produção, de conceituações sociais, de posições comportamentais diferentes (LASCIO, 1988, p. 66).

O descompasso entre a assimilação de referências externas e a obra construída foi apontado também por A. Melo (2004, p. 51) sobre a produção arquitetônica de Natal nos anos 1950 e 1960, ao reconhecer que “observando-se algumas propostas que se mantiveram apenas na prancheta, percebe-se o quanto elas são mais eruditas e ousadas do que aquelas idealizadas para clientes e construídas de acordo com solicitações específicas”.

Não queremos com isso defender um determinismo geográfico e afirmar que tais arquitetos foram produtos de seus meios, mas apontar que a assimilação da arquitetura moderna se processava também através de um prisma local, como é próprio a esse processo. Isso não significava, entretanto, o objetivo de firmar uma identidade própria, mas a adequação dessa arquitetura às possibilidades imediatas do meio, mesmo que essas fossem apenas temporárias ou que pudessem variar conforme o encargo solicitado.

Em caminho inverso, a interação entre valores locais e não-locais também perpassou a própria representação dessa arquitetura pela imprensa, tratada sempre de forma comparada às realizações dos grandes centros, a exemplo das descrições então utilizadas: “[...] colocam nossa cidade entre as mais adiantadas do país” (CRESCIMENTO urbano, 1957, p. 3); “[...] oferecendo aos pessoenses uma visão de metrópole” (A FESTA..., 1970, p. 1); “[...] como fazem os carros das grandes capitais do mundo” (A PRAÇA é..., 1970, p. 8).

Interpretações que eram certamente estimuladas pelas expectativas quanto aos desdobramentos da política de integração nacional, do Governo Federal, e da tentativa empreendida pela Sudene de “[...] corrigir as flagrantes diferenciações econômico-sociais entre o território nordestino e a área concentradora da dinâmica industrial do país – Sudeste” (AMORIM, Laura, 1999b, p. 64). Diante dessa perspectiva local de se aproximar das condições de centros mais desenvolvidos, de modo a reduzir as diferenciações regionais, a imprensa buscava demonstrar, mais do que uma diferenciação ou identificação de traços singulares, que essa arquitetura se alinhava às realizações nacionais, em especial àquela dos grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo. Formulação também presente sobre as transformações na paisagem urbana, que também buscavam a identificação de similaridades com as grandes metrópoles, mesmo que isso pudesse significar, como então acusado por críticas, a tentativa de “imitar, forçosamente, Rio ou São Paulo” (CRESCIMENTO horizontal, 1962, p. 3) ou a modificação “[d]aquilo que nós nordestinos possuímos diferentes dos grandes centros sulistas” (CRESCIMENTO vertical, 1969, p. 3).

Em especial as representações construídas sobre o Hotel Tambaú (Sérgio Bernardes – 1968) se afastavam de qualquer resgate de valores locais. Pelo contrário, como então afirmado, louvava-se a eliminação de uma visão pitoresca, isto é, a “desmistificação de um Nordeste criado sem bases sociológicas” (HOTEL Tambaú, 1969, p. 3). Decisão que parecia ser corroborada pela eliminação da “feira permanente de artesanato e de iguarias em sua rampa”, presente na proposta original.

De fato, apesar da diversidade de filiações seguidas pelos arquitetos atuantes em João Pessoa, suas obras eram direcionadas pelas realizações da arquitetura moderna brasileira, salvo eventuais aproximações a referências estrangeiras. De toda forma, não se buscava, nesse momento, uma arquitetura particularizada ou que buscasse gerar uma identidade local. Por conseguinte era comum a retomada de elementos consagrados da arquitetura moderna brasileira, como o pilar em “V”, a cobertura em “asa de borboleta” e a laje de concreto em formato sinuoso. Mesmo o Mercado de Artesanato de Tambaú (Tertuliano Dionísio – 1973), cujo uso poderia motivar uma outra orientação, fugia da proposição de uma linguagem local ou distinta das realizações nacionais.

Enfim, poderíamos afirmar que a arquitetura moderna então produzida em João Pessoa manifestou diversidade de linguagens, apesar da constante atenção à simplicidade e à economia construtiva, e foi centrada em valores não-locais, como era também representada pela imprensa.

- 10 obras que definem um Governo. **A União**, João Pessoa, p. 4, 18 mar. 1973.
- 71 ANOS a serviço da cultura paraibana. **A União**, João Pessoa, p. 27, 2 fev. 1963.
- ABERTO ao tráfego. **O Norte**, João Pessoa, p. 8, 17 jul. 1970.
- ABRANTES, Kaline Guedes. Rua do Tambiá: a expansão da cidade para o leste. In: TINEM, Nelci (Org.). **Fronteiras, marcos e sinais: leituras das ruas de João Pessoa**. João Pessoa: UFPB, 2006. p. 183-223.
- A CIDADE terá a sua revista: Ilustração. **A União**, João Pessoa, p. 8, 13 jan. 1961.
- A CIDADE universitária. **A União**, João Pessoa, p. 3, 6 maio 1959.
- A CIDADE vista pelo prefeito. **O Norte**, João Pessoa, p. 4-5, 11 ago. 1973.
- A CONSTRUÇÃO do prédio da Assembléia Legislativa. **A União**, João Pessoa, p. 3, 16 maio 1956.
- A FESTA que poucos esperavam. **O Norte**, João Pessoa, p. 1, 19 jul. 1970.
- A FOTO ao lado. **A União**, João Pessoa, p. 6, 23 jan. 1965.
- A FUTURA sede do I.A.P.B. em João Pessoa. **A União**, João Pessoa, p. 5-6, 28 maio 1958.
- AGÊNCIA Bancária. **Acrópole**, São Paulo, n. 373, p. 34-5, maio 1970.
- ÁGUA para a capital. **A União**, João Pessoa, p. 3, 27 maio 1962.
- AGUIAR, Wellington. **Cidade de João Pessoa**. 3 ed. João Pessoa: Idéia, 2002.
- ALARGAMENTO. **A União**, João Pessoa, p. 8, 22 out. 1968.
- ALCIDES Cordeiro de Lima. **A União**, João Pessoa, 16 jun. 1935.
- ALÉM de outros melhoramentos, terá o Clube Astréa o maior dancing do estado. **A União**, João Pessoa, p. 2, 6; 21 abr. 1956.
- ALMEIDA, José Américo de. Estudantes: já não emigrais, às revoadas... **O Norte**, João Pessoa, p. 3; 27 dez. 1952.
- _____. Novas avenidas e corrida para o mar. In: AGUIAR, Wellington; MELLO, José Octávio de Arruda. **Uma cidade de quatro séculos**. 2 ed. João Pessoa: Fundação Cultural do Estado da Paraíba, 1989. p. 165-166.
- ALMEIDA, Maria Cecília Fernandes de. **Espaços Públicos em João Pessoa (1889-1940): formas, usos e nomes**. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2006.
- ALMEIDA, Romildo Marques de. **Entrevista** [17 set. 2007]. Entrevistador: Fúlvio Teixeira de Barros Pereira. Recife, 2007.
- ALVES, Nathanael. Agora vale a pena completar quatro séculos. **O Norte**, João Pessoa, 18 ago. 1968. Aos Domingos, p. 1-12.
- AMARAL E SILVA, Izabel Fraga do. **Um olhar sobre a obra de Acácio Gil Borsoi: obras e projetos residenciais 1953-1970**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.
- AMORIM, Laura Helena Baracuchy. A economia paraibana na etapa da articulação comercial (1930-1970). In: FERNANDES, Irene Rodrigues; AMORIM, Laura Helena Baracuchy. **Atividades Produtivas na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999a. (História Temática da Paraíba, v. 2). p. 49-60.
- _____. A economia paraibana na fase da integração produtiva (1970-1990). In: FERNANDES, Irene Rodrigues; AMORIM, Laura Helena Baracuchy. **Atividades Produtivas na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999b. (História Temática da Paraíba, v. 2). p. 61-104.
- AMORIM, Luiz. Documento: Heitor Maia Neto. **AU (Arquitetura e Urbanismo)**, São Paulo, n. 101, p. 79-85, abr./maio 2002.
- ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. Pelos espaços do ensino. **AU (Arquitetura e Urbanismo)**, São Paulo, n. 5, p. 54-55, abr. 1986.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **Polarizações para João Pessoa**. Recife: UFPE; Mestrado de Desenvolvimento Urbano, 1975. (Estudos Urbanológicos, 3).
- ANELLI, Renato. A crítica e as revistas de arquitetura. **Boletim – IAB/SP**, São Paulo, n. 20, p. 2, nov./dez. 2000.
- APARTAMENTOS para veraneio, férias ou para o ano todo. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, p. 5, 27 nov. 1960.
- [APESAR de a Prefeitura Municipal...]. **A União**, João Pessoa, p. 3, 10 maio 1972.
- [APÓS vários anos de hegemonia]. **A União**, João Pessoa, p. 8, 21 fev. 1971.
- A PRAÇA. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, p. 5, 19 abr. 1969.

- A PRAÇA é do povo. **A União**, João Pessoa, p. 8, 17 jul. 1970.
- ARAÚJO, José Jacinto de. **Evolução do pessoal discente (1948-1969)**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, fev. 1970.
- ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. O processo político na Paraíba: 1945-1964. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. **Estrutura de poder na Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999. (História Temática da Paraíba, v. 4). p. 97-109.
- ARCOS do legislativo. **A União**, João Pessoa, p. 3, 12 maio 1973.
- ARQUITETURA. **A União**, João Pessoa, p. 2, 23 out. 1974.
- ARQUITETURA agora com os prefeitos. **Arquitetura**, Rio de Janeiro, n. 76, p. 1, out. 1968.
- ARQUITETURA é a melhor revista. **Arquitetura**, Rio de Janeiro, n. 48, p. IX, jun. 1966.
- ARQUITETURA e arte pura. **A União**, João Pessoa, p. 3, 17 out. 1959.
- ARQUITETURA e urbanismo. **A União**, João Pessoa, p. 5, 8 maio 1956.
- ARQUITETURA no Nordeste. **Casa & Jardim**, São Paulo, n. 153, p. 36-41, out. 1967.
- ARQUITETURA social. **A União**, João Pessoa, p. 3, 15 mar. 1960.
- ARRANHA-CÉU de bronze. **A União**, João Pessoa, p. 3, 15 mar. 1956.
- ARRUDA, Expedito de. **AU (Arquitetura e Urbanismo)**, São Paulo, n. 19, p. 72-74, ago./set. 1988.
- ARTESANATO. **A União**, João Pessoa, p. 1, 18 abr. 1974.
- [A RUA da Areia]. **Correio da Paraíba**. João Pessoa, p. 1, 10 nov. 1973.
- ATIVIDADE dos arquitetos franceses. **A União**, João Pessoa, p. 6, 14 fev. 1963.
- AUSONIA inaugura moderno edifício em Tambaú. **A União**, João Pessoa, p. 1, 7; 30 nov. 1960.
- AUSONIA oferece as melhores condições. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, p. 3, 29 nov. 1960.
- AUTÔNOMA abre vagas e prevê arquitetura. **A União**, João Pessoa, p. 8, 3 jan. 1973.
- AUTÔNOMA instalará Arquitetura. **A União**, João Pessoa, p. 8, 27 dez. 1972.
- AZEVEDO, Maria Helena; BRANQUINHO, Giuseppe. Rua do Comércio: cérebro financeiro da capital. In: TINEM, Nelci (Org.). **Fronteiras, marcos e sinais: leituras das ruas de João Pessoa**. João Pessoa: UFPB, 2006. p. 155-182.
- BALTAR, Antônio Bezerra. Episódio pioneiro da arquitetura moderna em Pernambuco. **Revista da Escola de Belas-Artes de Pernambuco**, Recife, Universidade do Recife, n. 1, p. 13-18, 1957.
- BANHAM, Reyner. **El Brutalismo en Arquitectura: Ética o Estética?** Tradução: Juan Eduardo Cirlot. Barcelona: Gustavo Gili, 1967.
- _____. **Guía de la arquitectura moderna**. Tradução: Esteban Rimbau. Barcelona: Blume, 1979. (Nuevos caminos de la arquitectura).
- _____. **Teoria e projeto na primeira era da maquina**. Tradução: Ana Maria Goldberger Coelho. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2003. (Debates, 113).
- BARBOZA [sic], Luiz Hildebrando de Barros Horta. Índices universitários. **Habitat**, São Paulo, n. 15, p. 3-4, mar./abr. 1954.
- BARRACAS. **A União**, João Pessoa, p. 3, 22 mar. 1967.
- BASTOS, Maria Alice Junqueira. **Dos anos 50 aos anos 70: como se completou o projeto moderno na arquitetura brasileira**. 2004. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- BENEVOLO, Leonardo. **O último capítulo da arquitetura moderna**. Tradução: José Eduardo Rodil. São Paulo: Martins Fontes, 1985. (Arte & Comunicação).
- _____. **História da Arquitetura Moderna**. 2 ed. Tradução: Ana Maria Goldberger. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- _____. **A cidade e o arquiteto: método e história na arquitetura**. Tradução: Atílio Cancian. São Paulo: Perspectiva, 2006. (Debates, 190).
- BITTAR, William Seba Mallmann. A Evolução do ensino de Arquitetura das corporações coloniais à FAU-UFRJ. In: ACADEMIA 3. Trabalhos Curriculares e Premiados: 1999. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, 2001. p. 15.
- BOLSA para curso de planejamento urbano. **A União**, João Pessoa, p. 8, 8 jan. 1966.
- BORGES, Haroldo Escorel. João Pessoa-PB. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**: v. 17. Rio de Janeiro, 1960. p. 281-304.

- BORSOI, Acácio Gil. **Entrevista** [6 set. 2007]. Entrevistador: Fúlvio Teixeira de Barros Pereira. Recife, 2007.
- BOULLEÉ, Étienne-Louis. **Arquitetura. Ensaio sobre a arte**. Tradução: Carlos Roberto Monteiro de Andrade. São Carlos: Babel (EESC/USP), 2002. Disponível em: <<http://www.eesc.sc.usp.br/babel>>. Acesso: 27 fev. 2007.
- BRASIL. Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. **Resolução nº 171**, de 29 de agosto de 1968. Dá organização definitiva ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da 16ª Região (Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte). Disponível em: <<http://www.confrea.org.br/normativos/>>. Acesso em: 26 jun. 2007.
- BRITTO, Alfredo. L. Inquérito nacional de arquitetura. **Arquitetura**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 13-21, ago. 1961.
- BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. 4 ed. Tradução: Ana Maria Goldberger. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- BRUCE, Raul. Gigantes de ferro e concreto que se erguem em 15 dias. **A União**, João Pessoa, p. 5, 20 dez. 1958.
- CABO Branco, orgulho de uma cidade. **Paraíba Turística**, João Pessoa, n. 1, p. 35-36, set. 1971.
- CABRAL, Renata Campello. **Mario Russo: um arquiteto racionalista italiano em Recife**. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- CADENO. **O Norte**, João Pessoa, p. 1, 11 ago. 1968.
- CAMACHO, Ana Carolina da Gama. **Ponto de Cem Réis: identidade e valorização de um espaço urbano**. 1999. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1999.
- CAPPELLO, Maria Beatriz Camargo. **Arquitetura em revista: arquitetura moderna no Brasil e sua recepção nas revistas francesas, inglesas e italianas (1945-1960)**. 2005. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CARTEIRA de empréstimos imobiliários do IAPB. **O Norte**, João Pessoa, p. 1, 26 out. 1957.
- CARVALHO, Juliano Loureiro de; TINEM, Nelci. **Arquitetura e as ruas do centro de João Pessoa**. In: TINEM, Nelci (Org.). **Fronteiras, marcos e sinais: leituras das ruas de João Pessoa**. João Pessoa: UFPB, 2006. Introdução 2, p. 47-56.
- CASAS inteiramente transportáveis: novo método sueco de construção. **A União**, João Pessoa, p. 4, 15 nov. 1961.
- CAVALCANTI, Jovanka Baracuhi. **A política habitacional do BNH no Brasil pós-64 e seus reflexos na expansão urbana de João Pessoa**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.
- _____; TAVARES, Lia; TAVARES, Marieta. **Arquitetura moderna no Nordeste 1960-70... Vitruvius**, [S.l.], ago. 2005, Arqtextos 063.02. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arqtextos/arq063/arq063_02.asp>. Acesso em: 2 dez. 2005.
- CAVALCANTI, Lauro. Henrique Mindlin e a arquitetura moderna brasileira. In: MINDLIN, Henrique. **Arquitetura Moderna no Brasil**. Tradução: Paulo Pedreira. Rio de Janeiro: Aeroplano/IPHAN, 2000. p. 11-16.
- CAZENEUVE, Jean. **La sociedad de la ubicuidad: comunicación y difusión**. Tradução: Ramon Font. Barcelona: Gustavo Gili, 1978. (Colección Comunicación Visual).
- CENTRO administrativo. **A União**, João Pessoa, p. 2, 20 jun. 1974.
- [CENTRO Administrativo Integrado]. **A União**, João Pessoa, p. 1, 6 dez 1973.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990. (Memória e Sociedade).
- CIDADE aflita. **O Norte**, João Pessoa, p. 4, 27 nov. 1973.
- CIDADE de contrastes. **A União**, João Pessoa, p. 3, 13 fev. 1968.
- CIDADE grande. **A União**, João Pessoa, p. 3, 25 dez. 1966.
- CIDADE universitária do Rio de Janeiro. **Habitat**, São Paulo, n. 15, p. 2, mar./abr. 1954.
- CITTADINO, Monique. A política paraibana e o estado autoritário (1964/1986). In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. **Estrutura de poder na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999. (História Temática da Paraíba, v. 4). p. 111-137.
- CLUBE de Engenharia voltou à atividade. **A União**, João Pessoa, p. 3, 27 dez. 1966.
- COBERTURAS horizontais Eternit. **Arquitetura**, Rio de Janeiro, n. 36, p. V, jun. 1965.

- CÓDIGO de obras da prefeitura estabelece normas para cinemas. **A União**, João Pessoa, p. 4, 8 jan. 1963.
- COLQUHOUN, Alan. **La arquitectura moderna**: una historia desapasionada. Tradução: Jorge Sainz. Barcelona: Gustavo Gili, 2005.
- CONGRESSISTAS de arquitetura terão câmbio especial na União Soviética. **A União**, João Pessoa, p. 2, 29 maio 1958.
- CONGRESSO e Hotel. **A União**, João Pessoa, p. 3, 8 mar. 1967.
- CONJUNTO Boa Esperança. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 18 fev. 1968, p. 2.
- CONJUNTO “Jardim Cabo Branco” será construído em João Pessoa. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, p. 3, 7 jan. 1968.
- CONJUNTO Residencial Integrado: outra cidade dentro de João Pessoa. **O Norte**, João Pessoa, p. 8, 7 ago. 1968.
- CONSTRUÇÃO da cidade universitária. **O Norte**, João Pessoa, p. 2, 27 nov. 1956.
- CONSTRUÇÃO da estrada de contorno de João Pessoa. **A União**, João Pessoa, p. 5, 20 mar. 1958.
- CONSTRUÇÕES urbanas. **O Norte**, João Pessoa, p. 2, 13 mar. 1960.
- CONSULTEC. **Universidade Federal da Paraíba**: Projeto da cidade universitária de João Pessoa. [S. l.: s.n.]: dez. 1966. v. 1 (Textos).
- [COPACABANA]. **A União**, João Pessoa, p. 1, 6 mar. 1969.
- CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Edart, 1972.
- COUTINHO, Marco Antônio; VIDAL, WylInna Carlos. Pelas ruas do mercado, o pulsar de velhos costumes e novos anseios... **Arquitetura Paraibana**, João Pessoa, 9 nov. 2007. Disponível em: <<http://arqpb.blogspot.com/2007/11/marco-antonio-coutinho-e-wylinna-carlos.html>>. Acesso em: 8 fev. 2008.
- COUTINHO, Marcos Odilon Ribeiro; COUTINHO, Natércia Suassuna Dutra Ribeiro. **Logradouros da grande João Pessoa**: personagens e fatos. João Pessoa: Sal da Terra, 2001.
- CRESCER para cima. **A União**, João Pessoa, p. 3, 5 mar. 1963.
- CRESCIMENTO de Tambaú. **A União**, João Pessoa, p. 3, 13 jul. 1960.
- CRESCIMENTO horizontal. **A União**, João Pessoa, p. 3, 18 jan. 1962.
- CRESCIMENTO urbano. **A União**, João Pessoa, p. 3, 21 fev. 1957.
- CRESCIMENTO vertical. **A União**, João Pessoa, p. 3, 23 fev. 1969.
- CRÍTICO americano adverte: calor nos edifícios fará a vida difícil em Brasília. **A União**, João Pessoa, p. 5, 14 jan. 1960.
- CUNHA, Carlos Alberto Carneiro da. **Entrevista** [17 set. 2007]. Entrevistador: Fúlvio Teixeira de Barros Pereira. Recife, 2007.
- CURSO de embelezamento de cidade. **A União**, João Pessoa, p. 7, 5 maio 1968.
- CURTIS, William J. R. **La arquitectura moderna desde 1900**. Tradução: Jorge Sainz Avia. Madri: Hermann Blume, 1986. (El diseño del entorno).
- CUSTOU mas saiu: está sendo demolido o “Salão Império”. **A União**, João Pessoa, p. 2, 6 maio 1956.
- DAHER, Luiz Carlos. O espaço arquitetônico brasileiro dos últimos vinte anos e a formação profissional do arquiteto. **Projeto**, São Paulo, n. 42, p. 90-100, ago. 1982.
- DATALEX S/C Ltda. **Constituição do Estado da Paraíba**: atualizada até 30.11.83. João Pessoa: 1984.
- DEFESA de Tambaú. **A União**, João Pessoa, p. 3, 29 maio 1962.
- DELORENZO NETO, Antônio. **A codificação municipal de João Pessoa**. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público, 1956. (Textos de Direito e Administração Municipal, v. 4).
- DEMOLIÇÕES. **A União**, João Pessoa, p. 3, 5; 26 jul. 1970.
- DEPUTADO desconhece as normas constitucionais diz engenheiro. **A União**, João Pessoa, p. 8, 28-29 out. 1967.
- DERENJI, Jussara da Silveira. Modernismo na Amazônia: Belém do Pará, 1950/70. In: CARDOSO, Luiz Antônio Fernandes; OLIVEIRA, Olívia Fernandes de (Org.). **(Re)discutindo o modernismo**: universalidade e diversidade do movimento moderno em Arquitetura e Urbanismo. Salvador: Mestrado m Arquitetura e Urbanismo da UFBA, 1997. p. 263-268.

- DESAPROPRIAÇÃO da Santo Elias na palavra de um arquiteto. **A União**, João Pessoa, p. 3, 23 ago. 1958.
- DIEB, Pedro Abrahão. **Curriculum Vitae**. João Pessoa, 27 jul. 1981. Não paginado.
- _____. **Curriculum Vitae**. João Pessoa, 16 nov. 1994. Não paginado.
- DORGIVAL manda acabar dois edifícios de 1960. **A União**, João Pessoa, p. 8, 13 jul. 1971.
- DOURADO, Guilherme Onofre Mazza. **Modernidade verde: jardins de Burtle Marx**. 2000. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2000.
- DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. Tradução: Maria de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Perspectiva, 1976. (Debates, 82).
- EDIFÍCIO Alvorada. **Anuário da Terra Paraibana: Estatístico, Informativo, Literário 1959**. João Pessoa: Vida e Cultura, 1959. p. 70.
- EDIFÍCIO Beiramar. **O Norte**, João Pessoa, p. 7, 21 jan. 1968.
- EDIFÍCIO Caricé. **Diário da Borborema**, Campina Grande, p. 5, 26 nov. 1964.
- EDIFÍCIO da 1817 já foi reiniciado. **A União**, João Pessoa, p. 3, 10 fev. 1973.
- EDIFÍCIO de Apartamentos. **Acrópole**, São Paulo, n. 243, p. 110-111, jan. 1959.
- EDIFÍCIO João Marques de Almeida. **A União**, João Pessoa, p. 8, 28 dez. 1965.
- EDIFÍCIO Manoel Pires, na área mais verde da cidade. **Paraíba, Ontem e Hoje**, João Pessoa, n. 1, p. 51, 1975.
- EDIFÍCIO Santa Rita. **O Norte**, João Pessoa, p. 4, 26 nov. 1968.
- EIS O centro das decisões. **A União**, João Pessoa, p. 8, 28 fev. 1975.
- ELIOVSON, Sima. **The Gardens of Roberto Burtle Marx**. Singapura: Timber Press, 1999.
- EMPRESA de urbanização será criada pela prefeitura local. **A União**, João Pessoa, p. 8, 26 jun. 1974.
- EM TAMBAÚ – a mais bela praia do Brasil... **O Norte**, João Pessoa, p. 3, 9 nov. 1958.
- EM TAMBAÚ. Hoje, o Governador inaugura importantes serviços públicos. **A União**, João Pessoa, p. 3, 12 fev. 1957.
- “ERA Nova” (edição dedicada a Campina) encontra-se em circulação. **O Norte**, João Pessoa, p. 8, 27 jan. 1960.
- ESCOLA dos EUA têm [sic] arquitetura nova. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, p. 4, 18 ago. 1965.
- ESCÔLHA de terreno para a cidade universitária. **A União**, João Pessoa, p. 3, 16 fev. 1956.
- ETP projetou a Paraíba no cenário nacional das telecomunicações. **O Norte**, João Pessoa, 11 ago. 1973. Caderno 4, p. 6.
- EXPOSIÇÃO Internacional de São Cristóvão terá maior pavilhão já construído no Brasil. **A União**, João Pessoa, p. 2, 7; 16 jun. 1959.
- FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Relatório sobre o ensino de arquitetura no Brasil. In: **SOBRE a história do ensino de arquitetura no Brasil**. São Paulo: Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura, 1977. p. 41-64.
- FALTAM 12 mil arquitetos e engenheiros para as necessidades do Brasil. **A União**, João Pessoa, p. 2, 6; 20 dez. 1958.
- FARSTA – paraíso dos arquitetos modernos. **A União**, João Pessoa, p. 6, 7; 4 fev. 1961.
- FATOS & FOTOS: Separata, Rio de Janeiro, n. 373, [1968?].
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 9 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2001. (Didática, 1).
- FERRAZ, Geraldo. CUASO – A cidade universitária de São Paulo. **Habitat**, São Paulo, n. 69, p. 16-25, set. 1962.
- FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FERNANDES, David (Org.). **UFPB 50 anos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.
- FICHER, Sylvia. Edifícios altos no Brasil. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 37, p. 61-76, 1994.
- _____. **Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo**. São Paulo: FAPESP; Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- _____. ; ACAYABA, Marlene Milan. **Arquitetura moderna brasileira**. São Paulo: Projeto, 1982.

- FORMIGA, Emilson de Lucena. Astréa: tradição paraibana. **Paraíba: ontem e hoje**, João Pessoa, n. 1, p. 34-36, 1975.
- FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- FRANCESES trabalham para desenvolvimento urbano. **A União**, João Pessoa, p. 4, 11 jun. 1969.
- FRANCO, Martinho Moreira. Meninos, eu vi! **O Norte**. João Pessoa, 11 set. 1996. Especial, Hotel Tambaú, p. 5.
- FREIRE, Adriana Leal de Almeida. **Arquitetura moderna residencial de Campina Grande: registros e especulações (1960–1969)**. 2007. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.
- FUNDAÇÃO DA ESCOLA DE ENGENHARIA DA PARAÍBA, 1952, João Pessoa. **Cópia Autêntica da Ata...** João Pessoa: 22 out. 1968. Datilografado por Maria Barcia Araruna. Não paginado.
- FUNDADO em Recife núcleo de arquitetura e urbanismo. **A União**, João Pessoa, p. 3, 5 mar. 1959.
- GAMA E MELO, Virgínius da. Niemeyer: quase uma biografia. **A União**, João Pessoa, p. 4, 23 out. 1968.
- GIEDION, Sigfried. O Brasil e a arquitetura contemporânea. In: MINDLIN, Henrique. **Arquitetura Moderna no Brasil**. Tradução: Paulo Pedreira. Rio de Janeiro: Aeroplano/IPHAN, 2000. p. 17-18.
- GIL BORSOI venceu o concurso. **A União**, João Pessoa, p. 8, 30 nov. 1968.
- GONDIM, Djanira Oiticica et al. **Delfim Amorim arquiteto**. 2 ed. Recife: IAB/PE, out. 1991.
- GORELIK, Adrián. Brasília: o museu da vanguarda, 1950-1960. In: _____. **Das vanguardas a Brasília: cultura e arquitetura na América Latina**. Tradução: Maria Antonieta Pereira. Belo Horizonte: Editora Universitária/UFMG, 2005. Capítulo 4, p. 151-190.
- GOVERNADOR inaugura hoje Centro Administrativo do [sic] João Pessoa. **A União**, João Pessoa, p. 1, 28 fev. 1975.
- GOVERNADOR visita obras da cidade universitária. **A União**, João Pessoa, p. 1, 25 jul. 1967.
- GOVERNO Ernani Sátyro: o trabalho como rotina. **O Norte**, João Pessoa, p. 2, 11 ago. 1973.
- GUIMARÃES, Roberval. **Entrevista** [3 jan. 2007]. Entrevistador: Fúlvio Teixeira de Barros Pereira. João Pessoa, 2007a.
- _____. **Entrevista** [21 ago. 2007]. Entrevistador: Fúlvio Teixeira de Barros Pereira. João Pessoa, 2007b.
- HALL, Peter. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. Tradução: Pérola Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 1995. (Estudos, 123)
- HAMBURGER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (História da vida privada no Brasil, 4). cap. 7.
- HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Dicionário Aurélio Eletrônico – Século XXI**. São Paulo: Lexikon Informática: Nova Fronteira, nov. 1999. 1 CD-ROM. (Versão 3.0).
- HONORATO, Rossana. **O difícil caminho da formação: 10 anos de curso de Arquitetura e Urbanismo – UFPB**. 1987. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1987.
- _____. **A cidade entrevista**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.
- _____. A paisagem recontada. **Arquitetura Paraibana**. João Pessoa, 27 jan. 2008. Disponível em: <<http://arqpb.blogspot.com/2008/01/paisagem-recontada-rossana-honorato.html>>. Acesso em: 2 abr. 2008.
- HOTEL. **A União**, João Pessoa, p. 3, 17 maio 1966.
- HOTEL Tambaú. **A União**, João Pessoa, p. 3, 30 jul. 1969.
- HOTEL turístico. **A União**, João Pessoa, p. 3, 11 fev. 1967.
- HOWARD, Ebenezer. **Cidades-Jardins de Amanhã**. Tradução: Marco Aurélio Lagonegro. São Paulo: Hucitec, 1996.
- IATE Clube da Paraíba. **Tambaú**, João Pessoa, n. 1, p. 39, abr. 1966.
- [IGREJAS modernas]. **A União**, João Pessoa, p. 1, 10 jul. 1964.
- INEP. **Portal SiedSup**. [S.l.], 2007. Disponível em: <<http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/curso.stm>>. Acesso em: 4 out. 2007.
- INGLESES têm um novo tipo de residência. **A União**, João Pessoa, p. 2, 17 jul. 1969.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**: v. 4. Rio de Janeiro, 1960.

_____. **VIII Recenseamento Geral – 1970**: Censo Demográfico Paraíba. Rio de Janeiro, 1970. (Série Regional, v. 1, n. IX).

_____. Distribuição da população presente, por municípios - 1.º-VII-1950. In: _____. **Estatísticas do século XX**, [S.l.], 2002a, População. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/estatisticas_populacionais.shtml>. Acesso em: 16 out. 2006.

_____. Logradouros públicos, segundo os principais melhoramentos existentes – 31-XII-1950: Capitais. In: _____. **Estatísticas do século XX**, [S.l.], 2002b, Habitação e infra-estrutura. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/estatisticas_populacionais.shtml>. Acesso em: 16 out. 2006.

_____. Número de associações e associados, por unidades da federação e municípios das capitais – 1957. In: _____. **Estatísticas do século XX**, [S.l.], 2002c, Cultura. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/estatisticas_populacionais.shtml>. Acesso em: 16 out. 2006.

_____. População, área e densidade demográfica dos municípios, por micro-regiões homogêneas e unidades da federação — 1-7-1968. In: _____. **Estatísticas do século XX**, [S.l.], 2002d, População. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/estatisticas_populacionais.shtml>. Acesso em: 16 out. 2006.

_____. População presente recenseada, segundo os municípios das capitais — 1872-1980. In: _____. **Estatísticas do século XX**, [S.l.], 2002e, População. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/estatisticas_populacionais.shtml>. Acesso em: 16 out. 2006.

ISTO quer dizer progresso. **A União**, João Pessoa, p. 4, 18 abr. 1961.

JARDIM das Acácias. **O Norte**, João Pessoa, p. 8, 21 jan. 1968.

JARDIM Miramar, o novo bairro que a Caixa Econômica Federal fará construir. **O Norte**, João Pessoa, p. 4, 16 mar. 1950.

JARDIM Panamérica. **Diário da Borborema**, Campina Grande, p. 5, 5 out. 1958.

JOÃO PESSOA. Lei nº 299, de 20 de julho de 1956. Concede isenção de impostos e dá outras providências. **Câmara Municipal de João Pessoa**, João Pessoa. Mimeografado.

_____. Lei nº 440, de 25 de janeiro de 1957. Proíbe construção de prédio e dá outras providências. **Câmara Municipal de João Pessoa**, João Pessoa. Mimeografado.

_____. Lei nº 311, de 8 de agosto de 1963. Fixa número mínimo de pavimentos dos edifícios e dá outras providências. **Câmara Municipal de João Pessoa**, João Pessoa. Mimeografado.

_____. Lei nº 546, de 20 de novembro de 1963. Fixa número mínimo de pavimentos dos edifícios e dá outras providências. **Câmara Municipal de João Pessoa**, João Pessoa. Mimeografado.

_____. Lei nº 2.102, de 31 de dezembro de 1975. Institui o Código de Urbanismo, integrante do Plano Diretor físico do município de João Pessoa, suas normas ordenadoras e disciplinadoras e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Paraíba**, João Pessoa, 3 abr. 1976. p. 24-64.

JOÃO Pessoa: a cidade, o rio e o mar. Rio de Janeiro: Block, 1991.

JOÃO Pessoa apronta-se para receber o turismo. **A União**, João Pessoa, p. 7-8, 4 nov. 1969.

JOÃO Pessoa na revolução do meio fio. **A União**, João Pessoa, p. 8, 31 dez. 1961.

JOÃO Pessoa se renova para o turismo. **O Norte**, João Pessoa, p. 8, 11 ago. 1973.

JOÃO Pessoa Terá Super-Mercado. **A União**, João Pessoa, p. 8, 17 maio 1960.

KAUFMANN, Emil. El sistema arquitectónico del Renacimiento y del Barroco. In: _____. **La arquitectura de la Ilustración**: Barroco y Posbarroco en Inglaterra, Italia y Francia. Tradução: Justo G. Beramendi. Barcelona: Gustavo Gili, 1974. (Biblioteca de arquitectura). cap. 7, p. 95-108.

KOURY, Ana Paula. **Arquitetura construtiva**: proposições para a produção material da arquitetura contemporânea no Brasil. 2005. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

LANÇADA ontem primeira etapa da construção do Hotel Tambaú. **A União**, João Pessoa, p. 7-8, 27 ago. 1968.

LANÇAMENTO de “Trópico” (Mensário Cultural) em fins de Novembro. **A União**, João Pessoa, p. 3, 27 out. 1957.

LARA, Fernando Luiz Camargos. **Popular Modernism: an analysis of the acceptance of modern architecture in 1950s Brazil**. 2001. Tese (Doutorado) – University of Michigan, Michigan, 2001.

_____. A insustentável leveza da modernidade. **Vitruvius**. Texto Especial 276, fev. 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp276.asp>>. Acesso em: 26 out. 2006.

- LASCIO, Mário Glauco Di. **AU (Arquitetura e Urbanismo)**, São Paulo, n. 19, p. 66-67, ago./set. 1988.
- _____. **Entrevista** [12 jan. 2006]. Entrevistador: Fúlvio Teixeira de Barros Pereira. João Pessoa, 2006a.
- _____. **Entrevista** [29 ago. 2006]. Entrevistador: Fúlvio Teixeira de Barros Pereira. João Pessoa, 2006b.
- _____. **Entrevista** [9 jan. 2007]. Entrevistador: Fúlvio Teixeira de Barros Pereira. João Pessoa, 2007.
- LAVIERI, João Roberto. [Entrevista]. In: HONORATO, Rossana. **O difícil caminho da formação: 10 anos de curso de Arquitetura e Urbanismo – UFPB**. 1987. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1987. p. 4a-12a.
- _____; LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira. **Evolução da estrutura urbana recente de João Pessoa – 1960/1986**. João Pessoa: NDHIR/UFPB, jul. 1992. (Texto NDHIR/UFPB, 29).
- _____; _____. Evolução urbana de João Pessoa pós-60. In: GONÇALVES, Regina Célia et al. **A questão urbana na Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999. (Coleção História Temática da Paraíba, v. 3). p. 39-65.
- LE CORBUSIER. **A Carta de Atenas**. Tradução: Rebeca Scherer. São Paulo: HUCITEC: EDUSP, 1993. (Estudos Urbanos). Não paginado.
- _____. **Por uma arquitetura**. Tradução: Ubirajara Rebouças. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2004a. (Estudos, 26)
- _____. **Precisões sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo**. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Cosac & Naify, 2004b.
- LEAL, Wills. **A saga de um grande clube: história do Cabo Branco**. João Pessoa: A União, 1995.
- _____. Tropical Hotel Tambaú: vinte e cinco anos. **O Norte**, João Pessoa, 11 set. 1996. Especial, Hotel Tambaú, p. 1-4.
- LEITE, José de Oliveira. Problemas de urbanização. **A União**, João Pessoa, p. 5, 14 jun. 1950a.
- _____. Problemas de urbanização. **A União**, João Pessoa, p. 5, 15 jun. 1950b.
- _____. **Depoimento do General Leite** [16 jan. 1979]. Entrevistadoras: Zélia Calcalcanti de Melo, Maria das Dores Limeira Ferreira dos Santos, Zeluiza da Silva Formiga Brandão. João Pessoa: NDIHR/UFPB, 1979.
- LEME, Maria Cristina da Silva (Coord.). A formação do pensamento urbanístico no Brasil, 1895-1965. In: _____. (Coord.). **Urbanismo no Brasil – 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP, 1999a. p. 20-38.
- _____. **Urbanismo no Brasil – 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP, 1999b.
- LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira. **Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1979.
- _____. **Arquitetura Contemporânea**. In: ZANINI, Walter (Org.). **História Geral da Arte no Brasil**. São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983. v. 2. p. 823-865.
- LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. Tradução: Cely Arena. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- LEVANTAMENTO aerofotogramétrico de J. Pessoa concluído: cadastro SAELPA-SANECAP. **A União**, João Pessoa, p. 3, 18 abr. 1968.
- LIGAÇÃO cidade alta à baixa é justificada. **A União**, João Pessoa, p. 8, 29 set. 1972.
- LIMEIRA, Maria das Dores; FORMIGA, Zeluiza da Silva. Fundamentos históricos da UFPB: das origens à estadualização. In: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FERNANDES, David (Org.). **UFPB 50 anos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006. p. 25-36.
- LOBATO, Elvira. Sérgio Bernardes foi um dos mais importantes arquitetos do Brasil. **Folha Online**, São Paulo. Cotidiano, 15 jun. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u52990.shtml>>. Acesso em: 3 jan. 2008.
- MACHADO, João Pedro. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**: Segundo Volume C-E. 6 ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.
- MACUL, Márcia. Documento: Sérgio Bernardes. **AU (Arquitetura e Urbanismo)**, São Paulo, n. 82, p. 63-69, fev./mar. 1999.
- MAGESTOSO hotel será construído em Tambaú. **A União**, João Pessoa, p. 7-8, 7 mar. 1961.
- MANÁIRA, o bairro nascente de Tambaú. **A União**, João Pessoa, p. 2, 5 jul. 1956.
- [“MAQUETTE” da sede da Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB)]. **A União**, João Pessoa, p. 3, 27 jun. 1956.
- MARCO de progresso para João Pessoa. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, p. 1, 3; 29 nov. 1960.

- MARIZ, Celso. A cidade de João Pessoa. **A União**, João Pessoa, 7 set. 1933. 5º. Secção, p. 33-34.
- _____. **Evolução Econômica da Paraíba**. 2 ed. João Pessoa: A União, 1978.
- MARQUES, Sônia. **Maestro sem orquestra**: um estudo de ideologia do arquiteto no Brasil – 1820-1950. 1983. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – CMS/PIMES, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1983.
- MARTINS, Carlos Alberto Ferreira. **Arquitetura e Estado no Brasil**: elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil... 1987. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.
- _____. Um pioneiro esquecido. **AU (Arquitetura e Urbanismo)**, São Paulo, n. 20, p. 86-90, out./nov. 1988.
- _____. “Hay algo de irracional...” **Block**, Buenos Aires, n. 4, p. 8-22, dic. 1999.
- MEIRA, Alcyr et at. **PB a universidade**: uma proposta espacial. Belém, PA: Grafisa, [1971?].
- MELHOR urbanização para João Pessoa. **A União**, João Pessoa, p. 3, 9 abr. 1974.
- MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (História da vida privada no Brasil, 4). cap. 9, p. 559-658.
- MELLO, José Octávio de Arruda (Coord.). **Capítulos da História da Paraíba**. Campina Grande: Grafset, 1987.
- _____. João Pessoa – Uma cidade do patriarcalismo à urbanização (1946/55). In: AGUIAR, Wellington; MELLO, José Octávio de Arruda. **Uma cidade de quatro séculos**. 2 ed. João Pessoa: Fundação Cultural do Estado da Paraíba, 1989. p. 256-267.
- _____. **Os italianos na Paraíba: da capital ao interior**. João Pessoa: A União, 2006.
- MELO, Alexandra Consulin Seabra de. **Yes, nós temos arquitetura moderna!** Reconstituição e análise da arquitetura residencial moderna em Natal das décadas de 50 e 60. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.
- MELO, Marcus André Barreto Campelo de. O Estado, o *boom* do século e a crise da habitação: Rio de Janeiro e Recife (1937-1946). In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. **Cidade & História**: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992. p. 147-157.
- MELO, Zélia Cavalcante de. O processo de federalização da Universidade Federal da Paraíba. In: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FERNANDES, David (Org.). **UFPB 50 anos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006. p. 39-42.
- MERCADO de artesanato: construção foi iniciada. **A União**, João Pessoa, p. 1, 4 jul. 1973.
- MINDLIN, Henrique. **Arquitetura Moderna no Brasil**. Tradução: Paulo Pedreira. Rio de Janeiro: Aeroplano/IPHAN, 2000.
- MINEIROS ganharam prêmio internacional de arquitetura. **A União**, João Pessoa, p. 7, 28 nov. 1961.
- MONTANER, Josep Maria. **Depois do movimento moderno**: arquitetura da segunda metade do século XX. Tradução: Maria Beatriz da Costa Mattos. Barcelona: Gustavo Gili, 2001a.
- _____. **A modernidade superada**: arquitetura, arte e pensamento do século XX. Tradução: Esther Pereira da Silva, Carlos Muñoz Gallego. Barcelona: Gustavo Gili, 2001b.
- MONTENEGRO, Rosilene Dias. A Escola Politécnica da Universidade Federal da Paraíba. In: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FERNANDES, David (Org.). **UFPB 50 anos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006. p. 43-46.
- MOREIRA, Fernando Diniz. A aventura do urbanismo moderno na cidade do Recife, 1900-1965. In: LEME, Maria Cristina da Silva (Coord.). **Urbanismo no Brasil – 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP, 1999. p. 141-166.
- MOREIRA, Raphaela Cristhina Claudino. **A questão do gabarito na orla marítima de João Pessoa (bairros de Manaíra, Tambaú e do Cabo Branco)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Centro de Tecnologia, Universidade de Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.
- MURAIAS da Assembléia vão ficar prontos nos próximos trinta dias. **A União**, João Pessoa, p. 1, 31 jul. 1973.
- NA MAIS linda praia do Nordeste... **O Norte**, João Pessoa, p. 3, 3 jan. 1968.
- NASLAVSKY, Guilah. **Modernidade Arquitetônica no Recife**: arte, técnica e arquitetura de 1920 a 1950. 1998. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. **Arquitetura moderna em Pernambuco, 1951-1972**: as contribuições de Acácio Gil Borsoi e Delfim Fernandes Amorim. 2004. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

NESTA capital o arquiteto Leonardo Stuckert Fialho. **A União**, João Pessoa, p. 3, 8 mar. 1957.

NIEMEYER, Oscar. Depoimento. **Módulo**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 3-6, fev. 1958.

_____. O problema social na arquitetura. In: XAVIER, Alberto (Org.). **Depoimento de uma geração**: arquitetura moderna brasileira. [edição revista e ampliada]. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 184-188.

NÓBREGA, Humberto Carneiro da Cunha. **UFPB**: expansão e consolidação. João Pessoa: Imprensa Universitária da Paraíba, 8 mar. 1973.

_____. **Depoimento do Humberto Carneiro Cunha Nóbrega** [25 set. 1979; 5 out. 1979]. Entrevistadoras: Zélia Calcalcanti de Melo, Maria das Dores Limeira Ferreira dos Santos, Zeluiza da Silva Formiga Brandão. João Pessoa: NDIHR/UFPB, 1979.

NORONHA, Linduarte. A expansão urbana sufoca os quistos morais. **A União**, João Pessoa, p. 2, 22 jun. 1957.

NOVA arquitetura. **A União**, João Pessoa, p. 3, 20 fev. 1974.

NOVA sede da Assembléia. **A União**, João Pessoa, p. 3, 24 jun. 1973.

NOVA York. **A União**, João Pessoa, p. 6, 8 mar. 1956.

NOVO bairro. **A União**, João Pessoa, p. 3, 21 dez. 1966.

NÔVO código da PMR obriga instalação de pára-raios em edifícios com mais de 7 pavimentos. **A União**, João Pessoa, p. 2, 4 jan. 1963.

NOVO viaduto será concluído no segundo semestre de 1973. **A União**, João Pessoa, p. 3, 11 nov. 1972.

NOVOS edifícios. **A União**, João Pessoa, p. 3, 30 nov. 1958.

NOVOS projetos para a cidade universitária. **Arquitetura e Engenharia**, Belo Horizonte, n. 22, p. 20-25, jul./ago. 1952.

NUNES, Ambrósio Agrícola. O centro administrativo. **A União**, João Pessoa, p. 2, 27 nov. 1975.

OBRAS de dois edifícios poderão ser concluídas. **A União**, João Pessoa, p. 8, 3 dez. 1971.

O EDIFÍCIO do INPS. **O Norte**, João Pessoa, p. 20 jul. 1968.

O FUTURO começa aqui. **O Norte**, João Pessoa, 18 mar. 1974. Especial, p. 12.

O GRANDIOSO círculo de concreto. **A União**, João Pessoa, p. 1, 11 set. 1971.

[O IMPONENTE Lake Tower Building]. **A União**, João Pessoa, p. 1, 18 fev. 1971.

OLIVEIRA, José Luciano Agra de. **Uma contribuição aos estudos sobre a relação transporte e crescimento urbano**: o caso de João Pessoa. 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

OLIVEIRA, Severino de. Parecer. In: JOÃO PESSOA. Projeto de Lei nº 181, de 30 de agosto de 1956. Proíbe construção de prédio e dá outras providências. **Câmara Municipal de João Pessoa**, João Pessoa. Mimeografado.

O NOVO “Astréa”. **O Norte**, João Pessoa, p. 8, 19 dez. 1958.

O NOVO “Plaza”. **A União**, João Pessoa, p. 6, 29 jun. 1963.

O PONTO Cem Réis agora tem motivo para muita conversa. **A União**, João Pessoa, p. 6, 16 jul. 1976.

O QUE você queria agora a seu alcance. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, p. 4, 2 nov. 1969.

OS DOIS aspectos da cidade. **A União**, João Pessoa, p. 3, 8 fev. 1969.

OS MONUMENTOS. **A União**, João Pessoa, p. 3, 22 jun. 1968.

PALESTRA sôbre urbanismo. **A União**, João Pessoa, p. 3, 22 jul. 1961.

PALMEIRA, Bailia; DIAS, Messina Palmeira. **Bairro do Miramar**: sua história, seus problemas. João Pessoa: Grafisi, 1997.

PARAÍBA-HOTEL. **O Norte**, João Pessoa, p. 3, 14 abr. 1950.

PARAÍBA, ONTEM E HOJE, João Pessoa, n. 1, 1975.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. Tradução: Sérgio Magalhães Santeiro. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 29-72.

- PASSOS, Abdias dos Santos. Parecer: Comissão de Obras Públicas. In: JOÃO PESSOA. Projeto de Lei nº 181, de 30 de agosto de 1956. Proíbe construção de prédio e dá outras providências. **Câmara Municipal de João Pessoa**, João Pessoa. Mimeografado.
- PEREIRA, Miguel Alves. **Arquitetura, texto e contexto**: o discurso de Oscar Niemeyer. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- PLANEJAMENTO da futura "Cidade Universitária" do Est. da Paraíba. **A União**, João Pessoa, p. 3-4, 27 nov. 1956.
- PLANO da Cidade Universitária de Santa Catarina. **Habitat**, São Paulo, n. 43, p. 2-16, jul./ago. 1957.
- PLÁSTICO reduz tempo da construção. **A União**, João Pessoa, p. 4, 17 mar. 1966.
- PLAZA e Municipal. **A União**, João Pessoa, p. 6, 4 dez. 1962.
- POBREZA e desenvolvimento. **A União**, João Pessoa, p. 3, 26 ago. 1960.
- PONTO "Cem Réis" e trânsito. **A União**, João Pessoa, p. 3, 7; 12 ago. 1965.
- POVO cantou e dançou na inauguração do viaduto Damásio Franca. **O Norte**, João Pessoa, p. 1, 8; 18 jul. 1970.
- POVO prestigiou inauguração do Centro. **A União**, João Pessoa, p. 1, 8; 1 mar. 1975.
- PRAÇA 1817. **O Norte**, João Pessoa, p. 1, 7 jul. 1968.
- PRAÇA 1817 estará pronta em 30 dias. **A União**, João Pessoa, p. 3, 28 ago. 1968.
- PRAÇA ganha mais um poder. **O Norte**, João Pessoa, p. 1, 15 nov. 1973.
- PRECISAMOS de um hotel. **A União**, João Pessoa, p. 2, 23 ago. 1957.
- PREFEITO determina pintura dos prédios que circundam viaduto. **A União**, João Pessoa, p. 7-8, 11 jun. 1970.
- PREFEITO fixa áreas para cercar os terrenos baldios. **A União**, João Pessoa, p. 4, 8; 13 jul. 1971.
- PREFEITO inaugura hoje a calçadinha de Tambaú. **A União**, João Pessoa, p. 3, 14 out. 1967.
- PREFEITURA acelera processo para desenvolver urbanismo pessoense. **A União**, João Pessoa, p. 8, 11 out. 1973.
- PREFEITURA delimitará área urbana da capital. **A União**, João Pessoa, p. 3, 24 mar. 1968.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. **EMLUR**: histórico da EMLUR. João Pessoa, 2005. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/emlur/historico/>>. Acesso em: 31 jan. 2008.
- PRÊMIO IAB GB 1963. **Arquitetura**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 6, 7; jan. 1964.
- PROBLEMAS que vêm da urbanização. **A União**, João Pessoa, p. 2, 24 maio 1973.
- PROGRESSO da cidade. **A União**, João Pessoa, p. 3, 8 mar. 1956.
- PROGRESSO para sua terra e lucro para seu capital. **A União**, João Pessoa, p. 6, 23 jul. 1961.
- PROJETO B foi melhor para farol. **A União**, João Pessoa, p. 1, 18 maio 1971.
- [PROJETO do Fórum satisfaz todos os requisitos]. **A União**, João Pessoa, 15 jul. 1973, p. 8.
- PROJETO e organização de hospitais. **A União**, João Pessoa, p. 3, 4; 1 jul. 1956.
- PROJETO Sérgio Bernardes Aguardado Com Ansiedade. **A União**, João Pessoa, p. 8, 29 jun. 1966.
- PROLONGAMENTO do urbanismo. **A União**, João Pessoa, p. 3, 27 maio 1969.
- PROSEGUEM os trabalhos de construção da sede da "AABB". **A União**, João Pessoa, p. 2, 6; 24 jun. 1956.
- PROTEÇÃO a Tambaú. **A União**, João Pessoa, p. 3, 28 dez. 1969.
- QUARTOS inteiramente prefabricados [sic]. **A União**, João Pessoa, p. 6, 18 out. 1961.
- QUEIROZ, Paulo; QUEIROZ, Lúcia Victória de; BOFF, Leonardo (Coord.). **Roberto Burle Marx**: homenagem à natureza. Petrópolis: Vozes, 1979.
- QUINTAIS de concreto. **A União**, João Pessoa, p. 1, 12 jun. 1975.
- REGULAMENTO para as construções. **A União**, João Pessoa, p. 8, 27 set. 1972.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Perspectiva, 2004. (Debates, 18).
- REVISTA DA ESCOLA DE BELAS-ARTES DE PERNAMBUCO. Recife: Universidade do Recife, n. 1, 1957.
- REVISTAS de arquitetura no Brasil. **Acrópole**, São Paulo, n. 295/6, p. 210-203, jun. 1963.

- RIBEIRO, Demétrio. Criatividade arquitetônica e subdesenvolvimento. In: XAVIER, Alberto (Org.). **Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira**. [edição revista e ampliada]. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 263-271.
- ROCHA, Mércia Pereira. **Manifestação da Arquitetura Moderna na Paraíba**. 1987. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1987.
- RODRIGUEZ, Janete Lins. Considerações geográficas sobre a evolução urbana de João Pessoa. In: MELLO, José Octávio de Arruda (Coord.). **Capítulos de História da Paraíba**. Campina Grande: Grafset, 1987. p. 591-599.
- RODRIGUEZ, Walfredo. **2 séculos da cidade. Passeio Retrospectivo – 1870-1930**. João Pessoa: Iterplan, [1974?].
- ROGERS, Everett M. **Diffusion of Innovations**. New York: The Free Press of Glencoe, 1962.
- ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997. (Cidade Aberta).
- ROMERO, Carlos. Hotéis. **A União**, João Pessoa, p. 6, 26 maio 1962.
- RUAS largas. **A União**, João Pessoa, p. 3, 10 jul. 1968.
- SABBAG, Hayfa Y. Os projetos de Sérgio Bernardes. **A Construção São Paulo**, São Paulo, n. 1904, p. 20, 6 ago. 1984.
- SAMPAIO NETO, Paulo Costa. **Residências em Fortaleza, 1950-1979: contribuições dos arquitetos Liberal de Castro, Neudson Braga e Gerhard Bormann**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- SANEAMENTO de Tambaú. **A União**, João Pessoa, p. 3, 19 out. 1962.
- SANTOS, Maria da Graça Rodrigues. **Entre a preguiça e o progresso: (des)caminhos da arquitetura contemporânea em Salvador**. 2001. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- SCULLY, Vincent Jr. **Arquitetura moderna: a arquitetura da democracia**. Tradução: Ana Luiza Dantas Borges. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.
- SEGAWA, Hugo. Arquitetura moderna brasileira: uma questão bibliográfica? **Projeto**, São Paulo, n. 42, p. 42, 47, ago. 1982.
- _____. Arquitetos peregrinos, nômades e migrantes. In: _____ (Ed.). **Arquiteturas no Brasil/Anos 80**. São Paulo: Projeto, 1988. p. 9-13.
- _____. **Arquiteturas no Brasil: 1900-1990**. 2 ed. (1 reimpr.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (Acadêmica, 21).
- SEMEAMOS...para a grandeza do Nordeste. **A União**, João Pessoa, p. 5, 31 dez. 1960.
- SERÁ iniciada sexta-feira a campanha de restauração dos monumentos históricos. **A União**, João Pessoa, p. 8, 18 jun. 1968.
- SERÁ sábado próximo inauguração de Copacabana em Tambaú. **A União**, João Pessoa, p. 8, 11 out. 1967.
- SERRAN, João Ricardo; COIMBRA, Clarissa Junqueira. História: Participação Direta e Luta Intensa. **Instituto de Arquitetos do Brasil**, [S.l.], 1988. Disponível em: <<http://www.iab.org.br/historia/#h6>>. Acesso em: 18 abr. 2007.
- SERVIÇO de Engenharia da Universidade foi instalado. **A União**, João Pessoa, p. 8, 8 maio 1962.
- SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO. **SERFHAU: programações executadas 67/70**. Brasília: Ministério do Interior, mar. 1971.
- SILVA, Geraldo Gomes da. Arquitetura Eclética em Pernambuco. In: FABRIS, Annateresa (Org.). **Eclétismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo, 1987. p. 177- 207.
- _____. Marcos da arquitetura moderna em Pernambuco. In: SEGAWA, Hugo (Ed.). **Arquiteturas no Brasil/Anos 80**. São Paulo: Projeto, 1988. p. 19-27.
- _____. Documento: Delfim Amorim. **AU (Arquitetura e Urbanismo)**, São Paulo, n. 57, p. 71-79, dez. 1994/jan. 1995.
- SILVA, Hildebrando Martins da. Introdução. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**: v. 17. Rio de Janeiro, 1960. p. 15-16.

- SILVA, Luiz Bernardo da. Emenda. In: JOÃO PESSOA. Projeto de Lei nº 135, de 3 de julho de 1956. Concede isenção de impostos e dá outras providências. **Câmara Municipal de João Pessoa**, João Pessoa. Mimeografado.
- SILVA, Maria Angélica da. **Arquitetura Moderna: a atitude alagoana**. Maceió: Sergasa, 1991.
- SILVA JÚNIOR, Jayme F. da. Sobre os pilares em V. **Arquitetura e Engenharia**, Rio de Janeiro, n. 55, p. 41-42, set./out. 1959.
- SISTEMA modelar acelera construção de edifícios. **A União**, João Pessoa, p. 5, 4 ago. 1968.
- SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. Tradução: Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Ática, 1992. (Temas, v. 26).
- SMITH, G. Elliot. **The diffusion of culture**. London: C. A. Watts & Co., [1933?].
- SOB A ação do Govêrno [sic] João Agripino: prefeitura constrói uma nova cidade. **O Norte**, João Pessoa, 2 mar. 1969. Domingo, p. 1-3.
- SOMEKH, Nádia. **A cidade vertical e o urbanismo modernizador: São Paulo 1920-1939**. São Paulo: Studio Nobel: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 1997. (Cidade Aberta).
- SOUZA, Abelardo de. A ENBA, antes e depois de 1930. In: XAVIER, Alberto (Org.). **Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira**. [edição revista e ampliada]. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 63-70.
- SPADONI, Francisco. **A transição do moderno: arquitetura brasileira nos anos de 1970**. 2003. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- S. RAFAEL – local mais indicado para a cidade universitária. **O Norte**, João Pessoa, p. 4, 8; 27 nov. 1956.
- STUCKERT, Leonardo Moreira. **RE: Arquitetura/João Pessoa** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <fulvio_teixeira@yahoo.com.br>, em 16 out. 2006.
- TAMBAÚ. **A União**, João Pessoa, p. 3, 31 ago. 1968.
- TAMBAÚ ganha pista dupla para urbanizar seu hotel. **A União**, João Pessoa, p. 3, 14 ago. 1971.
- TAMBAÚ sem água e sem mercado causa desolação. **A União**, João Pessoa, p. 3, 26 abr. 1960.
- TELEFONIA na Paraíba: um pouco de sua história. **Paraíba, ontem e hoje**, João Pessoa, n. 1, p. 30-31, 1975.
- TERCEIRO NETO, Dorgival. Hoje, inauguração da elegante sede da “AABB”. **A União**, João Pessoa, p. 4, 16 fev. 1957.
- TINEM, Nelci. [Entrevista]. In: HONORATO, Rossana. **O difícil caminho da formação: 10 anos de curso de Arquitetura e Urbanismo – UFPB**. 1987. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1987. p. 13a-19a.
- _____. **O alvo do olhar estrangeiro: o Brasil na historiografia da arquitetura moderna**. 2 ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.
- _____. **Entrevista** [25 jan. 2008]. Entrevistador: Fúlvio Teixeira. João Pessoa, 2008.
- _____; TAVARES, Lia; TAVARES, Marieta. **Arquitetura moderna em João Pessoa: a memória moderna e local de um movimento internacional**. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 6., 2005, Niterói. **Anais...** Niterói: 2005. 1 CD-ROM.
- TODAS as dependências da Assembléia ficaram relacionadas com o plenário. **A União**, João Pessoa, p. 3, 15 nov. 1973.
- [TODOS os esforços das autoridades...]. **A União**, João Pessoa, p. 3, 2 out. 1971.
- TONI, João Batista. Uma solução para a cidade que cresce. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, p. 1, 17 ago. 1969.
- TORRES. **A União**, João Pessoa, p. 8, 14 dez. 1966.
- TRAJANO FILHO, Francisco Sales. **Vanguarda e esquecimento: a arquitetura de Clodoaldo Gouvêa**. 1999. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1999.
- _____. **D.V.O.P.: Arquitetura Moderna, Estado e Modernização (Paraíba, Década de 1930)**. 2002. Memorial de qualificação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2002.
- _____. **D.V.O.P.: Arquitetura Moderna, Estado e Modernização (Paraíba, Década de 1930)**. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2003.

_____. Do rio ao mar: uma leitura da cidade de João Pessoa entre as duas margens. In: TINEM, Nelci (Org.). **Fronteiras, marcos e sinais: leituras das ruas de João Pessoa**. João Pessoa: UFPB, 2006. Introdução 1, p. 19-46.

TRANSPORTES coletivos. **A União**, João Pessoa, p. 3, 29 jan. 1959.

TRIGUEIRO, Oswaldo. De João Machado a Camilo: os impulsos para o progresso. In: AGUIAR, Wellington; MELLO, José Octávio de Arruda. **Uma cidade de quatro séculos**. 2 ed. João Pessoa: Fundação Cultural do Estado da Paraíba, 1989. p. 134-6.

TUDO certo para o farol. **A União**, João Pessoa, p. 1, 19 abr. 1972.

TURISMO. **A União**, João Pessoa, p. 3, 19 nov. 1966.

UM ARRANHA-CÉU de bronze. **A União**, João Pessoa, p. 6, 14 mar. 1956.

UM MODERNO aparelhamento. **A União**, João Pessoa, p. 4, 8, 19 jan. 1956.

UM NOVO edifício. **A União**, João Pessoa, p. 3, 22 dez. 1957.

UM PASSO certo no caminho para sua casa. **O Norte**, João Pessoa, p. 8, 18 ago. 1968.

UM PROBLEMA da cidade. **A União**, João Pessoa, p. 4, 7; 11 mar. 1961.

UNIVERSIDADE do Recife planeja concluir a cidade universitária em três anos. **A União**, João Pessoa, p. 6, 29 jun. 1962.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Campus universitário**. João Pessoa: UFPB, 1969.

_____. **UFPB campus**: Plano Diretor. João Pessoa: imprensa Universitária da Paraíba, out. 1972.

_____. **Processo de reconhecimento do curso de Arquitetura e Urbanismo**: Anexo 2. João Pessoa: UFPB, [1978?].

URBANISMO. **A União**, João Pessoa, p. 3, 16 ago. 1973.

URBANISMO. **A União**, João Pessoa, p. 5, 12 ago. 1976.

URBANISTAS visitam a cidade mais “segura” de Inglaterra. **A União**, João Pessoa, p. 2, 27 nov. 1968.

URBANIZAÇÃO da cidade: os estabelecimentos comerciais invadem a Duque de Caxias. **A União**, João Pessoa, p. 2, 5; 22 mar. 1956.

VAZ, Lílian Fessler. **Modernidade e moradia**: habitação coletiva no Rio de Janeiro séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

VESENTINI, José William. **Geografia, natureza e sociedade**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1992. (Repensando a Geografia).

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. 4. ed. Tradução: Alda Baltar; Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

VIEIRA, Júlio. “Capital Das Acácias”: um problema: uma solução. **A União**, João Pessoa, p. 1, 7, 8; 16 out. 1966.

VISÃO do alto. **O Norte**, João Pessoa, p. 6, 7 mar. 1974.

VISITA a obras. **A União**, João Pessoa, p. 1, 19 jan. 1975.

WOLF, José. Vida no ‘satélite’ verde. **AU (Arquitetura e Urbanismo)**, São Paulo, n. 19, p. 64-74, ago./set. 1988.

_____. Documento: Acácio Gil Borsoi. **AU (Arquitetura e Urbanismo)**, São Paulo, n. 84, p. 35-41, jun./jul. 1999.

ZENAIDE, Hélio. Dia a dia. **A União**, João Pessoa, p. 3, 18 set. 1968.

Instituições

João Pessoa: Arquivo da Câmara Municipal de João Pessoa; Arquivo Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa; Arquivo da Reitoria/UFPB; Arquivo da Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de João Pessoa; Arquivo de Projetos da SUPLAN/PB; Arquivo do Hotel Tambaú; Arquivo pessoal do arquiteto Mário Glauco Di Lascio; Arquivo pessoal do arquiteto Carlos Roberval da Cunha Guimarães; Arquivo Público do Estado da Paraíba/Espaço Cultural José Lins do Rêgo; Biblioteca Central/Unipê; Biblioteca Central/UFPB; Biblioteca Juarez da Gama Batista/Espaço Cultural José Lins do Rêgo; Biblioteca Setorial do Centro de Tecnologia/UFPB; Biblioteca Ubirajara Botto Targino/Empresa Paraibana de Turismo; Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Paraíba; Fundação Casa de José Américo; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba; Seção de projetos da Prefeitura Universitária/UFPB; Núcleo de Documentação Histórica e Informação Histórica Regional/UFPB.

Recife: Arquivo pessoal do arquiteto Carlos Alberto Carneiro da Cunha; Biblioteca Joaquim Cardozo, Centro de Artes e Comunicação/UFPE.

São Carlos: Biblioteca Central/EESC; Sistema Integrado de Bibliotecas da USP – DEDALUS.

São Paulo: Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP; Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP.

Entrevistas

Acácio Gil Borsoi, Recife (6 set. 2007)

Carlos Alberto Carneiro da Cunha, Recife (17 set. 2007)

Carlos Roberval da Cunha Guimarães, João Pessoa (3 jan. 2007; 21 ago. 2007)

Leonardo Stuckert Fialho, Rio de Janeiro (16 out. 2006)¹⁰⁸

Mário Glauco Di Lascio, João Pessoa (12 jan. 2006; 07 jul. 2006; 29 ago. 2006; 9 jan. 2007; 23 ago. 2007)

Nelci Tinem, João Pessoa (25 jan. 2008)

Romildo Marques de Almeida, Recife (17 set. 2007)

Revistas¹⁰⁹

Acrópole: São Paulo, 1950 (142-146), 1951 (154-155, 157-159, 162), 1952-1971 (173, 176-391)

Arquitetura e Engenharia: Rio de Janeiro, 1951-1963 (15-66)

Arquitetura: Rio de Janeiro, 1961-1968 (1-78)

Atualidades: João Pessoa, 1949 (1)

Bem Estar: São Paulo, 1958-1960 (1-6)

¹⁰⁸ Questionário enviado por e-mail: STUCKERT, Leonardo Moreira. RE: Arquitetura/João Pessoa [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <fulvio_teixeira@yahoo.com.br>, em 16 out. 2006.

¹⁰⁹ Os dados das revistas estão organizados da seguinte forma: "título da revista: local de edição, ano de edição (número do exemplar consultado)".

Brasil – Arquitetura Contemporânea: Rio de Janeiro, 1953-1957 (1-8, 10-12)
C. J. Arquitetura: Rio de Janeiro, 1973-1974 (1-5)
Casa e Jardim: São Paulo, 1953-1955 (1-16, 18, 20), 1956-1965 (23-34, 36-43, 45-65)
Era Nova: João Pessoa, 1959 (101)
Habitat: São Paulo, 1957-1965 (38-83)
Manaíra: João Pessoa, 1940 (12), 1965 (76)
Módulo: Rio de Janeiro, 1955-1979 (1-55)
Pampulha: Belo Horizonte, 1979-1982 (1-8)
Tambaú: João Pessoa, 1966 (1-4)

Jornais¹¹⁰

A União: João Pessoa, 1951-1952 (exemplares avulsos); 1956-1977 (exemplares contínuos)
Correio da Paraíba: João Pessoa, 1960, 1965, 1967-1974, 1976 (exemplares avulsos)
O Norte: João Pessoa, 1950, 1952, 1956-1958, 1960-1964, 1968-1974 (exemplares avulsos)

¹¹⁰ Os dados dos jornais estão organizados da seguinte forma: “título do jornal: local de edição, ano da edição consultada (processo de consulta utilizado)”.

Lista de arquitetos atuantes em João Pessoa entre 1956 e 1974, por ordem alfabética, e seus respectivos projetos

ACÁCIO GIL BORSOI

Nasceu no Rio de Janeiro (1924). Formou-se na Faculdade Nacional de Arquitetura (1949). Radicou-se em Recife (1951). Lecionou na Escola de Belas-Artes de Pernambuco (1951-1974).

[1954?]

Residência Pompeu Maroja Pedrosa. R. Diogo Velho, 306, Centro.

Agência Central do Banco do Estado da Paraíba. Av. Maciel Pinheiro, 232, Varadouro. Co-autoria: Carlos Roberval da Cunha Guimarães.

1955

Residência Cassiano Ribeiro Coutinho. Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1090, Torre. (15 jan.).

Esporte Clube Cabo Branco. R. Cel. Souza Lemos, Miramar. (22 dez.).

1956

Assembléia Legislativa da Paraíba (não construído).

1957

Residência Joaquim Augusto da Silva. Av. Pres. Epitácio Pessoa, 2025, Bairro dos Estados. (16 jan.).

Conjunto Habitacional Jardim Manaíra. Av. Alm. Tamandaré, Tambaú.

1958

Concurso para sede do DER. Av. Duarte da Silveira com Av. Gen. Bento da Gama, Torre. (Vencedor: Leonardo Stuckert).

Residência Renato Ribeiro Coutinho. Av. Pres. Epitácio Pessoa, 557, Bairro dos Estados.

Residência Austregésilo de Freitas. Av. Cabo Branco, 2332, Cabo Branco.

[196-?]

Residência Humberto Clodoaldo de Oliveira. Av. Cabo Branco, Cabo Branco.

1966

Iate Clube da Paraíba. Av. Gov. Argemiro de Figueiredo, 5059, Bessa.

Residência Otacílio Vieira Campos. Av. Pres. Epitácio Pessoa, 2580, Expedicionários.

1968

Conjunto Habitacional Integrado (não construído). Bairro dos Estados.

Concurso para a Biblioteca Central. Campus Universitário/UFPB, Castelo Branco. (Vencedor: Borsoi).

1972

Residência Antônio de Pádua. R. Giacomio Porto, 120, Miramar.

ADAUTO S. S. FERREIRA

Formou-se arquiteto.

1966

Sede regional do INPS. Parque Solon de Lucena, Centro.

ALCYR MEIRA

Nasceu em Belém/PA, onde permaneceu radicado. Formou-se na Escola de Engenharia do Pará (1956) e no curso de arquitetura da UFPA (1966).

1971

Plano diretor da Cidade Universitária de João Pessoa – UFPB. Co-autoria: Armando Couceiro, Alberto Rubim, Dirce Corrêa, Jaime Bibas.

ÁLVARO VITAL BRAZIL

Nasceu em São Paulo (1909). Radicou-se no Rio de Janeiro (1919). Formou-se arquiteto na Escola Nacional de Belas-Artes (1933) e engenheiro civil na Escola Politécnica (1933). Faleceu em 1997.

1963

Agência do Banco da Lavoura de Minas Gerais. Av. Gal. Osório com Av.

Guedes Pereira, Centro. (22 jan.).

ANTÔNIO JOSÉ DO AMARAL E SILVA, MARIA BERENICE FRAGA DO AMARAL ARQUITETOS

Antônio formou-se na Faculdade de Arquitetura da UFPE (1969); lecionou no curso de arquitetura da UFPB, até radicar-se em Recife (1976). Berenice (n. 1946), casada com Antônio, formou-se na Faculdade de Arquitetura da UFPE (1971).

1972

Plano diretor da Cidade Universitária de João Pessoa – UFPB.¹¹⁰ Co-autoria: Mário Di Lascio; Pedro Dieb. (out.).

1973

Residência José Guilherme Marques. Lot. San Juan, Bairro dos Ipês. (13 dez.).

1974

Residência Antônio José do Amaral e Silva. R. Rad. Geraldo Campos, Jardim Planalto. (15 jan.).

Residência Cláudio Romero de Freitas. R. Agenor Lacet, Brisamar. (06 jun.).

Residência Lourenço Bezerra de Melo. Av. Cabo Branco, Cabo Branco. (11 jul.).

Residência Jeová Mesquita. Av. Júlia Freire com R. Antônio Gama, Expedicionários. (05 fev.).

AUGUSTO REYNALDO MAIA ALVES

Nasceu em 1924. Formou-se na Escola de Belas-Artes de Pernambuco (1956), onde lecionou. Era radicado em Recife. Faleceu em 1958.

1958

Concurso para sede do DER. Av. Duarte da Silveira com Av. Gen. Bento da

Gama, Torre. (Vencedor: Leonardo Stuckert).

CARLOS ALBERTO CARNEIRO DA CUNHA

Nasceu em João Pessoa (1932). Radicou-se em Recife ([195-]). Formou-se na Escola de Belas-Artes de Pernambuco (1958), onde lecionou (1960-[200-?]).

1963

Residência Adrião Pires Bezerra. Av. Pres. Epitácio Pessoa, 3955, Miramar. Co-autoria: Mário Di Lascio.

Conjunto “13 de maio” (09 residências). R. Treze de Maio, Centro. (08 fev.). Incorporação: Fernando Carneiro da Cunha.

Ginásio do Clube Astréa. Av. Mons. Walfredo Leal, Tambiá. Co-autoria: Mário Di Lascio, Wandenkolk Walter Tinoco.

[1964?]

Residência Manoel Pires Bezerra. Av. Pres. Epitácio Pessoa, Miramar.

1965

Residência Jorge Ribeiro Coutinho. Tambaú. (21 dez.).

1971

Residência Vinícius Lemos. Av. Alm. Barroso, Centro. (10 dez.).

Gráfica do Estado. Distrito Industrial.

1972

Edifício industrial Proplast. Distrito Industrial. Co-autoria: Luiz Gonzaga de Oliveira Filho.¹¹¹ (21 maio).

Residência Israel Aureliano. Av. Cabo Branco, Cabo Branco. Co-autoria: Adolfo Jorge Miranda Cordeiro.¹¹² (28 nov.).

Residência Antônio Ramos. R. Mato Grosso, Bairro dos Estados. (15 dez.).

1973

Centro Comercial Manoel Pires (edifício de uso misto). Parque Solon de Lucena, Centro. (15 set.). Incorporação: Adrião Pires Bezerra.

1974

Residência Fernando Furtado. Av. Alm. Tamandaré, Tambaú. (18 abr.).

Residência Ronald Queiroz. Av. Cabo Branco, Cabo Branco. (18 maio).

Residência José Waldomiro Ribeiro Coutinho. Av. Cabo Branco, Cabo Branco. Co-autoria: Dinauro Esteves Filho.¹¹³ (22 jul.).

Residência Carlos Alberto Carneiro da Cunha. Av. Bahia, Bairro dos Estados. (25 out.).

CARLOS ALBERTO CORRÊA DE LIMA

Formou-se na Escola de Belas-Artes de Pernambuco ([195-?]).

1968

Concurso para a Biblioteca Central. Campus Universitário/UFPB, Castelo Branco. (Vencedor: Borsoi).

CARLOS ROBERVAL DA CUNHA GUIMARÃES

Nasceu em João Pessoa (1925). Formou-se na Faculdade Nacional de Arquitetura (1949). Radicou-se em João Pessoa (1950-1955) e depois no Rio de Janeiro. Fundou a Construtora CRC Guimarães (1951).

[1951?]

Residência Alberto Diniz. Av. Coremas, Centro.

Residência Carlos Roberval da Cunha Guimarães. Av. Camilo de Holanda, Torre.

Residência “viúva Bila”. Centro.

¹¹⁰ Nesse projeto não houve a participação de Maria Berenice.

¹¹¹ Formou-se na EBAP (1973).

¹¹² Formou-se na EBAP (1970).

¹¹³ Formou-se na EBAP (1971).

[1954?]

Agência Central do Banco do Estado da Paraíba. Av. Maciel Pinheiro, 232, Varadouro. Co-autoria: Acácio Gil Borsoi.

1967

Conjunto Residencial Jardim das Acácias (82 unidades). Av. Des. Botto de Menezes, Tambiá. Incorporação: CRC Guimarães.

Conjunto Residencial Verde Mar (60 unidades). Bairro dos Estados. Incorporação: CRC Guimarães.

CONSTRUTORA UNALDO CRUZ

Sediada em Recife.

1962

Edifício de apartamentos Borborema. Av. Cabo Branco, Cabo Branco. (16 mar.). Incorporação: Imobiliária Nassau.

1964

Edifício de escritórios "Claudino Pereira". R. Padre Meira, Centro. (24 jan.). Incorporação: Imobiliária Nassau.

DAVID SCOTT ELLINWOOD

Nasceu nos EUA, onde era radicado. Atuou em João Pessoa por meio do *Peace Corps Brazil* (set. 1964 – jul. 1966).

[1965?]

Instituto de Química. Campus Universitário/UFPB, Castelo Branco.

DELFIN FERNANDES AMORIM, HEITOR DA SILVA MAIA NETO

Amorim nasceu em Portugal (1917); formou-se na Escola de Belas-Artes do Porto (1947); radicou-se em Recife (1951); lecionou na Escola de Belas-Artes de Pernambuco (1953-1972); faleceu em 1972. Maia Neto era radicado em Recife; formou-se na Escola de

Belas-Artes de Pernambuco (1952), onde lecionou (1952-1982); associou-se a Amorim (1963).

1967

Edifícios de apartamentos Cadeno e N. Sra. de Lourdes. Av. João Machado, 399, Centro. Incorporação: Renato Ribeiro Coutinho.

1974

Reforma do Supermercado Bompreço.¹¹⁴ R. João Amorim com Av. dos Tabajaras, Centro.

DORIVAL TAVELA RAMOS

Formou-se arquiteto.

1974

Residência João Dias Cardoso. Lot. Veado Sobradinho, Bairro dos Estados. (22 jan.).

E.T.A.U. ARQUITETOS – ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Sediado em Recife. Composto por Waldecy Fernandes Pinto (n. 1931), Renato Gonçalves Torres, Antônio Pedro Pina Didier, formados na Escola de Belas-Artes de Pernambuco: Waldecy (1954), Renato (1954). Antônio e Waldecy lecionaram na EBAP.

1965

Instituto de Matemática. Campus Universitário/UFPB, Castelo Branco. (27 dez.).

Instituto de Física. Campus Universitário/UFPB, Castelo Branco. (11 maio).

Laboratório de Produtos Farmacêuticos. Campus Universitário/UFPB, Castelo Branco. (29 nov.).

1967

Residência José Neotel Correia Lima. R. Rad. Geraldo Campos, Jardim Planalto. (14 jul.).

1968

Concurso para a Biblioteca Central. Campus Universitário/UFPB, Castelo Branco. (Vencedor: Borsoi).

FLORISMUNDO MARQUES LINS SOBRINHO

Nasceu em 1924. Formou-se na Faculdade Nacional de Arquitetura ([195-?]). Era radicado em Recife.

1959

Anteprojeto do Edifício de apartamentos Caricé. Av. Pres. Getúlio Vargas, 109, Centro. Co-autoria: Heleny Lins. Incorporação: Impala.

1972

Igreja do Colégio N. S. de Lourdes. Av. Pres. Epitácio Pessoa, Torre. (10 abr.).

HIDROSERVICE ENGENHARIA

Empresa de engenharia consultiva fundada em São Paulo (1958). Em 1973, teve como chefe do departamento de arquitetura Rodrigo Lefèvre, incorporado a seu quadro em 1972.

1973

CEASA. Cristo Redentor.

HUGO MIGUEL JIMÉNEZ SALINAS

Nasceu no exterior (1935). Formou-se na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Recife (1962). Era radicado em Recife e, em 1967, chefe do serviço de Engenharia do Montepio da Paraíba.

1974

Residência Marivaldo Toscano de Oliveira. R. Banc. Francisco Mendes, Brisamar. (17 jun.).

Residência Luís Vasconcelos de Castro. R. Mato Grosso com R. Ceará, Bairro dos Estados. (29 out.).

¹¹⁴ Nesse projeto não houve a participação de Delfim Amorim.

JOSÉ ADRICE PAZ DE AMORIM

Formou-se na Escola de Belas-Artes de Pernambuco (1965).

[197?]

Residência. R. Padre Ayres com R. Domingos Mororó, Miramar.

JOSÉ FERNANDES ALVES DE CARVALHO

Formou-se arquiteto.

1965

Edifício de escritórios Nova Aurora. Av. Guedes Pereira junto ao Prédio do IPASE, Centro. (24 set.).
Incorporação: Lívio Alves de Lima.

JOSÉ LIBERAL DE CASTRO, GERHARD ERNEST BORMANN

Liberal nasceu em Fortaleza (1926); formou-se na Faculdade Nacional de Arquitetura (1955); voltou à Fortaleza (1957). Bormann nasceu no Rio de Janeiro (1939); formou-se na Faculdade Nacional de Arquitetura (1964); radicou-se em Fortaleza (1965); faleceu em 1980.

Lecionaram no curso de arquitetura da UFC: Liberal (1965-1995), Bormann (1966-1980).

1970

Agência do Banco do Nordeste. R. Juiz Gama e Melo, Roger.

1971

Sede da Plastinor – Plásticos Industriais do Nordeste. Distrito Industrial. (19 ago.).

JOSÉ WALTER BALTAR VINAGRE

Nasceu em 1934. Formou-se engenheiro civil ([195-]). Era radicado em João Pessoa e, em 1961, diretor da DOP. Fundou a Construtora Walter Vinagre. Faleceu em 2001.

1962

Edifício de apartamentos dos Bandeirantes. Av. dos Bandeirantes, Roger. (8 nov.). Incorporação: Walter Vinagre.

1964

Edifício de apartamentos Caricé.¹¹⁵ Av. Pres. Getúlio Vargas, 109, Centro. Co-autoria: Romildo Marques de Almeida. Incorporação: Walter Vinagre/Impala.

1965

Residência de veraneio Renato Macário de Brito. Av. Antônio Lira com R. Helena Meira Lima, Tambaú. (01 abr.).

1967

Edifício de apartamentos Manoel Tavares. R. das Trincheiras, Centro. (3 mar.). Incorporação: Walter Vinagre.

Edifício de apartamentos Manoel Morais. Av. Mons. Walfredo Leal, Tambaú. (3 mar.). Incorporação: Walter Vinagre.

Edifício de apartamentos Beiramar.¹¹⁶ Av. Cabo Branco, Cabo Branco. (20 out.). Incorporação: Walter Vinagre.

LEONARDO STUCKERT FIALHO

Nasceu na Bahia (1931). Formou-se na Faculdade Nacional de Arquitetura (1957). Radicou-se em João Pessoa (1957-1964), onde atuou no Serviço de Engenharia da UFPB e lecionou na Escola de Engenharia. Depois voltou ao Rio de Janeiro.

1958

Concurso para a sede do DER (construída). Av. Duarte da Silveira com Av. Gen. Bento da Gama, Torre. (Vencedor: Leonardo Stuckert).

1959

Edifício de apartamentos Alvorada (não construído). Av. Cabo Branco, Cabo Branco. Co-autoria: Nestor G. de Oliveira. Incorporação: Clodomar Guimarães.

1963

Reitoria da Universidade Federal da Paraíba.¹¹⁷ Av. Pres. Getúlio Vargas, Centro. Co-autoria: N. C. de Araújo. (14 fev.).

Escola de Engenharia. Campus Universitário/UFPB, Castelo Branco.

1968

Concurso para a Biblioteca Central. Campus Universitário/UFPB, Castelo Branco. (Vencedor: Borsoi).

LINHARES FONSECA

Formou-se arquiteto. Em 1956, era vinculado ao Banco Lar Hipotecário Brasileiro.

1956

Clube Astréa. Av. Mons. Walfredo Leal, Tambaú.

MARIA GRASIELA DE ALMEIDA DANTAS

Nasceu na Paraíba. Formou-se na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Recife (1970). Lecionou no curso de arquitetura da UFPB.

1974?

Residência Maurício Montenegro Rocha. Av. São Paulo, Bairro dos Estados.

MÁRIO GLAUCO DI LASCIO

Nasceu em João Pessoa (1929), onde permaneceu radicado. Formou-se na Escola de Belas-Artes de Pernambuco (1957). Lecionou na Escola de Engenharia da Paraíba. Fundou o curso de arquitetura da UFPB, no qual lecionou. Atuou no Serviço

¹¹⁵ Início construção: jul. 1964.

¹¹⁶ Início construção: jan. 1968.

¹¹⁷ Início construção: jan. 1963.

de Engenharia da UFPB. Foi consultor da prefeitura de João Pessoa (1954-[200-]).

1957

Residência Ivan Cavalcante. R. João Amorim, 366, Centro. (26 mar.).

1958

Residência Lourenço de Miranda Freire. Av. Pres. Getúlio Vargas, Centro. (15 set.).

1960

Residência Roberto Granville. Av. Cabo Branco, Cabo Branco.

Edifício de apartamentos Santo Antônio. Av. Alm. Tamandaré, Tambaú. (jan.)
Incorporação: Aldo D'Ambrósio (Ausonia).

[1960?]

Residência João Cavalcante. Av. Francisca Moura, Centro.

[196-?]

Sede da CAGEPA. Av. Feliciano Cirne, Jaguaribe.

Residência Mário Glauco Di Lascio. Av. Mons. Walfredo Leal, Tambaú.

Residência Humberto Soares. Av. D. Pedro I, Centro.

Residência Mário Glauco Di Lascio. Av. Mons. Walfredo Leal, Tambaú.

1961

Residência Maurílio Augusto de Almeida. Av. Cabo Branco, Cabo Branco. (31 out.).

1962

Reforma do Cine Plaza. Praça Vidal de Negreiros, Centro.

1963

Residência Adrião Pires Bezerra. Av. Pres. Epitácio Pessoa, Miramar. Co-autoria: Carlos Carneiro da Cunha.

Residência Gilson Espínola Guedes. Av. Maximiano Machado, 148, Jaguaribe.

Ginásio do Clube Astréa. Av. Mons. Walfredo Leal,

Tambaú. Co-autoria:

Wandenkolk Walter Tinoco, Carlos Carneiro da Cunha.

Residência José Bronzeado Sobrinho. Av. Pres. Epitácio Pessoa, Torre. (12 dez.).

1964

Residência Renaldo Rangel. R. Quintino Bocaiúva, Torre. (20 jan.).

Clube dos Médicos da Paraíba. Av. Pres. Afonso Pena, Bessa.

Edifício de escritórios 5 de Agosto. Av. Duque de Caxias, Centro.

Incorporação: Imobiliária Faria Neves.

1965

Reforma da residência Flodoaldo Lima da Silveira. Av. Antônio Lira, Tambaú. (15 out.).

1966

Residências Mário Glauco Di Lascio (02 unidades). Treze de Maio. (03 maio).

1967

Residência Danilo Souto Maior Rosas. Tambaú. (03 abr.).

Edifício de apartamentos Ângela Cristina. R. Dep. Odon Bezerra, 279, Roger. (21 ago.). Incorporação: Caldas Importadora Exportadora.

1968

Edifício de apartamentos São Marcos.¹¹⁸ Av. Alm. Tamandaré, 380, Tambaú. (15 jan.). Incorporação: Predial Cabo Branco.

Edifício de escritórios Paraná. R. Padre Meira, Centro. (04 mar.).
Incorporação: Francisco Leocádio Ribeiro Coutinho.
Urbanização da Praça 1817. Av. Visconde de Pelotas, Centro.

[1968?]

Residência Mário Grisi Faraco. Av. João Maurício, Manaíra.

1969

Reforma da residência Clóvis Beltrão Albuquerque. Av. Pres. Epitácio Pessoa, 2055, Bairro dos Estados.

Urbanização do "Ponto de Cem Réis" (Praça Vidal de Negreiros). Av. Padre Meira com Av. Visconde de Pelotas, Centro.

Sede da Divisão de Instalações Prediais da SANECAP. R. Diogo Velho, 400, Centro. (03 fev.).

Residência Everaldo Vieira dos Santos. Av. Juarez Távora, Torre. (19 nov.).

[1970?]

Residência José Pinheiro. Av. Cabo Branco, Cabo Branco.

1971

Residência Petrônio Vilar Faraco. Tambauzinho. (12 nov.).

[1972?]

Residência Cláudio de Paiva Leite. Av. Dep. Odon Bezerra, 215, Roger.

1972

Viaduto Dorgival Terceiro Neto (Via Expressa Miguel Couto). Av. Miguel Couto, Centro.

Reforma da residência Paulo Américo Maia de Vasconcelos. Av. Coremas, 350, Centro. (16 maio).

Residência Pedro Alves de Carvalho. R. Dr. Frutuoso Dantas, Cabo Branco. (24 jul.).

Reforma da residência Francisco Carneiro Braga. Av. Sinésio Guimarães, 224, Torre. (05 out.).

Plano diretor da Cidade Universitária de João Pessoa – UFPB. Co-autoria: Antônio Amaral; Pedro Dieb. (out.).

1973

Fórum de João Pessoa (atual Fórum Des. Archimedes Souto Maior). Praça Venâncio Neiva, Centro.

¹¹⁸ Início construção: dez. 1967.

Residência Antônia da Cunha Maia. Av. Mato Grosso, Bairro dos Estados. (03 jan.).

Residência Mário de Moura Rezende. Av. Piauí, Bairro dos Estados. (16 maio).

Residência José Faria Neves. R. "A" com Av. Pres. Eptácio Pessoa, Miramar. (22 jun.).

Sede do IPEP – Instituto de Previdência do Estado da Paraíba. R. Eugênio de Lucena Neiva com Av. Rio Grande do Sul, Treze de Maio. (jul.).

Residência José Américo Vieira. Av. Minas Gerais com Av. Roraima, Bairro dos Estados. (06 jul.).

Residência João Bosco Carneiro. Av. Goiás com R. Amapá, Bairro dos Estados. (08 jul.).

Residência Joana Guerra C. Galvão. Av. Padre Ayres com R. "9". Miramar. (06 nov.).

Reforma da residência Petrônio Vilar Faraco. Tambauzinho. (06 dez.).

Lanchonete Iclan. Av. Pres. Eptácio Pessoa. (31 dez.).

1974

Mercado Público de Jaguaribe. R. Generino Maciel, Jaguaribe. (jan.).

Residência Francisco Antônio Cavalcante da Silva. Tambauzinho. (02 jan.).

Garagem e apartamento para residência José Painho Ribeiro Coutinho. R. "A" com Av. Pres. Eptácio Pessoa, Miramar. (03 abr.).

Residências Lannes Incorporações e Construções. (04 unidades). R. Prof. Joaquim Santiago, Expedicionários. (10 abr.).

Residência Gilson Espínola Guedes. Av. Cabo Branco, Cabo Branco. (02 maio).

Edícula da residência Mário de Moura Rezende. Av. Piauí, Bairro dos Estados. (08 jul.).

Reforma do edifício comercial 177. Av. Gal. Osório, Centro. (18 out.).

Residência Edivaldo do Egypto. R. Gov. José Gomes da Silva, Tambauzinho. (11 nov.).

Residência João Bosco Carneiro. Av. Goiás com R. Amapá, Bairro dos Estados. (04 dez.).

Terminal Rodoviário Urbano. Mercado Central, Centro.

MÁRIO ROSA SOARES

Formou-se arquiteto. Atuou no escritório técnico da Cidade Universitária "Armando Salles de Oliveira" (USP), em São Paulo.

1967

Pré-plano diretor da Cidade Universitária de João Pessoa – UFPB.

MAURÍCIO ROBERTO – M. ROBERTO ARQUITETOS

Nasceu no Rio de Janeiro (1921), onde permaneceu radicado. Formou-se arquiteto na Escola Nacional de Belas-Artes (1944). Faleceu em 1997.

1971

Escola Polivalente. Granja São Rafael, Castelo Branco.

NICOLÓ AUGELO, PASQUALINO ROMANO MAGNAVITA

Pasqualino formou-se engenheiro na UFBA (1951), onde lecionou, e doutor em arquitetura na Universidade de Roma (1964). Era radicado em Salvador.

1973

Paraíba Lagoa Hotel. Parque Solon de Lucena, Centro. (nov.).

OSWALDO NOBRE FONTES

Nasceu na Bahia (1910). Formou-se engenheiro civil.

1964

Edifício de apartamentos Gravatá. Av. Cabo Branco, Cabo Branco. (03 jul.).
Incorporação: José Inácio de Miranda Pereira.

PEDRO ABRAHÃO DIEB

Nasceu em Natal (1930). Formou-se na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Recife (1963). Radicou-se em João Pessoa em meados de 1966. Lecionou nos cursos de engenharia e arquitetura da UFPB. Faleceu em 2007.

[1964?]

Centro de Ciências da Saúde. Campus Universitário/UFPB, Castelo Branco.

1968

Quartel do Corpo de Bombeiros. BR 101.

[1968?]

Instituto Central de Química. Campus Universitário/UFPB, Castelo Branco.

1969

Centro Integrado de Educação Física do Estado da Paraíba.

Reforma do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. Praça João Pessoa, Centro.

Delegacia Especial de Trânsito. R. Prof. Geraldo Von Shosten, Jaguaribe.

1971

Farol do Cabo Branco. Cabo Branco.

1972

Plano diretor da Cidade Universitária de João Pessoa – UFPB. Co-autoria: Mário Di Lascio; Pedro Dieb. (out.).

1974

Instituto Central de Química. Campus Universitário/UFPB, Castelo Branco.

Instituto Central de Microbiologia. Campus Universitário/UFPB, Castelo Branco.

SEEBLA (RAUL DE LAGOS CIRNE)

Serviços de Engenharia Emílio Baumgart. Escritório de engenharia fundado no Rio de Janeiro (1926) e com filial em Belo Horizonte (1956).

1975

Estádio Ministro Ernani Sátiro. Cristo Redentor. (23 jan.).

ROBERTO BURLE MARX

Nasceu em São Paulo (1909). Radicou-se no Rio de Janeiro, onde permaneceu até falecer (1994). Após abandonar o estudo de arquitetura na ENBA, iniciou sua atividade de paisagista (1932).

1951¹¹⁹

Jardim da residência Cassiano Ribeiro Coutinho. Av. Pres. Epitácio Pessoa, 1090, Torre.

1952

Praça da Independência. Av. Maximiano de Figueiredo com Mons. Walfredo Leal, Centro.

1970

Jardim para a UFPB. Campus Universitário/UFPB, Castelo Branco.

ROMILDO GOUVEIA MARQUES DE ALMEIDA

Nasceu em Campina Grande/PB (1934). Formou-se na Escola de Engenharia de Pernambuco (1957). Radicou-se em João Pessoa (1964-[197-]) e depois em Recife. Fundou a Impala – Imobiliária Paraibana (1964).

¹¹⁹ A data apresentada por P. Queiroz; L. Queiroz; Boff (1979, p. 100); Eliovson (1999, p. 221) para o projeto paisagístico (1951) é anterior à aprovação do projeto arquitetônico na prefeitura (1955). Optamos por mantê-la, porque extraímos dessas mesmas fontes as datações dos demais projetos de Burle Marx.

1960

Edifício de apartamentos João Marques de Almeida. Av. Cabo Branco, Cabo Branco. (07 dez.).¹²⁰ Incorporação: Impala.

1964

Edifício de apartamentos Caricé.¹²¹ Av. Pres. Getúlio Vargas, 109, Centro. Co-autoria: José Walter Baltar Vinagre. Incorporação: Walter Vinagre/Impala.

1968

Parque Residencial Boa Vista (52 unidades). Mandacaru. Incorporação: Impala.

SÉRGIO WLADIMIR BERNARDES

Nasceu no Rio de Janeiro (1919), onde era radicado. Formou-se na Faculdade Nacional de Arquitetura (1948). Faleceu em 2002.

1968

Hotel Tambaú. Av. Alm. Tamandaré, 1229, Tambaú.

TERTULIANO DIONÍSIO DA SILVA

Nasceu em Campina Grande/PB. Formou-se na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Recife (1962). Faleceu.

1969

Centro Hotel (não construído). Av. D. Pedro II com Praça João Pessoa, Centro. (21 out.). Incorporação: Empresa Nordestina de Hotéis – Walter Vinagre/José Waldomiro Ribeiro Coutinho.

[197-?]

Residência Vitório Petrucci. Av. Júlia Freire, Torre.

1971

Sede da Editora A União. Distrito industrial.

¹²⁰ Início construção: dez. 1965.

¹²¹ Início construção: jul. 1964.

1972

Residência Manoel Gaudêncio. Av. João Maurício, Manaíra. (02 maio).

Posto de serviço da Petrobrás. Av. Pres. Epitácio Pessoa, Tambaúzinho. (15 set.).

Assembléia Legislativa. Praça João Pessoa, Centro.

Mercado Público do Bairro dos Estados. Av. Maranhão, Bairro dos Estados.

1973

Urbanização em frente ao Hotel Tambaú (não construída). Av. Alm. Tamandaré, Tambaú. (26 mar.).

Sede do Jornal "O Norte". Av. D. Pedro II, Centro. (12 abr.).

Centro Administrativo do Governo Estadual da Paraíba. Av. João da Mata, Jaguaribe. (08 jun.).

Mercado de Artesanato de Tambaú. Av. Sen. Rui Carneiro, Tambaú.

Residência. Av. Pres. Epitácio Pessoa. (20 nov.). Co-autoria: Rosineide Monteiro.¹²²

1974

Câmara de Vereadores de João Pessoa. R. das Trincheiras, Centro. (jun.).

UBIRAJARA GALVÃO

Nasceu em Currais Novos/RN ([1935?]). Formou-se na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Recife (1963). Era radicado em Natal. Faleceu em 2005.

1967

Conjunto residencial Jardim 13 de Maio (129 casas) - IPASE. 13 de Maio (26 jul.).

¹²² Formou-se na EBAP (1971).

**ULISSES PETRÔNIO
BURLAMAQUI¹²³**

Nasceu em 1925. Formou-se na Faculdade Nacional de Arquitetura (1950), onde lecionou. Foi arquiteto do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI). Era radicado no Rio de Janeiro.

1957

Edifício de apartamentos Presidente João Pessoa (IAPB). Av. Gal. Osório com Av. Peregrino de Carvalho, Centro.

**WANDENKOLK WALTER
TINOCO**

Formou-se na Escola de Belas-Artes de Pernambuco (1958), onde lecionou. Era radicado em Recife.

1963

Ginásio do Clube Astréa. Av. Mons. Walfredo Leal, Tambiá. Co-autoria: Carlos Carneiro de Cunha, Mário Di Lascio.

**ZENILDO SENA CALDAS,
ZILDO SENA CALDAS**

Eram radicados em Recife, formaram-se na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Recife, Zenildo (1962), Zildo (1960), onde lecionaram.

1969

Paisagismo da Praça Vidal de Negreiros, Centro.

**PROJETOS DE AUTORES
NÃO IDENTIFICADOS****1955**

Sede da AABB. Av. Pedro II, Centro.

1956

Edifício de escritórios Mattéo Zaccara. Rua Duque de Caxias, Centro.

Incorporação: Giácomo Zaccara.

1957

Edifício de escritórios Nações Unidas. Praça Vidal de Negreiros, Centro. Incorporação: Tecidos Cardoso.

1960

Edifício de apartamentos Manaíra. Av. João Maurício, Manaíra. Incorporação: Aldo D'Ambrósio (Ausonia)/Cláudio de Paiva Leite.

1961

Hotel "Turismo de Tambaú". Tambaú. Incorporação: HOPASA - Aldo D'Ambrósio (Ausonia)/PMJP/Governo Paraíba/José Mário Porto (advogado).

1963

Mercado Público Sindolfo Freire. Av. Cruz das Armas, Cruz das Armas.

1964

Edifício de escritórios Régis.¹²⁴ Av. Duque de Caxias, Centro. Incorporação: Lynaldo Uchôa de Medeiros.

1965

Edifício de escritórios Viña Del Mar.¹²⁵ Av. Miguel Couto, Centro. Incorporação: Walter Vinagre/José Waldomiro Ribeiro Coutinho.

1968

Edifício de apartamentos Santa Rita. Av. Pres. Getúlio Vargas, Centro.

1971

Agência do Banco do Brasil (edifício de uso misto). Praça 1817, Centro.

¹²³ Conforme PRÊMIO... (1964, p. 6), Burlamaqui também projetou em João Pessoa: conjunto habitacional do IAPB, edifício sede do IAPI.

¹²⁴ Início construção: maio 1964.

¹²⁵ Início construção: dez. 1965.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)